



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM DEMANDAS
POPULARES E DINÂMICAS REGIONAIS

GILIANA ZEFERINO LEAL MENDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS E À VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES ACOLHIDOS EM ARAGUAÍNA – TO**

Araguaína / TO
2020

GILIANA ZEFERINO LEAL MENDES

POLÍTICAS PÚBLICAS E À VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS EM ARAGUAÍNA – TO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDIRE. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional/Demografia tendo como subárea Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Subárea de concentração: Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Linha de Pesquisa: Vulnerabilidade e Dinâmicas Regionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thelma Pontes Borges.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M538p Mendes, Giliana Zeferino Leal.
 POLÍTICAS PÚBLICAS E A VULNERABILIDADE SOCIAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS EM ARAGUAÍNA – TO. /
 Giliana Zeferino Leal Mendes. – Araguaína, TO, 2020.
 173 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado)
em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, 2020.

Orientadora : Thelma Pontes Borges

1. Arcabouço Teórico - Metodológico. 2. Políticas Públicas para Infância
e Adolescência. 3. Vulnerabilidade Social e Táticas no Enfrentamento do
Cotidiano. 4. Araguaína e a Infância Institucionalizada na Cidade Média. I.
Título

CDD 711.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

GILIANA ZEFERINO LEAL MENDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS E À VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES ACOLHIDOS EM ARAGUAÍNA – TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDIRE. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional/Demografia, tendo como subárea Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 14 de Abril de 2020.

Banca Examinadora



Prof.^a Dr.^a Thelma Pontes Borges (Orientadora - PPGDIRE/UFT)



Prof.^a PhD Marcela Vecchione Gonçalves (Membro Externo - PPGDSTU/NAEA/UFPA)



Prof.^o Dr.^o Miguel Pacifico Filho (Membro Interno - PPGDIRE/UFT)

Araguaína – TO, 2020

Dedico essa dissertação a minha família, em especial meu esposo, Weber Alessandro, meu filho, Samuel Mendes, e minha mãe, Luzia Miguel Leal, que mesmo sem nenhum grau de escolarização, sempre foi motivadora aos estudos, tendo na educação, uma ferramenta para voar mais alto.

“A pobreza ao aumentar a vulnerabilidade social das famílias mais pobres, pode potencializar outros fatores de risco, contribuindo para que crianças e adolescentes mais pobres tenham mais chances de passar por episódios de abandono, violência e negligência”. (SILVA, 2004, p. 69).

AGRADECIMENTOS

No caminho do conhecimento há muitos degraus a serem subidos, e esse representa apenas mais um, foi uma subida onde cada escalada deixou sua marca. E venho aqui agradecer a todos que de forma direta e indireta contribuíram para que a subida fosse concluída com êxito. Pois como diz Sartre (1943) “O homem é condenado a ser livre, porque depois de atirado neste mundo torna-se responsável por tudo que faz”, aqui está uma dissertação fruto dos esforços conjuntos de tantas pessoas importantes em minha vida.

Externo meus agradecimentos a CAPES, pois, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), através do Código de Financiamento 001.

Agradeço de forma especial a Universidade Federal do Tocantins, na pessoa do Prof^o. Dr^o e Coordenador do Curso de Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, Miguel Pacífico Filho, pela oportunidade de fazer parte desse seletivo grupo de pessoas que compõem esse curso, é uma honra fazer parte desse time.

Agradeço a minha nobre orientadora, Prof^a Dr^a Thelma Pontes Borges, pelo norteamento em todo o caminho percorrido, lhe admiro, eis de uma sabedoria e conhecimento que impressionam, aprendi muito nesse tempo que tivemos unidas pela orientação e laboro desse caminho, chamado mestrado. Minha gratidão Prof^a Thelma por toda motivação, tempo e paciência a mim disponibilizados.

Aos demais professores que compõem o colegiado de docente do PPGDire: Prof^a Dr^a Tatiane Tavares, Prof^a Dr^a Lilyan Luizaga, Prof^a Dr^a Priciane Ribeiro, Prof^o Dr^o. Luciano Guedes, Prof^o Dr^o. João de Deus, Prof^o Dr^o. Wallace Rodrigues, Prof^o Dr^o. Édi Benini e Prof^o Dr^o. Gecilane Ferreira, a todos vocês fica minha admiração pelos seres humanos que vocês são e minha gratidão pelos ensinamentos e motivações durante essa caminhada.

Agradeço ao pessoal do CEP UFT/HDT, por ter aceitado minha pesquisa, pelas indicações de melhorias e ajustes necessários, o que tornaram a pesquisa um processo gratificante e assegurado legalmente.

Quero agradecer de forma especial a três pessoas que me aguentaram e aguentam todos os dias, mesmo nos momentos de estresses, desespero, choros, conflitos existenciais, estão ali prontos para dizer “você consegue”, a você meu esposo, Weber Alessandro Mendes e você meu filho amado, Samuel Mendes, meus eternos agradecimentos e gratidão, e a você Daniel, filho que minha família aprendeu a amar, uma mútua adoção que nos faz aprender cotidianamente. Obrigada a vocês pelo compartilhar diário.

Família é uma palavra forte, alicerce de minha existência, a vocês quero aqui agradecer, pelas motivações cotidianas que me impulsionam a prosseguir. Em especial a minha mãe, Luzia Miguel Leal, que mesmo sem ser alfabetizada, sempre teve na educação um trampolim para se galgar outras oportunidades. Ao meu pai, Gelinon Zeferino Leal, *in memoriam*, se estivesse conosco estaria orgulhoso por essa conquista. Aos meus irmãos, sobrinhos, cunhados e demais familiares por me ensinarem que amar vai além de palavras. A minha sogra Miriam Mendes e ao meu sogro Juvenil, pelo apoio e motivação tão importante nessa árdua caminhada.

Existem pessoas que durante uma pesquisa se tornam essenciais e são contributos valiosos, assim não poderia deixar de agradecer a essas pessoas que oportunizaram essa pesquisa, agradeço ao Juiz de Direito da Infância e Juventude, a senhora secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação, as senhoras coordenadoras da Casa Ana Caroline Tenório Lima, pela autorização e liberação da pesquisa na Instituição. Agradeço também a todas as pessoas que compõem a equipe de colaboradores das duas Casas de Acolhimento, pelas informações e disponibilização do que foi necessário para realização dessa pesquisa, em especial a Assistente Social, Silvânia Nazaré da Silva, que me auxiliou na digitação dos dados das fichas que compõem as informações de entrada e saída dos acolhidos, a qual ficou como um controle interno para a Instituição.

Agradeço ainda aos amigos(as): Aires Pereira, Helenita Rabelo, Rosiane Brito, Erljany Braga, Christiana Rodrigues, Elza Matos, Bruno Lopes, Deusine Mendes, Marcela Telles, Laísa Ribeiro, Jorseli Rosa, Jéssica Dias, Jean, Daniela Alencar, Cleide Nascimento, Kerley Oliveira, Aurélia Matos, Marina Alcântara, dentre outros que sempre me auxiliaram e fizeram esse percurso mais gratificante.

Palavras não são suficientes para expressar minha gratidão por cada um que fez parte dessa caminhada, a todos vocês fica aqui meus agradecimentos e com vocês compartilho todo o conhecimento adquirido nesses dois anos.

RESUMO

A pesquisa se propôs analisar dados do acolhimento institucional no Município de Araguaína – TO. Através de dados que configuraram em Censo Institucional buscou compreender aspectos das Políticas Públicas para infância e adolescência e suas relações com a vulnerabilidade social. O estudo se justifica em razão de permitir uma análise desse público, o qual revela aspectos e discussões que envolvem a caracterização de uma necropolítica que só sedimenta a vulnerabilidade social. Tendo como hipótese que as políticas públicas são baseadas em fatores que dizem de uma construção para a mortificação do sujeito, deixando estes ou entregues à própria sorte ou com ações reparativas que pouco produzem efeitos de quebra do ciclo social de pobreza e/ou abandono/negligência, trabalhou-se também com o pressuposto de que as famílias utilizam-se de táticas sociais para driblar vulnerabilidades e alçar acesso à direitos. Metodologicamente empregou-se a estatística descritiva e análise dos documentos institucionais que foram estruturados e digitalizados a partir das fichas físicas de entrada dos acolhidos. Teoricamente utilizou-se de Certeau (2009, 2018), no que se referem as “Arte do Fazer” ou “Táticas” para compreender o jogo de idas e vindas das famílias; de Sen (2000, 2011) e Castel (1997, 1998) para captar a vulnerabilidade e a estrutura social e de Mbembe (2018) para abarcar o debate sobre construção de políticas para a morte, conhecida como necropolítica. Os resultados e conclusões expõem que o número de abrigados durante os 12 anos de atendimentos da casa de acolhimento de Araguaína/TO, se mostrou significativo, totalizando aproximadamente 824 institucionalizados. Foi descrito as características das crianças e adolescentes acolhidos e de suas famílias e configurando os motivos que geraram tal acolhimento. Chegou a conjunturas que demonstram tanto que as políticas para infância e adolescência configuram-se como necropolítica, bem como a inúmeros casos que comprovam a utilização de táticas sociais, como por exemplo, a entrega dos filhos para o abrigo como última forma de acessar serviços de saúde para tratamento de enfermidades ou para acessar lugares preferenciais nas listas de políticas habitacionais dentre outras políticas públicas assistenciais, de saúde, educação e inserção no mercado de trabalho, jogando com o sistema buscando sobreviver, como é evidenciado por Mbembe em sua obra.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes. Arte do Fazer. Necropolítica. Políticas Públicas. Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

The research aimed to analyze data on institutional care in the city of Araguaína - TO. Through data that they configured in Institutional Census, it sought to understand aspects of Public Policies for children and adolescents and their relations with social vulnerability. The study is justified because it allows an analysis of this audience, which reveals aspects and discussions that involve the characterization of a necropolitics that only sediments social vulnerability. Having as a hypothesis that public policies are based on factors that say of a construction for the subject's mortification, leaving them either left to their own devices or with reparative actions that have little effect on breaking the social cycle of poverty and / or abandonment / neglect, it was also worked with the assumption that families use social tactics to circumvent vulnerabilities and to gain access to rights. Methodologically, descriptive statistics and analysis of institutional documents were used, which were structured and digitized based on the physical entry forms of the host. Theoretically, Certeau (2009, 2018) was used in what refers to the "Art of Doing" or "Tactics" to understand the game of comings and goings of families; de Sen (2000, 2011) and Castel (1997, 1998) to capture the vulnerability and social structure and of Mbembe (2018) to embrace the debate on the construction of policies for death, known as necropolitics. The results and conclusions show that the number of sheltered people during the 12 years of care at the host house in Araguaína/TO, proved to be significant, totaling approximately 824 institutionalized. The characteristics of the children and adolescents welcomed and their families were described and the reasons that generated such welcoming were configured. It has reached situations that demonstrate so much that policies for children and adolescents are configured as necropolitics, as well as countless cases that prove the use of social tactics, such as the delivery of children to the shelter as the last way to access health services. health to treat illnesses or to access preferential places in the housing policy lists among other public health, education, and labor market policies, playing with the system seeking to survive, as evidenced by Mbembe in his work.

Keywords: Institutional Reception of Children and Adolescents. Art of Doing. Necropolitical. Public policy. Social vulnerability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Ilustração 1 - Crianças de até 12 anos na população brasileira.....	45
Ilustração 2 - População Pobre no Brasil entre 0 a 14 anos.....	48
Ilustração 3 - População Extremamente Pobre no Brasil entre 0 a 14 anos.....	49
Ilustração 4 - Denúncias no Brasil, em 2016, ao Disque 100 de violação dos direitos de crianças e adolescentes.....	50
Ilustração 5 - Localização do Estado do Tocantins no Território Nacional.....	61
Ilustração 6 - Percentual de crianças e adolescentes em situação de violência.....	63
Ilustração 7 - Número de desemprego no Brasil em 2018.....	72
Ilustração 8 - Fotos dos espaços da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima/Unidade Feminina.....	83
Ilustração 9 - Fotos dos espaços da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima/Unidade Masculina.....	84
Ilustração 10 - Organograma das Casas de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima..	85
Ilustração 11 - Faixas do IVS, de acordo com o IPEA.....	130
Ilustração 12 - IVS nas macrorregiões brasileiras, evolução por dimensões entre 2000 a 2010.....	131
Ilustração 13 - IVS nos Municípios do Brasil.....	132
Ilustração 14 - IVS nos Municípios da Região Norte em 2010.....	133
Ilustração 15 - Índice de Vulnerabilidade Social das UFs – 2000-2010.....	134
Ilustração 16 - Mapa do IVS nos Municípios do Estado do Tocantins – 2010.....	135
Ilustração 17 - IVS do Município de Araguaína – TO, 2010.....	136
Gráfico 1 - Total de Acolhidos por Ano e Sexo – CAACTL.....	70
Gráfico 2 - % do número de acolhidos por faixa etária CAACTL de 2008 a 2019.....	75
Gráfico 3 - Composição familiar dos acolhidos da CAACTL.....	100
Gráfico 4 - % dos Motivos dos Acolhimentos – CAACTL de 2008 a 2019.....	113
Gráfico 5 - % das Passagens Rápidas – CAACTL de 2008 a 2019.....	115
Gráfico 6 - Tempo médio de acolhimento – 2008 a 2019, CAACTL.....	116
Gráfico 7 - Reintegração familiar/Falecimento; Adoção; Transferências para outra Instituição; Fuga – CAACTL, 2008 a 2019.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População do Brasil de crianças e adolescentes em 2016.....	46
Tabela 2 - Número no Brasil de Homicídios contra crianças e adolescentes entre 0 a 19 anos em 2016.....	49
Tabela 3 - Proporção dos tipos de violação de direitos notificados ao Disque 100, no Brasil no ano de 2016.....	51
Tabela 4 - Quantidade de crianças acolhidas em 2018 por Estado.....	52
Tabela 5 - Número de acolhimento mensal na Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório de 2008 a 2019.....	68
Tabela 6 - Número de acolhidos por ano e sexo, da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório de 2008 a 2019.....	73
Tabela 7 - Número de acolhidos, por ano, sexo, e faixa etária da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório.....	74
Tabela 8 - Distribuição da composição familiar nos 12 anos de serviços da CAACTL....	100
Tabela 9 - Número de famílias atendidas na CAACTL nos anos de 2008 a 2019.....	102
Tabela 10 - Acolhimento por Ano, Sexo, Faixa etária na CAACTL.....	107
Tabela 11 - Número de Passagens Rápidas na CAACTL nos 2008 a 2019.....	114
Tabela 12 - Número de reintegração familiar/falecimento; fuga; transferência para outra instituição de acolhimento/família acolhedora e adoção, da CAACTL, distribuídos por ano e sexo.....	120
Tabela 13 - Reincidências de no acolhimento de crianças e adolescentes na CAACTL, de 2008 ao ano de 2019.....	123
Tabela 14 - Reintegração para quem?, nos acolhimentos da CAACTL, de 2008 a 2019..	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronologia dos acontecimentos históricos sobre a infância e adolescência no Brasil.....	39
Quadro 2 - Tipos de Instituições de Acolhimento para Crianças e Adolescentes no Brasil.....	44
Quadro 3 - Entidades de Acolhimento de Crianças e Adolescente no Brasil em 2019.....	53
Quadro 4 - Número por idade de Crianças e Adolescente acolhidas no Brasil em 2019..	54
Quadro 5 - Quantidade de Guias de Acolhimento por Estado Brasileiro em 2019.....	55
Quadro 6 - Quantidade de Guias de Desligamento por Estado Brasileiro em 2019.....	57
Quadro 7 - Perfil geral das Casas de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes no Estado do Tocantins.....	64
Quadro 8 - Rotina das Casas de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima, 2018.....	80
Quadro 9 - Esquema das funções, turnos e carga horária de trabalho.....	86
Quadro 10 - Formação e Cargos dos profissionais que trabalham nas duas Casas de Acolhimento em Araguaína em 2018.....	88
Quadro 11 - N° de famílias que entregaram seus filhos ao Acolhimento Institucional.....	103
Quadro 12 - Acolhimentos de grupos de irmãos entre 2008 a 2019 na CAACTL.....	106
Quadro 13 - Motivos dos Acolhimentos, entre 2008 e 2019, na CAACTL.....	112
Quadro 14 - Tempo médio de acolhimento por ano, sexo e idade, da CAACTL nos anos de 2008 a 2019.....	115
Quadro 15 - Número de reintegração, transferência para outra instituição de acolhimento, falecimento, fuga e adoção na CAACTL distribuídos por ano e faixa etária do sexo feminino.....	117
Quadro 16 - Número de reintegração, transferência para outra instituição de acolhimento, falecimento, fuga e adoção na CAACTL, distribuídos por ano e faixa etária do sexo masculino.....	119

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização das duas Unidades da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima em 2019.....	79
Mapa 2 - Localização da microrregião de Araguaína, no Estado do Tocantins.....	127
Mapa 3 - Migração de chegada / Acolhidos natural de outras UFs recebidos na CAACTL – 2008 a 2019.....	138
Mapa 4 - Migração de saída / Acolhidos natural de outras UFs recebidos na CAACTL – 2008 a 2019.....	139
Mapa 5 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2008.....	141
Mapa 6 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2009.....	143
Mapa 7 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2010.....	144
Mapa 8 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2011.....	145
Mapa 9 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2012.....	146
Mapa 10 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2013.....	147
Mapa 11 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2014.....	148
Mapa 12 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2015.....	149
Mapa 13 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2016.....	150
Mapa 14 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2017.....	151
Mapa 15 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2018.....	152
Mapa 16 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2019.....	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

% - Porcentagem.

§ - Parágrafo.

ABA – Associação Beneficente Ágape.

ABRINQ – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos.

Art. – Artigo.

ASG – Auxiliar de Serviços Gerais.

AVC - Acidente Vascular Cerebral.

BPC – Benefício de Prestação Continuada.

CAACTL – Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima.

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil.

CDC - Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

CEDECA – Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CEP – Comitê de Ética e Pesquisa.

CF – Constituição Federal.

CGIAE - Coordenação de Informações e Análises Epidemiológicas.

CN - Certidão de Nascimento.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CPF - Cadastro de Pessoa Física.

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito.

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social.

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente.

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

hab/km² - Habitantes por Quilometro quadrado.

HDT/UFT – Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social.

km² - Quilômetros quadrado.

m – Metros.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

MP – Ministério Público.

MP/TO – Ministério Público do Estado do Tocantins.

MS - Ministério da Saúde.

nº - Número.

O – Longitude.

°C – Graus Celsius (temperatura).

ONG – Organização Não Governamental.

ONU – Organização Mundial das Nações Unidas.

PIB – Produto Interno Bruto.

Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PNAS - Política Nacional de Assistência Social.

PPC - Paridade do Poder de Comprar (PPC).

PPGDire – Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

PPP – Projeto Político Pedagógico.

ProUni – Programa Universidade para todos.

R\$ - Real (Moeda Brasileira).

RG - Registro Geral.

S – Latitude.

SAM - Serviço Nacional de Assistência aos Menores.

SEMASTH - Secretária de Ação de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Araguaína.

SEPLAN – Secretária de Planejamento do Estado do Tocantins.

SETAS - Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social.

SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade.

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

SIS - Síntese de Indicadores Sociais.

SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

SVS - Secretária de Vigilância em Saúde.

TO – Estado do Tocantins.

TV – Televisão.

UF – Estados da Federação.

UFT – Universidade Federal do Tocantins.

UNICEF – Fundação das Nações Unidas para a Infância.

XV – Século Quinze.

XX – Século Vinte.

XXI – Século Vinte e Um.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	18
1	ARCABOUÇO TEÓRICO - METODOLÓGICO.....	26
1.1	Sistematização da Pesquisa.....	26
1.2	Estratégias Metodológicas.....	30
2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA...	32
2.1	Aspectos Históricos e Políticas Públicas para Infância e Adolescência.....	38
2.1.1	Dados gerais dos Acolhimentos Institucionais de Crianças e Adolescentes no Brasil.....	51
2.2	A Infância e Adolescência no Tocantins.....	59
2.3	As Políticas Públicas para Infância e Adolescência em Araguaína.....	65
2.3.1	Histórico dos Abrigos Institucionais em Araguaína.....	77
3	VULNERABILIDADE SOCIAL E TÁTICAS NO ENFRENTAMENTO DO COTIDIANO.....	90
3.1	O reinventar do cotidiano social e suas correlações com as demandas do sujeito.....	94
3.2	A família frente à vulnerabilidade social.....	99
3.3	As crianças e adolescentes ante a vulnerabilidade social.....	105
3.4	Do processo de acolhimento ao processo de desabrigamento de crianças e adolescentes.....	108
4	ARAGUAÍNA E A INFÂNCIA INSTITUCIONALIZADA NA CIDADE MÉDIA.....	126
4.1	Localização e fatores geográficos.....	126
4.2	Índice de Vulnerabilidade Social – IVS.....	129
4.3	Processos migratórios e o acolhimento de crianças e adolescentes em Araguaína de 2008 a 2019.....	137
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
	REFERÊNCIAS.....	159
	APENSO.....	166
	APÊNDICES.....	168
	ANEXOS.....	169

INTRODUÇÃO

Em um lugar remoto, as margens da rodovia Transamazônica, atualmente conhecida como BR-230, mais, precisamente no ano de 1985, nasce uma menina, provinda de uma família, recém-formada, composta até então pelos genitores e um primo materno, a qual seus pais, “pegaram para criar”, na região essa era uma ação comum, casais criarem filhos de outras famílias, e/ou de relacionamentos extraconjugais de parentes.

O jovem casal vivia em uma chácara as margens da rodovia, onde a genitora, mulher simples, analfabeta, filha de migrantes mineiros, sendo uma das 3 filhas mulheres de um grupo de 13 irmãos, que chegaram a região no início da década de 70, a procura de melhores condições de vida. Já o genitor, provinha de família mais abastada, também migrantes do Estado de Minas Gerais, um dos filhos mais novos de um grupo de 5 filhos, os quais chegaram a região no final da década de 70, era família influente na região, pois a única máquina de limpar arroz, era deles, e todos na região beneficiavam (limpavam o arroz) o grão com eles, na época eram tidos como uma das famílias nobres da região, conhecidos e respeitados, e como tudo era ditado na base da honra, o casal se conheceram e em apenas dois meses de romance tiveram que casar, pois o pai da moça, não aceitava que os mesmos se cortejassem, e assim deu sua mão em casamento, quando ela tinha 17 anos.

Em uma região, onde tudo até meados dos anos 2000 parecia ter parado no tempo, na década de 80, quando o jovem casal iniciou sua família, tudo era mais difícil, e logo após o casamento veio à primeira gravidez, a qual devido as condições do lugar, que contava apenas com parteiras, perderam seu primeiro filho, horas após o nascimento, e no ano seguinte, 1985, puderam ter seu primogênito, uma menina, saudável, e sem complicações, e posterior ao nascimento da mesma, tiveram mais 3 filhos, dos quais perderam mais um após o parto, formando assim uma família, composta pelos genitores, 3 filhos, sendo duas meninas e um menino, e dois sobrinhos que criavam, um materno e um paterno.

Tudo ia bem, até o final o início da década de 90, filhos crescendo saudáveis, o genitor trabalhava limpando arroz na máquina e cuidando do gado da família, de onde tirava o sustento, até que um problema de saúde do genitor se agravou, e o mesmo teve que viajar para Goiânia-GO, cidade de tratamento de saúde, mais reconhecida e próxima da região, onde descobriu que tinha a doença de chagas, provavelmente adquirida ainda na fase da adolescência, e após aproximadamente 2 meses do diagnóstico, o genitor veio a óbito, faleceu em casa, na madrugada do dia 27 de janeiro de 1992, deixando sua esposa, com 3 filhos e 2 sobrinhos, os filhos tinham 6 e 5 anos e 6 meses, e os sobrinhos, tinham 9 e 7 anos.

Após, a morte do genitor a família passou por momentos difíceis, a genitora, só sabia cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos, não sabia nem mesmo lidar com a criação de galinhas e porcos, produção para subsistência da família, e se viu em situação difícil, pois com apenas 26 anos, e os filhos para criar, teve que aprender a fazer negócio, vender e comprar o que precisava para sustentar os filhos e ainda lutar contra o preconceito enraizado na época na região, com as mulheres que não tinham maridos, denominadas como “as sendeiras”. A situação vivida pela família, se complicou ainda mais, após a morte do genitor, 1 mês e 7 dias depois da perda, faleceu também a avó materna, suporte da genitora no momento, e com o falecimento da avó o avô materno veio morar com a família, no intuito de cuidar da filha e netos e também ser cuidado pelos menos, mas, aproximadamente 1 ano depois do falecimento da avó materna, o avô materno também veio a óbito, após ser acometido por um acidente vascular cerebral (AVC), e a família passou novamente por momentos de dificuldades, o único apoio que tinham era da avó paterna, que sempre que podia ajudava financeiramente e procurava não deixar faltar nada, e da família de um irmão materno, que se mudou para o outro lado da BR, tornando assim vizinho da irmã, para ajudá-la e de certa forma protegê-los.

A família teve que se reinventar várias vezes em menos de 2 anos, e entre as dificuldades que passaram, estavam: a escassez de alimentos, de roupas, materiais escolares, e todo tipo de privação, mas, em razão da genitora nunca ter tido a oportunidade de estudar, sempre motivou os filhos a romper na vida através da educação, e assim estudar se tornou o principal foco e ensinamento, da mãe. Sendo esse o ensinamento gravado nos pensamentos da filha mais velha, buscou através da educação romper e dar orgulho a sua mãe, ao presenciar os momentos de dificuldades, pegou para si a responsabilidade de amenizar a situação, então quando tudo parecia sem saída e tudo se tornou mais difícil, se viu obrigada aos 09 anos de idade, deixar a casa de sua mãe e ir morar em Araguatins/TO, a uns 40 quilômetros do povoado Macaúba, onde morava, indo morar com uma de suas tias paternas, que tinha boas condições financeiras na época, o objetivo era estudar, e assim, em troca de material escolar, moradia, alimentação e roupas, trabalhava na casa e no estabelecimento comercial da tia.

Na companhia da tia ficou até os 11 anos de idade, e como a vida não era fácil, e não estava conseguindo conciliar os estudos com todas as obrigações, voltou ao povoado Macaúba, mas, não tinha como morar com a mãe, pois as condições ainda eram difíceis, e assim foi trabalhar e morar na casa de uma família, em uma fazenda, a 300 metros de onde morava sua mãe, assim, podia visitar, sempre que possível sua família, e conseguiu estudar e trabalhar, pois quem lhe empregou (acolheu) foi a família de sua primeira professora,

tornando uma incentivadora de seus estudos. Fiquei¹ trabalhando e morando com essa família, dos 11 aos 14 anos, quando meu primo materno (criado por minha mãe), agora com 19 anos, casado, havia ido morar em Palmas/TO e chamou-me para morar com ele e ir tentar a vida na capital, onde eu teria melhores oportunidades, no entanto, não deu certa a convivência com a família do meu primo, e após dois meses fui morar com o meu tio materno, o pai desse primo, que também morava em Palmas, desde o ano 1994. Outra família, outras regras, realidades, tive que me readaptar novamente, e com eles vivi dos 14 até 19 anos, trabalhando, estudando e ajudando nos afazeres domésticos, sem regalias, carinho e exposta a todos os tipos de situações, mas tendo a oportunidade de estudar.

Foi no período em que vivi na casa do meu tio materno, que aprendi a me defender, e principalmente a ter empatia pelo acolhimento institucional de crianças e adolescentes, pois, foi nessa época, que aconteceu uma das situações mais constrangedoras da minha vida, só tive coragem de compartilhar com outras pessoas, quando adulta, para minha mãe, nunca contei como forma de protegê-la de mais uma situação difícil.

Na casa do meu tio, morava ele com sua esposa, seus três filhos, um neto, eu e um sobrinho da sua esposa, a casa tinha apenas dois quartos, então dormíamos todos juntos, apenas meu tio com sua esposa tinha privacidade. Quando se vive assim, as meninas ficam mais vulneráveis a todos os tipos de violências, com meus primos e tios nunca tive nenhum problema, mas, com o sobrinho da minha tia, como não me considerava como parente, achou-se no direito de querer me obrigar a ser seu objeto sexual. Meus tios trabalhavam o dia todo, das 05hs30min da manhã, as 18hs30min, minha prima mais velha também trabalhava e meus primos menores estudavam, então era comum eu ficar sozinha em casa com ele, foram nesses momentos que por 4 vezes ele tentou abusar sexualmente de mim, eu tinha muita força física na época, e sempre consegui sair da situação, sendo obrigada a ficar do lado de fora da casa até alguém chegar, como não podia contar nada a ninguém, já que na minha cabeça eu estava ali “de favor”, guardei os ocorridos apenas para mim, e assim fui tendo empatia por todos que de alguma forma passam por privações e sofreram algum tipo de violência.

Em 2004, retornei para a casa da mãe, agora já com 19 anos, e fiquei até ser aprovada no vestibular em 2005 e iniciar o curso de graduação em geografia na UFT, quando mudei para Araguaína/TO, tendo que morar e trabalhar na casa de uma pessoa, que têm uma fazenda em um povoado próximo da Macaúba, foi à única forma de conseguir cursar a faculdade, e conciliei trabalho e estudos até 2007, quando passei na seleção para bolsista administrativo da

¹ Opto aqui por utilizar da primeira pessoa do singular como forma de demonstrar meu percurso.

própria Universidade, e fui morar em uma casinha que a mãe havia comprado, com uma prima de 16 anos e uma amiga da faculdade, em 2009 concluí o curso, casei, e trabalhei por um ano na educação do Município de Araguaína.

Mesmo com a vida seguindo seu curso, havia sempre algo que me ligava às classes menos favorecida, sempre gostei de trabalhar como voluntária, ajudar as pessoas mais carentes, em 2015, mesmo estando trabalhando, na correção de trabalhos acadêmicos de uma faculdade da cidade, recebi a proposta de trabalhar na coordenação de uma Casa de Acolhimento, apesar da remuneração ser bem inferior ao que eu ganhava na época, não pensei duas vezes, e aceitei a proposta, foi aí que conheci o universo do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, e me identifiquei com muitas histórias daquele público que atendíamos não me conformava de trabalhar apenas com os acolhidos² e demonizar as famílias, eu buscava ir além, e ajudava em tudo que podia as famílias, em especial para que as crianças pudessem voltar ao seio familiar, dessa época, tenho boas histórias, de muitas famílias que transformaram suas realidades, pena que essas foram às exceções e não a regra. Percebi que tudo e todos os percalços que passei na infância e adolescência, agora poderiam ser evitados com as políticas públicas que objetivam assegurar os direitos dessa população, se essas forem aplicadas pensando no acolhido e principalmente respeitando suas subjetividades. Mas, também entendi que o acolhimento deve ser o último recurso aplicado, na busca por assegurar os direitos desse público, pois, no acolhimento nem tudo é flores há também muitos espinhos, e esses causam feridas difíceis de serem cicatrizadas, e em alguns casos selam os destinos dos acolhidos negativamente.

E foi assim, vivendo momentos de dificuldades, sendo vítima de tentativa de abuso sexual, e trabalhando com o acolhimento do ano de 2015 ao ano 2019, que nasceu o desejo de pesquisar sobre o acolhimento institucional, de conhecer o tema cientificamente, acreditando que para ajudar é preciso conhecer e através da pesquisa, sinto que posso trazer maior contributo a essas crianças, adolescentes, e suas famílias, que por diversos motivos, precisaram usar da institucionalização, para conseguir se reinventar no percurso de suas vidas.

Depois, dessa breve retrospectiva da história da minha vida, apresento-lhes o tema pesquisado e o objeto dessa pesquisa, que é as políticas públicas para infância e adolescência protagonizadas pelo Acolhimento Institucional. As políticas públicas³ em um país como o

² Nesse estudo serão utilizados os sinônimos: institucionalizado; protegido; amparado; atendido e abrigado; para se referir a “Acolhido”, sendo que a estratégia se fez necessário para evitar excessivas repetições do mesmo termo.

³ O conceito de Políticas Públicas, aqui evidenciado, coaduna com as ideias apresentadas por Sposito (2003), em que Políticas Públicas elencam as ideias contidas nos projetos de desenvolvimento do Governo, associando-se ao

Brasil, é uma demanda necessária, principalmente para a sustentação de condições mínimas de vida para populações com maiores necessidades, sejam elas coletivas, de grupos ou mesmo individuais.

Frente às fragilidades impostas pelas condições de vida, cada pessoa, busca maneiras de acessar direitos e minimizar suas dificuldades cotidianas, tendo ou não o apoio do Estado. Essas tentativas de driblar as dificuldades da vida se configuram no que Certeau (2009, 2018), chamou de “Artes de Fazer, ou Táticas” em seu livro “A Invenção do Cotidiano”, teoria base de sustentação das discussões aqui evidenciada quando nos referimos aos acolhidos e/ou suas famílias. As discussões de Certeau harmonizam com os debates apresentados nas obras de Robert Castel (1998, 1997), sobre “As metamorfoses da questão social” e “A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a ‘desfiliação’”, do autor Amartya Sen (2000, 2011) em suas obras sobre “Desenvolvimento como liberdade”, e “A ideia de Justiça” e como forma de incrementar as reflexões utilizou-se da obra “Necropolítica” de Achille Mbembe (2018) para elencar a figura do Estado nesse jogo de sobrevivência da população.

Historicamente, estudiosos sobre os assuntos pertinentes à família e seus universos, explicam que somente no século XV surgiu o princípio de família, a partir de então, passou a discutir as características dos direitos públicos das famílias e seus membros, a exemplo das crianças e adolescentes. Ainda nesse século, é pensado o convívio coletivo e não aos direitos individualizados por faixa etária, o que acaba por deixar vulnerável, muitas vezes em situações insalubres, as idades que não representavam problemas e peso para a sociedade, que não contribuam para o crescimento econômico do reino, como era o caso dos idosos e das crianças e adolescentes (ARIÈS, 1981).

Com a Constituição Federal de 1988, pode-se pensar Políticas Públicas as quais pudessem atender especificamente as necessidades das crianças e adolescentes; logo após esses direitos foram assegurados pela lei com a publicação, no ano de 1990, do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), o qual tem como primazia tratar especificamente dos direitos das crianças e adolescentes. Com o ECA, esse público passou a ser percebido pelo Estado como sujeitos dotados de direito, deixando de serem vistos como objetos e ganhando reconhecimento como seres humanos em desenvolvimento (BRASIL, 1990).

desenvolvimento econômico e social e nas relações entre o Estado e a sociedade. Tecemos também exposições sobre o conceito de “Necropolítica” de Achille Mbembe (2018) como forma de aguçar as discussões sobre o conceito de Políticas Públicas e suas relações com as vulnerabilidades sociais.

No passado, os responsáveis por cuidar dessas crianças e adolescentes eram popularmente conhecidos como “amas-de-leite”; ou “pegava para criar”, porém, nos dias de hoje, é considerado crime todo e qualquer tipo de acolhimento que não seja feito em conformidade com as Normas Técnicas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), as quais se dão através de Abrigos/Instituições, família acolhedora, família extensa, guarda subsidiada e família substituta⁴, podendo ser punido à luz das leis que amparam os direitos das crianças e adolescentes (BRASIL, CONANDA, 2009).

O tema “Políticas Públicas e à vulnerabilidade social de crianças e adolescentes acolhidos em Araguaína – TO” se justifica, em razão dos contributos que trará nas discussões que mostram a importância do conhecimento das complexidades que envolvem essa população e sobre as “táticas” diárias que pessoas invisibilizadas por mazelas sociais, utilizam na busca por sobrevivência, podendo ser visto como ruim pela sociedade, mas, pode ser a única opção de superação da situação de vulnerabilidade social, como diz Mbembe (2018) uma forma de sobreviver a uma sistema desigual e envolvido em necropolíticas, que ao mesmo tempo que possibilitam sonhar trás consigo mãos invisíveis que podem causar morte.

Como era necessário ter todas as informações possíveis sobre o acolhimento e os acolhidos, foram digitadas as fichas dos anos de 2008 (início das atividades na Casa de Acolhimento pesquisada) ao ano de 2016, pois, estavam disponíveis digitalizadas as fichas dos acolhimentos referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019. Ressaltando que o arquivo interno da Instituição, denominado “controle de entrada e saída de acolhidos”, foi elaborado pela pesquisadora (ano em que a mesma iniciou como colaboradora da Casa Ana) e por uma assistente administrativa da Casa, no ano de 2017, após necessitar de informações do acolhimento, para responder um questionário (fiscalização semestral do acolhimento) do Ministério Público. Para análise dos dados coletados, foi trabalhado com Censo e Análise Documental como procedimento metodológico para a realização das discussões apresentadas na pesquisa⁵, no primeiro capítulo a metodologia será apresentada minuciosamente.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os dados dos acolhimentos institucionais, do ano de 2008 a 2019, totalizando 12 anos de serviços, sendo a primeira Instituição do Município de Araguaína/TO, buscando compreender os aspectos das Políticas Públicas para infância e adolescência e suas relações com a vulnerabilidade social. E como objetivos

⁴ No quadro 2 é caracterizado cada uma das formas legais e/ou dos tipos de acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

⁵ Utilizando-se da liberação para pesquisa do CEP HDT/UFT, sob o número do CAAE: 09343418.6.0000.8102, parecer número 3.282.348, publicado no dia 24 de abril de 2019. Após liberação do CEP e do Juizado da Vara da Infância e Juventude de Araguaína, da Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEMASTH e da Coordenação da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima – CAACTL.

específicos: conhecer os aspectos históricos das políticas públicas para a infância e adolescência no Brasil, Tocantins e Araguaína; traçar o perfil do acolhimento institucional em Araguaína/TO, contextualizando com os aspectos políticos e de vulnerabilidade social das famílias em questão; Caracterizar os espaços das instituições de acolhimento de crianças e adolescentes de Araguaína, mostrando o seu percurso histórico social no período analisado.

Nesse sentido a pesquisa assume importante papel e relevância social, pois, se dispõe a considerar sujeito outrora negado, possibilitando analisar os usos das políticas públicas para a infância e adolescência e suas relações com a vulnerabilidade social. Cabendo então refletir e questionar como as políticas públicas para infância e adolescência têm servido e sido usadas como táticas pela população? Como essas políticas afetam e/ou transformam a vida das famílias e dos acolhidos? É possível pelas vias sociais disponíveis um garoto ou garota abrigada romper com o ciclo de abandono e pobreza? Ou a política de proteção é justamente aquela que também sela o destino? Essas políticas Institucionais de proteção funcionam como tal ou se revestem de necropolítica? De que tipo de políticas estamos falando quando nos referimos as crianças e adolescentes tão vulneráveis? São essas questões que procuramos evidenciar ao longo das discussões apresentadas.

Tendo como hipótese de pesquisa, que as crianças e adolescentes acolhidos, as famílias e o Estado estão utilizando das políticas públicas para infância e adolescência como válvula de escape para seus problemas momentâneos, jogando com o cotidiano através de táticas de sobrevivência, o que pode estar gerando outras fraturas e vulnerabilidades sociais, “desfiliando” ainda mais esses sujeitos.

O locus de pesquisa foi à Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima, localizada na cidade de Araguaína/TO, hoje com capacidade para acolher 30 crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos incompletos, sob a responsabilidade da Secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação do Município.

Araguaína é considerada como a segunda maior cidade em número populacional do Estado do Tocantins, localizada na Região Norte do Brasil e em extremo norte do Estado, tem como slogan e apelido “Capital econômica do estado” e/ou “Capital do boi gordo”. O Município nasceu às margens do Rio Lontra, um dos afluentes do Rio Araguaia, e no ano de 1958 teve sua emancipação. Na década de 60, com a construção da BR-153, antiga Belém-Brasília, houve forte expansão e fortalecimento da cidade, e deste então Araguaína, tem se destacado no Estado do Tocantins e na Região Norte, exercendo influência nos municípios circunvizinhos e também em cidade dos estados vizinhos, como Pará e Maranhão, sendo referência na oferta de serviços de educação, saúde, e comércio (SILVA, 2012).

A dissertação está dividida em quatro capítulos, o primeiro trás as discussões sobre os aspectos que envolvem o caminho teórico-metodológico, apresentando a metodologia da pesquisa e seus procedimentos, discorrendo passo a passo todo o percurso percorrido na construção da pesquisa, além de apresentar a incursão teórica adotada ao longo do texto. No segundo capítulo, são discutidas as políticas públicas para infância e adolescência, contextualizando-a em seus aspectos históricos, partindo do pressuposto das políticas públicas nacionais para esse público, passando pelas discussões em esfera regional, estadual, chegando ao Município de Araguaína. Nesse capítulo os principais teóricos utilizados foram Achille Mbembe (2018) e Amartya Sen (2009, 2011), buscando compreender a ideia das políticas públicas pela ótica da necropolítica e da justiça social, procurando colocar as pessoas em primeiro lugar, dando a elas a liberdade abordada na obra de Sen.

No terceiro capítulo, dissertou-se sobre vulnerabilidade social, associando as táticas teorizadas por Michel de Certeau (2009, 2018), em sua obra a Invenção do Cotidiano, correlacionando com Robert Castel (1998, 1997) com as metamorfoses sociais e desfiliações, como forma de compreender como as famílias e as crianças e adolescentes institucionalizados tem reinventado o seu cotidiano de acordo com as suas possibilidades que vão surgindo ao longo de suas vidas. O quarto capítulo, tece debates sobre a institucionalização da infância e adolescência em cidades médias, tendo como base os dados coletados em Araguaína, contextualizando a cidade em seus aspectos de localização e fatores geográficos, Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, além de apresentar o perfil dos acolhimentos no Município de Araguaína de 2008 a 2019.

O acolhimento institucional se mostrou ao longo da pesquisa como um processo complexo, subjetivo, que envolve saberes de várias áreas da ciência em seu desenrolar cotidiano. Sendo uma ação das políticas públicas para infância e adolescência se mostrou válida em casos como os de abuso sexual e violência contra essa população, em especial nos casos onde os agressores são os próprios genitores ou responsáveis, mas, uma necropolítica quando retiram do seio familiar os filhos, tendo como motivos as chamadas negligências, as quais normalmente estão associadas às mazelas sociais provindas da vulnerabilidade sociais, vinculadas a pobreza. Ou seja, são políticas que ao asseguram direitos, travestidas de condições que selam os destinos dos acolhidos e de suas famílias, mas, que não tem conseguido transformar suas realidades de fato.

1 ARCABOUÇO TEÓRICO – METODOLÓGICO

1.1 Sistematização da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com análises estatísticas descritiva, em razão da sua configuração, a qual associou pesquisa de campo, observações diretas e análise de documental, dos quais foram extraídos dados, tratados estatisticamente, que possibilitaram a descrição e análise do tema abordado.

Segundo esclarece Rodrigues *et al.* (2003, p. 89) é “Quantitativa: quando a abordagem está relacionada à quantificação, análise e interpretação de dados obtidos mediante pesquisa, ou seja, o enfoque da pesquisa está voltado para a análise e interpretação dos resultados, utilizando-se da estatística”. Quanto a vertente qualitativa, os autores explicam que “Qualitativa: quando não emprega procedimentos estatísticos [...]. É utilizado para investigar problemas que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar” (RODRIGUES, *et al.* 2003, p. 90).

Segundo Vieira e Zouain (2006) nas pesquisas quali-quantitativas há uma distorção e ilusão, ao pensar que uma se contrapõe a outra, na verdade, uma é complemento da outra, visto que as ferramentas de uma possibilita contar as informações enquanto a da outra interpretá-las, ou seja, uma pode ser complementar a outra. Tal ideia coaduna com a proposta aqui, uma vez que o objetivo é trazer os dados quali e quanti para auxiliar numa elaboração mais acertada acerca dos acolhimentos na cidade de Araguaína - TO.

Para Sass (2012, p. 8) quando a pesquisa busca descrever um fenômeno ou objeto, ela tem como característica específica classificar como pesquisa descritiva, normalmente sendo utilizada “quando já se tem algum conhecimento do assunto e se quer descrever um fenômeno. [...] Algumas hipóteses podem ser formuladas, procurando-se confirmá-las ou negá-las. Nesse tipo de estudo é [...] importante à exatidão e precisão dos dados coletados”.

A princípio buscou-se conhecer o tema abordado por meio da teoria e de visitas e observações na Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima possibilitando traçar o perfil dos acolhimentos e acolhidos ao longo dos anos de serviços, de maio de 2008, data do início das atividades, ao ano de 2019. Foi então solicitado liberação dos Órgãos competentes para pesquisa, e assim a pesquisadora pode digitalizar todas as fichas da Instituição, em um documento, salvo no formato de planilha do programa *word*, intitulado “Controle de entrada e saída de acolhidos”, após a digitalização de todas as fichas arquivadas na Instituição de maio de 2008 à dezembro de 2016, visto que 2017 a 2019 estavam digitadas. O documento ficou

disponível para utilização da Casa Ana, dando assim continuação às digitações dos próximos acolhimentos, manutenção e melhoramento do trato das informações contidas no documento. Destaca-se que esta pesquisa colabora sistematicamente com um melhor trato e organização da informação, deixando para a instituição o histórico de atendimentos estruturados para consulta interna e de futuros pesquisadores.

Cabe ressaltar que durante a digitalização das fichas, a pesquisadora teve auxílio de profissionais da Instituição. O documento institucional contém informações que revelam o fluxo de entrada e saída de acolhidos, e os acolhimentos mensais, movimentos existentes como resultados das ações das políticas públicas para infância e adolescência, os quais evidenciam a vulnerabilidade social envolvidas nesses processos revelando um mundo que pode passar de forma invisível aos olhos da sociedade (ARAGUAÍNA-TO/CAACTL, 2019).

Contém ainda informações sobre os dados do processo, migrações e composição familiar, o que possibilita uma grande variedade de informações e possibilidades de análises. Em razão disso em diversos momentos foi necessário limitar as análises, procurando tecer um enredo claro e objetivo. As lacunas deixadas poderão se tornar futuramente em novos objetos de pesquisas com outros objetivos e aprofundamentos temáticos.

Para analisar os dados utilizou-se de Análise Documental, buscando elementos que ajudaram a descortinar a vulnerabilidade social atrelada às políticas públicas para infância e adolescência. Para Gil (2008, p. 27): “A pesquisa documental, os materiais utilizados geralmente receberam um tratamento analítico (por exemplo, documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e privados: filmes, gravações, diários, memorandos, ofícios, atas de reunião, boletins, documentos internos, etc.)”, as fichas da Instituição de acolhimento são preenchidas na chegada e na saída da criança e adolescente, onde são informados: idade, sexo, cor, se tem problemas de saúde, naturalidade, data de entrada e de saída, composição familiar, motivos do acolhimento entre outras. As informações foram tratadas através da digitalização e uso de planilhas do *excel* como programa de apoio estatístico de organização dos dados, os resultados foram sistematizados em gráficos, tabelas, quadros e mapas temáticos específicos.

Para Vieira e Zouain (2006) um dos maiores cuidados nesse tipo de pesquisa é “a veracidade e confiabilidade dos dados, os quais devem ser o mais condizente possível com a realidade analisada”. Nesse contexto foi adotado como método estatístico o censo, como forma de obter as informações sobre toda a população a qual já passou pela Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima em Araguaína, no período pesquisado.

O Censo é entendido como um conjunto de procedimentos que permite verificar fatores sociais, econômicos e demográficos de toda uma população específica (SASS, 2012).

Utilizou o censo como forma de levantar informações da população total atendida no período de maio de 2008 a 2019, de acordo com os registros acessados da Instituição de acolhimento pesquisada, totalizando doze anos de serviços prestados pela Instituição em foco. Para Sass (2012, p. 6) “Censo, [...], é definido como a aferição de características específicas de um universo de objetos físicos e sociais, verificadas em todas as unidades ou elementos que compõem tal universo ou população”. É um método muito utilizado quando se busca tratar de uma população total, e não depende de objetos específicos como em outros métodos estatísticos. Um dos exemplos mais conhecidos do uso do censo é o recenseamento, “[...] caracterizado como um conjunto de procedimentos operacionais com o objetivo de coletar, sistematizar e divulgar dados demográficos, econômicos e sociais da população, em um momento ou vários momentos especificados” (SASS, 2012, p. 6).

O trabalho com censo não é feito por amostragem, sua definição passa necessariamente por aferição das informações de todos os sujeitos de dada região, ou no caso desta pesquisa da instituição. Assim, foi realizado um trabalho sistemático de captura de dados de todas as fichas de entrada do público da instituição garantindo como resultado um censo institucional das Casas de Acolhimento de Araguaína, pois reuniu os dados de 12 anos de serviços prestados, do ano de 2008 a 2019.

A pesquisa disponibilizará ao poder público dados importantes que poderão ser utilizados para repensar as políticas públicas para a infância e adolescência, podendo melhor trabalhar com as vulnerabilidades sociais a que estão expostas as famílias e institucionalizados, podendo assim pensar novas estratégias e governança que possam mitigar tais vulnerabilidades.

Teoricamente se ancorou em Certeau (2009, 2018) o qual mostra um cotidiano social muitas vezes invisível aos olhos da sociedade, em que cada indivíduo busca minimizar suas mazelas e assim criar suas próprias “Táticas” e formas de viver, as quais o autor denominou de “Artes de Fazer”, essa teoria foi utilizada para falar sobre os acolhidos e suas famílias.

Outra teoria utilizada, nas discussões sobre o Estado foi a “Necropolítica” de Mbembe (2018), no qual o autor trás reflexões sobre um sistema político com ações públicas voltadas para a morte de sua população, que ao invés de assegurar direitos, fragiliza ainda mais as classes menos favorecidas, e nessa luta por sobrevivência social, vale qualquer coisa, pois o principal objetivo é manter-se vivo.

As teorias de Certeau e Mbembe comungam com as discussões dos autores: Robert Castel (1997, 1998) e Amartya Sen (2000, 2011), em suas obras: *As metamorfoses da questão social*; *A dinâmica do processo de marginalização: da vulnerabilidade e ‘desfiliação’*;

Desenvolvimento como Liberdade; e A ideia de justiça, pois os autores discutem as políticas públicas, pelo viés das vulnerabilidades sociais, tendo-as como resultado da fratura da coesão social, e da composição dos aspectos relacionamentos com os projetos governamentais de desenvolvimento, muitas vezes usados como forma de matar as possibilidades de ascensão e sobrevivência social.

As artes de fazer ou as táticas cotidianas serão utilizadas para pensar a questão da institucionalização da infância e adolescência na cidade de Araguaína e como as políticas públicas são utilizadas pelas famílias e acolhidos nos processos de mitigação das vulnerabilidades sociais vividas pela população marginalizada, como evidenciada pelo IBGE (2018).

O termo vulnerabilidade Social é utilizado no decorrer dessa pesquisa como forma de evidenciar as diferenças sociais pautadas nas discussões de Robert Castel (1998 e 1997), que apresenta uma relação entre as questões sociais e o trabalho, dois eixos diretamente ligados ao que o autor chama de “coesão social”, sendo que dessa coesão é irrigado o terreno da vulnerabilidade social. Castel (1997, p. 27) explica que a coesão social cria um exército de desfiliações e essas instabilidades da massa social, criam o que o autor chama de “Zona” onde a vulnerabilidade é caracterizada como “um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional”. O autor explica ainda que nesse cenário precário de relações que estruturam a sociedade, proveem “o risco de caírem na última zona, que aparece, assim, como o fim de um percurso. É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação”.

Em razão da amplitude do tema políticas públicas, limitou as discussões ao que se refere à infância e adolescência, com foco nas crianças e adolescentes institucionalizados em abrigos. No Brasil, as origens do atendimento a crianças e adolescentes remontam ao período colonial, quando os menores eram vistos como um tropeço para a sociedade e tratados como objetos por quem os deveriam acolher, sendo cuidados pelas Casas de Caridades, mantidas por igreja, pois ainda não se tinha a figura do Estado, não havia ações públicas voltadas a esse público (SANTOS, 2016).

Portanto, o objeto de pesquisa aqui evidenciado são as políticas públicas voltadas para infância e adolescência em situação de institucionalização, levando em consideração que tanto as famílias como as próprias crianças e adolescentes usam-se dessas políticas em diversos momentos em benefício próprio, como explica Certeau (2009, 2018) ao teorizar em suas

pesquisas, a “Artes de Fazer”, ou seja, reinventando assim o seu lugar, espaço, cotidiano, buscando a qualquer custo sobreviver.

1.2 Estratégias Metodológicas

A pesquisa teve os seguintes passos e procedimentos metodológicos: no primeiro momento, foram obtidas todas as liberações necessárias dos órgãos e instituições competentes, tais como: Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Araguaína, Secretária de Ação de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SEMASTH), e da Coordenação da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima, e por fim submissão e aprovação do projeto junto ao Comitê de Ética da UFT/HDT, sob o número CAAE: 09343418.6.0000.8102, parecer número 3.282.348, publicado no dia 24 de abril de 2019.

Num segundo momento foram realizadas a digitalização e organização de todas as informações constantes nas fichas dos acolhidos, no documento de Controle de Entrada e Saída de Acolhidos, onde foram colocadas informações referentes à judicialização ou não dos acolhimentos, composição familiar, naturalidade, reintegrações, motivos do acolhimento, data de entrada e saída, motivos do acolhidos, entre outras informações pertinentes a institucionalização. As informações digitalizadas correspondem ao período de maio de 2008 ao ano de 2016, isso porque os anos de 2017, 2018 e 2019 já estavam digitalizados e foram apenas complementadas com mais informações contidas nas fichas.

Concomitante aos demais procedimentos foram realizadas visitas de observação na Instituição, a fim de conhecer o seu espaço físico com registros fotográficos das duas unidades das Instituições de Acolhimento, uma localizada no Setor Noroeste e a outra no Setor Jardim Via Lago (ver mapa 1), possibilitando assim uma melhor descrição e debate das informações sistematizadas nos documentos da Instituição.

O censo foi realizado através da digitalização de informações sobre o acolhimento de todos que passaram na Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima, durante o período pesquisado, e que continham fichas físicas disponíveis, antes de 2008 não havia Instituições de Acolhimento de crianças e adolescentes em Araguaína, e a proteção a essa população era realizada apenas durante o dia no projeto conhecido como “Sentinela” sob a responsabilidade do Judiciário.

Outros dados secundários complementaram e auxiliaram nas análises, e foram extraídos do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Casa Ana Caroline Tenório Lima, além de dados disponibilizados em sítios eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), IBGE,

ABRINQ, CEDECA, SETAS e SEPLAN/TO, entre outros sítios de dados oficiais, referentes a dados estatísticos de 2018 e anos anteriores, além dos documentos disponíveis no site da Prefeitura de Araguaína e da Instituição a exemplo o PPP, versão do ano de 2018.

No que se refere à análise dos dados, utilizou-se a análise documental, o que possibilitou obter uma visão geral sobre o acolhimento institucional, partindo dos dados em nível de País, esmiuçando até chegar ao Município de Araguaína – TO. De acordo Laville e Dione (1999, p. 11) “O trabalho de análise já se inicia com a coleta dos materiais, não é acumulação cega e mecânica. À medida que colhe as informações, o pesquisador elabora a percepção do fenômeno e se deixa guiar pelas especificidades do material selecionado”.

Para Gomes (2007, p. 80), em algumas pesquisas as informações de que se precisa na formulação das discussões só serão encontradas nos documentos e em suas análises, a exemplo, da dinamicidade e complexidade contidas em muitos documentos que trazem concepções de políticas públicas.

Como categorias para análise documental norteou-se por: total de atendimento ao longo de 12 anos (2008 a 2019); sexo (masculino e feminino), faixa etária, classificando em bebê (0 mês a 3 anos), criança (acima de 3 a 12 anos) e adolescente (13 a 18 anos); relacionando sexo, faixa etária e anos; motivos do acolhimento; composição familiar; abertura do processo e passagem rápida; quantidades de adoções, reintegrações, fugas, maior idade ou transferências para outras instituições; reincidências; para que município são reintegres; de onde são naturais, entre outros aspectos relacionados as peculiaridades do perfil da população que culminam no acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

As categorias analisadas permitiram vislumbrar: questões que envolvem políticas públicas para infância e adolescência no Brasil, Tocantins e Araguaína; a arte do fazer das famílias e acolhidos frente institucionalização de crianças e adolescentes; Instituições de acolhimento de crianças e adolescentes; motivos de acolhimento, migrações relacionadas ao acolhimento; composição das famílias que tem filhos acolhidos; sexos e idade dos acolhidos; tempo de acolhimento entre outros fatores que compõem o perfil dos acolhimentos institucional em Araguaína.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INFÂNCIA ADOLESCÊNCIA

“A política como ‘morte que vive uma vida humana’”.

(MBEMBE, 2018).

A epígrafe de Mbembe (2008) resume bem a política a qual será base das reflexões nesse capítulo, sendo apresentado o debate acerca das Políticas Públicas para Infância e Adolescência, a qual passou por vários períodos até chegar ao aporte atual, que também merece reflexões, pois apesar de se mostrar mediadas por ações benevolentes, pode invisibilizar uma política de “morte que se vive em vida”. De início buscou-se compreender o que são as mesmas e o debate sobre a temática. Não existe apenas um conceito que caracterize políticas públicas, é um assunto que perpassa por diversas áreas e se mostra polissêmico, nesse sentido são apresentadas algumas definições do que sejam as políticas públicas.

Na visão de Peters (1986) políticas públicas “é um conjunto específico de ações do governo os quais irão produzir efeitos específicos”, já Souza (2002, p. 4) explica que “A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam em responder aos questionamentos: quem ganha o quê, por que e que diferença faz”, ou seja, nesse conceito política pública é a tradução dos propósitos dos governos, suas ações, os programas desenvolvidos, os quais culminam em resultados e mudança reais no cotidiano da população ou de grupos específicos. Ressalta-se que, em muitos casos, a falta de amparo social a um determinado grupo é resultado de políticas públicas que priorizam fatores econômicos e/ou camadas populacionais diferenciadas. Exemplos atuais podem ser verificados nas reformas da previdência em países como Brasil e Grécia que dificultam cada vez mais o acesso à assistência em idades vindouras.

Na perspectiva evidenciada pelos autores supracitados, o conceito que coaduna com as discussões elencadas nessa pesquisa foi à definição de política pública proposta por Sposito (2003, p. 59), que a define como sendo “a compreensão da dimensão ética política dos fins da ação, e deve se aliar, necessariamente, a um projeto de desenvolvimento econômico-social e implica formas de relações do Estado com a sociedade”, a definição do autor evidencia um desenvolvimento sustentado por um projeto maior, em que nem sempre as questões sociais são o foco e em sua maioria os sustentáculos do Projeto Governamental tem base econômica e de consumo, deixando de lado o debate das vertentes sociais. Nessa inclinação Souza (2006)

exemplifica que as políticas públicas serão todas as intenções governamentais as quais foram planejadas para transformar o mundo real, a vida da população.

Se o Estado é um dos principais agentes para que a política pública aconteça e transforme o cotidiano social, cada pessoa torna-se a outra parte, o outro agente que contribuirá para que os resultados dessas ações pensadas sejam otimizados no dia-a-dia, o que está diretamente relacionado à teoria de liberdades de Amartya Sen (2000), a qual expõe que para haver crescimento econômico é necessário que haja melhoria de vida da população, pois somente através de melhores condições de vida é que o sujeito poderá alcançar as liberdades apresentadas pelo autor, e essas liberdades substantivas devem fazer parte de um projeto maior de desenvolvimento que inclua o social e busque a diminuição das desigualdades, ou seja, as políticas públicas devem vir associadas com as questões sociais.

Assim, Sen (2000, p. 334) explica que “[...] os seres humanos não são meramente meios de produção, mas também finalidade de todo processo”, se um gestor assim não pensar, estará usurpando a essência da política pública. O projeto de um país deve incluir em suas políticas públicas um trabalho de ampliação das liberdades substantivas, permitindo o exercício da cidadania a partir do acesso a saúde, educação, justiça, entre outros fatores. O atrelamento da justiça social ao desenvolvimento econômico é que permite verificar as riquezas de um povo.

Segundo Souza (2002, p. 17) “A adoção de políticas públicas denota um modo de agir do Estado nas funções de coordenação e fiscalização dos agentes públicos e privados para a realização de certos fins”, normalmente esses fins estão diretamente ligados aos direitos sociais, incluindo os direitos econômicos.

Observa-se na colocação da autora que os fins econômicos estão incluídos nos fins sociais, e não o contrário, é o mesmo que afirmar que em uma ordem escalonada, primeiramente tem-se as pessoas, para depois pensar nos aspectos econômicos, corroborando com as concepções de Sen (2000). No entanto, as políticas públicas, em várias circunstâncias têm sido pensadas para aperfeiçoar os aspectos econômicos, mesmo que para isso os fins sociais sejam esquecidos. O que acaba por estabelecer uma lógica de ações governamentais produtoras de desigualdades e geradoras de novas intervenções para mitigar problemas sociais.

A citação de Souza (2002) afirma que a política pública se fundamenta nos direitos sociais, pois são esses direitos que positivam as ações e concretizam a função do Estado, dando ao indivíduo as oportunidades que lhes asseguram os direitos fundamentais, a saber, “segurança, liberdade, propriedade, educação, lazer, cultura, educação, saúde, dentre outros”.

Desta maneira as políticas públicas são ou podem ser, dependendo de seu projeto subjacente, responsáveis por favorecer ou sedimentar caminho para se alcançar as liberdades substantivas, escreve Sen (2000, p. 39) que “As oportunidades sociais são importantes não apenas para a maneira como as pessoas conduzem suas vidas privadas, mas também para maior participação efetiva em atividades econômicas e políticas”. O autor explica que quando uma pessoa não é alfabetizada a sua capacidade de “participação em política”, fica prejudicada, deixando-a em desvantagens e até mesmo fora de atividades políticas.

De acordo com Souza (2002) alguns fatores devem ser considerados quando se trata do tema de políticas públicas, incluindo a distância entre a retórica e a prática, a análise adequada de todos os envolvidos no processo, incluindo os agentes informais do processo, além disso, deve conseguir pensar no todo, prevendo seus alcances, viabilidade, avaliação e suas execuções, tendo como base principal o bem-estar social.

As discussões sobre políticas são antigas e trazem em suas correlações suplementos condizentes com os acontecimentos históricos, a exemplo, da crise do chamado Estado do Bem-Estar, ou “*welfare state*”, no final do século XX, isso porque o Estado passou por graves crises econômicas, sociais e teve que enfrentar fortes críticas sobre as finalidades das políticas e ações adotadas no enfrentamento do conturbado período, já que era visível que os objetivos do Estado estavam firmados no desenvolvimento e crescimento econômico, mesmo que para isso as questões sociais fossem deixadas em segundo plano. Trevisan e Bellen (2008) também chamam à atenção a força interventora do Estado sobre a vida das pessoas, estando assim à qualidade de vida e as “liberdades de escolhas” (SEN, 2000) diretamente ligadas às políticas públicas e ações do Estado, seu desempenho e fracasso são fundamentais nos reflexos do espelho social da população.

Em razão das dicotomias nas políticas públicas e no seu poder de interferência social, Trevisan e Bellen (2008, p. 530-531) explicam que nos “primórdios, as políticas públicas eram consideradas quase exclusivamente *outputs* do sistema político, o que justificava o fato da atenção [...] nas demandas e articulações de interesse”, pois as pesquisas desses fatores poderiam fornecer análises apuradas sobre os processos quem envolviam as políticas públicas. Para os autores:

No caso do Brasil, os estudos sobre políticas públicas são bem recentes. Nesses estudos dispersos, a ênfase recaiu ou à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas. O agir público pode ser dividido em fases parciais do processo político administrativo de resolução de problemas, que correspondem a uma sequência de elementos do processo. Comum a todas as propostas de divisões do ciclo político são as fases da

formulação, da implementação e do controle dos impactos das políticas. (TREVISAN; BELLEN, 2008, p. 531).

Nessa busca pelas liberdades de escolhas e o Estado de bem-estar, Souza (2006, p. 24) tece explicações com base nos estudos de Peters (1986) e de Dye (1984) que a “política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos” quando se tem um Governo comprometido com a cidadania, às escolhas que irá fazer ou não estará maximizada aos resultados positivos das questões sociais, pois o foco é a busca pela qualidade de vida da população. Verbera aí que “No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma autonomia relativa do Estado” (SOUZA, 2006, p. 27), avança discutindo que os espaços políticos de atuação sofrem influências internas e externas, mas, cada Governo buscar criar o próprio espaço, objetivando alcançar a autonomia em suas ações, toda essa capacidade autônoma de gerir as políticas públicas, depende não só do Governo que estar no poder, mas, dos “momentos históricos de cada País”.

A vertente que analisa a autonomia do Estado e as “liberdades substantivas” (SEN, 2000) da população se torna complexa e de difícil definição, pois associam em suas relações e correlações muitas influências externas e internas aos processos analisados.

Os dados brasileiros mostram que o número de pessoas consideradas pobres, vivendo na linha da pobreza e mesmo os considerados miseráveis pelo IBGE, teve número recordes no ano de 2018, chegando a 13,5 milhões de pessoas, as análises utilizou-se dos critérios do Banco Mundial para caracterizar as pessoas que vivem na pobreza, levando em consideração principalmente a renda, sendo considerada pobre a pessoa que vive com menos de R\$145,00 mensais, método conhecido como “Paridade do Poder de Comprar (PPC)”, os dados publicados pelo IBGE são uma Síntese de Indicadores Sociais (SIS), mostrando que essa população tem poucas condições de sobrevivência (IBGE, 2019).

A situação das condições sociais se intensifica ainda mais quando são observados os índices por região, pois as regiões Sul e Sudeste apresentam os melhores índices, enquanto as regiões Norte e Nordeste têm mais de 40% da população vivendo com menos de R\$420,00 mensais. Outro dado válido apresenta que quase a metade da população no Brasil, vive abaixo da linha da pobreza, 47% está na Região Nordeste, com uma renda mensal, menos que R\$145,00 só o Estado do Maranhão apresenta percentual de 53% de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza, em 2018. Ainda é oportuno apresentar que nos domicílios considerados pobres no Brasil, a quantidade de crianças e adolescentes até 14 anos vivendo

nesses domicílios, ficou entorno de 43,3%, isso porque não se contabilizou os adolescentes acima de 14 anos. Os dados publicados apresentaram que “todos os Estados das Regiões Norte e Nordeste apresentaram indicadores de pobreza acima da média nacional, que é de 25,3% dos brasileiros” (IBGE, 2019).

Ao analisar os dados apresentados encontram-se evidências de que a pobreza no Brasil está diretamente ligada às condições econômicas, o que confirma que as políticas públicas inverteram a posição dos princípios que a rege, colocando em primeiro lugar em seus planejamentos de ações, os aspectos econômicos e não sociais. Reverberando com a teoria de Sen (2000, p. 275), que se busque um desenvolvimento voltado para os agentes sociais, em que esses agentes poderão ter possibilidades de escolha que realmente significam em suas vidas, o autor explica que “a escolha e a ponderação podem ser difíceis, mas não há nenhuma impossibilidade geral de fazer escolhas arrazoadas baseadas em combinações de objetos diversos”.

Nesse contexto Sen (2011, p. 11) afirma que “O objetivo é esclarecer como podemos proceder para enfrentar as questões sobre a melhoria da justiça e a remoção da injustiça, em vez de oferecer soluções para questões sobre a natureza da justiça perfeita”, ou seja, os problemas e desigualdades sociais serão trabalhados ao ponto de oferecer a população mais pobre condições de escolher seus caminhos? O que o autor intitula como “Desenvolvimento como Liberdade”, são as oportunidades para que o sujeito possa alcançar o desenvolvimento e ter liberdade em suas escolhas, sendo essas necessárias para alcançar melhores condições de vida, a exemplo, do acesso à educação, lazer, esporte, cultura, saúde, alimentação, segurança e todos os demais requisitos básicos a sobrevivência apresentados na Constituição Federal de 1988. No entanto as políticas públicas na Região Norte ainda são insuficientes e as carências nos atendimentos a população ainda são muitas, principalmente nas áreas da educação e saúde, como aponta diversos documentos do IBGE (2018, 2019).

Para Sen (2000, 2011) ao se buscar uma sociedade embasada no desenvolvimento como liberdade, os direitos sociais, econômicos, culturais, político, civis, coletivos e individuais estarão assegurados, possibilitando a expansão das transformações sociais, ou seja, das “liberdades reais que as pessoas desfrutam”, podendo assim, expor que o Estado voltaria a pensar suas políticas tendo como base os aspectos sociais, pois só assim as pessoas poderiam ter de fato a liberdade de escolher o seu caminho, acessando políticas que possam transformar suas condições de vida.

Essas análises bebem nos conceitos apresentados por Achille Mbembe (2018) quando busca explicar as relações do Governo com a população, utilizando o conceito de

“Necropolítica”, ou seja, política da morte, do Estado de Exceção, do Biopoder e da Soberania.

Bento (2018, p. 4) explica que: “Necropoder e biopoder (vida matável e vida vivível) são termos indissociáveis para se pensar a relação do Estado com os grupos humanos que habitaram e habitam o Estado-nação”. O Estado aqui funciona como o organismo regulador da vida civil seja pelas singularidades da população sejam pelos campos de relações e apropriação do poder dos aparelhos estatais. O autor explica que:

Proponho nomear de necrobiopoder um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver (BENTO, 2018, p. 7).

Prosseguindo nessa linha de raciocínio, sobre as formas de políticas e como o Estado se porta diante de sua função reguladora do poder, basta retomar os dados de aumento de pobreza e de extrema pobreza no Brasil, para verificar tal controle e poder na definição do tipo de (sub)vida que se estabelece como resultado de políticas econômicas. Levar cada vez mais pessoas para faixas baixas das camadas sociais é agir pela necropolítica e pelo extermínio planejado de parcelas da população.

Achille Mbembe (2018, p. 5), apresenta que “Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”, aqui a teoria de Mbembe coaduna com a de Sen (2000), quando o autor discute as liberdades substanciadas, pois o Estado funciona como agente que equilibra a morte em favor da vida, ou seja, oportuniza a população as condições civis da vida cotidiana. Em outros termos, ou trabalha-se pela construção coletiva de liberdades substantivas em um país marcado por desigualdades sociais e miserabilidade ou se estabelece claramente a morte como norte político. Infelizmente, a última opção vem se estabelecendo na prática cotidiana dos governantes, de forma direta com a proposta de extermínio de populações negras, de periferia ou de forma mais discreta com a retirada de recursos de áreas como educação e saúde.

Por outra vertente de análise a necropolítica funciona como a política de morte em favor da conquista soberana de poder, e para Mbembe (2018, p. 6-7) “Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano? Como eles estão inscritos na ordem do poder?” a política funcionaria como guerra, onde matar é um direito soberano do Estado, e não se mata apenas o corpo físico, mas também, as oportunidades da população estratificada de galgar melhores condições de vida.

A partir dessa perspectiva, a expressão máxima da soberania é a produção de normas gerais por um corpo (povo) composto por homens e mulheres livres e iguais. Esses homens e mulheres são considerados sujeitos completos, capazes de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação. A política, portanto, é definida duplamente: um projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento (MBEMBE, 2018, p. 9).

Os encontros e desencontros dos estudos sobre políticas públicas ao longo da história tem um viés em comum, a permanência da autonomia do Estado em escolher o que vai ou não fazer, podendo assim optar por uma gestão com base no bem-estar social de toda a população e preocupado com a qualidade de vida, mas pode também usufruir deste mesmo poder para, de maneira deliberada ou não, produzir políticas de exclusão e de extermínio. De que tipo de política se fala quando se refere a este público tão vulnerável como as crianças e adolescentes? As políticas institucionais de proteção funcionam como tal ou se revestem de necropolítica? É possível pelas vias sociais disponíveis um garoto ou garota abrigada romper com o ciclo de abandono e pobreza? Ou a política de proteção é justamente aquela que também sela o destino? São interrogações, que só poderão ser respondidas, com mais tempo de serviços de acolhimento e envelhecimento dos que passaram pela Casa, tendo como objeto de análise os dados da própria instituição e principalmente os ex-acolhidos.

2.1 Aspectos Históricos e Políticas Públicas para Infância e Adolescência

No tópico anterior, foi apresentado o conceito de política pública e algumas discussões sobre o tema, apresentando a vertente adotada no decorrer do trabalho como ponto que coaduna com o almejado; esses são os ideais elencados nos estudos de Sen (2000, 2001, 1999), Sposito (2003) e de Mbembe (2018) por meio do conceito de necropolítica. Nesse contexto Souza (2006, p. 3) explica que “A introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências”, tendo sua entrada nos Estados Unidos da América, o ano de 1948, com a criação da “RAND Corporation, organização não-governamental financiada por recursos públicos”.

Essa vertente leva a evidenciar o que expõe Mbembe (2018, p. 12-13) ao analisar que “A política é, portanto, a morte que vive uma vida humana. Essa também é a definição de conhecimento absoluto e soberania: arriscar a totalidade de uma vida”, essa política, pode ser observada no cotidiano da sociedade, sob diversas facetas, as quais buscam um equilíbrio

entre sociedade civil e a soberania do poder absoluto do Estado, através das ações das políticas públicas.

Em outras palavras, é com base em uma distinção entre razão e desrazão (paixão e fantasia) que a crítica contemporânea foi capaz de articular certa ideia de política, comunidade, sujeito – ou, mais fundamentalmente, do que abarca uma vida plena, de como alcançá-la e, nesse processo, tornar-se agente plenamente moral. Nesse paradigma, a razão é a verdade do sujeito, e a política é o exercício da razão na esfera pública. O exercício da razão equivale ao exercício da liberdade, um elemento-chave para a autonomia individual (MBEMBE, 2018, p. 9-10).

Após discorrer sobre política pública e sua função de instilar liberdades individuais, será dissertado sobre os aspectos históricos das políticas públicas para a infância e adolescência no Brasil, considerando que se trata de um público que necessita de proteção face as suas características de ser um sujeito em desenvolvimento de suas características biológicas e psíquicas, e, portanto vulnerável aos fatores socioambientais.

Nesse contexto, quando se propõe a contextualizar o percurso histórico dos cuidados dispensados para as crianças e adolescentes, percebe-se que houve uma longa caminhada até chegar ao Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), passando por épocas onde o menor era visto como problema, e excluído do convívio social. Essa invisibilidade na história da infância e adolescência pode ser compreendida com as explicações de Ariès (1981) o qual fala que só se pode pensar direitos individualizados na sociedade, quando se passou a utilizar os princípios de família, o que ocorreu no século XV, configurando assim em direitos públicos individuais. O autor salienta que antes “a vida era vivida em público” onde todos buscavam conviver de forma coletiva e não se pensava muito em individualidades.

A infância e adolescência no Brasil têm sua história marcada desde o período colonial, ganhando maior espaço com a democratização do País, e principalmente com a Constituição Federal de 88. No quadro 1, é apresentada a cronologia dos acontecimentos históricos da infância e adolescência no Brasil:

Quadro 1 – Cronologia dos acontecimentos históricos sobre a infância e adolescência no Brasil

PERÍODOS	ACONTECIMENTOS
Anos de 1500 a 1808	Crianças e adolescentes não tinham direitos, nem mesmos aos cuidados básicos, e quando provindos de famílias pobres eram tidos como despesas, principalmente se fossem do sexo feminino; quando era menino, ainda era aproveitado como mão de obra para a família. Nesse período o Estado não tinha nenhuma preocupação com esse público (MINAYO, 2001). “No período colonial dentre as formas de institucionalização da criança e

	adolescente no Brasil, a mais duradoura foi a ‘roda dos expostos’. [...] um artefato de madeira fixado ao muro ou janela do hospital, no qual era depositada a criança, sendo que ao girar o artefato a criança era conduzida para dentro das dependências do mesmo, sem que a identidade de quem ali colocasse o bebê fosse revelada, os cuidadores responsáveis pelos cuidados dessas crianças eram que conhecidas como ‘amas-de-leite’” (SANTOS, 2016, p. 02 -03).
Ano de 1828	Deliberação de uma lei, denominada de Lei dos Municípios, podendo ser essa o início das políticas públicas para assistir os menores, já que previa o assistencialismo a crianças abandonadas, podendo assim “toda cidade onde houvesse uma Misericórdia, a Câmara da obrigação do assistencialismo, poderia usar de seus serviços para a instalação da Roda e assistência aos enjeitados” (MARCÍLIO, 1999, p. 60).
Ano de 1889	Após a Proclamação da República, houve a ampliação das Instituições e Abrigos destinados a cuidar dos menores, o Estado abriu muitos espaços com essa finalidade, no entanto ainda se omitia de suas responsabilidades e deixava nas mãos de outros, a exemplo da Igreja a função de gerir esses espaços e cuidar dos menores (SANTOS, 2016).
Ano de 1902	Houve um grande avanço nas políticas públicas que asseguravam proteção ao menor, foi nesse ano que houve a implantação da Assistência e Proteção aos Menores Abandonados e Delinquentes, e a decisão de separar os menores abandonados dos delinquentes, e assim foi criado as Colônias Correcionais “para reabilitação pelo trabalho e pela instrução ‘menores vicioso’ que inculcados criminalmente, por ação ‘por discernimento’, órfãos ou ‘negligenciados’, fossem encontrados pelas vias públicas” (FALEIROS, 2008, p. 65).
Ano de 1923	Criação do Juizado de Menores, uma grande conquista na busca por assegurar os direitos desse público, dando margem também para a criação do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, criado no ano seguinte, em 1924 (MARCÍLIO, 1999).
Ano de 1927	Publicação do primeiro Código de Menores, que estabeleceu dentre outras normativas, a que adolescentes de 14 a 18 anos já poderiam ser responsabilizados pelos atos ilícitos, submetidos a processos penais (FALEIROS, 2008).
Ano de 1941	Foi criado o Serviço Nacional de Assistência aos Menores (SAM), diretamente ligado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, tendo como principal objetivo as ações de repressão e educação dos menores para reinserção ao convívio em sociedade, (FALEIROS, 2008).
Ano de 1945	Período conhecido como era Vargas; foram criadas as Delegacias de Menores, para onde todas as crianças e adolescentes encontradas em situação de rua eram levadas (FALEIROS, 2008).
Década de 50	Como o caminho seguido pelo Brasil nos cuidados com as crianças e adolescentes sempre foi à reclusão e repreensão, apenas quem era alvo da assistência era os filhos de pobres, os internatos para os filhos de ricos desapareceram, mantendo-se apenas para os pobres (RIZZINI; RIZZINI 2004).
Ano de 1964	O programa SAM, não durou muito e com o seu fim, criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) que funcionava de forma independente, não mais ligada ao Ministério de Justiça, e metodologicamente trabalhava com ações mais humanas, tratando os menores com mais respeito e dignidade (SANTOS, 2016).

Ano de 1976	O Estado resolveu conhecer e pensar políticas públicas, após pressão dos organismos internacionais, a exemplo da ONU, que buscasse assegurar os direitos dos menores, oportunizando aos mesmos ambientes que suprissem suas necessidades de desenvolvimento enquanto pessoa. Sendo aprovado o “relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito”, CPI do menor, destinada a investigar e levantar dados sobre a situação do menor no Brasil, objetivando conhecer essa população e assim atender aos quesitos internacionais e assim propor políticas públicas que reduzissem a “miséria infantil”. As investigações concluíram que “metade da população infantil brasileira encontrava-se em situação irregular, de acordo com a legislação vigente” (FALEIROS, 2008, p. 68).
Ano de 1979	Aprovação do Novo Código de Menores, neste documento as crianças e adolescentes pobres são tratadas como doentes e a pobreza é vista como “patologia social”, público alvo do Código de Menores eram apenas as crianças e adolescentes pobres, que por um lado auxiliou na instituição de que somente pobres são responsáveis por problemas sociais e, por outro lado o restante da população ficava desassistidas e desprovidas de cuidados e direitos (ALMEIDA, 1987).
Ano de 1987	Após muitos anos de lutas e abandono por parte do Estado, começou-se a voltar para a criança e adolescente com um olhar mais humano, e diferente, buscando percebê-lo como sujeito em desenvolvimento dotado de direitos, aboliu-se o uso do termo menor e junto com ele o Código de Menores, como explica os autores Costa, Penso e Conceição (2014).
Ano de 1988	Aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, também chamada de Carta Magna e como Constituição Cidadã.
Ano de 1990	Criado o Estatuto da Criança e Adolescente, no dia 13 de julho de 1990, sob a Lei nº 8.069, popularmente conhecido como ECA.
De 1990 ao ano de 2019	Resoluções, Decretos, Leis e Diretrizes que complementam o ECA, e buscam assegurar os direitos das crianças e adolescentes.

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Nos períodos evidenciados, após o período colonial, observa-se que o Estado era ausente em suas responsabilidades para com as políticas públicas para infância e adolescência, e quem exercia essa função era a Igreja Católica e Instituições Privadas, as quais cuidavam dos menores e os direcionavam ao trabalho, educação, e faziam todo o processo de adoção e destino dessas pessoas (FALEIROS, 2008).

Percebe-se na história que o infante era visto como problema social, e todas as políticas públicas, apesar, de discursos distintos, acabavam tendo a mesma função, corrigir, punir e retirar do convívio social a criança e adolescente que viviam em instituições, porque eram considerados problemas para a sociedade, a exemplo, dos que cometiam atos infracionais, ou eram os filhos bastardos dos barões do poder, sendo indesejados entre outros motivos (MARCÍLIO, 1999).

Com a aprovação da Constituição Federal de 88, abriram-se as portas para se pensar no Estatuto da Criança e Adolescente o qual foi criado no dia 13 de julho de 1990, sob a Lei nº 8.069, popularmente conhecido como ECA, o qual assegura os direitos das crianças e adolescentes, sendo um dos mais importantes marcos na luta por políticas públicas que tivesse como foco esse público. A Lei trás em seus preâmbulos as diretrizes que norteiam todas as ações voltadas às crianças e adolescentes.

De acordo com Santos (2016, p. 4) “as crianças e os adolescentes passaram de ‘objetos de tutela’ a ‘sujeitos de direitos e deveres’.” Isso porque com o ECA, fomentou a criação das Varas da Infância e Juventude, dos Conselhos Municipais e dos Conselhos Tutelares como intermediadores no amparo aos direitos dos infantes. Importante expor que no artigo 227 da Constituição Federal, é apresentada a tríade responsável por resguardar os direitos das crianças e adolescentes, e ao contrário do que se pensa, em primeiro lugar vem à família, em segundo a sociedade e em terceiro lugar o Estado,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, a dignidade, ao respeito, à liberdade a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Art. 227).

O artigo 227 da Constituição Federal Brasileira de 1988, anteriormente apresentado, vai ao encontro de uma política pública pautada nas “liberdades” propostas por Sen (2000), dando à população as condições básicas para que possam viver tendo a liberdade de fazer suas escolhas, tornando o dever de cuidar das crianças e adolescentes como uma obrigação tripartite, tanto da família, sociedade como do Estado, se as políticas públicas atendem as necessidades das famílias e lhes possibilitem cuidar de seus filhos, os problemas sociais com essa população poderão ser minimizados.

Nesse contexto é oportuno apresentar o que diz a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança publicados em 1989, em seu artigo 5º “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (UNICEF, 1989).

Para o ECA 1990, em seus artigos 121 e 142, é considerado crianças aquelas menores de 12 anos de idade incompletos, e de 12 aos 18 anos completos passam a ser considerados

adolescentes, como explicita o artigo 2º do referido Estatuto, apenas em casos excepcionais, a lei prevê que a fase de adolescência se estenda até os 21 anos (BRASIL, ECA/90).

A trajetória histórica brasileira das crianças e dos adolescentes revela que, frente à situação de pobreza, vulnerabilidade social, a primeira resposta à qual durante muitos anos se recorreu foi o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar e comunitário. A promulgação do ECA rompe com essa cultura, ao garantir a excepcionalidade da medida, estabelecendo, ainda, que a situação de pobreza da família não constitui motivo suficiente para o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar, conforme artigo 23 (ECA, 1990).

São nos espaços dos serviços prestados nas Instituições de Acolhimento e/ou abrigos institucionais, que as crianças e adolescentes passam a ter seus direitos assegurados. Espaços os quais têm como principal objetivo acolher crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, de zero a dezoito anos incompletos, as quais são afastadas temporariamente de seus familiares e/ou responsável em virtude de negligências, maus tratos, violência física, moral e psicológica e situação de abandono, passando a ter assim, sua base de criação e seus alicerces de trabalho cotidiano nas instituições que os acolhem. Trata-se de um trabalho vinculado ao poder judiciário e tem caráter excepcional, devendo ser aplicado apenas quando outras possibilidades forem descartadas, e entender que seja a única forma de assegurar os direitos do infante, afastando-o temporariamente de sua família ou guardiã estatutária (CONANDA, 2009).

Nessa perspectiva, Sen (2011, p. 48) explica que “A necessidade de uma compreensão da justiça que seja baseada na realização está relacionada ao argumento de que a justiça não pode ser indiferente às vidas que as pessoas podem viver de fato”, assim, é cabível que se pense políticas públicas para infância e adolescência, com as devidas delimitações de idades, oportunizando que cada fase possa ter acesso a ambientes compatíveis com sua faixa etária, assegurando os direitos integrais a esse público. Mas, cabe aqui refletir até que ponto esse assegurar integral de direitos à infância e adolescência esteja respeitando outros direitos desse público, a exemplo, do direito a convivência familiar e comunitária, bem como ao direito a liberdade defendida por Sen. Volta-se novamente a questão, a política de cuidado é a mesma que mortifica? Considerando que o cuidar muitas vezes passa pela separação do convívio familiar.

O acolhimento institucional pode assegurar alguns direitos aos acolhidos, mas isso acontece em detrimento de outros, como explica Mbembe (2018, p. 38), “[...] Em configurações como essas, a violência constitui a forma original do direito, e a exceção

proporciona a estrutura da soberania”, ao tirar a liberdade da criança e adolescente ao convívio social com as pessoas que conhece e tem como família, o Estado exerce seu poder soberano, mostrando aos sujeitos que aquela política é sua melhor saída e que ante sua incapacidade de saber o que é bom ou ruim, o próprio Estado escolhe pelo sujeito. O autor, explica que “Nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2018, p. 41).

Todos funcionam provisoriamente como lares de crianças e adolescentes afastadas judicialmente de suas famílias de origem. Sendo que a principal diferença entre as Instituições está nas características dos serviços prestados e da estrutura física dos espaços de atendimento. Levando em consideração as recomendações técnicas dos serviços de Acolhimento considera-se como melhor tipo de institucionalização os serviços prestados pelas Casa-Lar e principalmente pelos Programas de Família Acolhedora, por atenderem um menor número de crianças e adolescentes, o que possibilita um maior vínculo com acolhidos e a figura dos cuidadores se assemelhar a figura paterna e materna, pois o convívio é diário, e esses tipos de instituições buscam parecer o máximo possível com uma residência familiar (CONANDA, 2009). Em Araguaína só há a Casa de Acolhimento e o Programa Família Acolhedora, encontra-se implantado, mas, ainda sem funcionar efetivamente. No quadro 2 é apresentado os tipos de instituições de acolhimento mais usuais no Brasil e suas respectivas descrições:

Quadro 2 - Tipos de Instituições de Acolhimento para Crianças e Adolescentes no Brasil

TIPO DE INSTITUIÇÃO	DESCRIÇÃO
Casa de Acolhimento	Funciona como um abrigo provisório, o qual tem uma capacidade para atender até 20 crianças e adolescentes.
Casa-Lar	São locais provisórios para o acolhimento de crianças e adolescentes, os quais funcionam normalmente em residências, e tem a capacidade de acolher até 10 crianças e adolescentes, tendo como principal diferença das casas de acolhimento, além da capacidade, o fato de terem um casal residente, como referência.
Casa de Passagem	São instituições de acolhimento emergencial, os quais podem receber pessoas do mesmo sexo a qualquer dia e horário, no entanto a permanência dos acolhidos deve ser breve, não recomendando ultrapassar 30 dias.
Família Acolhedora	Programa responsável em organizar o acolhimento de crianças e adolescentes, em residências convencionais, com famílias que passaram por um processo cadastral e são acompanhadas pela equipe técnica do programa, o diferencial do programa, é que as

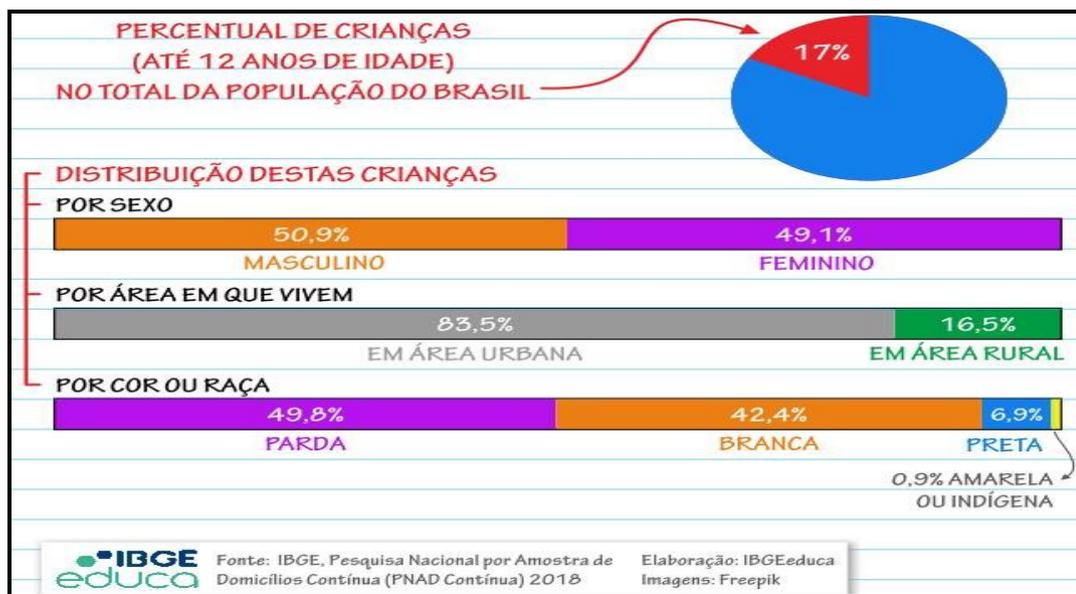
	crianças e adolescentes tem atendimento mais individualizado e vivem temporariamente em um ambiente familiar.
Família Substituta	De acordo com o ECA é a colocação de uma criança ou adolescente, nos termos da Lei, sob guarda, tutela, ou adoção com outra família, que não é sua família natural.

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Munidos de conhecimento prévio sobre as instituições de acolhimento, para contextualização das políticas públicas no cenário brasileiro, buscou-se dados relacionados à infância e adolescência quanto à distribuição populacional e pobreza em fontes como o IBGE e ABRINQ, referentes às estatísticas de 2018, sendo essas as mais atualizadas no período da pesquisa.

Nessa perspectiva a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018, publicada pelo IBGE (2018), apresentou que o Brasil conta com uma população de aproximadamente 35,5 milhões de crianças de até 12 anos de idade, esse número corresponde a 17,1% da população brasileira, que no referido ano estava estimada em 207 milhões de pessoas. Na Ilustração 1, é apresentado a distribuição dessas crianças no perfil populacional do Brasil, sendo que o maior percentual é de crianças do sexo masculino, representando 50,9%, e estão vivendo em área urbanas, com predominância da cor parda, com 49,8%:

Ilustração 1 – Crianças de até 12 anos na população brasileira.



Fonte: link de acesso: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/20786-perfil-das-criancas-brasileiras.html>, acessado em 09 de janeiro de 2020.

Nesse contexto, a grande extensão territorial brasileira é usada muitas vezes, pelos agentes políticos como barreira para um desenvolvimento equitativo do país, para tentar assim

explicar as discrepâncias sociais. Os dados do ano de 2018, publicados pelo IBGE, referentes às crianças e adolescentes, mostram que de “0 a 17 anos contabilizou” uma população total de 57.243.809 crianças e adolescentes, sendo que desse total 80,91% moram em áreas urbanas e apenas 19,09% vivem em zonas rurais, o que pode explicar o crescente aumento de institucionalização de crianças e adolescentes no País, quanto mais essa população vive nas zonas urbanas, o acesso a essas políticas tornam-se mais efetivos, as quais tem o discurso de assegurar os direitos desse público (IBGE, 2018, 2019, ABRINQ, 2018).

Os dados sistematizados mais atuais sobre a população de crianças e adolescentes no Brasil foram publicados no ano de 2018, pela Fundação Abrinq, a qual teve como base de dados às publicações do IBGE referentes aos dados do ano de 2016, onde estimou-se que o Brasil contava com uma população de 68 milhões de crianças e adolescentes entre 0 a 19 anos, sendo que dessa população total a maior concentração encontra-se na Região Sudeste, porém, proporcionalmente a maior concentração esta na Região Norte e Nordeste, seguidas da Região Centro-Oeste, Sul e Sudeste, como mostra a Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - População do Brasil de crianças e adolescentes em 2016

Grandes Regiões	População Total	População entre 0 a 19 anos	% da população entre 0 a 19 anos
Região Norte	17.707.783	7.365.216	41,6
Região Nordeste	56.915.936	20.633.044	36,3
Região Centro-Oeste	15.660.988	5.244.996	33,5
Região Sul	29.439.773	8.958.357	30,4
Região Sudeste	86.356.952	25.845.691	29,9
Brasil	206.081.432	68.018.239	33,0

Fonte: “Adaptado de” Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e estratificadas por idade em 2016 pela Fundação Abrinq, publicadas em 2018.

No que tange aos aspectos que envolvem as dimensões de cidadania, os dados do IBGE (2018), que apresentam os resultados da pesquisa nacional por amostra de domicílio revelam que “132.310 crianças, de até 10 anos, não possuem registro de nascimento, o que corresponde 0,44% desta população, uma redução de 0,07% quando comparado aos dados do censo de 2010, que apresentou um total de 162.261 crianças” e os estados que apresentaram os maiores índices estão localizados na Região Norte e Nordeste, sendo eles, Maranhão com 18.037, Pará com 15.944 e Alagoas com 14.472, o que corresponde a 13,63%, 12,05% e 10,93% respectivamente, no Tocantins corresponde 1.013 crianças de até 10 anos, ou seja, 0,76% das crianças com até 10 anos não possuem registro de nascimento.

Uma pessoa passa a ser contabilizado nas ações das políticas públicas, a partir do momento que tem seu Registro Civil, ou seja, sua Certidão de Nascimento, a qual possibilita a emissão dos demais documentos pessoais, como Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF), o habilitando como cidadão brasileiro, dotado de direitos, se 78.349 o que corresponde a 35,89% das crianças e adolescentes do Brasil ainda não possuem nem mesmo a Certidão de Nascimento (CN), conseqüentemente os seus direitos estão sendo negligenciados, pois sua existência é desconhecida pelo Estado. A luz da teoria de Sen (2000):

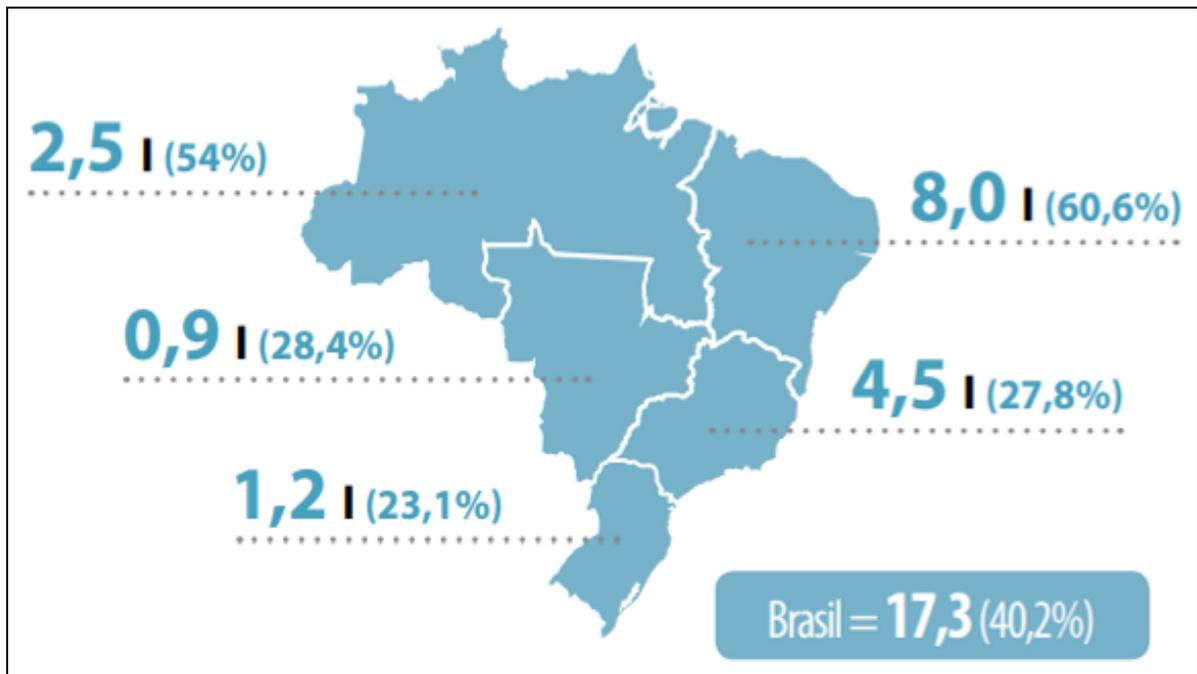
O princípio norteador é o de se estabelecer uma constituição justa que garanta as liberdades da cidadania igual. Os justos devem guiar-se pelos princípios da justiça e não pelo fato de que os injustos não podem se queixar. Finalmente, deve-se observar que, mesmo quando a liberdade do intolerante é limitada para salvaguardar uma constituição justa, isso não se faz em nome da maximização da liberdade. As liberdades de alguns não são suprimidas simplesmente para possibilitar uma liberdade maior para outros (SEN, 2000, p. 239).

No que se refere aos dados populacionais de crianças e adolescentes, é válido apresentar que além dos pobres desse público, a pesquisa, sobre amostra de domicílios, também mostrou que há existência de crianças e adolescentes vivendo em domicílios caracterizados pelo Pnad, como extremamente pobres, ou seja, vivendo em extrema pobreza, pessoas que viviam com renda domiciliar per capita mensal inferior ou igual a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, o que em 2015 correspondia ao valor de R\$197,00. Os dados apresentam uma população total de 5,8 milhões de crianças e adolescentes entre 0 e 14 anos de idade, vivendo em situação de extrema pobreza, o que corresponde a 13,5% da população, e as regiões com maiores são Nordeste e Norte com 26,3% e 19,7% respectivamente, evidenciando as grandes divergências regionais no Brasil, quando o assunto é aplicação de políticas públicas, mesmo que para um público específico como o de crianças e adolescentes, as disparidades regionais ainda são muito presentes.

O mesmo documento publicado no ano de 2018, pela Abrinq, que estratificou por faixa etária a situação das crianças e adolescentes no Brasil, mostrou a situação dessa população nas classificações sociais, pobres e extremamente pobres, indicando as distribuições por regiões. De um total de 17,3 milhões de crianças e adolescentes pobres entre 0 e 14 anos, o que corresponde a uma porcentagem de 40,2%, considerado alto, para um País que há 30 anos vem buscando assegurar os direitos básicos dessa população. Do total de crianças e adolescentes pobres do Brasil, 60,6% estão na Região Nordeste, acompanhada de 54% na Região Norte, e de 28,4% do Centro-Oeste, de 27,8% do Sudeste e 23,1% da Região Sul. Ressaltando que as pessoas pobres consideradas na pesquisa de situação domiciliar do

IBGE, do ano de 2015, a qual os dados se referem, são aquelas que viviam com uma renda mensal per capita inferior ou igual a meio salário mínimo, correspondete a R\$394,00. Para melhor observação veja a ilustração 2:

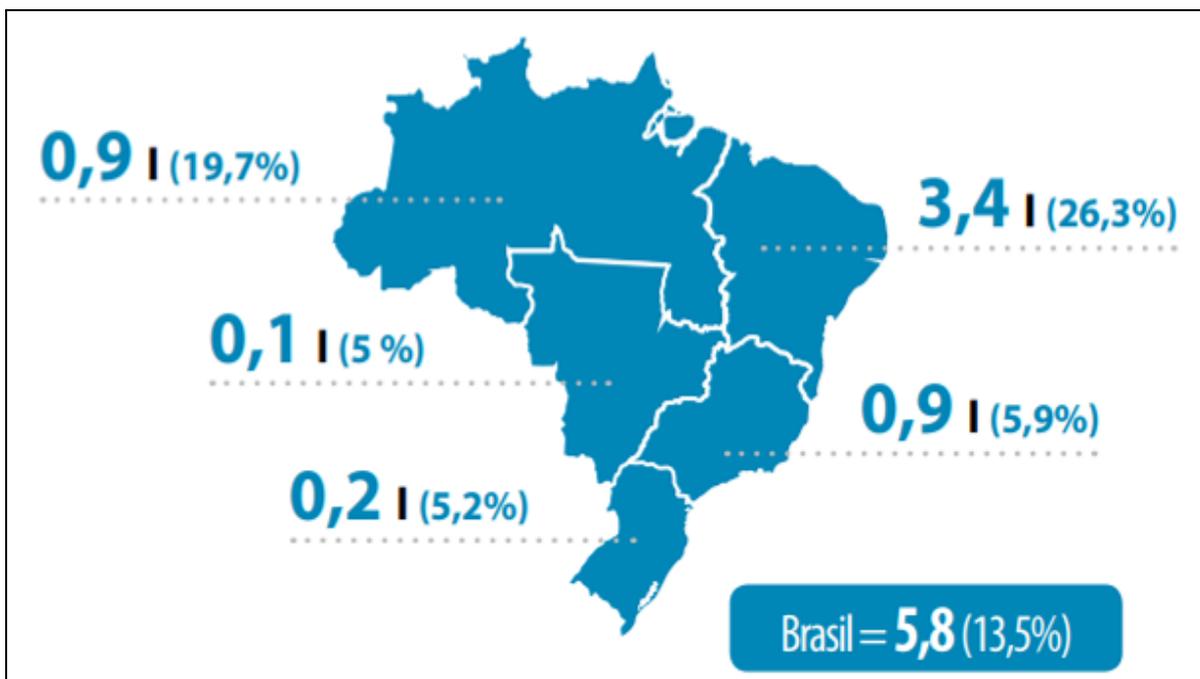
Ilustração 2 - População Pobre no Brasil entre 0 a 14 anos



Fonte: “Adaptado de” Dados publicados pela Abrinq em 2018, referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo Amartya Sen (2008, p. 136) “O sucesso da democracia não assenta na criação de uma perfeita estrutura institucional, vai depender decisivamente dos reais padrões de comportamento e de funcionamento das interações políticas e sociais”. Aqui há um encontro entre as ações das políticas públicas voltadas para as questões sociais, com a teoria de Sen, levando em consideração a equidade dos direitos sociais, no entanto, devendo ser preservada as liberdades humanas. Os direitos ao acesso a todas as esferas sociais devem ser eticamente, garantida a toda a população, e não ser uma válvula de escape que garantia de direitos em troca da liberdade de escolha do sujeito. As desigualdades regionais para a infância no Brasil são resultados de ações perversas de governo que desconsideram tais características na produção de seus atos políticos. O não fazer, desta forma, representa uma necropolítica deliberada, uma vez que participa da reprodução social de baixo acesso a recursos, educação, saúde, etc., criando múltiplas barreiras nas possibilidades, se é que existem, de desenvolver liberdades substantivas. Na ilustração 3, é apresentado os dados da população brasileira extremamente pobre no Brasil que tem a faixa etária entre 0 a 14 anos:

Ilustração 3 - População Extremamente Pobre no Brasil entre 0 a 14 anos



Fonte: “Adaptado de” Dados publicados pela Abrinq em 2018, referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Afunilando ainda mais o assunto, observa-se que outros índices falam muito sobre a situação geral das crianças e adolescentes no Brasil, e as distorções regionais presentes nos aspectos populacionais. No ano de 2016, foram mais de 57,9 mil mortes por homicídios, notificadas no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) no Brasil de crianças e adolescentes, sendo apenas as mortes notificadas, o que não representa o número real, pois muitos dos homicídios contra esse público não são denunciados, conseqüentemente não são contabilizados. (ABRINQ, 2018).

Tabela 2 - Número no Brasil de Homicídios contra crianças e adolescentes entre 0 a 19 anos em 2016

Grandes Regiões	Homicídios contra pessoas entre 0 a 19 anos por arma de fogo	Homicídios contra a população entre 0 a 19 anos	% dos homicídios arma de fogo contra pessoas entre 0 a 19 anos
Região Norte	964	1.365	70,6
Região Nordeste	3.954	4.614	85,7
Região Centro-Oeste	781	983	79,5
Região Sul	959	1.186	80,9
Região Sudeste	1.959	2.528	77,5
Brasil	8.617	10.676	80,7

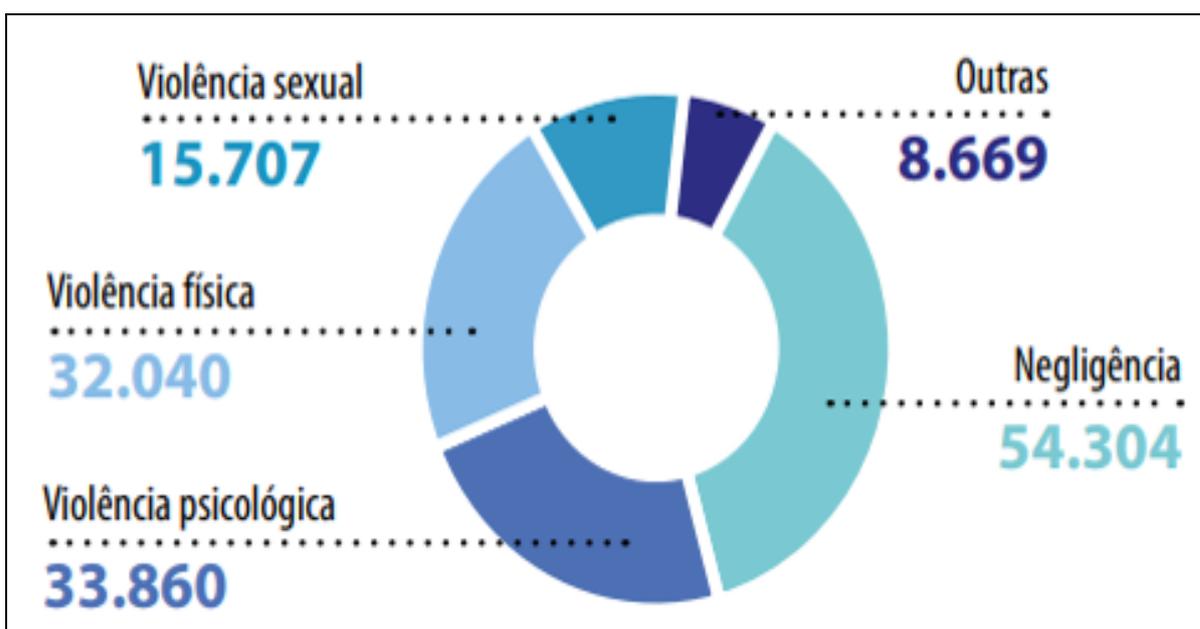
Fonte: “Adaptado de” Ministério da Saúde (MS), Secretária de Vigilância em Saúde (SVS), Coordenação de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE), Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), publicadas pela Fundação Abrinq em 2018.

Outro dado que preocupa é que em 2016, aproximadamente 80% dos homicídios contra a população de 0 a 19 anos, foram cometidos por arma de fogo. Na tabela 2 os dados mostram que do total de 80,7% homicídios praticadas contra a população de 0 a 19 no Brasil, o que corresponde a 8.617 crianças e adolescentes. A Região Nordeste conta com o maior número de crimes, seguida da Sudeste e Norte (ABRINQ, 2018).

A busca por efetivação de políticas públicas voltadas a infância e adolescência é um grande desafio, exige pensamentos múltiplos, olhares diversificados, conhecimento territorial e de caso, necessita de articulações intersetorial, com esforços da educação, saúde, assistência social, trabalho, geração de renda, entre outros setores indispensáveis na garantia dos direitos dessa população, e na prática, das políticas protetivas desse público.

No que se refere a violação de direitos, os números ainda são altos, só no ano de 2016 o Disque 100, número aberto, a nível de Brasil, destinado a receber todos os tipos de denúncias contra crianças e adolescente, registrou mais de 144 mil denúncias de violações de direitos (ABRINQ, 2018). Entre as denúncias os principais tipos de violação mais denunciados são: em primeiro lugar a negligência, com 54.304 mil casos, seguido da violência psicológica, com 33.860 mil casos e da violência física com 32.040 casos, a violência sexual foram 15.707 casos registrados e outros não especificados foram de 8.669 casos, como mostra na ilustração 4, a seguir.

Ilustração 4 - Denúncias no Brasil, em 2016, ao Disque 100 de violação dos direitos de crianças e adolescentes.



Fonte: “Adaptado de” Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Balanço Geral do Disque 100 em 2016. Publicado pela ABRINQ em 2018.

Chama a atenção também a proporção dos tipos de violências registradas nas denúncias do disque 100, no ano de 2016, pois a negligência e violência psicológica e física superaram as violências sexuais. Ressaltando que normalmente na mesma denúncia ao disque 100 são verbalizadas, mais de um tipo de violação de direito, ou seja, as crianças e adolescentes que sofrem negligência podem também estar sofrendo violência psicológica, física, abuso sexual entre outros tipos de violência que são informados na mesma denúncia. Na tabela 3 são apresentados esses dados:

Tabela 3 - Proporção dos tipos de violação de direitos notificados ao Disque 100, no Brasil no ano de 2016.

Tipo de violação	%
Negligência	71,3
Violência psicológica	44,5
Violência física	42,1
Violência Sexual	20,6
Outros	11,4

Fonte: “Adaptado de” Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Balanço Geral do Disque 100 em 2016. Publicado pela Abrinq em 2018.

É válido ressaltar que as políticas públicas para infância e adolescência, ainda guardam muito o lado perverso de outrora, da época em que o infante era tido como “problema social”, pois, ao mesmo tempo em que retira esse público de suas “vulnerabilidades sociais” expõe-os a outros tipos de múltiplas violências, a exemplo da violência psicológica, afetiva, e também violência simbólica, pois ao institucionalizar a criança e adolescente acaba sendo tirado de seu ambiente natural, do convívio com seus parentes e familiares, e na maioria das vezes não há um respeito às subjetividades envolvidas no processo, tudo é feito de forma brusca, e o que por lei deveria ser excepcional, acaba sendo a primeira solução aos vários problemas familiares que envolvem os infantes, não dando nenhuma chance de defesa ao sujeito institucionalizado. O acolhido que tinha uma vida livre acaba se vendo sem nenhum tipo de liberdade em uma prisão sem grades (RIZZINI, 2011).

2.1.1 Dados gerais dos Acolhimentos Institucionais de Crianças e Adolescentes no Brasil

Na sequência, serão apresentados alguns dados gerais relacionados ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil, dados esses disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O acolhimento é, a priori, uma política temporária de superação de vulnerabilidade extrema a qual crianças e adolescentes estão expostos.

Os dados apresentados pelo CNJ apontam um total de 4.548 entidades de acolhimento no Brasil, em novembro de 2019, cabe ressaltar que nem todas as entidades que estão como ativas no sistema do CNJ estão recebendo crianças e adolescentes.

Tendo como raciocínio de que a criação de entidades de acolhimentos de crianças e adolescentes é subentendida como uma ação de efetivação das políticas públicas voltadas para esse público e conseqüentemente a garantia de seus direitos. O quadro 3 mostra que quanto maior a Região do Brasil, composta pelo maior número de municípios, há menos entidades com essa finalidade. Verifica-se que a Região menos assistida é a Norte, seguida da Nordeste e Centro Oeste, a Região que mais se destaca em quantidade de entidades é a Sudeste, acompanhada pela Região Sul, e juntas, as duas contam com apenas sete Estados, podendo ser explicado o maior número Instituições de acolhimento em razão do maior contingente populacional, se comparada as outras regiões do País, somando um total de 34.377, isso levando em considerações os dados referentes ao ano de 2018, onde tinham 47.460 mil crianças e adolescentes vivendo em abrigos institucionais no Brasil (CNJ, 2019).

Tabela 4 - Quantidade de crianças acolhidas em 2018 por Estado

Estado	Quantidade de acolhidos em 2018	Região	Total	Total geral de acolhidos
Acre	180	Região Norte	2.575	47.460
Amapá	228			
Amazonas	287			
Pará	1.113			
Rondônia	448			
Roraima	166			
Tocantins	153			
Alagoas	496	Região Nordeste	6.590	
Bahia	1.515			
Ceará	1.174			
Maranhão	376			
Paraíba	624			
Pernambuco	1.424			
Piauí	342			
Rio Grande do Norte	287			
Sergipe	352	Região Centro Oeste	3.483	
Goiás	1.627			
Mato Grosso	609			
Mato Grosso do Sul	1.247			
Distrito Federal	435	DF	435	

Espírito Santo	1.176	Região Sudeste	23.878
Minas Gerais	4.962		
Rio de Janeiro	4.322		
São Paulo	13.418		
Paraná	3.454	Região Sul	10.499
Rio Grande do Sul	4.866		
Santa Catarina	2.179		

Fonte: “Adaptado de” Dados extraídos do site no CNJ, do Cadastro Nacional de Acolhidos, acessado em novembro de 2019.

Prosseguindo nesse viés, a abertura de entidades de acolhimento pode significar que outras políticas públicas de proteção, responsáveis por assegurar os direitos de crianças e adolescentes, não estão obtendo êxito em suas execuções, isso por que o ECA preconiza o acolhimento, apenas como medida excepcional, ou seja, em último caso, após esgotada todas as possibilidades de permanência no ambiente familiar. Esses dados então são dicotômicos, podendo representar dados positivos e negativos das políticas públicas responsáveis por assistirem essa população. No quadro 3 é apresentado a quantidade de entidades equivalente por Estado e Região do País.

Quadro 3 - Entidades de Acolhimento de Crianças e Adolescente no Brasil em 2019.

Estado	Quantidade de Entidades	Região	Total	Total geral de entidades
Acre	18	Região Norte	291	4.547
Amapá	16			
Amazonas	14			
Pará	157			
Rondônia	47			
Roraima	4			
Tocantins	35			
Alagoas	67	Região Nordeste	608	
Bahia	117			
Ceará	130			
Maranhão	49			
Paraíba	61			
Pernambuco	93			
Piauí	14			
Rio Grande do Norte	21			
Sergipe	56			
Goiás	149	Região Centro Oeste	371	
Mato Grosso	86			
Mato Grosso do Sul	136			

Distrito Federal	17	DF	17
Espírito Santo	117	Região Sudeste	2.015
Minas Gerais	642		
Rio de Janeiro	242		
São Paulo	1.014		
Paraná	564	Região Sul	1.245
Rio Grande do Sul	473		
Santa Catarina	208		

Fonte: “Adaptado de” Dados extraídos do site no CNJ, no link relatório, no dia 25 de novembro de 2019.

O CNJ (2019), apresenta que, de um total de 47.984 crianças e adolescentes acolhidos até o dia 25 de novembro de 2019, 23.452 são do sexo feminino e 24.532 são do sexo masculino, essa diferença de 1.080 acolhidos a mais do sexo masculino, segundo Santos (2016), pode ser explicado em razão das dificuldades de adoção de meninos, em especial os que possuem idade acima de 7 anos, e principalmente pelas dificuldades de reintegração de meninos no seio familiar de origem, em razão de conflitos, pois geralmente os meninos acolhidos apresentam comportamentos rebeldes e/ou estão envolvidos com drogadição e atos ilícitos e a família não consegue conviver com o comportamento da criança e adolescente (SANTOS, 2016).

Quanto a apresentação dos acolhidos de acordo com a idade, o Conselho Nacional de Justiça, apresenta um quadro contendo dados referentes as idades de 0 a 27 anos, mas, fizemos uma readequação dos dados e contabilizamos apenas as faixas etárias adotadas como categorias desse estudos, ou seja correspondente as crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. No quadro 4 é apresentado um total de 40.607 protegidos entre 0 e 18 anos, sendo que as idades com maiores índices são, 15 anos com 3.160 acolhidos, seguida pelos que tem 16 anos com 3.155 e em terceiro lugar aparece os amparados com 17 anos com 2.956, o que pode ser relacionado aos mesmos problemas elencados por Santos (2016), no parágrafo anterior, tendo como hipótese que o número elevado de abrigados de 15, 16 e 17 anos, ocorre em razão da idade e talvez por se tratarem de meninos, sendo uma questão que não temos como responder nesse momento, pois demandaria pesquisas mais específicas sobre o assunto.

Quadro 4 - Número por idade de Crianças e Adolescente acolhidas no Brasil em 2019.

Idade	Quantidade de acolhidos em 2019
0	1.900
1	1.817
2	1.573
3	1.642

4	1.573
5	1.613
6	1.698
7	1.754
8	1.848
9	2.019
10	2.113
11	2.204
12	2.371
13	2.825
14	2.928
15	3.160
16	3.155
17	2.956
18	1.458
Total	40.607

Fonte: “Adaptado de” Dados extraídos do site no CNJ, no link relatório, no dia 25 de junho de 2019.

Ressaltando que as variações entre os dados apresentados na tabela 4, e nos quadros 3 e 4 referentes ao número de acolhidos se explicam em razão dos serviços de acolhidos não serem fixos, e sofrem alterações diárias, de acordo com os lançamentos no Sistema do CNJ, que controlam o número de Guias de acolhimento e desligamento em todo o País, como são dados publicados no site do CNJ e disponíveis a sociedade, há essas divergências na quantidade de acolhidos, são informações colhidas em datas diferentes sendo a principal hipótese na análise.

Outros dados apresentados pelo CNJ em 2019, estão relacionado ao número de Guias de Acolhimento e Guias de Desligamento por Estado, em razão desses serem os documentos que oficializam a judicialização e de desjudicialização dos processos de acolhimento. Ressaltando que a quantidade apresentada corresponde apenas aos acolhimentos que tem abertura de processo. As passagens rápidas, colocação em família substituta, transferências, fugas dentre outras tramitações realizadas nas Instituições de acolhimento, normalmente não são contabilizados pelo Sistema do CNJ, já que não geram as guias de acolhimento e desligamento, contabilizadas no sistema. Nos quadros 5 e 6 são apresentados os respectivos dados de acolhimento e desligamento por Estado em junho de 2019.

Quadro 5 - Quantidade de Guias de Acolhimento por Estado Brasileiro em 2019.

Estado	Quantidade de Guias
Tribunal de Justiça do Estado do Acre	1.352
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	1.231
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	1.378

Tribunal de Justiça do Estado do Pará	7.226
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	4.408
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima	957
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins	1.509
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	1.471
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	7.274
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	4.588
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	2.785
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	2.896
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	13.277
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	1.791
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	2.534
Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	3.717
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	8.492
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso	8.156
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	11.242
Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e dos Territórios	3.495
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	13.356
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	36.147
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	47.114
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	67.895
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	31.099
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	34.820
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	16.415
Total	336.625

Fonte: “Adaptado de” Dados extraídos do site no CNJ, no link relatório, no dia 25 de novembro de 2019. As marcações coloridas indicam onde se inicia os Estados que compõem as Regiões, sendo que na ordem do quadro estão: Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul.

O quadro 5 mostra que os Estados com maior índices de emissão de Guias de Acolhimento são: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul, o que se explica em razão da Guia ser individualizada e esses Estados concentrarem um maior contingente populacional, e conseqüentemente um maior número de crianças e adolescentes acolhidos.

Enquanto no quadro 6 os dados revelam que o número de emissões de Guias de desligamentos condiz com os dados das Guias de Acolhimento evidenciados no quadro 3, onde os Estados com maior representatividade na emissão de Guias são: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Ressaltando que como a emissão de Guias de acolhimento e desligamento são feitas diariamente no sistema do CNJ, esses número podem sofrer alterações durante o ano no site de acesso, disponível a população. Na sequência é apresentado, para análise o quadro 6, com a distribuição da quantidade de guias de desligamento de acolhidos, por estado brasileiro:

Quadro 6 - Quantidade de Guias de Desligamento por Estado Brasileiro em 2019.

Estado	Quantidade de Guias
Tribunal de Justiça do Estado do Acre	1.059
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	860
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	1.026
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	6.014
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	3.992
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima	727
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins	1.377
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	733
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	5.657
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	3.183
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	2.338
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	2.463
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	11.800
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	1.241
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	2.308
Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	3.301
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	6.702
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso	7.398
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	10.167
Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e dos Territórios	2.860
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	12.020
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	31.489
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	41.183
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	54.756
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	27.178
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	29.315
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	14.281
Total	285.428

Fonte: “Adaptado de” Dados extraídos do site no CNJ, no link relatório, no dia 25 de novembro de 2019. As marcações coloridas indicam onde se inicia os Estado que compõem as Regiões, sendo que na ordem do quadro estão: Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul.

Foi com a criação da Lei Federal de nº 8.069 de 1990, conhecida como ECA, que passou a ser previsto minuciosamente os direitos e deveres das crianças e adolescentes, já são 30 anos de lutas, conquistas e aprendizados, buscando assegurar o direito à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, cultura, convívio familiar entre outros. Como diretrizes, o ECA segue, o que preconiza a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (CDC), que passou por modificações no ano de 2014, com a Lei 13.010/14, intitulada por Lei Menino Bernardo, onde recomenda uma educação sem castigos, sejam eles: físicos, degradantes ou tratamentos cruéis. São guerras cotidianas que permeiam o mundo, a contemporaneidade, com

subversão e máscara, aprofundadas com os adventos da globalização, que como Mbembe (2018) explica:

As guerras da época da globalização, assim, visam forçar o inimigo à submissão, independentemente de consequências imediatas, efeitos secundários e “danos colaterais” das ações militares. Nesse sentido, as guerras contemporâneas são mais uma reminiscência das estratégias de guerra dos nômades do que das guerras territoriais de “conquista-anexação” das nações sedentárias da modernidade. (MBEMBE, 2018, p. 51).

As colocações de Mbembe na citação anterior levam a reflexão de que uma das principais estratégias do Estado ainda continua sendo a de conquistar a submissão do “inimigo”, ou seja, submissão da população, e essa submissão na área das políticas públicas para infância e adolescência podem ser exemplificadas nas ações de assistencialismo e assistência social, as quais não se mostram concretamente como forma de romper com as vulnerabilidades sociais as quais essa população está inserida, mas apenas como forma de momentaneamente dominar essas pessoas, mascaradas com benevolências passageiras.

Destaca-se também como marcos legais nas ações que pensam as políticas públicas para infância e adolescência, a promulgação da Lei 12.594 de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE); a Lei 13.257 de 2016 que implanta as ações voltadas para a primeira infância; a Lei 13.431 de 2017, conhecida como Lei da Escuta Especializada, que implanta o sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes vítimas de violências ou apenas testemunhas dos fatos. E também, não menos importante, a obrigatoriedade na elaboração e implantação dos Planos Nacionais e Estaduais que visem assegurar e garantir os direitos dessa população em todas as suas idades e singularidades. Nesse sentido as políticas públicas podem ser refletidas a luz das colocações de Mbembe (2018) em que explica:

[...] a ocupação colonial contemporânea é um encadeamento de vários poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. [...] O “estado de sítio” em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e externo. Populações inteiras são o alvo do soberano. [...] É outorgada liberdade aos comandantes militares locais usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar. O deslocamento entre células territoriais requer autorizações formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. A população sitiada é privada de suas fontes renda. Às execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis. (MBEMBE, 2018, p. 48 – 49).

Não há dúvidas, que os dados que quantificam a situação da infância e adolescência no Brasil, mostram que a conquista dos direitos dessa população passou por um longo caminho, e

pode-se dizer que uma das maiores conquistas foi à mudança na forma de serem visto, passando de seres invisíveis a sujeitos históricos com garantias de direitos, contudo quando se qualifica quem é o menor abrigado percebe-se a mão invisível do Estado na determinação de poder de quem tem ou não acesso aos bens sociais. Acredita que a própria história das políticas públicas para infância e adolescência brasileira é um tema que necessita ser discutido, refletido e repensado constantemente as políticas para esse público, que em pleno século XXI ainda sofrem tanto com a negligência, violência psicológica, física, sexual e tantos outros tipos de agressões e vem de parcelas da população que são marcadas pelo isolamento social, sítiadas da escola, de renda e da vida.

2.2 A Infância e Adolescência no Tocantins

O histórico da infância e adolescência no Tocantins não diverge do histórico que acompanha os demais estados do País, tendo em seu desfavor condições regionais e a própria história de criação do estado, ocorrida em 5 de outubro do ano de 1988, mesmo ano em que foi promulgada a Constituição Federal do Brasil, no qual o Estado mudou sua forma de olhar para as crianças e adolescentes. Pode-se dizer que a história da infância e adolescência caminha em paralelo com a história do estado do Tocantins.

De acordo os dados do SEPLAN (2019) e do IBGE (2018, 2019), o Estado do Tocantins, foi criado em conjunto com os movimentos da Constituição Federal Brasileira de 1988, através do artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, espacialmente localizado no centro geográfico do Brasil, pertencendo a Região Norte, limitando-se com: pela região Nordeste com os estados do Maranhão, Piauí e Bahia, pelo Centro-Oeste com os estados de Goiás e Mato Grosso e a Norte com o estado do Pará. Tem clima com características tropical semiúmido, e sua vegetação é predominantemente de cerrado, matas de cocais, florestas de transição, ao norte com floresta Amazônica e faz parte dos estados que compõe a Amazônia Legal, com temperaturas entre 25° a 29° C.

A extensão territorial do Estado do Tocantins corresponde a uma área de 277.621,858 Km², o que representa apenas “3,36% do território nacional, e 7,2% da área da Região Norte, a extensão territorial do Estado está inserida aproximadamente 97,9% na área que é reconhecida como Amazônia Legal”, o Estado possui uma divisão administrativa composta por 139 Municípios (IBGE, 2019).

Referendando a população do Tocantins, o SEPLAN (2017) e IBGE Cidades (2019) afirmam que de um contingente populacional de aproximadamente 1.572.866 habitantes, onde

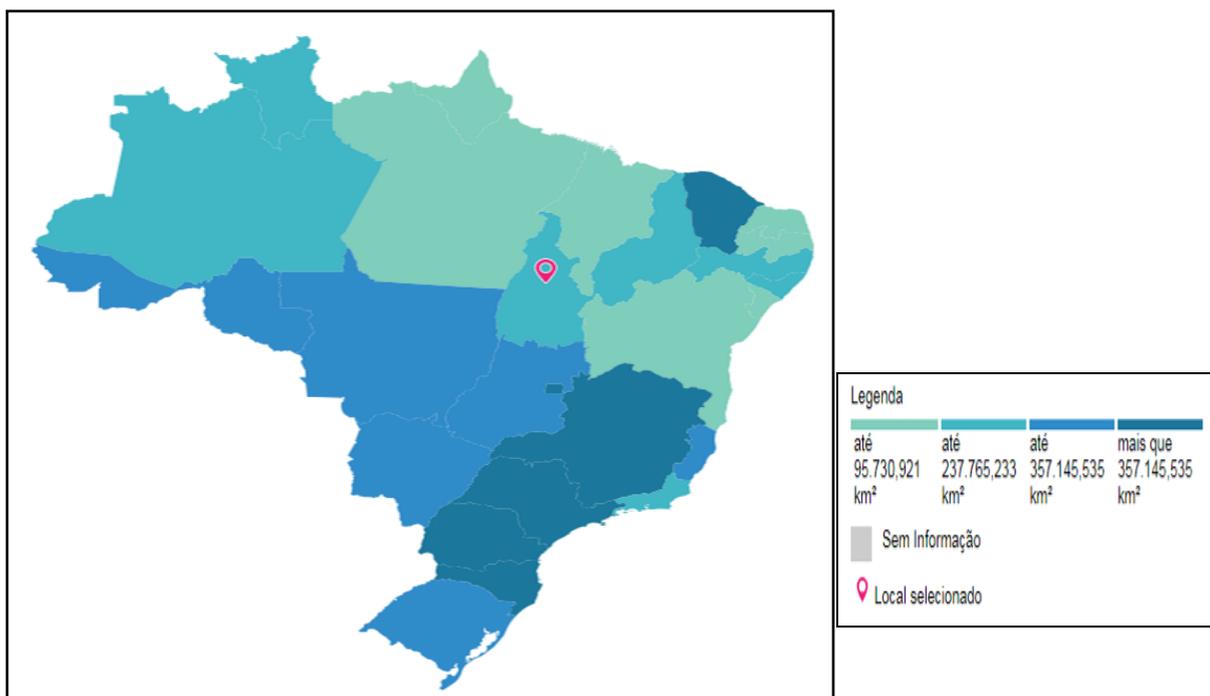
49,2% são do sexo masculino e 50,8% do sexo feminino, relatando que Palmas, capital do estado, comporta o maior contingente populacional, com 299.127 hab, seguida de Araguaína com 180.470 hab, de Gurupi com 86.647, Porto Nacional com 53.010, Paraíso do Tocantins com 51.252 e Araguatins com 35.761 habitantes, apresentando um crescimento demográfico de 1,13% ao ano em 2018, acima da média nacional, o que pode ser explicado em razão do fluxo migratório ocorrido no estado, com uma densidade demográfica de 4,98 hab/km², correspondendo a uma população de 75,90% urbana e apenas 24,10% rural, no ano de 2014, sendo esse o dado mais atualizado quando ao contingente populacional do Tocantins que vivem em áreas urbanas e rurais.

Ainda de acordo com os dados apresentados pelo SEPLAN (2017) atualizados pelo IBGE (2019), com as estimativas referentes aos crescimentos das cidades brasileiras, tendo assim o Estado do Tocantins uma população estimada em 2019 de 1.572.866 habitantes, com densidade demográfica de 4,98 hab/km². O IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental do ensino público é de 5,4, e de 4,5 nos anos finais do ensino fundamental do ensino público, um estado considerado jovem, mas que apresenta problemas sociais compatíveis com os demais estados brasileiros, em especial os da região Norte do Brasil.

Os dados do IBGE (2019) ainda apontaram que “70% dos tocaninenses vivem em domicílios sem os serviços de saneamento básico”, ou seja, de “7 a cada 10 moradores não tem acesso a coleta de lixo, esgoto ou água tratada”. A mortalidade infantil é de 25,6 a cada mil nascidos vivos. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado é de 0,756, ocupando a 15ª posição entre os estados brasileiros”.

Nesse contexto, é apresentado que as responsabilidades na política de atendimento à criança e adolescente é prevista no ECA, como sendo “Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. [...]. Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento: I - políticas sociais básicas; [...]”, e também as políticas públicas de alta complexidade como o acolhimento, assim como “VI - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes; [...]”. Ainda nesse aspecto e de acordo com o ECA, “Art. 88. São diretrizes da política de atendimento: I - municipalização do atendimento”, sendo que a operacionalidade integral é de competência de “órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social” (BRASIL, 1990). Evidencia-se assim, a ilustração 5, com a localização do estado do Tocantins no território nacional, para assim adentrar as discussões sobre as crianças e adolescentes no estado:

Ilustração 5 - Localização do Estado do Tocantins no Território Nacional



Fonte: “Adaptado de” © 2017 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | v4.3.31, disponível no site: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>, acessado em 25/08/2019.

No Tocantins a Secretaria responsável por cuidar dos assuntos referentes à infância e adolescência, é a Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social (SETAS), tendo a responsabilidade de fomentar a implantação das políticas públicas de infância e adolescência no Estado, além de fiscalizar e capacitar profissionais que atuam nos serviços, tendo sua sede na Capital, Palmas.

Observa-se nas linhas descritas na citação do ECA, que além da proteção integral aos direitos das crianças e adolescentes, tendo como corpo a articulação entre a família, sociedade e Estados, é um serviço de obrigatoriedade municipal, sendo de responsabilidade dos Municípios a prestação dos serviços de acolhimento e de todos os demais atendimentos a essa população. Sendo, portanto, serviços que devem ser articulados em rede, com a junção em sua operacionalidade do poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública, e com apoio do Governo Estadual e Federal, na construção das ações articuladas, podendo assim otimizar os resultados das políticas.

De acordo com Santos (2016) existem três eixos estratégicos no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e Adolescente, sendo eles: “Defesa, Promoção de Direitos e Controle Social”, os quais agregam em suas composições as instituições federais, estaduais, municipais e da sociedade em geral.

No estado do Tocantins as políticas públicas que asseguram os direitos na infância e adolescência, buscam seguir as prerrogativas colocadas no ECA e deliberadas pelas Diretrizes destinadas a assegurar os direitos das crianças e adolescentes. No entanto, apesar de buscar ações que assegurem os direitos sociais dessa população, “saúde, educação, trabalho, lazer, segurança” (Art. 5º CF/BRASIL, 1988), entre outros a realidade ainda precisa ser estudada, analisada e trabalhada, pois, os desafios são muitos e complexos.

Nesse contexto, é válido colocar que no estado do Tocantins ainda não houve a deliberação de uma Legislação Estadual, como é recomendada pelo CONANDA, pois essa regulamentaria todos os aspectos que envolvem a infância e a adolescência, sua inexistência pode ser um dificultador na implantação e efetividade das ações voltadas às garantias de direitos das crianças e adolescentes.

Em contato telefônico, com a equipe gestora da SETAS, em março de 2019, foi informado que o Projeto de Lei que visa deliberar sobre a política pública estadual que assegura os direitos das crianças e adolescentes, está em fase de elaboração, porém, não foi informado previsão para envio a Câmara Legislativa Estadual. Nesse sentido, na visão do CEDECA (2018, p. 4), que atua como um observatório do público infante, fala que: “O Tocantins é um estado violador dos direitos das crianças e adolescentes, com políticas públicas ineficazes para estabelecer uma rede de proteção, não há uma estrutura de governo específica para desenvolver as articulações das políticas para infância e adolescência”, essa realidade fragiliza todo o serviço e torna a proteção de crianças e adolescentes uma necropolítica, se tornando assim um potencial agente da “morte” de muitos indivíduos desse grupo, como alerta Mbembe (2018).

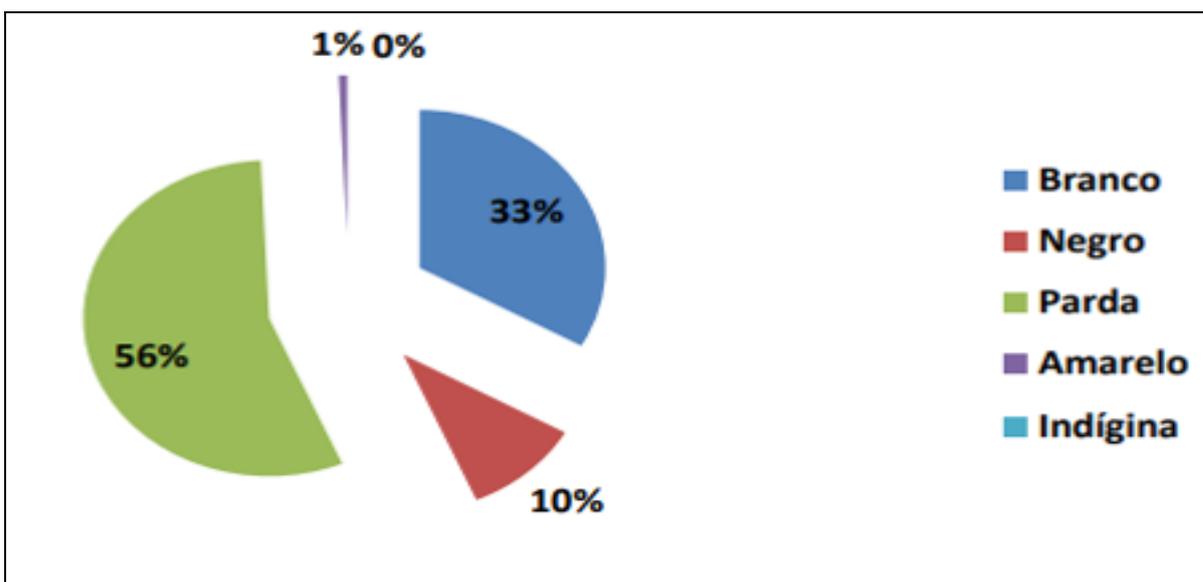
Para o CEDECA, explica os números alarmantes envolvendo crianças e adolescentes, sejam em Instituições de acolhimento, sejam nas estatísticas de violências. Em suas publicações sobre o cenário da violência contra crianças e adolescentes no Tocantins, do ano de 2017 em diante, a Instituição apresentou o mapa da violência contra crianças e adolescentes no Estado do Tocantins, e chama atenção o número de pessoas desse público que ainda passam por algum ato de violência no estado (CEDECA, 2018).

Os dados da ilustração 6 mostram a porcentagem referentes a um montante de 358 denúncias recebidas no Disque 100 entre os anos de 2015, 2016 e 2017, relatando algum tipo de violência contra crianças e adolescentes, 93 foram contra brancos, 29 contra negros, 156 contra pardos, 2 contra amarelos, nenhuma contra indígenas e 78 não informaram a cor. Chama atenção nesses dados é o fato de que nos abrigos, é perceptível a maior presença de crianças e adolescentes com a cor de pele negra e parda, evidenciados nos dados do gráfico

mostram maior incidência as de cor parda e negra. Negros e pardos somam um total de 185 crianças e adolescentes, sem nenhum registro de violência contra indígenas no Tocantins (CEDECA, 2018).

De acordo com o IBGE (2018), a população tocantinense é de 1.572.866 pessoas, os quais se autodeclaram como sendo negros (6,8%), pardos (68,8%), indígenas (01%), e amarelos (0,2%). É válido informar que no período da pesquisa, esse relatório era o que estava disponível como mais atualizado. Observa-se mais de 70% de pardos e negros, e é nesse grupo onde têm sido comum, as situações de preconceito e desigualdade social contra essas pessoas. Esse alto percentual de 70% das vítimas serem da cor auto-classificados como pardos e negros, é um exemplo direto das necropolíticas que podem ser observadas no Brasil, na Região Norte e estado do Tocantins, em conformidade com as reflexões da obra de Mbembe (2018). Observe a ilustração 6:

Ilustração 6 - Percentual de crianças e adolescentes em situação de violência



Fonte: “Adaptado de” Observatório dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedeca Glória de Ivone, 2018, acesso em 2020.

Outro fator nas informações referentes ao Estado, está na quantidade de Entidades de Acolhimento, como mostra o Quadro 7, seriam 35 destinadas a acolher crianças e adolescentes, no entanto, segundo os dados no site do Ministério Público do Estado – MP/TO, o total ativas e funcionando, até o mês de janeiro de 2020, são apenas 12 entidades, no quadro 7, constam os dados do MP, sendo que nove são mantidas pelos Municípios e três mantidas por instituições religiosas, evidenciando que o assistencialismo religioso continua presente na prestação desses tipos de serviços que visam acolher crianças e adolescentes, se fazendo

presente na ausência do poder público. As doze Instituições juntas possuem uma capacidade de aproximadamente 180 atendimentos por mês, considerado baixo, pois no quadro 5, em 25 de novembro de 2019, o CNJ contabilizou um número de 1.509 Guias de Acolhimento no Estado, como cada guia é equivalente a um acolhido, subentende que esse era o número de acolhidos no Tocantins na data citada. Se for analisado que o Estado possui 139 municípios, e que a efetivação local das políticas públicas para infância e adolescência é de incumbência dos Municípios, são poucas entidades de acolhimento.

Quadro 7 - Perfil geral das Casas de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes no Estado do Tocantins.

Entidade / mantenedora	Ano de fundação	Município	Tipo	Faixa etária	Capacidade
Casa Rio de Sol Municipal	2006	Palmas - TO	Acolhimento Institucional	0 a 12 anos	20 acolhidos
Casa de Acolhida Municipal	2006	Palmas - TO	Acolhimento Institucional	12 a 18 anos	20 acolhidos
Associação Sementes do Verbo Igreja Católica	2004	Palmas - TO	Acolhimento Institucional	0 a 18 anos	20 acolhidos
Casa Ana Caroline Tenório Lima Municipal	2008	Araguaína - TO	Acolhimento Institucional	0 a 18 anos	20 acolhidos
Criança Cidadão Municipal	2009	Gurupi - TO	Acolhimento Institucional	0 a 8 anos	10 acolhidos
Tia Messias Braga Municipal	2005	Porto Nacional - TO	Acolhimento Institucional	0 a 18 anos	12 acolhidos
Lar Batista Igreja Batista	-	Porto Nacional - TO	Acolhimento Institucional	3 a 18 anos	-
Casa de Acolhimento Institucional Municipal	-	Guaraí - TO	Acolhimento Institucional	0 a 18 anos	-
Casa Menina dos Olhos de Deus Igreja Batista Ágape	-	Paraíso do Tocantins - TO	Acolhimento Institucional	7 a 18 anos Meninas	-
Casa de Acolhimento Institucional Andorinha Municipal	2010	Xambioá - TO	Acolhimento Institucional	0 a 15 anos	16 acolhidos
Acolhimento Institucional Lar do Amor Municipal	2016	Divinópolis - TO	Acolhimento Institucional	0 a 18 anos	20 acolhidos
Casa de Acolhimento Coração de Mãe* Municipal	2019	Augustinópolis - TO	Acolhimento Institucional	0 a 18 anos	20 acolhidos

Fonte: Autora, dezembro de 2019, Dados obtidos no site do Ministério Público – TO. *Informações obtidas no Jornal Folha do Bico, dados de acesso nas referências.

Diante dos dados observados no quadro 7, o que a SETAS, informa é a existência da idealização e articulação de implantar o acolhimento institucional para atender alguns Municípios de forma regionalizada, ou seja, uma cidade ficaria com a localização da Entidade e receberia crianças e adolescentes de outras cidades que compõem o grupo de atendimento, e assim os municípios de origem arcariam com os custos de suas crianças e adolescentes acolhidos. Outra possibilidade fomentada e apoiada, pela SETAS é o acolhimento através do Programa Família Acolhedora⁶, que já com a implantação iniciada em vários municípios do Estado (SETAS, 2019).

O Estado do Tocantins ainda tem um longo caminho a ser trilhado nas políticas públicas para infância e adolescência, segundo Faleiros (2008) o trabalho em rede é necessário e deve ser uma das principais articulações na busca por assegurar os direitos dessa população. A demora do estado do Tocantins em normatizar as políticas para infância e adolescência pode ser compreendida por uma lógica histórica de menosprezo a essa população enfatizando que nesta situação o não fazer é também ação deliberada de necropoder.

2.3 As Políticas Públicas para Infância e Adolescência em Araguaína

Na cidade de Araguaína as políticas públicas para infância e adolescência, são regidas pelas diretrizes do CONANDA, sob apoio técnico e fiscalização da SETAS, tendo atuação na esfera judicial, através do Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público e Defensoria, contando com dois Polos do Conselho Tutelar, com atuação de 10 profissionais, os quais são geridas administrativamente pela Secretária Municipal de Administração.

Com a administração sob a responsabilidade da Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SEMASTH), busca-se desenvolver ações em três escalas de

⁶ De acordo com o CNJ: As famílias acolhedoras se responsabilizam por cuidar da criança até que ela retorne à família de origem, ou seja, encaminhada para adoção. A modalidade de famílias acolhedoras, também conhecida como guarda subsidiada, permite que famílias recebam, em suas casas, crianças e adolescentes que foram afastados do convívio de sua família biológica. Para ingressar no programa, a futura família acolhedora passa por avaliação e treinamento e pode receber crianças em casa por um período que varia de seis meses a dois anos. Esta família terá uma ajuda de custo de um salário mínimo por mês. Para ser uma família acolhedora e receber crianças e adolescentes temporariamente em casa, é preciso ter disponibilidade de acomodação, estar em boas condições de saúde física e mental, não possuir antecedentes criminais, possuir situação financeira estável e proporcionar convivência familiar e livre de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes – em outras palavras, é preciso proporcionar um ambiente saudável. As famílias acolhedoras oferecem condições favoráveis para o desenvolvimento da criança e do adolescente, um ambiente saudável, seguro e afetivo. Ao serem encaminhadas a essas famílias, as crianças não são “institucionalizadas”, ou seja, não ficam em abrigos à espera da adoção ou do retorno à família de origem. (Informações extraídas do site do CNJ, 2019, <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85134-cnj-servico-o-que-sao-familias-acolhedoras>).

proteção, conforme deliberado no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo elas: Proteção Básica, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Média complexidade com a atuação do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), e Proteção Social de Alta Complexidade com as Entidades de Acolhimento Institucional, em suas diversas modalidades.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) previa em seu orçamento a contrapartida de aproximadamente R\$2 milhões no ano de 2014, mas, segundo a SEMASTH o Município de Araguaína não recebeu o montante previsto, nos anos (2014 a 2018), recebendo apenas R\$7.000,00 mensais para custear o acolhimento institucional, enquanto o Município tem um gasto de aproximadamente R\$130 mil ao mês, para manter as unidades em funcionamento, que atendem as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, ressaltam que o Estado também deveria entrar com uma contrapartida, no entanto, essa contribuição nunca foi repassada ao Município, nos 12 anos de funcionamentos das Casas de Acolhimento, as Unidades têm sido mantidas com os recursos que vem do Governo Federal e recursos próprios municipais, além das doações pontuais do judiciário e da sociedade em geral (ARAGUAÍNA – TO/CAACTL, 2019).

Ao circunscrever os objetivos das instituições de acolhimento, que é cuidar de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, pode-se referendar a teoria de Sen (2011) quando é discutida a ideia de justiça, tendo como principal desafio a aplicação real da teoria de justiça em instituições sociais, refletindo assim os níveis da “justiça” no cotidiano da população. Para o autor, o nível de aplicação da justiça está diretamente ligado ao grau de ignorância do sujeito, ou seja, quanto menos conhecimento, mais a pessoas estará susceptível aos processos de injustiças sociais, sendo o desafio das instituições, a exemplo das casas de acolhimentos, a eliminação das injustiças sociais, e em estabelecer processos de justiças mais igualitários a todos. Não que essas Instituições tenham a pretensão de solucionar todos os problemas sociais relacionados aos acolhimentos, mas “tem como objetivo oferecer soluções para as questões relacionadas com a natureza da justiça perfeita” (SEN, 2010, p. 12).

Os atendimentos devem se nortear, nas Orientações Técnicas do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) onde se prever que a institucionalização:

São para as crianças, previsivelmente, de longa duração, pois não se visualiza a possibilidade de inserção da criança no seio familiar natural ou extensa, por inexistente de parente ou os pais serem destituídos do poder familiar, nem em família substituta, por exemplo: 1) grupos de irmãos; 2) crianças e adolescentes que necessitem de acolhimento por período mais prolongado, nas situações em que não podem voltar a morar com seus pais ou família extensa, mas há fortes vínculos entre

os mesmo; e, principalmente, 3) crianças maiores ou adolescentes destituídos do poder familiar, sem muitas perspectivas de adoção. (CONANDA, ORIENTAÇÕES TÉCNICAS, 2009, p. 42).

Na busca por viabilizar e assegurar os direitos da criança e adolescente, e após mobilização social, foi criada a primeira Casa de Acolhimento no Município de Araguaína, em homenagem a adolescente Ana Caroline Tenório Lima, brutalmente assassinada, aos 14 anos de idade, no dia 19 de maio de 2007, crime que causou grande comoção na cidade e no Estado, que nunca chegou a uma solução não achando o culpado (ARAGUAÍNA – TO/CAACTL, Placa da Casa Ana Caroline, 2019). A Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima – CAACTL, foi fundada no dia 26 de maio de 2008, tendo o seu primeiro registro de acolhido, o dia 27 de maio de 2008, o de um adolescente do sexo masculino com 15 anos, na data do acolhimento, natural de Belo Horizonte/MG, o qual foi reintegre a madrasta na cidade de Betim/MG (ARAGUAÍNA-TO/CAACTL, 2019).

No ano de 2012, foi fundada a segunda Entidade de acolhimento, em Araguaína, sendo essa mantida por uma ONG. A implantação da Casa-Lar Meninas Ágape foi realizada pela ONG ABA – Associação Beneficente Ágape, no dia 29 de outubro de 2012, na cidade Araguaína/TO. Na época, foi uma extensão do Projeto Social, denominado Casa de Acolhimento Meninas dos Olhos de Deus, tendo a capacidade para receber 10 (dez) meninas entre 0 a 18 anos incompletos, em situação de risco (órfãs, abandonadas, vítimas de violência, exploração sexual entre outras situações de risco), a Casa funcionou até o dia 20 de setembro de 2016, e durante os 4 anos de atuação, atendeu a aproximadamente 66 meninas(os), tendo uma peculiaridade, o recebimento de meninas grávidas, e com filhos pequenos, em razão disso recebeu meninos acompanhados, com até 2 anos. Mas, em função dos altos custos para manter a Casa Meninas Ágape (mudou o nome no ano de 2014), fechou as portas (ONG ABA, 2018).

Após, o fechamento da Casa-Lar Meninas Ágape em 2016, segundo informações da Coordenação da Casa Ana Caroline, foi feito um acordo entre o Município e o Judiciário, para que, ao invés de uma unidade de atendimento, Araguaína ficasse com duas, sendo uma destinada a acolher meninos, acima de 6 a 18 anos, e a outra, meninas de 0 a 18 anos e meninos de 0 a 6 anos incompletos, e assim está funcionando até os dias atuais, o que ampliou a capacidade de atendimento do Município, de 20 para 30 vagas, sendo 20 na Unidade das meninas e 10 na dos meninos.

O universo que envolve as instituições de acolhimento associa-se diretamente com as atuais estruturas sociais, e com “zonas de coesão social” evidencias por Castel (1998, p. 24),

ao expor que “existe uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas que cobrem um indivíduo diante dos acasos da existência”. O autor chama a atenção para as raízes dos problemas sociais, as quais para ele estão diretamente ligadas ao lugar que as pessoas ocupam no mundo salarial, o que se correlaciona com os dias de hoje, onde segundo Milton Santos (2009) com a globalização as pessoas passaram a ser consideradas pela sociedade com base no que elas têm e não em suas essências, ou seja, vive-se em uma sociedade do “ter” e não do “ser”, e sem nenhum lugar no mundo salarial, o sujeito estará fadado as vulnerabilidades sociais e as mitigações do “Estado Social”, apresentado nos estudos de Castel.

Em Araguaína o acolhimento acontece seguindo os moldes previstos pelo CONANDA, no qual o recebimento, a priori é realizado pelo Conselho Tutelar, depois de aceito pelo Juizado da Infância e Juventude e Promotoria da Infância e Juventude, sendo que quem delibera a judicialização dos pedidos de acolhimento é o Juizado da Infância e Juventude, que só é considerado acolhido institucionalmente após a abertura do processo e mediante despacho favorável ao acolhimento do Juiz (SANTOS, 2016).

Durante os 12 anos (2008 a 2019) de funcionamento da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima, contabilizando tanto os dados da Unidade de Meninas como de Meninos, foram realizados um total de 3.946 acolhimentos, tanto de bebês, crianças como adolescentes entre 0 a 18 anos, não fazendo distinções fenotípicas e condições especiais de saúde. Ressaltando que esse total de acolhimentos, foram contabilizadas as repetições mensais, contando repetidas vezes o mesmo acolhido, visto que mensalmente é contabilizado todos os atendimentos, mesmo que o acolhido já esteja na Instituição a alguns anos, além dos casos em que o acolhido deu entrada e saída na Casa, no mesmo mês, por até 3 vezes, e assim em outros meses e anos mais inúmeras outras vezes, havendo, portanto, uma diferença entre o número de acolhimento e o número de acolhidos. Na Tabela 5 é apresentado quantificação por ano do número de acolhimentos, indicando o ano e o mês das ocorrências:

Tabela 5 - Número de acolhimento mensal na Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório de 2008 a 2019

ANO	Mês												Quantidade
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2008	-	-	-	-	2	3	11	6	10	14	18	24	88
2009	24	26	27	33	30	33	36	29	24	19	19	19	256
2010	16	13	21	20	20	21	19	19	22	26	25	24	246
2011	21	22	22	27	28	25	26	20	23	0*	23	29	266
2012	26	23	25	26	31	32	27	32	36	33	27	30	348

2013	31	25	29	32	27	27	26	32	37	35	36	32	369
2014	32	35	33	40	35	28	36	33	30	32	43	30	407
2015	34	36	28	29	33	27	25	31	27	26	26	32	354
2016	38	32	36	32	31	38	29	31	39	44	43	34	427
2017	24	25	22	18	28	24	19	23	15	20	31	41	290
2018	41	25	29	31	34	39	42	40	42	42	41	53	469
2019	33	39	33	26	35	36	39	37	35	35	36	42	426
Tota l	3.946												

Fonte: Autora, 2020. *Os meses que consta o numeral 0, se deu em razão de não ter nenhum dado referente ao acolhimento no mês, ou seja, falta de dados.

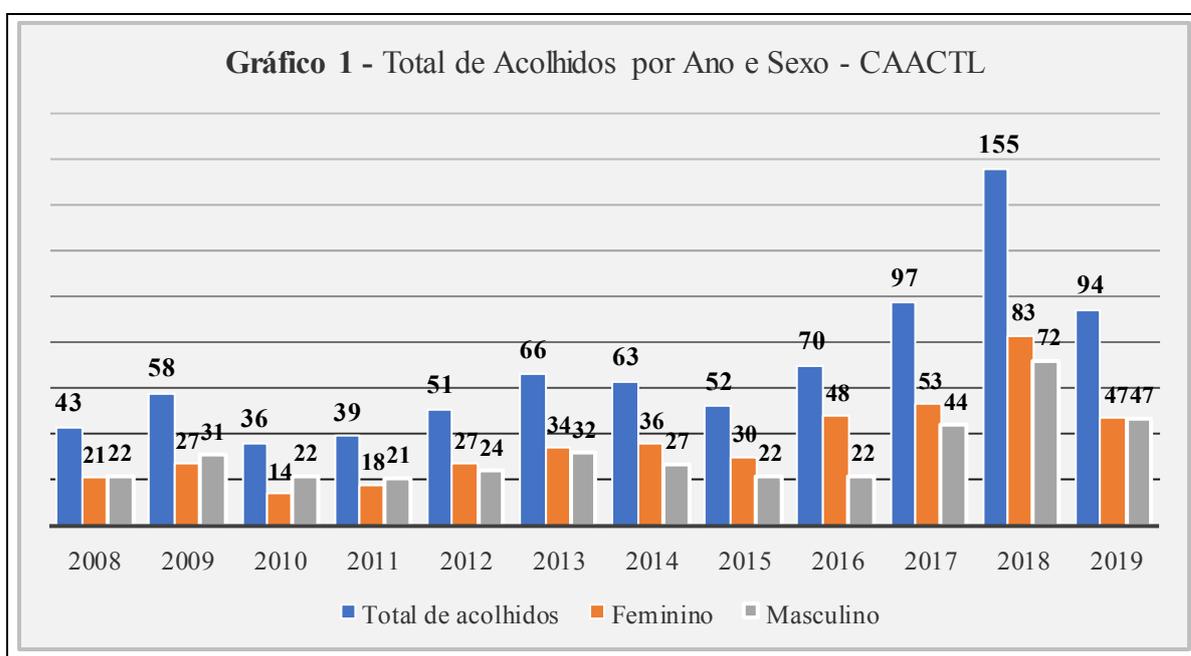
Na tabela 5, observa que há uma variação no número de acolhimento, tendo no ano de 2018 a maior incidência, com um total de 469 acolhimentos, os quais retirando as repetições de acolhidos mensais, e contabilizando apenas o número de indivíduos atendidos no ano, contabilizaram um total de 155 acolhidos, o que pode estar diretamente relacionado com a crise econômica vivida no País, e assim o aumento do número de pessoas que migraram para Araguaína, em busca de melhores condições de vida, pois a cidade com todos seus mecanismos de comércio, saúde e oferta na educação, podem ser considerada uma cidade média (SILVA, 2016).

O aumento no número de acolhidos no ano de 2018 pode ser explicado de acordo com os dados publicados pelo IBGE (2019), que são referentes à crise econômica vivida pela população brasileira nos últimos anos. Os resultados publicados mostram que o número de miseráveis no Brasil, vem crescendo desde o ano de 2015, “em 2014 os brasileiros que viviam abaixo da linha de extrema pobreza eram apenas 4,5%. Em 2018, esse percentual subiu ao patamar de 6,5%, um recorde do País. Em 4 anos mais de 4.504 milhões de brasileiros passaram a viver na miséria”, os dados ainda mostram que a maioria dessas pessoas são da cor preta e parda, representando 75% da população, no ano de 2018, e vivendo com uma renda de cerca de R\$420,00 mensais. Só 2018, o IBGE (2019) apresentou que “52,5 milhões de pessoas estavam vivendo abaixo da linha da pobreza, e em relação ao pré-crise, esse número era de aproximadamente 6,706 milhões de pessoas pobres”, números significativos e que podem explicar o aumento no número de acolhidos no ano de 2018 na Casa Ana Caroline, pois como explica Sen (2008, 2011), enquanto mais pobre a população mais vulnerável socialmente ela se torna, já que diminui suas capacidades e liberdades de escolhas, ou seja, a população que vive na pobreza fica a mercê das necropolíticas do Estado na busca por sobrevivência.

Um dos casos da Instituição pesquisada que pode trazer a reflexão da dimensão das vulnerabilidades sociais as quais as pessoas pobres são submetidas é o fato de que no ano de

2009, houve dois casos de acolhimentos tendo como principal motivo problemas de saúde, um foi adolescente com transtornos psicológicos, ex-paciente de uma clínica psiquiátrica da cidade e um menino prematuro, deixado na maternidade, pois em razão dos cuidados especiais que necessitava nos primeiros meses de vida, a família não se viu em condições de cuidar do mesmo, optando em entregá-lo a adoção.

Nessa vertente Castel (2005, p. 45) explica que: “O Estado Social desempenha papel aglutinador da economia a serviço da manutenção do equilíbrio social, com uma mobilidade generalizada das relações de trabalho, das carreiras profissionais e das proteções ligadas ao estatuto do emprego”. O autor ainda explica que todos esses movimentos sociais, levam ao enfraquecimento da população, e conseqüentemente a “[...] ‘Vulnerabilidade das massas’, [...] uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade, [...] há um aumento contínuo de um ‘exército de desfilados’ que estariam ameaçando a coesão social”, e assim são empurrados a zona de exclusão social, como forma de serem neutralizados, e esse papel normalmente são feitos pelas políticas públicas, por vezes denominadas como sociais. No gráfico 1, é apresentado o total de acolhidos categorizados por ano de sexo:



Fonte: Autora, 2020.

Os dados do gráfico 1, apresentam o total de acolhidos por ano, entre 2008 a 2019, categorizados por sexo, feminino e masculino, mostra que em 2018, o número de acolhidos superou em 58 se comparado ao ano anterior, 2017, o segundo ano com maior número, havendo um crescimento no ano de 2016, 2017, com grande pico em 2018 e uma leve queda

em 2019, quando comparado a 2017, e de 61 acolhidos quando comparado a 2018. Há um crescimento irregular entre os anos, não tendo uma constância, apenas em 2016, 2017 e 2018 há um crescimento progressivo, com leve queda em 2019.

Outro fator que o gráfico 1 mostrou, foi que nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011, eram acolhidos mais meninos, e do ano de 2012 a 2018 essa realidade mudou, passando ser acolhidas mais meninas, em 2019 o número de meninas e meninos ficaram na mesma proporção. Em um universo populacional total de 824 acolhidos nos 12 anos de serviços (2008 a 2019), teve-se um total de 386 do sexo masculino, correspondente a 46,84% e 438 do sexo feminino, o que corresponde a 53,15% dos acolhimentos, uma diferença de 52 acolhidos a mais do sexo feminino, em porcentagem equivale a um total de 8,05%. Na tabela 6 os dados correspondentes ao número de acolhidos e as respectivas percentagem, categorizados por ano e sexo podem ser observados.

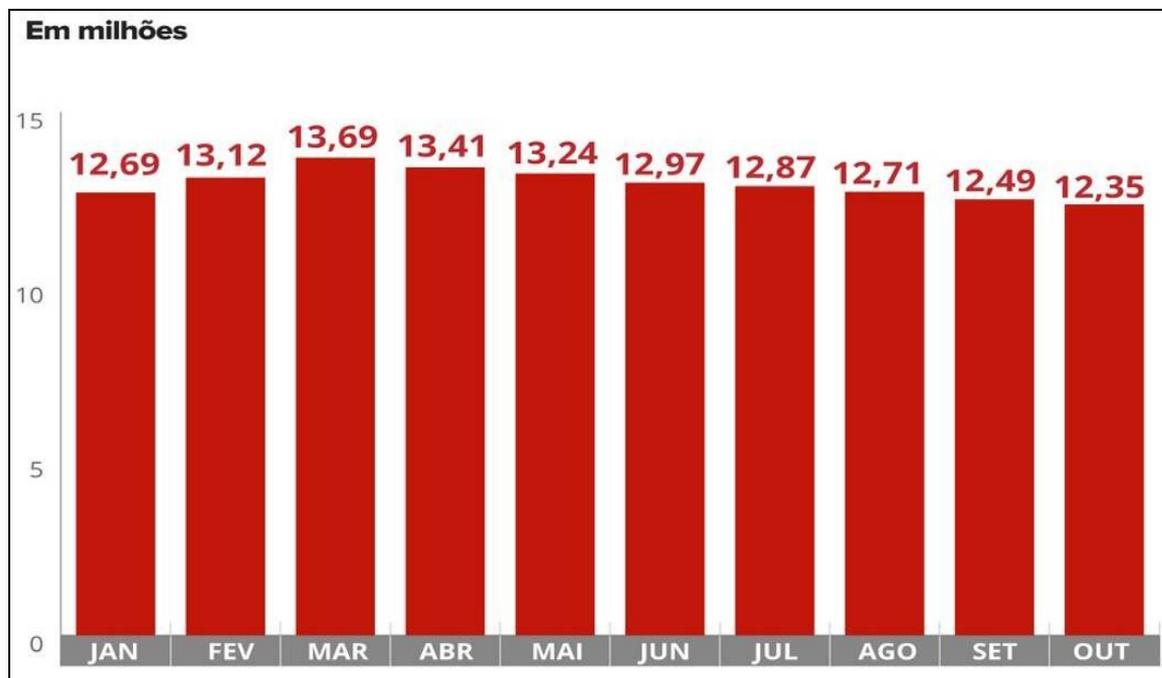
O aumento mais representativo em 2018 aponta como hipótese, à chegada de novas famílias a cidade (processo migratório), pessoas pobres que em razão da crise econômica e aumento da pobreza no País (IBGE, 2019) veem em Araguaína, atrativos e possibilidades de melhores condições de vida, que suas cidades não lhes oferecem, ressalta-se que Araguaína é caracteriza como cidade média e oferece uma gama de serviços educacionais e de saúde que a torna um chamariz para muitas famílias (SILVA, 2016).

Mesmo diante da negativa de que o fator econômico não deve ser associado aos acolhimentos de crianças e adolescentes, o elevado número de acolhidos no ano de 2018 (155 acolhidos), pode ter como explicação o agravamento da crise econômica e do aumento no número de desemprego no País neste período, que apesar da queda de 11,7% ao longo do ano, fechou o ano com aproximadamente 12,35 milhões de pessoas desempregadas, o que pode ter fragilizado as famílias e solapado ainda mais as condições de vida, aumentando assim o número de acolhimentos, em especial os que trazem como motivo a negligência, visto que esse motivo não tem muitas especificações nas fichas dos acolhidos.

Fazendo ligação dos dados da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório, com a oscilação das taxas de desemprego no Brasil, é válido apresentar 4 casos, que passaram pela Instituição no ano de 2011: um menino de 8 anos com severo grau de desnutrição; um adolescente de 13 anos entregue pelos tios, em razão de seus problemas mentais; uma menina de 12 anos a qual a mãe era portadora de problemas mentais e encontrava-se internada em clínica psiquiátrica e uma adolescente soro positivo sem especificação de idade, todos institucionalizados temporaneamente, como forma de terem seus direitos assegurados, tendo pelas famílias visto nas “táticas” (possibilidades) no acolhimento de melhores condições de

vida, mesmo que momentaneamente. Para sustentar mais as discussões, observe na ilustração 7 os dados econômicos brasileiro no referido ano:

Ilustração 7 - Número de desemprego no Brasil em 2018



Fonte: “Adaptado de” IBGE, estimativas 2018.

As dificuldades das famílias em cuidar dos filhos, são muitas no acolhimento institucional, na Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório, em 2010, ocorreram dois casos peculiares, sendo um adolescente de 15 anos com problemas mentais, o qual ninguém da família de origem e/ou extensa se via em condições de cuidar, e assim acabavam por negligenciar os seus direitos, o que culminou em seu acolhimento. E outro caso de um menino prematuro, deixado pela genitora na UTI neonatal, em razão das complicações de saúde ao nascer, e como a família de origem e extensa não se achavam habilitados para cuidar do bebê, viam no abandono a melhor opção de vida ao mesmo.

As conjunturas apresentadas pela sociedade e pela população envolvida nos processos de acolhimento institucional podem ser analisadas sob a ótica das explicações de Certeau (2018), ao ser apresentado que os estilos, maneiras de fazer, hábitos, formas de falar, comportamentos diante de situações cotidianas, tudo são táticas e formas de fazer que os sujeitos adotam para superar as intempéries do lugar em que estão. Essas táticas podem ser visualizadas no acolhimento, quando algumas famílias, usa-se dessas políticas como válvula de escape e entregam seus filhos ao sistema, por não se veem em condições no momento de proporcionar a eles moradia (acabam tendo prioridade na distribuição de casas populares),

alimentação, acesso aos serviços de saúde, educação, e em alguns casos específicos por não conseguirem o adequado tratamento a adolescentes com envolvimento com drogas, e ou, para inserir os adolescentes no mercado de trabalho, pois com a Institucionalização todas as demais políticas públicas se tornam acessíveis, seja pelos meios convencionais acessados pela sociedade, ou quando necessário pela imposição com as ordens judiciais, resumindo, essas pessoas passam a serem visíveis a gestão pública e a sociedade, ou seja:

Ele os superimpõem e, por essa combinação, cria para si um espaço de jogo para maneiras de utilizar a ordem imposta do lugar ou da língua. Sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura pluralidade e criatividade. Por uma arte de intermediação ele tira daí efeitos imprevistos (CERTEAU, 2018, p. 82).

Parecem singular e simples as explicações tecidas por Certeau, no entanto leva a profunda reflexão sobre o cotidiano da população, em especial da que está vivendo em condições de vulnerabilidade social, pois criar estratégias e/ou táticas para sobreviver, não são escolhas, mas imposições sociais, fixadas a cada dia por aqueles que detêm o poder de consumo, o mundo assalariado, que ditam às regras do Estado soberano, os “desfiliaados”, “vulneráveis”, vivem em constante confronto e necessitam manter ativo seu “*modus criativos*” para sobreviver na sociedade dita moderna.

Tabela 6 - Número de acolhidos por ano e sexo, da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório de 2008 a 2019

ANO	Masculino	%	Feminino	%	Quantidade
2008	22	51,16%	21	48,83%	43
2009	31	53,44%	27	46,55%	58
2010	22	61,11%	14	38,88%	36
2011	21	53,84%	18	46,15%	39
2012	24	47,05%	27	52,94%	51
2013	32	48,48%	34	51,51%	66
2014	27	42,85%	36	57,14%	63
2015	22	42,30%	30	57,695%	52
2016	22	31,42%	48	68,57%	70
2017	44	45,36%	53	54,63%	97
2018	72	46,45%	83	53,54%	155
2019	47	50%	47	50%	94
Total	386	46,84%	438	53,15%	824

Fonte: Autora, 2020.

Na tabela 6 é evidenciado o maior número no acolhimento de crianças e adolescentes do sexo feminino, uma porcentagem de 53,15% e de 46,84% de meninos, diferença de 6,31% dos acolhimentos. Quando separados por ano, sexo e faixa etária dos acolhidos, como

apresentados na tabela 7, os dados, mostram que a maior incidência dos acolhidos, nos 12 anos de funcionamento da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório, são de crianças, ou seja, aquelas que têm idade acima de 3 aos 12 anos, isso tanto para as sexo feminino como masculino, totalizando 188 crianças do sexo feminino e 183 crianças do sexo masculino, um total de 371 crianças acolhidas no período, número considerado alto, ao ser levado em consideração a idade correspondente e as prerrogativas do ECA, no que se refere a excepcionalidade no acolhimento.

Tabela 7 - Número de acolhidos, por ano, sexo, e faixa etária da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório.

ANO	Masculino				Feminino				Total
	Bebê*	Criança**	Adolescente***	Sem identificação	Bebê*	Criança**	Adolescente***	Sem identificação	
2008	4	6	5	10	2	7	9	0	43
2009	8	15	6	2	4	10	8	5	58
2010	8	9	5	0	4	8	2	0	36
2011	4	9	6	2	5	9	2	2	39
2012	3	14	6	1	6	10	10	1	51
2013	12	11	4	5	6	12	12	4	66
2014	4	13	7	0	9	12	15	3	63
2015	4	14	3	1	6	14	8	2	52
2016	6	13	3	0	9	23	11	5	70
2017	9	17	16	2	8	23	19	3	97
2018	9	38	25	0	17	42	24	0	155
2019	8	24	15	0	10	18	19	0	94
Total	79 / 9,58%	183 / 22,20%	101 / 12,25%	23 / 2,79%	86 / 10,43%	188 / 22,81%	139 / 16,86%	25 / 3,03%	824

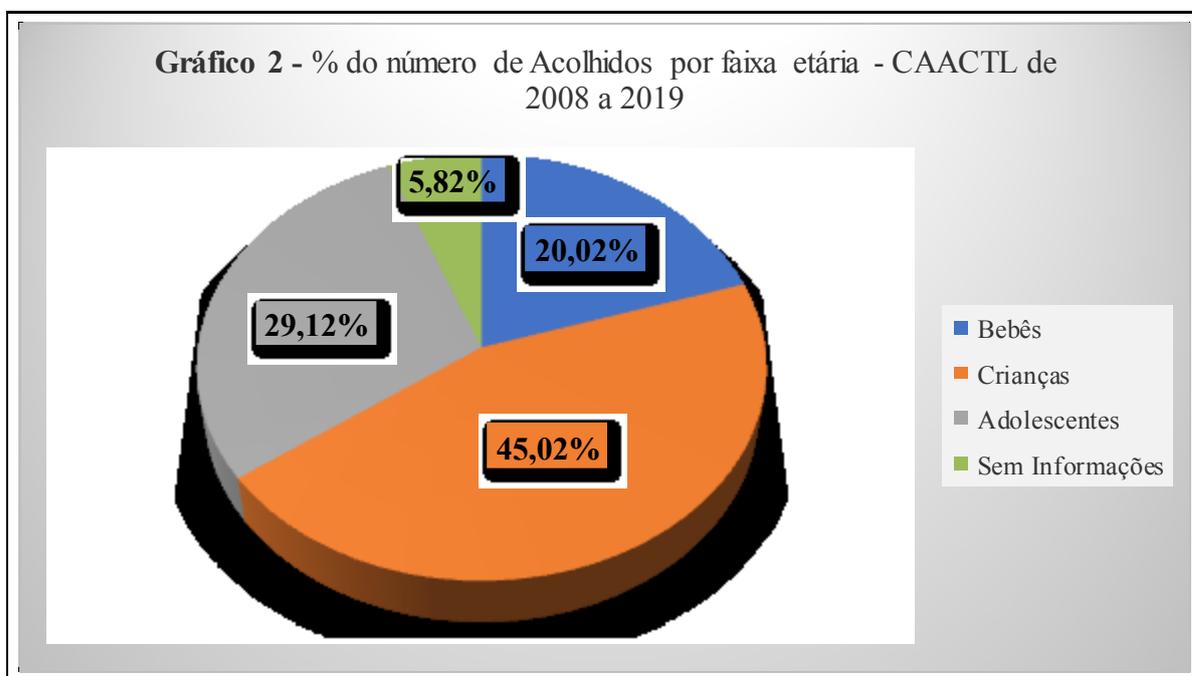
Fonte: Autora, 2020. *Os Bebês representam os acolhidos de 0 a 3 anos, as **Crianças acima de 3 aos 12 anos, os ***Adolescentes de 13 aos 18 anos.

Exemplificando os casos encontrados durante a pesquisa, os quais evidenciam como as políticas públicas são aplicadas nos acolhimentos de crianças e adolescentes, e evidenciam também como as vulnerabilidades sociais desse público, na Região Norte e no Estado do Tocantins, em 2012, tiveram cinco casos de acolhimentos, os quais poderiam ser evitados se as políticas visassem de fato assegurar os direitos dessas pessoas: 1 adolescente de 14 anos com problemas mentais, adquiridos como sequelas do uso de craque; 2 meninas (bebês) entregues na maternidade em razão de serem prematuras; 1 menina de 6 anos portadora de problemas mentais e uma adolescente soro positiva, adquirido ao tentar sobreviver através da prostituição. Todos esses casos são exemplos de estratégias utilizadas pelas famílias e

acolhidos como forma de terem melhores oportunidades de romper as amarras de vulnerabilidades sociais, através das políticas públicas de acolhimento (CERTEAU, 2018).

Apesar do que preconiza a Constituição Federal de 1988 quanto aos direitos pertinentes às crianças e aos adolescentes, como sendo prioridade da família, Estado e sociedade, as realidades das casas de acolhimento, em nível de País, demonstram que cotidianamente não é bem isso que acontece, nem sempre esses direitos são assegurados pelo poder público, sendo necessária a mobilização social na busca por garantir minimamente esses direitos. Salientando, a luz da Carta Magna, que sendo a prioridade das crianças assegurada constitucionalmente, o administrador deve obrigatoriamente colocar em primeiro lugar a infância e a juventude no planejamento e na execução das políticas públicas.

Prosseguindo nesses dados, o Gráfico 2, apresenta a percentagem de acolhidos categorizados por faixa etária, tendo como base os dados evidenciados na tabela 7. Observando-se que 45,02% dos acolhimentos da Casa de Acolhimento são de crianças acima de 3 aos 12 anos, seguido de 29,12% de adolescentes, dos 13 aos 18 anos, e 20,02% de bebês entre 0 aos 3 anos e 5,82% não continham informações sobre a faixa etária durante o acolhimento. Correspondem a um total de 371 crianças, 240 adolescentes, 165 bebês e 48 acolhidos sem informações referentes à idade.



Fonte: Autora, 2020.

Exemplificando as estratégias utilizadas pelas famílias, em especial de crianças, que é o público em evidência no acolhimento, as que se encontram acima dos 3 aos 12 anos de

idade, em 2013 foi acolhido um menino de 8 anos, o qual não tinha laudo, mas, de acordo com as fichas, tinha problemas mentais e os pais não sabiam como cuidar da criança, e nem condições de manter as medicações necessárias, então como forma de assegurar os direitos da criança o Estado teve no acolhimento a melhor opção e solução do problema.

Frisando sobre essa ótica, que a prioridade nos direitos das crianças e adolescentes é a proteção integral, assegurando a primazia que facilitará a concretização dos direitos fundamentais enumerados no Art. 227, *caput*, da Constituição da República e renumerados no *caput* do Art. 4º do ECA, a qual não tem na retirada do infante do seio familiar como primeira opção na garantias de direitos, ao contrário, deve acontecer de forma excepcional.

Cabe ainda registrar que, amparado pelo parágrafo § 7º do artigo 227 e artigo 204, ambos da Constituição Federal, e o artigo 4º e o inciso I do artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a municipalização do atendimento, ou seja, que é obrigação dos Municípios a proteção dos direitos das crianças e adolescentes em situação de risco. Dentre outras iniciativas os Municípios devem criar e manter programas de acolhimento institucional e familiar (artigos 34 e § 1º, 90, inciso IV, 101, incisos VII e IX e 197 – C, §§ 1º e 2º do ECA), no entanto essa obrigatoriedade ainda é apenas um sonho, assim como outros direitos sociais, não há sua garantia integral apenas pelo Poder Público a que compete as ofertas dos mesmos.

Abordando o contexto apresentado com as discussões de Mbembe (2018, p. 29-30), em necropolítica, onde “uma relação desigual é estabelecida ao mesmo tempo em que é afirmada a desigualdade do poder sobre a vida. Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida [...]”. O acolhimento por mais que tenha seus pontos positivos, também tem seu lado obscuro, ao retirar das famílias e dos acolhidos o “poder” sobre suas vidas.

Assim, é válido apresentar o que Certeau (2018, p. 15) explica quando chama atenção a “proliferação disseminada de criações anônimas e perecíveis que irrompem com vivacidade e não se capitalizam”, mesmo sendo sucumbidas as vontades dos outros, vendo sua liberdade escorrendo pelos dedos, ainda sim se mantém firmes e prontos a lutarem por seus espaços, extraíndo da circunstância seus próprios benefícios. No acolhimento percebe-se essa realidade apresentada por Certeau acontecer cotidianamente, quando um acolhido prefere ficar com sua família, mesmo diante de todas as dificuldades apresentadas por ela, sejam nas estruturas físicas de seus lares, sejam nas dificuldades em suas relações, mas também, encontra-se aqueles que veem no acolhimento a oportunidade para acessarem serviços de saúde, educação, trabalho, esporte, lazer, cultura, terem festas de aniversário, ganharem presentes em

ocasiões especiais, entre outras “criações anônimas e perecíveis” que os fazem apaixonar-se pela institucionalização.

2.3.1 Histórico dos Abrigos Institucionais em Araguaína

Em Araguaína, os abrigos institucionais destinados a acolher crianças e adolescentes entre 0 a 18 anos remetem-se ao ano de 2008, com a criação da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima. Tendo, a inauguração da segunda Entidade no ano de 2012, mas, como pertencia a uma ONG foi fechada, por falta de recursos financeiros no ano de 2016, o que acabou por forçar o Município a manter duas Unidades da Instituição Ana Caroline, no final do ano de 2016, objetivando oferecer melhores serviços.

De acordo com dados do Projeto Político Pedagógico da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório de 2018, a entidade foi fundada no dia 26 de maio de 2008, após luta popular, em especial da genitora de uma adolescente de 14 anos, brutalmente assassinada em 2007, em sua residência, onde morava com a mãe. Em homenagem a adolescente a Casa recebeu seu nome. Apesar de toda a repercussão do crime, ele foi arquivado no ano de 2011, com alegações de falta de provas concretas, pelo Ministério Público (PPP, CAACTL, 2018).

A Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório é um programa da Rede Municipal de Assistência Social o qual tem por objetivo acolher Crianças e Adolescentes em situação risco, encaminhados pela Rede de constitucionalização dos Direitos estabelecidos no ECA, ou seja, Juizado e Promotoria da Infância e Juventude e o Conselho Tutelar. É um equipamento de suma importância ao município de Araguaína – TO, e é considerado de Alta Complexidade, por dispor de um lar aos infantes, os quais muitas vezes não têm para onde ir, o que comer, vestir e mesmo alguém para cuidar e instruir-lhes (PPP, CAACTL, 2018, p. 7).

Segundo do documento institucional, PPP (2018, p. 8), a instituição compõe “o Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes, integram os projetos de assistencialismo social de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”, e estar alicerçada seguindo os “princípios e diretrizes apresentadas nas Normativas e Políticas Nacionais relacionadas aos direitos de Crianças e Adolescentes”.

Em sua maioria essas crianças e adolescentes estão expostas a violência física, sexual, psicológica, drogas, negligências, abandono, entre outros tipos de **vulnerabilidades sociais** e econômicas, frutos das mazelas sociais que afetam a maior parte da população brasileira. Nesse aspecto o público atendido atualmente nas duas unidades da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima, são crianças e adolescentes de **0 a 18 anos incompletos, sem distinção de sexo** (e/ou opção sexual), e necessidades especiais, as quais tenham **tido de alguma forma seus**

direitos violados. A Casa oferece acesso à educação, saúde, esporte, lazer, cultura entre outros serviços para os acolhidos, e conta com uma equipe de colaboradores multidisciplinar, os quais trabalham diariamente com os internos. Tendo em seu quadro de profissionais: cuidador, psicólogo, assistente social, pedagoga, coordenadora, encarregada, guarda, motorista, cozinheira, ASG, e apoio Jurídico especializado, tudo em busca de ofertar um serviço de qualidade à população que dele necessitar. (PPP, CAACTL, 2018, p. 8, **grifo do autor**).

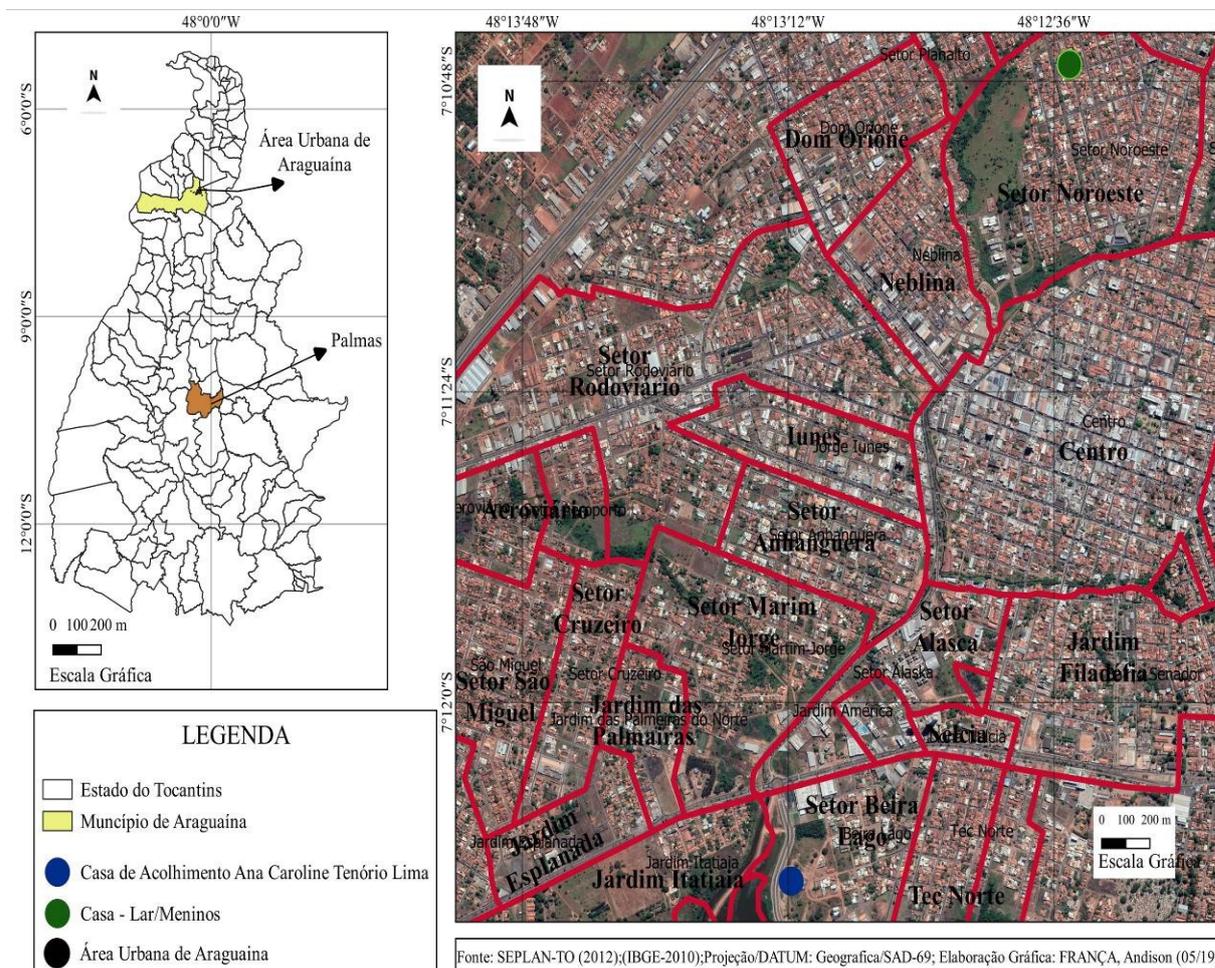
Atualmente Araguaína, conta com duas Unidades da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório, uma localizada: Casa dos Meninos, na Rua Liberdade, nº 550, Setor Noroeste, a outra, Casa das Meninas, Avenida de Ligação, s/n, Quadra T01, Setor Jardim Via Lago. Com capacidade para 30 acolhidos, nas duas unidades, divididas em 10 vagas na Casa dos Meninos e 20 vagas na Casa das meninas, com idades que correspondem a bebês, crianças e adolescentes, entre 0 a 18 anos.

Segundo informações do PPP (2018) as Casas funcionam 24 horas por dia, todos os dias do ano, sendo um serviço contínuo, ininterrupto, e conta com colaboradores que trabalham tanto em horários comerciais como em regime de plantões, tendo sempre funcionários nas duas unidades, os quais são custeados pelo Município, em regime de contrato, comissionados e efetivos. Ambas as Casas de Acolhimentos em Araguaína, são administradas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, sendo, portanto, Instituições públicas municipais.

A localização das Unidades das Casas é referente ao ano de 2019, pois, como apenas no dia 03 de agosto do ano de 2018, foi inaugurada a sede própria da Unidade das Meninas, é que foi possível ter um endereço fixo, problema esse ainda vivido pela Unidade masculina, a qual ainda funciona em endereço provisório, pois trata de imóvel alugado, até a construção da sede própria. Razão essa também utilizada pelo Município para explicar a distância entre as duas Unidades, uma fica a norte e a outra a oeste da cidade, o que gera aproximadamente 6 quilômetros de distância entre as unidades (ARAGUAÍNA, 2019).

A Coordenação da Instituição explica que houve uma busca por imóveis para alugar para a Casa dos Meninos, próximo a Casa das Meninas, no entanto, não foi encontrada nenhum, que atendesse as necessidades mínimas exigidas pelo Judiciário, e como o imóvel do Setor Noroeste outrora funcionou a Casa antes do fechamento da Casa Ágape, e assim da divisão dos acolhidos, ou seja, a Casa Ana ter duas Unidades, a opção mais viável foi realocar novamente o imóvel do setor Noroeste, a mudança de endereço do Setor Martim Jorge para o Setor Noroeste ocorreu no dia 26 de junho de 2019 (ARAGUAÍNA, 2019). No Mapa 1 é apresentado a localização das duas Unidades da Casa de Acolhimento em Araguaína:

Mapa 1 - Localização das duas Unidades da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima em 2019.



Fonte: “Adaptado” pela autora, 2020.

De acordo com o PPP (2018, p. 10) “Inicialmente os acolhidos eram recebidos em uma única estrutura física, no entanto para melhor atendimento em outubro de 2016, foi aberta a Casa de Meninos, com capacidade para acolher 10 crianças e adolescentes”, sendo que essa unidade recebe apenas meninos acima de 6 aos 18 anos incompletos. De acordo com informações do PPP (2018):

As duas Unidades de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes oferecem cuidados, acolhimento e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes em situação de risco ou abandono, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se momentaneamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. São ofertados ainda atendimento especializado e condições institucionais para o acolhimento de crianças/adolescentes em padrões de dignidade funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para a família substituta ou adoção, pelo Cadastro Nacional de Adoção – CNA, ressaltando que os processos de adoção são de responsabilidade da equipe técnica da Vara da Infância e Juventude de Araguaína (PPP, CAACTL, 2018, p. 11).

Após a judicialização do acolhimento, o processo passa correr em segredo de justiça, e tem como pretensão assegurar os direitos da criança e adolescente. No PPP é elencado que:

A aplicação desse tipo de medida implica a suspensão do poder familiar sobre as crianças/adolescentes em situação de risco e se dá apenas por determinação judicial, e/ou encaminhamento do Conselho Tutelar. Isso significa que, durante o período em que permanecem abrigados, fica legalmente sob a guarda do responsável pelo abrigo, devendo seu atendimento ser acompanhado pelas autoridades competentes, com atenção especial para a garantia de todos os direitos que lhes são assegurados na legislação brasileira, inclusive aquele referente à convivência familiar e comunitária. Embora a atribuição de promover o direito à convivência familiar e comunitária não seja exclusiva das instituições de abrigo institucionais, mas compartilhada por toda a rede de atendimento à criança/adolescente que inclui o Judiciário, o Ministério Público, os Conselhos Tutelares, CAPSI, CREAS, CRAS e o próprio Poder Executivo nos níveis federal, estadual e municipal, essas instituições têm um importante papel na área, na busca pela efetivação dos direitos das crianças e adolescentes. (PPP, CAACTL, 2018, p. 11).

Ressaltando que o CONANDA (2009), chama atenção para o caráter excepcional que deve ter as Medidas Protetivas que culminam no acolhimento, isso significa dizer, que deve aplicar essa medida, apenas quando todas as tentativas de assegurar os direitos da criança e adolescente em seu ambiente familiar foram feitas e não se obteve êxito, e mesmo com a aplicação da medida o acolhido institucional deve ser provisório, não recomendando que seja ultrapassado os dois anos.

Nas Casas de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima, os acolhidos têm uma rotina, a qual é flexível, mas, para maior controle das responsabilidades de cada acolhido, há um direcionamento especificado no Projeto Político Pedagógico, como mostra o quadro 8:

Quadro 8 - Rotina das Casas de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima, 2018/2019

Horário	Descrição da atividade
06hs às 06:40hs	Preparação das crianças para ir à escola as matriculadas no período matutino (cuidadores noturnos).
07:30hs às 08:00hs	Banho e café da manhã dos demais acolhido da casa. Todos devem tomar café da manhã juntos na mesa, servidos e porções com quantidades iguais para todos os acolhidos. A TV não deve estar ligada durante o período das refeições servida na casa. O manuseio do controle da TV deve ser exclusivamente de responsabilidade dos cuidadores do plantão (cuidadores diurnos).
08:30hs às 09:30hs	Hora de ensinar as crianças a auxiliar nas tarefas domésticas-LABORATERAPIA (organização e limpeza casa e seus pertences) (cuidadores, cozinheira e serviço gerais).
09:30hs às 11:30hs	Hora das atividades escolares de casa e recreativas (pedagogas e cuidadores)
10:00hs às 11:00hs	Horário de Visitas das famílias e da comunidade em geral sem

	agendamentos.
11:30hs às 12:00hs	Oração de reflexão dirigida e almoço (cuidadores e demais funcionários)
12:00hs às 12:30hs	Ensinar as crianças a auxiliar nas tarefas domésticas (LABORATERAPIA) (cuidadores, cozinheira e serviço gerais).
12:30hs às 13:30h	Repouso das crianças (cuidadores)
12:20hs às 12:40h	Preparação das crianças para ir à escola as matriculadas no período vespertino (cuidador)
14:20hs às 15:00h	Hora das atividades escolares e recreativas com o primeiro grupo de criança (pedagogas e cuidadores)
15:00hs às 15:15h	Hora do lanche todos servidos em iguais porções e sentados na mesa novamente.
15:15hs às 16:00h	Hora das atividades escolares de casa e recreativas com o segundo grupo de crianças (pedagogas e cuidadores)
17:00hs às 18:00h	Horário de Visitas das famílias e da comunidade em geral sem agendamentos.
18:00hs às 19:00h	Hora de ensinar as crianças a auxiliar nas tarefas domésticas-LABOTERAPIA (organização da casa e de seus pertences (cuidadores, cozinheira e serviço gerais).
19:00hs às 20:00h	Banho e preparo para o jantar das crianças (cuidadores noturnos)
20:00hs às 21:00h	Horário de organizar o material e roupas para ir à escola no dia seguinte (cuidadores noturnos).
21:00s às 21:20h	Hora do lanche e preparação para dormir (cuidadores noturnos).
22:00hs	A TV deve ser desligada e todos devem ser incentivados a se recolher para os quartos

Fonte: “Adaptado de” Dados extraídos do PPP da Casa Ana Caroline Tenório Lima de 2018.

Nota-se neste roteiro, que apesar da Casa servir como lar substituto e provisório, o qual deveria ser o mais próximo possível de um lar convencional, tem-se estabelecida uma rotina institucional, facilmente verificada pela divisão igualitária dos alimentos, e não por necessidades específicas e individuais dos institucionalizados, a exemplo do “poder” de controlar a televisão, que estar somente nas mãos dos cuidadores. Em outros termos, não existe a possibilidade de assumir a casa como sendo sua, uma vez que as regras institucionais preconizam o ajuste cotidiano permanente, independente das necessidades, desejos, sonhos e vontades dos acolhidos, toda sua vida é regida por normas, que nem sempre são flexíveis e ajustáveis à busca de suas autonomias. Nesse contexto, Santos (2016) explica que:

[...] a ação soberana do Estado que cinde o desenvolvimento civilizacional em zonas democráticas e estados de exceção é necropolítica (MBEMBE, 2003), isto é, na medida em que distribui de forma excludente e desigual os recursos políticos e económicos exerce um direito de veto sobre as condições de vida e, conseqüentemente tem um poder de decisão sobre a exposição à morte, dos grupos marginalizados. Um exercício de veto que uma estrutura de assistência jurídica pode interromper circunstancialmente, mas não pode derrubar. Nesse sentido, o papel da política pública de acesso à justiça não manifesta a garantia de livre desenvolvimento democrático do indivíduo dentro do Estado, mas a abertura de

redes de ação e luta social empreendidas em diferentes escalas de realização do direito (SANTOS, 2016, p. 124 – 125).

Temos aqui então um exemplo e profundo embasamento de um Estado que ao mesmo tempo em que delibera ações de políticas públicas (necropolítica) para assegurar os direitos de um grupo privados de seus direitos, e como no caso da institucionalização, também privados de sua liberdade (mesmo que invisivelmente), serve como instrumento de morte em ações de defesa a seguridade de direitos reconhecidos pelo poder público.

Para exemplificar, é válido relatar que houve três casos, em 2014, do acolhimento de 3 irmãos, dois meninos e uma menina com 4, 5 e 6 anos com quadro de grave desnutrição, foram institucionalizados como forma de terem assegurados o direito ao acesso a alimentação de qualidade, e assim reverter o quadro de desnutrição, no entanto, apesar de parecer uma boa ação, a institucionalização, nesses casos mudará apenas o quadro momentâneo de desnutrição das crianças, as quais após, o retorno a família de origem, vão continuar na mesma situação de vulnerabilidade social, com privação de alimentação nas proporções e qualidade adequadas para não voltarem a ter desnutrição. Ou seja, a institucionalização tem funcionado como necropolítica e são poucos os casos onde conseguem transformar a vida dos acolhidos, e principalmente das suas famílias.

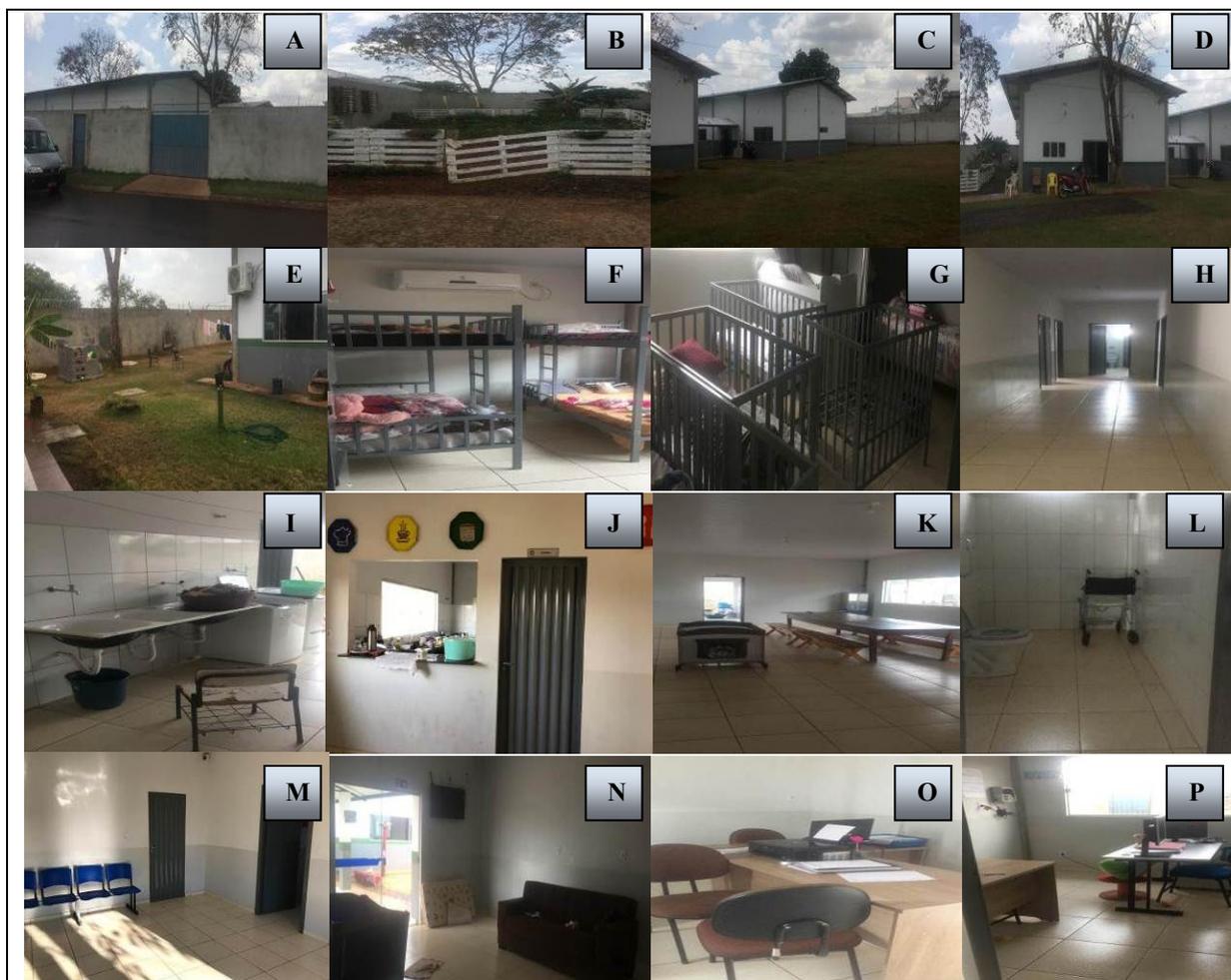
Nesse contexto, compete as Unidades da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório, cuidar dos bebês, crianças e adolescentes que chegam à Instituição, e para isso tem seus serviços organizados, em:

Os serviços de acolhimento na Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima, estão organizados em duas Unidades, a qual atende crianças e adolescentes do sexo masculino na idade de 06 a 18 anos incompletos, e a Unidade de Meninas que acolhe crianças do sexo masculino de 0 a 06 anos incompletos e crianças e adolescentes do sexo feminino de 0 a 18 anos incompletos (PPP, 2018, p. 16).

A Unidade Feminina conta com sede própria, a qual tem a capacidade para 20 acolhidos, sendo composta por: cinco quartos, uma sala de TV, uma sala para coordenação, uma sala para arquivo, uma sala para almoxarifado, uma dispensa, uma cozinha, um berçário, uma biblioteca, uma horta externa, área externa ampla e gramada, uma sala para equipe técnica (psicólogo e assistente social), uma sala administrativa, uma sala de espera, um refeitório, 1 banheiro para funcionários, 1 banheiro para pessoas com necessidades especiais, 1 banheiro para bebê, 2 banheiros incluso com vestuário para acolhidos, e uma área de serviço. A estrutura atende as deliberações para estruturas físicas de Casa de Acolhimento do Conanda e conta atualmente com 30 funcionários, entre coordenação, equipe técnica,

administrativo, pedagógico, cozinha, portaria, motorista, cuidadores, Auxiliar de Serviços Gerais, além de uma Educadora Social.

Ilustração 8 - Fotos dos espaços da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório
Lima/Unidade Feminina



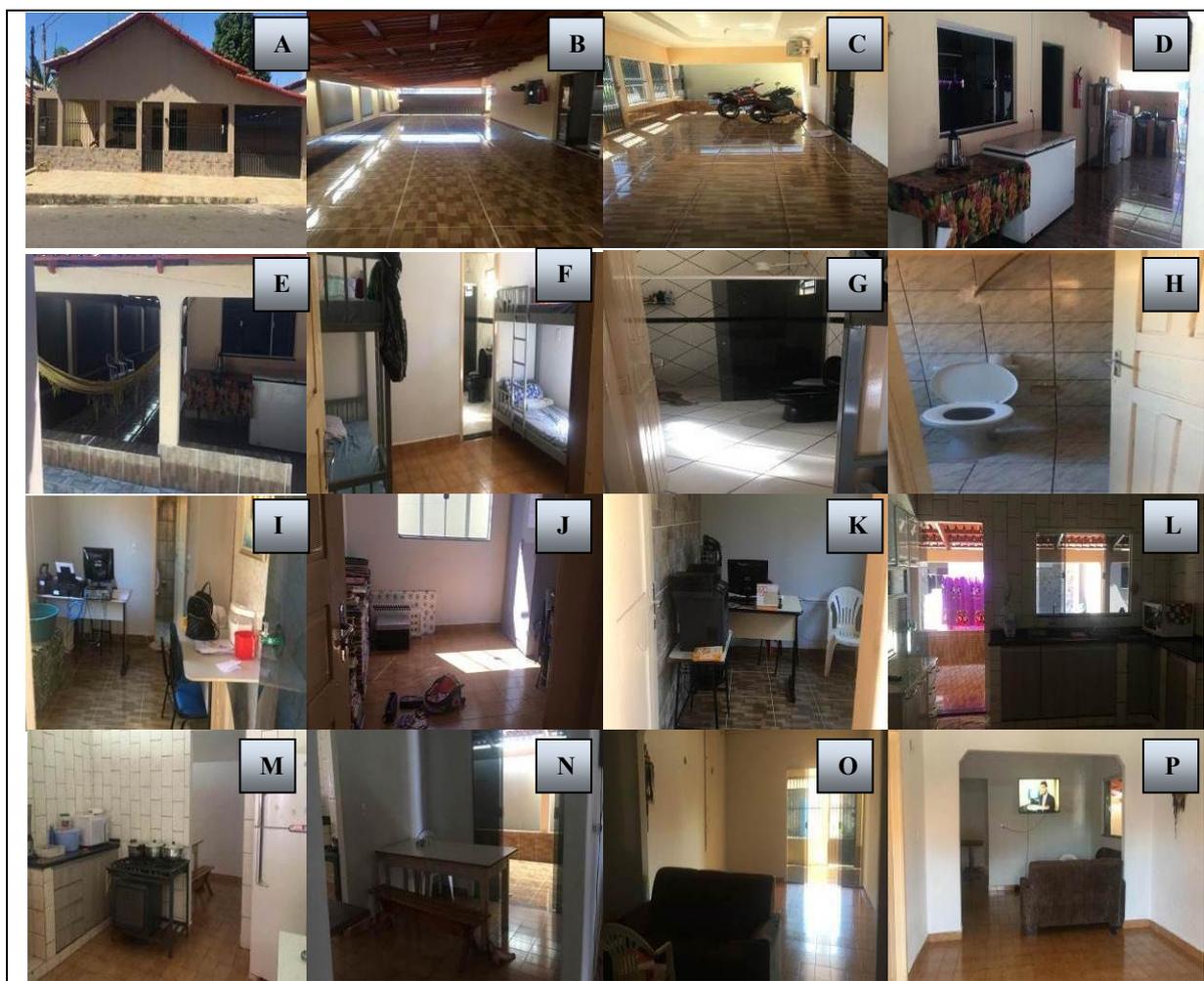
Fonte: Autora, julho, agosto de 2020.

A ilustração 8, é apresentado algumas imagens dos espaços que compõem o ambiente de convívio dos acolhidos na Unidade Feminina da Casa Ana Caroline Tenório, que tem sede própria em Araguaína, sendo que a figura: A - fachada externa; B - os espaço reservado para o cultivo da horta; C e D - a visão do espaço externo para recreação e atividades e a visão entre os dois bloco administrativo e da sala de TV, quartos e banheiros da Unidade; E - espaço de recreação entre os dois blocos da Casa; F - quarto das crianças maiores, acima de cinco anos; G - berçário; H - corredor entre o berçário e os outros quartos, e com a visão do banheiro; I - lavanderia; J - Cozinha; K - refeitório e espaço para interno para festividades; L -

banheiro com acessibilidade; M - recepção; N - sala de TV; O - sala da equipe técnica; P - sala da coordenação.

Na ilustração 9, é apresentado os espaços que compõem o ambiente de convívio dos acolhidos na Unidade Masculina da Casa Ana Caroline Tenório, estando assim organizadas, figura A - fachada externa da instituição; B - área externa e ambiente de festividades internas; C - outra parte da área externa; D e E - espaço de interação e lazer; F - quarto; G - banheiro utilizado pelos acolhidos; H - banheiro utilizado pelos funcionários; I - sala da equipe técnica; J - sala pedagógica e biblioteca; K - sala da coordenação; L e M - cozinha; N - refeitório; O e P - sala de TV, jogos, e espaço de convivência em grupo.

Ilustração 9 - Fotos dos espaços da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima/Unidade Masculina



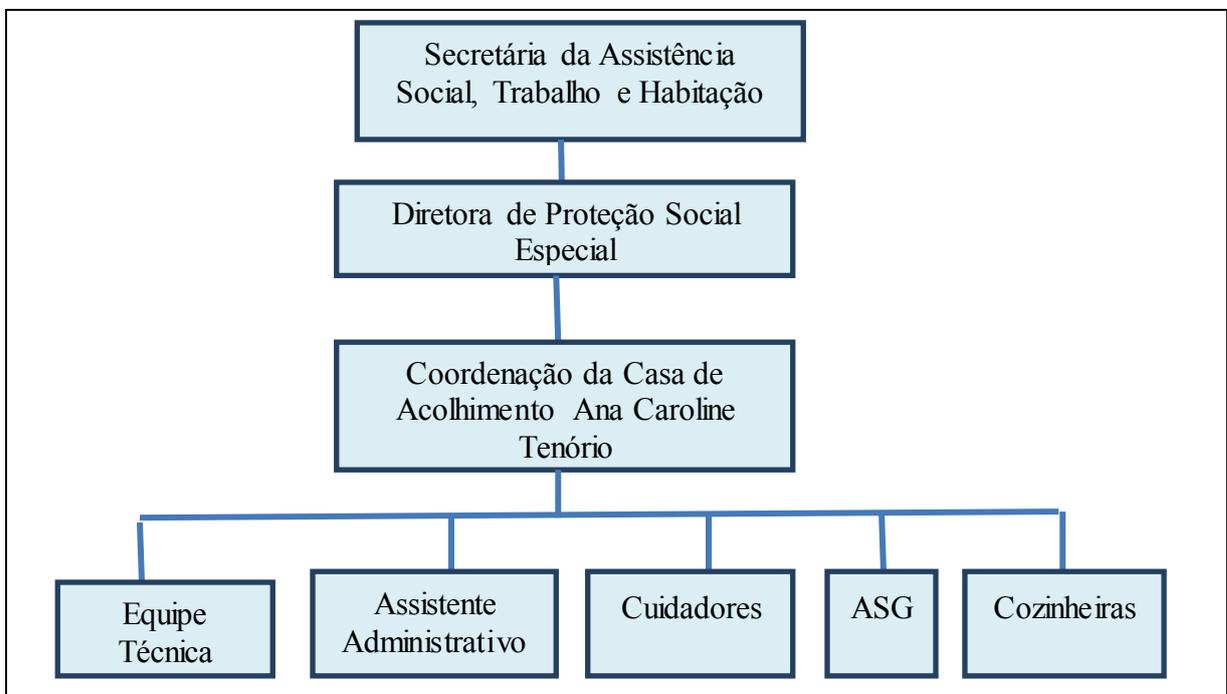
Fonte: Autora, julho, agosto de 2020.

A Unidade Masculina, ainda têm sede própria, funciona em imóvel alugado, composta, por: três quartos, uma cozinha, uma sala de TV, um espaço para estudo com

biblioteca, uma sala para equipe técnica (psicólogo e assistente social), uma sala administrativa, uma área de serviço, um banheiro para funcionários, 2 banheiros para acolhidos, uma área externa para lazer em L. Não sendo uma estrutura que atende as recomendações do Conanda, no entanto, segundo a coordenação (2019), na cidade de Araguaína há uma dificuldade em encontrar imóveis para alugar que sejam amplos e adequados para funcionar uma instituição de acolhimento, além, dos proprietários dos imóveis optarem em manter o imóvel sem uso do que alugar com a finalidade de ser usada como Casa de Acolhimento. Conta atualmente com 20 funcionários, entre encarregada, equipe técnica, administrativo, pedagógico, cozinha, portaria, motorista, cuidadores e Auxiliar de Serviços Gerais. Quanto à mobília das duas Casas é uma mobília utilizada em uma casa normal, apenas alguns itens são industriais, em razão do fluxo de uso, a exemplo do fogão.

“As Unidades ainda contam com um veículo disponibilizado pela Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Habitação para traslado dos acolhidos e visitas *in lócus* das equipes técnicas” (PPP, 2018, p. 17). Nesse contexto o Organograma apresentado no PPP da instituição é composto por:

Ilustração 10 - Organograma das Casas de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima



Fonte: “Adaptado de” Dados extraídos do PPP da Casa Ana Caroline Tenório Lima de 2018.

Um dos casos que chamou a atenção nos acolhimentos da Casa Ana, foi o acolhimento no ano de 2015, de uma menina de 10 meses, diagnosticada com patologias múltiplas, após

ser exposta a grande concentração de monóxido de carbono, em razão do uso de drogas pela genitora, após, ser diagnóstica com patologias múltiplas, e passar por maus-tratos, a família acionou o Conselho Tutelar, que acolheu a criança, já que a mãe não tinha condições de cuidar, o genitor é desconhecido e a família não dispunha de recursos para cuidar da criança.

Ainda segundo informações do PPP (2018), as equipes que atuam em cada Unidade da Casa de Acolhimento Ana Caroline são:

Casa de Acolhimento Unidade de Meninas conta com uma equipe composta por: Coordenadora = 1; Assistente Social = 1; Psicóloga = 1; Pedagoga = 1; Assistente Administrativo = 1; Cuidadores = 16; Cozinheira = 1; ASG = 1; Guarda/Vigia = 4; Motorista = 4

A Casa de Acolhimento Unidade de Meninos conta com uma equipe composta por: Coordenadora = 1; Encarregada = 1; Assistente Social = 1; Psicóloga = 1; Pedagoga = 1; Cuidadores = 8; Cozinheira = 1; ASG = 1; Guarda/Vigia = 4; Motorista = 4. (PPP, 2018, p. 18).

Associando os dados do quadro 8 que apresenta a rotina do acolhidos, é válido apresentar, também, enquanto parte importante no processo de institucionalização da vida dos acolhidos e de suas famílias, as funções, turnos e carga horária de trabalho dos colaboradores, visto que a instituição funciona 24 horas por dia. Os funcionários se revezam de acordo com suas funções, tendo assim, portanto, cargos que trabalham em escala de 12X36, e outros em horários comerciais, para que a Casa possa funcionar às 24 horas ininterruptas, pois, não há a especificações para horários de recebimento de acolhidos, podendo receber a qualquer hora e dia, desde que seja levado pelo Conselho Tutelar de Araguaína, ou via Ordem Judicial do Juizado da Infância e Juventude de Araguaína, principal Órgão responsável por deliberar as entradas e saídas de acolhidos da Casa Ana Caroline. No quadro 9 é representado o esquema de trabalho das Unidades de Acolhimento em Araguaína.

Quadro 9 - Esquema das funções, turnos e carga horária de trabalho.

Função	Carga Horária	Turno de Trabalho
Coordenador(a)	Das 8:00h as 12:00h 14:00h as 18:00h	Horário comercial De segunda a sexta-feira
Psicológico(a)	Das 8:00h as 12:00h 14:00h as 18:00h	Horário comercial De segunda a sexta-feira
Assistente Social	Das 8:00h as 12:00h 14:00h as 18:00h	Horário comercial De segunda a sexta-feira
Pedagogo(a)	Das 8:00h as 12:00h 14:00h as 18:00h	Horário comercial De segunda a sexta-feira
Cuidador	Plantões diurnos = Das 07:00 as 19:00	Em dias e noites alternados

	Plantões Noturnos = Das 19:00 as 07:00	
Motorista	Plantões diurnos = Das 07:00 as 19:00 Plantões Noturnos = Das 19:00 as 07:00	Em dias e noites alternados
Guarda/Vigia	Plantões diurnos = Das 07:00 as 19:00 Plantões Noturnos = Das 19:00 as 07:00	Em dias e noites alternados
ASG – Auxiliar de Serviços Gerais	Das 8:00h as 12:00h 14:00h as 18:00h	Horário comercial De segunda a sexta-feira
Auxiliar Administrativo	Das 8:00h as 12:00h 14:00h as 18:00h	Horário comercial De segunda a sexta-feira
Técnico de Enfermagem	Das 8:00h as 12:00h 14:00h as 18:00h	Horário comercial De segunda a sexta-feira
Cozinheira	Das 8:00h as 12:00h 14:00h as 18:00h	Horário comercial De segunda a sexta-feira

Fonte: “Adaptado de” PPP Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima, 2018.

No que tange as formações dos profissionais que trabalham nas Casas de Acolhimento, de acordo com os dados do Censo Suas de 2018, os profissionais que compõem o quadro de colaboradores das Unidades da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório é composto por 52 profissionais, sendo que desses: 13 profissionais possuem formação em superior, sendo 6 com formação em serviço social, 5 com formação em pedagogia e 2 com formação em psicologia, exercendo funções de psicólogo, assistente social, coordenador, educadora social, motorista e cuidador; 30 tem ensino médio completo, e ocupam os cargos de: cuidadores, encarregada, assistente administrativo, auxiliar de serviços gerais, guarda, e 7 possuem ensino fundamental completo, ocupando o cargo de motorista, guarda, cuidador e Auxiliar de Serviços Gerais e apenas 2 profissionais não concluíram o ensino fundamental, e ocupam o cargo de cuidador e cozinheira.

No quadro 10 é feita a distribuição dos cargos e formações de acordo com os dados do Censo Suas; a predominância é do grau de instrução de nível médio completo, sendo que o grau de nível superior é dos profissionais que exercem funções profissionais específicas, como: pedagogo, psicólogo e assistente social, além do coordenador que também tem nível superior completo, compatível para o cargo e funções que exerce, já que a instituição está diretamente ligada a Secretária de Assistência Social, e vinculada às leis que compõem a formação desse profissional.

Quadro 10 - Formação e Cargos dos profissionais que trabalham nas duas Casas de Acolhimento em Araguaína em 2018/2019.

Formação e/ou grau de instrução	Cargos e/ou função	Total de funcionários
Sem formação profissional / Ensino Fundamental completo	Motorista	3
Serviço Social / Ensino Superior completo	Motorista	1
Profissional do ensino médio / Ensino Médio completo	Guarda	7
Sem formação profissional / Ensino Fundamental completo	Guarda	2
Sem formação profissional / Ensino Fundamental completo	Cuidador	1
Sem formação profissional / Ensino Fundamental incompleto	Cuidador	1
Profissional do ensino médio / Ensino Médio completo	Cuidador	19
Pedagogia / Ensino Superior completo	Cuidador	3
Serviço Social / Ensino Superior completo	Cuidador	1
Profissional do ensino médio / Ensino Médio completo	Auxiliar de Serviços Gerais	1
Sem formação profissional / Ensino Fundamental completo	Auxiliar de Serviços Gerais	1
Sem formação profissional / Ensino Fundamental incompleto	Cozinheira	1
Profissional do ensino médio / Ensino Médio completo	Cozinheira	1
Psicologia / Superior Completo	Psicólogo	2
Profissional do ensino médio / Ensino Médio completo	Encarregada	1
Profissional do ensino médio / Ensino Médio completo	Assistente Administrativa	1
Serviço Social / Superior Completo	Assistente Social	2
Pedagogia / Superior Completo	Pedagoga	2
Serviço Social / Superior Completo	Coordenação	1
Serviço Social / Superior Completo	Educadora Social	1
Total		52

Fonte: “Adaptado de” Censo Suas 2018, pela pesquisadora em 2019.

Durante os 12 anos de funcionamento, a Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima já atendeu 824 acolhidos; entre bebês, crianças e adolescentes, e o ano que mais houve

acolhidos foi 2018, com um total de 155, dos 824 atendidos, 386 foram do sexo masculino e 438 do sexo feminino, e desses quantitativos: 371 foram crianças, 240 adolescentes, 165 bebês e 48 não tiveram identificação da faixa etária. Em razão de ser uma política pública para infância e adolescência de cunho excepcional, os números de atendimentos e de acolhidos podem ser considerados altos, em se tratando que na rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, ainda há os serviços dos CRAS, CREAS entre outras Instituições, o que levanta a hipótese de que houve algumas falhas nas políticas de proteção básica e de média complexidade em se tratando da infância e adolescência em Araguaína.

Há um universo ainda não conhecido e pesquisado, que leva a mais estudos e reflexões na busca por efetivamente garantir e assegurar que essa população possa ter seus direitos assegurados, e assim a rede consiga trabalhar em sincronia e possa dispor de mecanismos que evite ou diminua a institucionalização de bebês, crianças e adolescentes.

3 VULNERABILIDADE SOCIAL E TÁTICAS NO ENFRENTAMENTO DO COTIDIANO

“Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo... E vivo escolhendo o dia inteiro! Não sei se brinco, não sei se estudo. Se saio correndo ou fico tranquilo. Mas não consegui entender ainda qual é melhor: se é isto ou aquilo.”

(Ou isto ou aquilo - Cecília Meireles).

Assim como menciona a epígrafe de Cecília Meireles, o cotidiano se desvela como uma incerteza se é levado, muitas vezes a lugares que não se escolhe estar. Nesse contexto, dissertar sobre vulnerabilidade é complexo e amplo, de difícil tessitura, aqui se pretende discutir os aspectos que envolvem a vulnerabilidade social, entrelaçando-a com as táticas dos sujeitos no enfrentamento cotidiano das dificuldades sociais. Nesse contexto Monteiro (2011) explica que:

Construir um marco referencial da vulnerabilidade social constitui um grande desafio, uma vez que a temática é relativamente nova. [...] definir vulnerabilidade social é mais do que um exercício intelectual, objetiva compreender os desafios e tensões que se colocam para as políticas sociais, no sentido de efetivar-se na perspectiva proativa, preventiva e protetiva. [...] A compreensão de situação de risco foca-se no indivíduo, portanto, é revestida de caráter subjetivo, o que acaba por naturalizá-la ou legitimá-la (MONTEIRO, 2011, p. 30).

As políticas públicas devem vir ao encontro das questões sociais, tendo ações que sejam preventivas, proativas e protetivas, equiparando as classes sociais. Porém, a realidade diária é diferente dessa finalidade almejada pelas políticas sociais. Para Certeau (2018) a população não deve correr o risco de ficar amarrada, as ações das forças de “sua visibilidade”, pois no cenário com tantas vulnerabilidades essa visibilidade pode estar seriamente obscurecida pela busca da “soberania do Estado” (MBEMBE, 2018), “Ao contrário, a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes resta apenas ela, como último recurso. Quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais se torna tática” (CERTEAU, 2018, p. 95), ou seja, frente às impossibilidades sociais resta somente à pessoa jogar com o meio e encontrar brechas no sistema que facilitem seu modo de vida e o cotidiano, na busca diária por sobreviver as ações das necropolíticas. Nessa perspectiva Katzman (1999) expõe que:

A vulnerabilidade social é entendida como o desajuste entre ativos e a estrutura de oportunidades, provenientes da capacidade dos atores sociais de aproveitar oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos e melhorar sua situação, impedindo a deterioração em três principais campos: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais (KATZMAN, 1999, p. 24).

O discurso sobre vulnerabilidade social fez-se mais presente nos discursos sociais, e em pesquisas, após o esgotamento nas análises da matriz da pobreza, isso ocorreu nos anos 90, antes as discussões de vulnerabilidade eram empregadas principalmente na área de saúde, em especial quando referiam-se a doenças infectocontagiosas. Após a década de 90, o termo passou a ser associado aos sujeitos ao serem analisados no ambiente em que estão inseridos, e o seu acesso às políticas públicas, em especial as que são de cunho social e não mais apenas as condições financeiras (MONTEIRO, 2011). O autor explica que:

A vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade vida dos sujeitos (MONTEIRO, 2011, p. 34).

Seguindo nessa linha de raciocínio, Escorel (1999, p. 17) coaduna com as análises de Castel (1998), quando explica que vulnerabilidade social torna-se então uma “condição transitória de pobre para a de indigente”, pois, as táticas dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social dificilmente conseguirão lhe proporcionar alcançar as políticas públicas para alçarem melhores condições de vida, ao lhe fornecer os subsídios necessários para sair da condição de pobre, “[...] em geral, se deslocam para as condições extremas de vulnerabilidade, ou seja, para a exclusão social”.

Mbembe (2018), explica que a maioria das ações de políticas públicas provém de necropolíticas, a exemplo da institucionalização de crianças e adolescentes, que mascara uma realidade, a qual pelos mecanismos sociais disponíveis dificilmente serão capazes de transformar a vida da família de garotos e garotas acolhidos. Escorel (1999, p. 17) chama a atenção e explica que “A análise do processo de exclusão social toma como referência cinco dimensões: econômico-ocupacional, sociofamiliar, da cidadania, das representações sociais e da vida humana”, dimensões essas que são subtraídas no processo de institucionalização, pois os acolhidos passam a serem visto pela sociedade através de rótulos, e suas famílias sofrem revitimização ao serem demonizadas pelo sistema, além da fragilização dos vínculos afetivos, ao serem separados do seu ambiente natural de convívio. Cabe aqui as colocações de Mbembe (2018) quando fala que:

[...] a noção de necropolítica e de necropoder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos”. [...] o necropoder embaralha as fronteiras entre resistências e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade (MBEMBE, 2018, p. 71).

Os sujeitos que chegam ao estágio transitório de vulnerabilidade social, colocado por Escorel (1999), criam atritos com as “zonas de coesão” colocadas por Castel (1998), e normalmente as ações das políticas públicas, não pensam em lhes favorecer ou retirar dessa zona para uma zona melhor, mas, em empurrá-los ao “mundo de morte, mortos-vivos” como é apresentado por Mbembe (2018) nas discussões de necropolítica.

Aguçando as análises é oportuno o que expõe Sen (2011, p. 49) quando explica que “Na forma de pobreza extrema, pode tornar a pessoa uma presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade”. Nesse terreno torna-se quase impossível sobreviver, pois “Os direitos políticos e civis, especialmente os relacionados à garantia de discussão, debate, crítica e dissensão abertos, são centrais para os processos de geração de escolhas bem fundamentadas e refletidas” (SEN, 2000, p. 181), o que é retirado e/ou camuflado dos sujeitos em situação de vulnerabilidade, para que não sejam capazes de acessar os seus direitos políticos e civis, pois trocam sua liberdade de escolha por falsos benefícios. Para Certeau (2018):

São as operações dos usuários explicita das combinatórias que compõem a cultura. [...] os usuários não são passivos, ou meros receptores de algo unitário produzido por outros, ao contrário, devem ser consideradas as suas maneiras de fazer cotidianas que são intrinsecamente articuladas às atividades sociais. São os modos de operação, ou mesmo dos esquemas de ação, que mostra antes que a relação, sempre social, determina seus termos, e não o inverso, e cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente de suas determinações relacionais. As quais, por sua vez, se dão também através do consumo, e da consequente produção dos consumidores (CERTEAU, 2018, p. 87 - 90).

Nas reflexões de Robert Castel (1998) é no campo da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), deliberada no ano de 2004, que estão às possibilidades de operacionalidade das ações que podem trazer pensamentos positivos que envolvem o conceito de vulnerabilidade social, pois as ações da PNAS têm como objetivo a proteção social, tirando da zona de risco, de vulnerabilidade, danos sociais e de exclusão os sujeitos que ali se encontram, buscando torná-los proativos através de intervenções pontuais em todo o território nacional. No entanto o autor chama a atenção para o lugar ocupado pelo sujeito no mundo do trabalho, onde está a raiz da coesão social e o principal alicerce da sociedade do consumo, pois:

[...] o lugar ocupado na condição de assalariado é capaz de mensurar a ameaça de fratura, que afeta a sociedade contemporânea, decorrendo disso, as situações de vulnerabilidade social, segregação e desfiliação. [...] a situação atual caracterizada pelo “abalo” na condição salarial, é responsável por promover o desemprego em massa, a instabilidade das situações de trabalho e a inadequação dos sistemas clássicos de proteção social; multiplicando com isso, o número de indivíduos que ocupam na sociedade um lugar de “supranumerários”, “inempregáveis” ou empregados de um modo precário intermitente, [...] os “desfiliaados” (CASTEL, 1998, p. 22-23).

Castel (1997, p. 27-28) explica que a “zona de vulnerabilidade” gera espaços sociais instáveis, com “turbulências”, onde são encontrados a população que vive em situação precária, e as que possuem uma relação de trabalho insegura, precária, sem instabilidade, o que gera relações de trabalho frágeis, que não pensa nas condições do outro, mas no lucro que pode obter com a força de trabalho em questão. São esses sujeitos, que normalmente caem na última zona da coesão social colocada por Castel, a zona final do percurso. Para o autor “É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação”. Ressaltando que as zonas classificadas por Castel são assim classificadas:

A **zona de integração** que seria um conjunto de relações de trabalho e inserção relacional estável; A **zona de vulnerabilidade** que significa a apresentação de trabalho precário e fragilidade de apoio relacional; A **zona de desfiliação** é a conjugação dos processos de exclusão, ausência de trabalho e isolamento relacional (CASTEL, 1997, p. 27, **grifo do autor**).

Para Monteiro (2011, p. 35) a vulnerabilidade social só terá uma redução nos seus níveis quando houver “o fortalecimento dos sujeitos para que possam acessar bens e serviços, ampliando seu universo material e simbólico, além de suas condições de mobilidade social”, no entanto para que isso aconteça às ações das políticas públicas de cunho social, tornam-se indispensáveis, na proteção do sujeito, pois atua como articuladora dos demais campos das políticas, sendo “instrumentos de garantia de direitos, condições dignas de vida, emancipação e autonomia”. As táticas no enfrentamento diário requerem luta, força, escolhas, aptidão, cotidianamente o sujeito se vê obrigado a matar ou morrer, em uma sociedade que vive com base no consumo, Mbembe (2018) cita Elias Canetti (1995) para:

[...] nos lembra, o sobrevivente é aquele que, tendo percorrido o caminho da morte, sabendo dos extermínios e permanecendo entre os que caíram, ainda está vivo. Ou, mas precisamente, o sobrevivente é aquele que, após lutar contra muitos inimigos, conseguiu não só escapar com vida, como também matar seus agressores. Por isso, em grande medida, o grau mais baixo da sobrevivência é matar. Canetti assinala que na lógica da sobrevivência “cada homem é inimigo de todos os outros”. Mais radicalmente, o horror experimentado sob visão da morte se transforma em satisfação quando ela ocorre com o outro. É a morte do outro, sua presença física

como um cadáver, que faz o sobrevivente se sentir único. E cada inimigo morto faz aumentar o sentimento de segurança do sobrevivente (MBEMBE, 2018, p. 62).

Parece uma realidade cruel a que se observa na citação anterior de Mbembe (2018), mas, na sociedade contemporânea a vida encontra-se o tempo todo em risco, vulnerável a alguma situação, e a população se ver forçada a buscar “táticas” (CERTEAU, 2018), para enfrentar a suas condições de vida, ou seja, as suas condições de vulnerabilidades, principalmente as que têm cunho social. Monteiro (2011, p. 36) diz que “A solidariedade primária presente na relação com os parentes, os vizinhos e, a solidariedade secundária, expressa através da contribuição previdenciária no âmbito da seguridade social, são dois exemplos de enfrentamento dessas situações”, são táticas, artes de fazer, encontradas pelo sujeito para amenizar as suas mazelas sociais.

Os meninos e meninas abrigados são sobreviventes de uma luta social maior, pois estão expostos às políticas destrutivas do tecido social que provocam inúmeras situações de violência e matam muitos dessas garotas e garotos, e os que conseguem sobreviver entre os mortos, e saí, romper a zona de desfiliação, são poucos. Esse público faz parte da população renegada que vive um dia por vez, sobrevivendo seu presente a cada circunstância e possibilidade de negociação com a guerra que enfrentam cotidianamente, na busca por não serem mais um dos corpos mortos na batalha para e pela vida.

3.1 O reinventar do cotidiano social e suas correlações com as demandas do sujeito

Vimos no tópico anterior que nesse jogo chamado cotidiano, o reinventar é uma necessidade para continuar sobrevivendo, estando relacionado a tudo que o sujeito faz, pois, como diz Sen (2010, p. 59) “A democracia dá poder político ao vulnerável ao tornar o governante responsável pelos seus erros”, o Estado apesar de todo o seu poder, em um País democrático deve ser responsabilizado por suas ações, afinal seu “patrão” é a população, sendo para ela que o Estado deve trabalhar. Mas, o que se observa cotidianamente é o uso de estratégias por parte do Estado, como forma de manter cada classe na “zona” em que está ou mesmos descer ainda mais, chegando a “zona de desfiliação” colocada por Castel (1998).

Nesse contexto, Certeau (2009, p. 92) explica que “Dessa água regulada em princípio pelas redes institucionais que de fato ela vai aos poucos erodindo e deslocando, as estatísticas não conhecem quase nada. Contabiliza-se aquilo que é usado, não as maneiras de utilizá-lo”, esse é um dos maiores erros do Estado em suas ações estratégicas, contabilizar o objeto errado, observando apenas o quanto é consumo e não leva em conta quem e nem como está

sendo consumido, não valoriza em suas ações o sujeito, mas, apenas os números que suas ações estão fazendo, a exemplo, podem ser citados os benefícios sociais (BPC, Bolsa Família, auxílio aluguel entre outros), concedidos a seres humanos de carne e osso, que brincam com o cotidiano na busca de sobreviver a ele. Não considerar o ser e calcular apenas números gera violências simbólicas, aqui consideradas como necropolíticas.

Segundo Sen (2000, p. 183) “O desafio político para os povos de todo mundo atualmente não é apenas substituir regimes autoritários por democráticos. É, além disso, fazer a democracia funcionar para as pessoas comuns”. Colaborando com as análises de Sen (2010), Castel (1998), Certeau (2009) e Achille Mbembe (2018) leva a refletir que:

Se observarmos a partir da perspectiva da escravidão ou da ocupação colonial, morte e liberdade estão irrevogavelmente entrelaçadas. [...] o terror é uma característica que define tanto os Estados escravistas quanto os regimes coloniais contemporâneos. Ambos os regimes são também instâncias e experiências específicas de ausência de liberdade. Viver sob a ocupação contemporânea é experimentar uma condição permanente de “viver na dor” [...] (MBEMBE, 2018, p. 68).

Escravidão e dor, essas muitas vezes mascaradas, em forma de políticas públicas, a exemplo, do Acolhimento Institucional, que abstrai do sujeito a sua liberdade de escolha, por acreditar que a família está incapacitada de exercer a sua função protetora e provedora sob a criança e adolescente. Mas, essa política pública, esse Estado são incapazes de ver que a fragilidade da família é apenas uma consequência de uma estrutura social pensada para criar esses “mortos-vivos” (MBEMBE, 2018), os pais que perdem o poder sobre seus filhos são apenas produtos de um Estado que não conseguiu com suas “ações” cumprir seu dever. Esses sujeitos não se colocaram nessa situação de vulneráveis sociais por opção, mas, foram empurrados a ela, ou arrastados pela falta de opções das ações de políticas públicas, verdadeiramente imbuidas para transformar a vida dessas pessoas. Certeau (2009) apresenta que:

Enigma do consumidor-esfinge. Suas fabricações se disseminam na rede da produção televisiva, urbanística e comercial. São tanto menos visíveis como as redes do enquadramento se fazem mais apertadas, ágeis e totalitárias. Proteiformes então, ou cor de muralha, elas desaparecem nas organizações colonizadoras cujos produtos não deixam lugar para os consumidores marcarem sua atividade (CERTEAU, 2009, p. 88).

Correlacionando os estudos de Certeau apresentados anteriormente, Castel (2005) circunscreve que na sociedade contemporânea, os riscos são eminentes, e o Estado está preocupado com seu “bem-estar” mesmo que isso signifique arrastar para a “zona de

desfiliação” muitas pessoas. Nesse sentido o “[...] acontecimento previsível, cujas chances de que ele possa acontecer e o custo dos prejuízos que trará, podem ser previamente avaliados” (CASTEL, 2005, p. 61). Ou seja, no mundo contemporâneo os riscos sociais sempre foram pensados e controlados pelo Estado, apesar de criar uma “[...] sociedade de risco, onde os riscos são imprevisíveis, não são calculáveis e acarretam consequências irreversíveis”. O autor ainda explica que:

Se ser protegido é estar em condições de enfrentar os principais riscos da vida, esta segurança parece hoje duplamente em falta: não só pelo enfraquecimento das coberturas “clássicas”, mas também por um sentimento generalizado de impotência diante das novas ameaças que parecem inscritas no processo de desenvolvimento da modernidade (CASTEL, 2005, p. 61).

É nesse cenário de modernidade que as famílias são forçadas a se reinventarem cotidianamente, empregando em suas “artes de fazer”, todas as suas forças e táticas, pois não se veem em opção de escolher, mas apenas de se invisibilizar entre os espaços coletivos e sociais. Os filhos abrigados nesta lógica são a representação direta da dor, funcionam como feridas abertas da impossibilidade de negociar com o sistema, então em muitos momentos se filiam a ele e jogam com ele. “Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros” (SEN, 2000, p. 26). O autor também coloca que:

As pessoas desesperadamente necessitadas podem carecer da coragem para desejar qualquer mudança radical e, normalmente, tendem a ajustar seus desejos e expectativas ao pouco que veem como viável. Elas treinam para tirar prazer das pequenas misericórdias (SEN, 2008, p. 317).

Não é que as famílias perderam sua capacidade de proteger e cuidar de seus filhos, mas, se encontram em condição de extrema pobreza, e vulnerabilidade social que se veem obrigadas a usarem das políticas públicas, seja quando entregam seus filhos ao Estado, por não se verem em condições de proporcionar a eles o mínimo para sobrevivência, como moradia e alimentação, ou quando veem no acolhimento a única opção de acessarem outras políticas, a exemplo da inserção no mercado de trabalho ou acesso a habitação, se beneficiando da prioridade social que é dada as famílias dos assistidos pelo acolhimento. Por mais devastadoras que possam parecer, é a única saída que esses sujeitos veem como alternativa momentânea aos problemas cotidianos. Outras famílias estão tão massacradas pelas condições de vida que sempre teve que vê no abandono dos filhos uma oportunidade de uma “vida melhor”. (SANTOS, 2019). Assim, para Escorel (1999):

A estrutura familiar se apresenta assim como a grande retaguarda afetiva e material do trabalhador pobre nas suas relações com o mercado de trabalho, como o recurso fundamental para sua sobrevivência cotidiana. A família, a “casa”, é um âmbito, um domínio, um espaço onde ancorar-se, um lugar que pode chamar de seu, frente ao mundo do trabalho, a “rua”, que lhe oferece uma experiência de insegurança na qual a ameaça da miséria está sempre presente. A “experiência da liminaridade”, o fantasma da miséria – representada por ficar desempregado, passar fome ou “ir morar debaixo da ponte” – está sempre no horizonte da maioria das famílias trabalhadoras: passar da pobreza, uma condição de vida em que os rendimentos (e o consumo) são baixos, para a situação de miséria em que não há quase nenhum rendimento e o suprimento das necessidades básicas está parcial ou completamente inviabilizado (SCOREL, 1999, p. 110).

Mesmo que os fatores socioeconômicos não sejam levados em consideração em situações de acolhimento, é de convir que “As transformações da esfera produtiva e financeira vulnerabilizam o âmbito familiar, podendo inviabilizar os suportes, proteções e reconhecimentos aos seus membros” (SCOREL, 1999, p. 76). Coadunando com o autor, Certeau (2009) fala que:

Na realidade, diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, posta-se uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como ‘consumo’, que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas ‘piratarías’, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar?), mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos (CERTEAU, 2009, p. 88).

Nessa vertente, a família e os acolhidos se veem em um lugar novo, onde tudo é desconhecido, e são forçados a se reinventarem, para que possam sobreviver, às vezes suas estratégias, não vistas pelo Estado como correta, passam a ser um constante problema a quem deveria evitar a situação de acolhimento. Nesse contexto Certeau (2009) apresenta que:

Embora sejam relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias, essas *táticas* desviacionistas não obedecem à lei do lugar. Não se define por este. Sob esse ponto de vista, são tão localizáveis como as *estratégias* tecnocráticas (e escriturísticas) que visam criar lugares segundo modelos abstratos. O que distingue estas daquelas são os *tipos de operações* nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar. (CERTEAU, 2009, p. 87).

Mesmo sendo os usuários do acolhimento, os acolhidos, veem suas liberdades se esvaindo, sem poderem fazer nada, e passam a criar seus mundos paralelos, passando a utilizar estratégias que lhes insiram ao “lugar abstrato” criado pelo Estado, como forma de se proteger e assegurar os seus direitos individuais. Certeau (2009) contribui expondo que:

Ele [o sistema] os superimpõem e, por essa combinação, cria para si um espaço de jogo para *maneiras de utilizar* a ordem imposta do lugar ou da língua. Sem sair do

lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele a instaura *pluralidade* e criatividade. Por uma arte de intermediação ele tira daí efeitos imprevistos (CERTEAU, 2009, p. 87).

Diante da complexidade da sociedade contemporânea, todos se veem em condições de que “Deve-se, portanto, analisar o uso por si mesmo” (CERTEAU, 2009, p. 90), por mais que se fale em coletividade, solidariedade no cotidiano, às fragilidades das relações, leva o ser humano a ser egoísta, e pensar mais em si do que no outro (BAUMAN, 2001). Assim, a luta pela sobrevivência diária, torna-se a principal estratégia da sociedade. Observa-se aqui que:

Outra distinção se impõe além daquela que distribui os comportamentos segundo o seu *lugar* (de trabalho ou de lazer) e os qualifica então pelo fato de se colocar em nesta ou naquela casa do tabuleiro social – no escritório na oficina ou no cinema existem diferenças de outro tipo. Elas se referem às *modalidades* da ação, às *formalidades* das práticas. Atravessam as fronteiras que permitem as classificações de trabalho ou de lazer. Por exemplo, a arte da “sucata” se inscreve no sistema da cadeia industrial (é seu contraponto, no mesmo lugar), como variantes de atividade que, fora da fábrica (noutro lugar) tem a forma da bricolagem (CERTEAU, 2009, p. 86).

Ainda considerando as pontuações de Certeau (2009, p. 92) salientando que “Dessas águas que se vão insinuando em toda a parte só se tornam perceptíveis os efeitos (a quantidade e a localização dos produtos consumidos)”, não se tem espaços para pensar no que não se pode consumir, tudo se torna “líquido” em especial as relações entre as pessoas como é explicado por Bauman (2001). Complementado por Certeau (2009, p. 92) ao circunscrever que “Elas circulam sem ser vistas, perceptíveis somente por causa dos objetos que se movimentam e fazem desaparecer. As práticas do consumo são os fantasmas da sociedade que leva o seu nome”, e nesse sistema consumista quem não dispõe de valor de compra acaba sendo “desfiliado” (CASTEL, 1998) e se vendo em condição de vulnerabilidade social.

É importante ressaltar que Castel (2015) auxilia na compreensão da estrutura social, ofertando elementos de sua organização e daquilo que permite manter a coesão social, bem como do que esgarça o tecido da sociedade, provocando fraturas e rompimentos. E Certeau (2009) ajuda a entender como nas microrrelações, as pessoas que se encontram nas tramas societárias prestes a romper, se movem inventando seu dia-a-dia, flertando com o poder e fazendo uso dele a partir das táticas cotidianas. Jogar com o presente é tentar pelas únicas vias existentes se afirmar como cidadão e se manter ainda ‘vivo’ dentro do tabuleiro social. A vitória diária faz da vida uma luta permanente que ora resvala na vulnerabilidade ora escapa dela.

3.2 A família frente à vulnerabilidade social

A vulnerabilidade social afeta todas as instancias da sociedade, e a estrutura familiar não fica fora da avalanche que sobrevém com as condições de vida que caracterizam esse tipo de vulnerabilidade, anteriormente apresentadas. Um dos autores que discutem bem as questões de vulnerabilidade é Sen (2009) escreve que:

A liberdade é valiosa por pelo menos duas razões diferentes. Em primeiro lugar, mais liberdade nos dá mais oportunidade de buscar nossos objetivos – tudo aquilo que valorizamos. Ela ajuda, por exemplo, em nossa aptidão para decidir viver como gostaríamos e para promover os fins que quisermos fazer avançar. Esse aspecto da liberdade está relacionado com a nossa destreza para realizar o que valorizamos, não importando qual é o processo através da qual essa realização acontece. Em segundo lugar, podemos atribuir importância ao próprio processo de escolha. Podemos, por exemplo, ter certeza de que não estamos sendo forçados a algo por causa das restrições impostas por outros (SEN, 2008, p. 262).

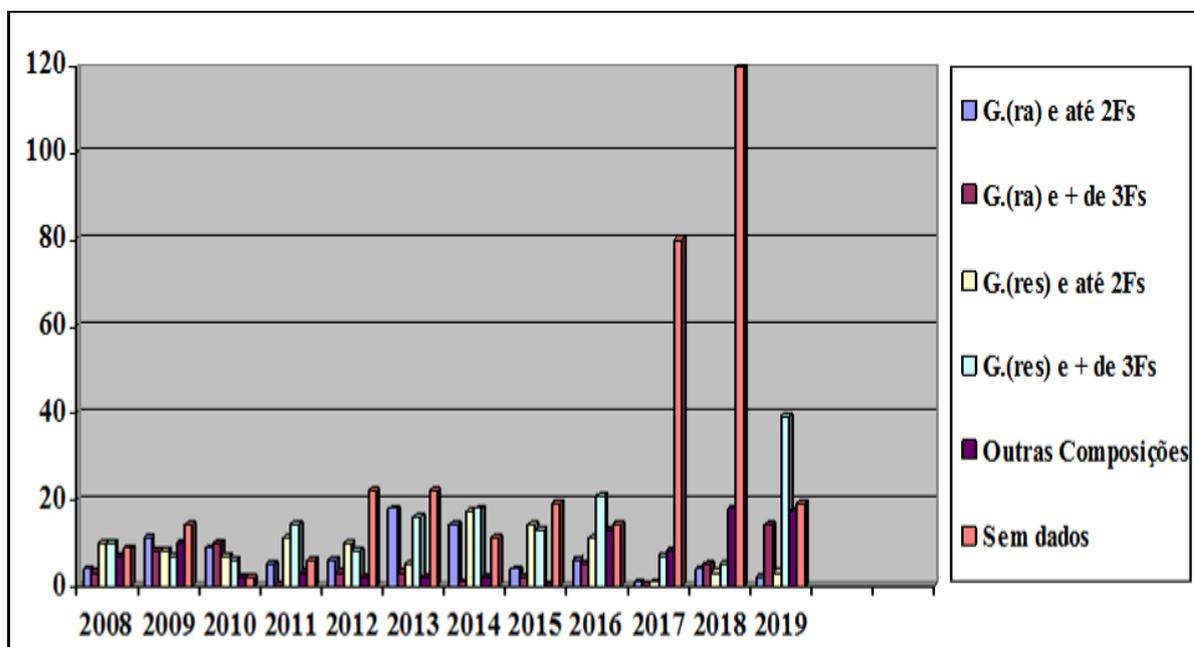
Em meio às condições que vivem as famílias em vulnerabilidade social no Brasil, o acolhimento torna-se, em dados momentos uma solução oportuna, quando serve as famílias como instrumentos para acessar outras políticas públicas e se configura como um curto espaço de tempo, não se prologando o período de acolhimento dos filhos, e em outros traumáticos, quando as famílias veem seus filhos sendo retirados de seus lares, sem terem a menor oportunidade e escolha de evitar a institucionalização, fazendo que os genitores se sintam incapazes de cuidar dos próprios filhos, e nos casos em que o acolhimento perdura por um longo período acaba por gerar outras vulnerabilidades as famílias e aos assistidos, ou seja, quem se percebe obrigado a se afastar de seus filhos, acaba por se sentir impotente diante de um sistema social soberano.

Nesse sentido os dados que representam a composição familiar dos acolhidos da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório, de 2008 a 2019, tendo assim uma dimensão do perfil das famílias de origem dos acolhidos.

Ao observar a composição familiar dos acolhidos da CAACTL, é perceptível que os dados referentes a essa variável, são de pouca relevância para o serviço, visto que o número de fichas sem dados teve alto índice, um total de 338 acolhidos sem informações sobre a composição familiar. Esses dados mostra a fragilidade das instituições no que se refere aos registros de dados e informações sobre os serviços que prestam a sociedade. Das cinco categorias do gráfico 3 somam 486, que são de famílias compostas por: genitora e até 2 filhos; genitora e mais de 3 filhos; genitores e até 2 filhos; genitores e mais de 3 filhos, outras composições familiar (sejam grupos de irmãos, acolhidos que moram com avôs paternos ou

maternos, tias e tios, primos, vizinhos, genitores). Como forma de melhor compor e refletir sobre esse cenário apresentado, os dados do gráfico 3, a seguir condizem bem como exemplo:

Gráfico 3 - Composição familiar dos acolhidos da CAACTL



Fonte: Autora, 2020.

É válido ainda apresentar que a composição familiar com maior incidência são as de famílias compostas pelos genitores com mais de 3 filhos, totalizando 164 registros, seguidos dos genitores e até dois filhos com 100 registros. Observa-se que nos anos de 2017 e 2018 a falta de informações sobre a composição familiar são maiores, se relacionado aos demais anos de prestação de serviços. Para complementar o gráfico 3, veja os dados distribuídos na tabela 8:

Tabela 8 - Distribuição da composição familiar nos 12 anos de serviços da CAACTL

CATEGORIAS	ANO 20...												Total
	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	
Genitora e até 2 filhos	4	11	9	5	6	18	14	4	6	1	4	2	84
Genitora e mais de 3 filhos	3	8	10	0	3	3	1	2	5	0	5	14	54
Genitores e até 2 filhos	10	8	7	11	10	5	17	14	11	1	3	3	100
Genitores e mais de 3	10	7	6	14	8	16	18	13	21	7	5	39	164

filhos													
Outras composições	7	10	2	3	2	2	2	0	13	8	18	17	84
Sem dados	9	14	2	6	22	22	11	19	14	80	12 0	19	338
Total	43	58	36	39	51	66	63	52	70	97	155	94	824

Fonte: Autora, 2020.

No gráfico 3 e na tabela 8 é representado que nas famílias dos colhidos há uma predominância de casais com mais de 3 filhos, acompanhado de casais com até 2 filhos e das genitoras e seus filhos que somam um total de 138 famílias, o que mostra a tendência da mulher assumir os cuidados com a prole e passar a ser provedora de seu lar.

Dentre os dados apresentados anteriormente, houve o acolhimento com composições familiares, onde havia até 15 pessoas, sendo os genitores, seus filhos, normalmente de 5, 6, 7, ou 8, mais tios paternos ou maternos e também os avôs. Houve também casos de genitores com até 8 filhos.

Outras peculiaridades encontradas nos doze anos de serviços prestados, relacionados à composição familiar, foi no ano de 2008, ao ser atendida uma família composta por 7 pessoas, sendo avó materna, 4 netos, 1 criança especial, e a genitora do acolhido. No ano de 2009, houve um caso que os filhos foram acolhidos em razão do falecimento da mãe, e o pai se viu sozinho com 4 filhos e não conseguiu conciliar trabalho e os cuidados com as crianças, no mesmo ano teve um caso de uma adolescente de apenas 17 anos, que veio de outro estado, com o objetivo de morar com um homem de meia idade, em troca de seis novinhos, e ao chegar foi espancada, o detalhe é que essa adolescente era usuária de drogas, e já estava na terceira união estável, da qual estava grávida do sexto filho.

Continuando os exemplos, em 2010, o caso mais singular foi o acolhimento de uma menina de 13 anos, com o seu filho de 1 anos, após o falecimento de sua mãe, e o seu pai era desconhecido, e após o falecimento da provedora do lar, a adolescente se viu sozinha. Esses casos são exemplos da vulnerabilidade social a qual tem sido evidenciada ao longo dessa produção textual, e também de como os resultados demonstram que as ações das políticas públicas voltadas para assegurar-lhes os direitos são na verdade necropolíticas.

Em síntese, apresentam-se alguns casos que demonstram o uso das táticas pelas famílias e acolhidos ao longo dos doze anos analisados: no decorrer dos anos 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, além de casos similares com os anos anteriores, houve ainda casos, de acolhimento em razão da separação do casal e ao buscarem o litígio como forma de divórcio, não respeitando os filhos em seus conflitos; casais com 7 filhos e sem condições

financeiras; casos de famílias compostas por 12 pessoas (avôs, tios, irmãos, genitores); teve acolhimento em razão da delinquência (comportamento rebelde) dos acolhidos; de genitora com 4 filhos, cada filho de um pai e sem condições financeiras; caso onde o genitor faleceu e a genitora ficou com os filhos e não conseguiu sustentar financeiramente a família; caso de acolhimento por desnutrição, em razão da família não ter condições financeiras e ser composta por 13 pessoas; um caso onde a família era composta pela genitora, 8 filhos, 3 sobrinhos e 5 netos, e foram acolhidas 5 crianças, em razão da falta de Certidão de Nascimento da matriarca, e assim as filhas e conseqüentemente os netos não tinham documentação, gerando outras negligências, como a falta ao acesso a saúde e educação, no total de 18 pessoas na família.

Os dados que resultaram da pesquisa, foram tratados através do uso do excel, e do universo de 824 acolhidos, nos 12 anos de serviços da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima, o número de famílias atendidas chegou, a um total de 550 (66,74%), sendo os anos com maiores números de atendimento familiar, correspondeu aos anos de: 2018 com 100 (18,18%), 2017 com 67 (12,18%), e 2019 com 59 (10,72%) famílias, sendo que em 2018, passaram pela Casa Ana Caroline Tenório um total de 155 acolhidos, foi o ano com o número mais expressivo, como já explicado anteriormente. Na tabela 9 pode ser observado o número de famílias atendidas anualmente:

Tabela 9 - Número de famílias atendidas na CAACTL nos anos de 2008 a 2019

ANO	Número de famílias atendidas	%
2008	36	6,54
2009	45	8,18
2010	25	4,54
2011	30	5,45
2012	33	6,0
2013	42	7,63
2014	47	8,54
2015	26	4,72
2016	40	7,27
2017	67	12,18
2018	100	18,18
2019	59	10,72
Total	550	99,95

Fonte: Autora, 2020.

Os dados da composição familiar desenhada no acolhimento de crianças e adolescentes no Município de Araguaína apresentam as fragilizações das famílias e como consequência dessa vulnerabilidade social o acolhimento de seus filhos. Para Petrini (2003):

[...] no decorrer da evolução histórica, a família permanece como matriz do processo civilizatório, como condição para a humanização e para a socialização das pessoas. A educação bem-sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulto. A família tem sido, é, e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas (PETRINI, 2003, p. 45).

Se o Estado não dispõe de estruturas sociais que permitam às famílias as condições necessárias para terem melhores condições de vida, continuar a tratar problemas pontuais, a exemplo do acolhimento não trás soluções e pouco, resolvem os problemas. Para tal situação tem-se que utilizar a expressão “enxugar gelo”, uma vez que estruturalmente as políticas de governo e as condições sociais produzem cada vez mais situações de vulnerabilidade familiar e por outro, fica-se, na ponta tentando reverter à situação com ações pontuais como é o caso do acolhimento.

Winnicott (1983) em seus estudos sobre a teoria do desenvolvimento humano, explica que a importância dos ambientes de maturação, como o ambiente familiar é o primeiro que a criança tem contato, a sua estruturação torna-se indispensável nesse processo, e assim na formação de uma sociedade com uma população adulta sadia. Considera-se então, que esta fatia da população crescerá com algumas fraturas em seu desenvolvimento, como dito, serão sobreviventes em diversos níveis: sobrevivem às estruturas sociais excludentes, às famílias que se esgarçam, ao abrigo. Talvez como Mbembe (2018) expressa: mortos-vivos numa sociedade pautada pelo necropoder e pela necropolítica, cuja única forma de escape seja pelas táticas e dribles cotidianamente (CERTEAU, 2009).

Algumas famílias atendidas ao longo dos 12 anos mostraram um comportamento atípico aos motivos do acolhimento familiar, de um total de 550 famílias, 27, representando um percentual de 4,90%, por vários, em sua maioria associado às questões socioeconômicas, optaram por entregar os filhos ao Estado (acolhimento) vendo nessa alternativa a melhor “tática” de enfrentamento da vulnerabilidade social do momento. Parecer pouco, diante do universo de 824 acolhidos, mas, para uma família dispor sua prole ao Estado, os sofrimentos e fragilidades as quais foram e estão submetidas merecem serem compreendidas e trabalhadas pelas políticas públicas.

Quadro 11 - Nº de famílias que entregaram seus filhos ao Acolhimento Institucional

ANO	Número de famílias	%
2008	4	0,77
2009	2	0,38
2010	6	1,16

2011	1	0,19
2012	0	0,00
2013	0	0,00
2014	1	0,19
2015	1	0,19
2016	3	0,58
2017	1	0,19
2018	8	1,55
2019	0	0,00
Total	27	4,90

Fonte: Autora, 2020.

Nesses casos atípicos, em 2018 houve acolhimento, a pedido da família, de um menino de 1 anos e 8 meses, que usava traqueostomia em razão de queimaduras graves, provindas de um acidente doméstico, e em razão do bebê necessitar de atenção especial na área da saúde, para a família a melhor opção foi entregá-lo ao acolhimento temporariamente, até que as condições de saúde melhorasse. Outro caso, que exemplifica bem a vulnerabilidade social e táticas dos acolhidos e famílias, foi o acolhimento em 2019 de uma adolescente de 15 anos, para recuperação pós-cirurgia, em razão de sua genitora ser portadora de problemas psicológicos e não ter condições de cuidar de sua recuperação, o acolhimento foi provisório, até sua melhora de saúde.

Mbembe (2018) acredita que na sociedade contemporânea é comum ter-se exemplos das consequências da necropolítica, do necropoder do Estado. Que por meio de suas ações em busca da “soberania”, travestido de políticas públicas, escondem as realidades e os verdadeiros motivos que levaram a uma determinada condição de vida, como é o caso das famílias dos acolhidos. Aos olhos da sociedade é uma política pública viável, “com boas intenções”, e para algumas famílias e acolhidos é a única forma de manter a vida, só que não conseguem visualizar a dimensão de tudo que estar envolvido nos processos e nem se essas “melhores condições de vida” serão verdadeiras e duradoras, e acabam se vendo caindo ainda mais profundamente no abismo que envolve as “zonas de coesão social” e que os leva a total “desfiliação” (CASTEL, 1998).

Para a família pobre, marcada pela fome e pela miséria, a casa representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade. Quando a casa deixa de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, a superação desta situação se dá de forma muito fragmentada, uma vez que esta família não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, resultando, assim, na sua desestruturação. A realidade das famílias pobres não traz no seu seio familiar à harmonia para que ela possa ser a propulsora do desenvolvimento saudável de seus membros, uma vez que seus direitos estão sendo negados (GOMES, 2003, p. 54).

Assim Gomes (2003) chama atenção para o que está sendo levado em conta na caracterização das famílias, e como a precariedade de suas moradias, pois, a maior parte da população é caracterizada pelo IBGE (2019) como “carente” e/ou “necessitadas”, ou seja, em situação de risco social, então se a precariedade de suas moradias é analisada considerando os “padrões construtivos”, mais da metade das famílias, não irão ter as condições necessárias para suprir e assegurar os direitos de seus filhos.

3.3 As crianças e adolescentes ante a vulnerabilidade social

Em meio às desigualdades e vulnerabilidade social da sociedade, as crianças e adolescentes sempre foram uma população expostas aos conflitos e problemas. A busca por compreender os processos de formação de um adulto sadio, passa pela compreensão dos ambientes que envolvem a infância e adolescência. Segundo Abramovay *et al.* (2002):

As desigualdades sociais não são mais suficientes para explicar as situações de risco e abandono em que vivem crianças e adolescentes em nosso país, e que propiciam marginalização, exclusão e perda dos direitos fundamentais. Estas situações repousam principalmente sobre os fenômenos de vulnerabilidade social, ruptura e crise identitária pelos quais passa a sociedade, ou seja, estão relacionadas ao enfraquecimento das redes sociais e, portanto, a um forte sentimento de solidão e vazio de existência. As crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social são aquelas que vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais; da pobreza e da exclusão social; da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização; da passagem abrupta da infância à vida adulta; da falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura; da falta de recursos materiais mínimos para sobrevivência; da inserção precoce no mundo do trabalho; da falta de perspectivas de entrada no mercado formal de trabalho; da entrada em trabalhos desqualificados; da exploração do trabalho infantil; da falta de perspectivas profissionais e projetos para o futuro; do alto índice de reprovação e/ou evasão escolar; da oferta de integração ao consumo de drogas e de bens, ao uso de armas, ao tráfico de drogas (ABRAMOVAY, *et al.* 2002, p. 34).

Todos os problemas sociais apresentados pelos autores citados, ainda é uma realidade que assola a infância e a adolescência no Brasil, fatores esses que muitas vezes chegam ao acolhimento institucional, como forma de acesso às políticas públicas sociais, que deveriam atender a todos, mesmo quando não estão acolhidos. Viu-se no tópico anterior que há famílias que entregam seus filhos a tutela do Estado, da mesma forma há adolescentes que buscam no acolhimento as oportunidades que não conseguem obter sem a institucionalização, a exemplo do acesso à educação, à saúde, e principalmente ao mercado de trabalho, seja pelas dificuldades em se especializar, quando vive no seio familiar ou mesmo de se inserir em uma vaga, antes dos 18 anos, nos programas “Jovem Aprendiz”.

Os dados do acolhimento, em Araguaína, mostram que de 2008 ao ano de 2019, houve 145 acolhimentos, de grupos de irmãos, o que representa um total de 26,36% do número de famílias atendidas, do universo de 550 famílias, no total. No quadro 10 pode ser observada a distribuição anual dos acolhimentos de grupos de irmãos:

Quadro 12 - Acolhimentos de grupos de irmãos entre 2008 a 2019 na CAACTL

ANO	Nº grupos de irmãos	%
2008	5	0,90
2009	10	1,81
2010	9	1,63
2011	6	1,090
2012	11	2,0
2013	13	2,36
2014	12	2,18
2015	10	1,81
2016	15	2,72
2017	10	1,81
2018	27	4,90
2019	17	3,090
Total	145	26,36

Fonte: Autora, 2020. Ressalta: nº de famílias é de 550

Quando se trata de grupos de irmãos, há ainda, a separação, ao chegar a Instituição de Acolhimento, muitos Município adotam atendimentos em Unidades separadas, destinando uma para o acolhimento de meninos, normalmente acima de 6 anos, e outra para as meninas de 0 aos 18 e meninos de 0 aos 6 anos, como é o caso de Araguaína. De acordo com os dados do PPP da Casa Ana Caroline (2018), em Araguaína, essa separação começou, no final de 2016, como forma de otimizar os serviços, pois o atendimento em conjunto geravam muitos conflitos de gênero e compatibilidade de faixa etária. A separação do grupo familiar de irmãos, justificado pela organização das casas em gênero e idade, mostra mais uma face perversa do sistema, uma vez que além de serem retirados dos pais, ainda são separados dos irmãos, o que provavelmente gerará inúmeras marcas traumáticas de abandono, solidão e tristeza. O Estado que acolhe é o mesmo que violenta em nome de uma (necro)política.

Observa-se na tabela 10, do total de 824 acolhidos que foram atendidos pela Instituição entre 2008 ao ano de 2019, mostra que 413 foram do sexo feminino e 363 do sexo masculino o que corresponde a 50,12% e a 44,05% respectivamente. Sendo que de 2008 a 2011 a predominância era de acolhidos do sexo masculino e de 2012 em diante essa realidade

mudou, passando a ter anualmente mais acolhidas do sexo feminino. Observe os dados na tabela 10:

Tabela 10 - Acolhimento por Ano, Sexo, Faixa etária na CAACTL

ANO	SEXO						Total / %	
	Feminino			Masculino			Feminino	Masculino
	Bebê	Crian.	Adol.	Bebê	Crian.	Adol.		
2008	2	7	9	4	5	5	18 / 2,18	14 / 1,69
2009	4	10	8	8	15	6	22 / 2,66	29 / 3,51
2010	4	8	2	8	9	5	14 / 1,69	22 / 2,66
2011	5	9	2	4	9	6	16 / 1,94	19 / 2,30
2012	6	10	10	3	14	6	26 / 3,15	23 / 2,79
2013	6	12	12	12	11	4	30 / 3,64	27 / 3,27
2014	9	12	15	4	13	7	36 / 4,36	24 / 2,91
2015	6	14	8	4	14	3	28 / 3,39	21 / 2,54
2016	9	23	11	6	13	3	43 / 5,21	22 / 2,66
2017	8	23	19	9	17	16	50 / 6,06	42 / 5,09
2018	17	42	24	9	39	25	83 / 10,07	72 / 8,73
2019	10	18	19	8	24	15	47 / 5,70	47 / 5,70
Total/ %	86 / 10,43	188 / 22,81	139 / 16,86	79 / 9,58	183 / 22,20	101 / 12,25	413 / 50,12	363 / 44,05

Fonte: Autora, 2020. Ressalva: teve um total de 48, o que representa 5,82% dos acolhimentos, entre 2008 a 2019, que não continham informações relacionadas à faixa etária do acolhido, de um total de 824 acolhidos.

Ao prosseguir, com as análises da tabela 10, quando se analisa pela vertente da faixa etária, tem-se a maior incidência de acolhimento que correspondem à faixa etária das crianças com 371 (45,02%) acolhimentos, acompanhado de 240 (29,12%) adolescentes e 165 (20,02%) bebês. Os quais quando observados também pelo viés do sexo, tanto meninas como meninos a predominância correspondem à sequência com mais acolhimentos de crianças, adolescentes e bebês. Para Sluzki (1997):

As relações em contexto de vulnerabilidade social geram crianças, adolescentes e famílias passivas e dependentes, com a autoestima consideravelmente comprometida. Estes jovens e suas famílias introjetam como atributos negativos pessoais as falhas próprias de sua condição histórico-social. De forma circular e quase inevitável, este ciclo se instala reforçando-se a condição de miséria, não só no nível material, como no nível afetivo. As pessoas, desde muito jovens, percebem-se como inferiores, incapazes, desvalorizadas, sem o reconhecimento social mínimo que as faça crer em seu próprio potencial como ser humano (SLUZKI, 1997, p. 15).

A vulnerabilidade social é uma realidade do cotidiano que as crianças e adolescentes institucionalizados devem enfrentar, e na construção de suas relações, vão buscando

reconstruir e fortalecer seus vínculos, na tentativa de sobreviverem às imposições sociais trajadas de políticas públicas, que mais marcam do que constroem identidade.

3.4 Do processo de acolhimento ao processo de desabrigamento de crianças e adolescentes

O processo de institucionalização de uma criança e adolescente envolve muitas vertentes, tanto na esfera judicial como na social, psicológica e principalmente sócio afetivo do acolhido e seus familiares. Santos (2016) fala que:

Considerando os problemas em relação ao afastamento do convívio familiar de crianças e adolescentes como fatores sociofamiliares complexos, entendemos que a prática de redes sociais é a via mais apropriada na busca de soluções a estas questões, à medida que exige mudanças não somente em relação ao comportamento da criança, do adolescente e de suas famílias, mas de todos aqueles implicados na sua história, de alguma forma (SANTOS, 2016, p. 7).

As implicações vão além do afastamento do convívio familiar, podendo ser visto como consequência na falha das políticas públicas sociais, em especial as que são caracterizadas como de básica e média complexidade, a exemplos dos serviços prestados pelos CRAS e CREAS, mas, se estende a todos os organismos públicos que deveriam fazer parte da rede de proteção, o serviço foi pensado para ser implantado e ofertado com uma engrenagem em rede e não de forma individualizada. Como discorre Certeau (2009):

É também um domínio dos lugares pela vista. A divisão do espaço permite uma prática panóptica a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar, portanto, e ‘incluir’ na sua visão (CERTEAU, 2009, p. 94).

Nesse contexto, é evidenciado que o acolhimento de crianças e adolescente se transformou em objeto, onde se pode observar, controlar e medir, mas, não com preocupação de transformar e incluir em algum lugar, onde os sujeitos possam dominar o espaço que o envolve. O controle é mais para manter afastado, sem representações de problemas sociais, do que para auxiliar e preservar.

O acolhimento institucional deveria ser de caráter excepcional, ou seja, última medida a ser feita, devendo ainda ser transitória e buscar fortalecer os vínculos familiares, unindo forças para que haja a reintegração o mais rápido possível, o que poderia evitar sequelas maiores ao acolhidos e suas famílias. Mas, de acordo com Silva (2004), os dados revelam que

essa não tem sido a realidade de mais da metade das instituições do Brasil, segundo pesquisa realizada pelo IPEA em 2002, sobre os abrigos mostraram que:

O tempo de permanência nas instituições, de mais da metade (52,6%) das crianças e adolescentes acolhidos, era superior a dois anos, sendo que algumas crianças chegavam a estar acolhidas há mais de seis anos. Os dados mostraram ainda que 87% das crianças e adolescentes acolhidos tinham família, sendo que 58% mantinham vínculo com seus familiares (SILVA, 2004, p. 3).

Os dados mais recentes do IPEA que estão disponíveis são esses da publicação de 2002, mostrando que o acolhimento está acontecendo, mas, quando a criança e adolescente chegam ao abrigo, a temporalidade deliberada pelo ECA, se torna uma longa espera, sendo que quase 90% desses acolhidos tem família e quase 60% mantinha contato com os mesmos. Essa realidade mostra que o trabalho em rede, quando se trata das políticas públicas para infância e adolescência, ainda não conseguiu sincronia as suas engrenagens.

Segundo Castel (2005, p. 9) “A problemática da proteção se redefine em torno da figura do indivíduo moderno que experimenta sua vulnerabilidade”, e no acolhimento institucional essa problemática é bem presente, pois, todo acolhido é único, tem suas subjetividades, assim como os problemas que envolvem a família, e esse é um dos grandes desafios da rede, a compreensão de proteção, entender que apesar dos procedimentos técnicos que regulam os serviços de acolhimento, o cotidiano dos acolhimentos e desligamento serem pensados coletivamente, cada acolhido é singular, único, devendo ser trabalhado em suas fragilidades, através de estratégias individuais, apesar de se tratar de uma política pública, ou seja, coletiva.

Ou seja, tratam-se de políticas que tendem a “individualização das proteções”. O novo sistema de proteções sociais exige que se leve em consideração as situações particulares dos indivíduos singulares e suas carências, a exemplo da multiplicação de políticas locais de inserção e de assistência social focalizada, com destaque para a Renda Mínima de Inserção (RMI), que surge com o intuito de formatar um novo regime de proteção social (MONTEIRO, 2011, p. 8).

O que se deve ter em mente é que diz Santos (2016, p. 30) os “abrigos por mais que prestem bons serviços jamais substituirá a família”, então quando é recebido um acolhido, o foco de toda equipe (Rede de proteção) deve ser os trabalhos com a família, buscando fortalecer a autonomia, reforçando as “liberdades substantivas” e a transformação da condição de vida a qual aquelas pessoas estão sujeitas. Nas palavras de Sen (2000, p. 265) “Para a avaliação da liberdade deve ser feita em termos das capacidades dadas, que o bem pessoal deve ser medido em termos da capacidade de uma pessoa em fazer coisas que ela tem razão

para valorizar”, pois quando a pessoa encontra-se em situação de vulnerabilidade social, a capacidade de pensar em dias melhores, pode estar comprometida, assim como suas forças para continuar a árdua batalha cotidiana.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para o Acolhimento de Crianças e Adolescentes, aprovadas pelas CONANDA (2009), o principal objetivo da medida de abrigamento é garantir e assegurar os direitos fundamentais dessa população, incluindo os direitos a convivência comunitária, saúde, educação, lazer, esporte, cultura entre outros.

De acordo com a Cartilha de Orientações sobre o Acolhimento, datada de 2009, publicada pelo Ministério Público Estadual do Estado de Rondônia em parceria com o Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação, em resumo o acolhimento de crianças e adolescentes tem cinco passos, os quais vão do acolhimento ao desligamento, sendo caracterizados, como:

1º Passo Recepção e acolhimento - É necessário que os educadores atentem para o contato inicial, com atitudes facilitadoras para a inclusão da criança/adolescente no local, tais como: tratar a criança pelo nome; dirigir-se à criança com palavras de conforto, transmitindo-lhe segurança e apoio; não emitir juízo de valores ou comentários sobre a situação da criança; entre outros, apresentá-la às demais crianças e adolescentes abrigadas. Após o acolhimento, iniciam-se os registros em instrumentais específicos, para a coleta de dados, acompanhamento de desempenho, enquanto a criança permanecer no programa.

2º Passo Plano Individual de Atendimento – momento no qual se aprofunda o conhecimento sobre a singularidade da criança, através de avaliações psicológica, social, pedagógica e médica, visando construir junto com a família, uma proposta de integração.

3º Passo Abordagem Familiar - A abordagem familiar é um dos pontos fundamentais que possibilitarão (ou não) o retorno da criança/adolescente ao seio familiar. Requer atendimento especializado e permanente, mesmo depois do desligamento da instituição, para se evitar a reincidência e a revitimização da criança. Aqui cabe cumprir o que diz o ECA, Art. 129 – promovendo o “empoderamento da família” e a reestruturação dos vínculos familiares.

4º Passo A Comunidade – o Trabalho numa perspectiva de “REDE” é uma condição imposta pelos novos parâmetros legais do ECA, fundamentada na concepção da proteção integral. Isso requer a interconexão e articulação dos serviços, organizações, movimentos sociais, comunidades, etc. A articulação referida deve ser iniciada logo que a criança/adolescente chega à instituição, em interface com o Ministério Público, o Juizado da Infância e Juventude, as Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social e outras entidades não governamentais integradas na rede de atendimento.

5º Passo Desligamento - O desligamento é uma fase muito importante, ressaltando, porém, a necessidade de uma preparação gradativa antes de sua ocorrência. É comum, quando não há essa preparação, que as crianças/adolescentes acabem retornando à instituição e tornando ainda mais difícil a reestruturação dos vínculos familiares (MP/RO, CAOJE/RO, 2009, p. 15 a 17, **grifo do autor**).

Mesmo que sejam seguidos esses passos evidenciados, trata-se de um momento que marcará para sempre a vida do acolhido, podendo deixá-lo ainda mais vulnerável socialmente,

com sensação de não pertencer a nenhum lugar, nas palavras de Castel (1998) deixando-o em “desconversão social, o individualismo negativo, a vulnerabilidade de massa, a desvantagem, a invalidação social, e desfiliação”, perdendo, talvez o que mais lhe importava, a sensação de liberdade que tinha no ambiente em que vivia. Coadunando com Castel, Michel Certeau (2009) diz que:

Seria legítimo definir o poder do saber por essa capacidade de transformar as incertezas da história em espaços legíveis. Mas é mais exato reconhecer nessas ‘estratégias’ um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio. De modo semelhante, as estratégias militares ou científicas sempre foram inauguradas graças à constituição de campos ‘próprios’ (cidades autônomas, instituições ‘neutras’ ou ‘independentes’, laboratórios de pesquisas ‘desinteressadas’ etc.). Noutras palavras, um poder é a preliminar deste *saber*, e não apenas o seu efeito ou seu atributo. Permite e comanda as suas características. Ele se produz aí (CERTEAU, 2009, p. 94).

Tanto as famílias como os acolhidos, perdem com a institucionalização esse poder, colocado por Certeau, capazes de produzir os seus próprios espaços, passando a viver, imersos ao poder do Estado e as incertezas que a circunstâncias lhe trouxeram. De acordo com Fávero; Vitale e Baptista (2008):

As representações negativas sobre as famílias cujos filhos e filhas formavam a “clientela” da assistência social foram parte estratégica das políticas de atendimento à infância no Brasil até muito recentemente. A concepção do que se considerava como “disfunção familiar” e “famílias desestruturadas”, por exemplo, era justificada pela “indiferença” e pela “insensibilidade” de mães que buscavam, por meio da assistência social, a colocação dos seus filhos e filhas em instituições corretivas/educacionais fechadas, sob a tutela do Estado. A desqualificação das famílias pobres, tratadas como incapazes, ofereceu sustentação ideológica às práticas sociais. Assim, modificar o lugar das famílias nas políticas públicas e intervenções tem-se constituído um desafio (FÁVERO; VITALE; BAPTISTA, 2008, p. 14).

Para melhor contextualizar o acolhimento institucional, da acolhida ao desligamento da criança e adolescente, levando em consideração as colocações dos autores analisados anteriormente, será apresentados os dados referentes a esse tipo de acolhimento no Município de Araguaína, lembrando que os anos a que os dados se referem são de 2008 a 2019, tendo como base de cálculos para dados gerais a população total de 824 acolhidos, que ficaram sob os cuidados da equipe da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório.

No quadro 13 estão distribuídos os motivos do acolhimento, organizados em seis categorias, e os valores de cada categoria distribuída de acordo com o ano da acolhida. Os dados relevam que 41,14% dos acolhimentos realizados na Casa Ana Caroline Tenório, tiveram como motivos: maus tratos, negligência, abandono, omissão e/ou situação de rua,

seguido de 29,49% dos acolhimentos motivados por: abuso sexual, prostituição dos acolhidos; prostituição da genitora, drogadição do acolhido e/ou drogadição dos responsáveis, e em terceiro lugar com 12,25% os casos que não são especificados, que constam nas fichas de acolhimento como Outros. As duas categorias que apresentaram maior incidência, estão diretamente ligadas às condições de vida da família, e como é analisado por Certeau (2009), Castel (1998), Sen (2000) e Mbembe (2018) são apenas reflexos/consequências da forma de pensar as políticas públicas sociais.

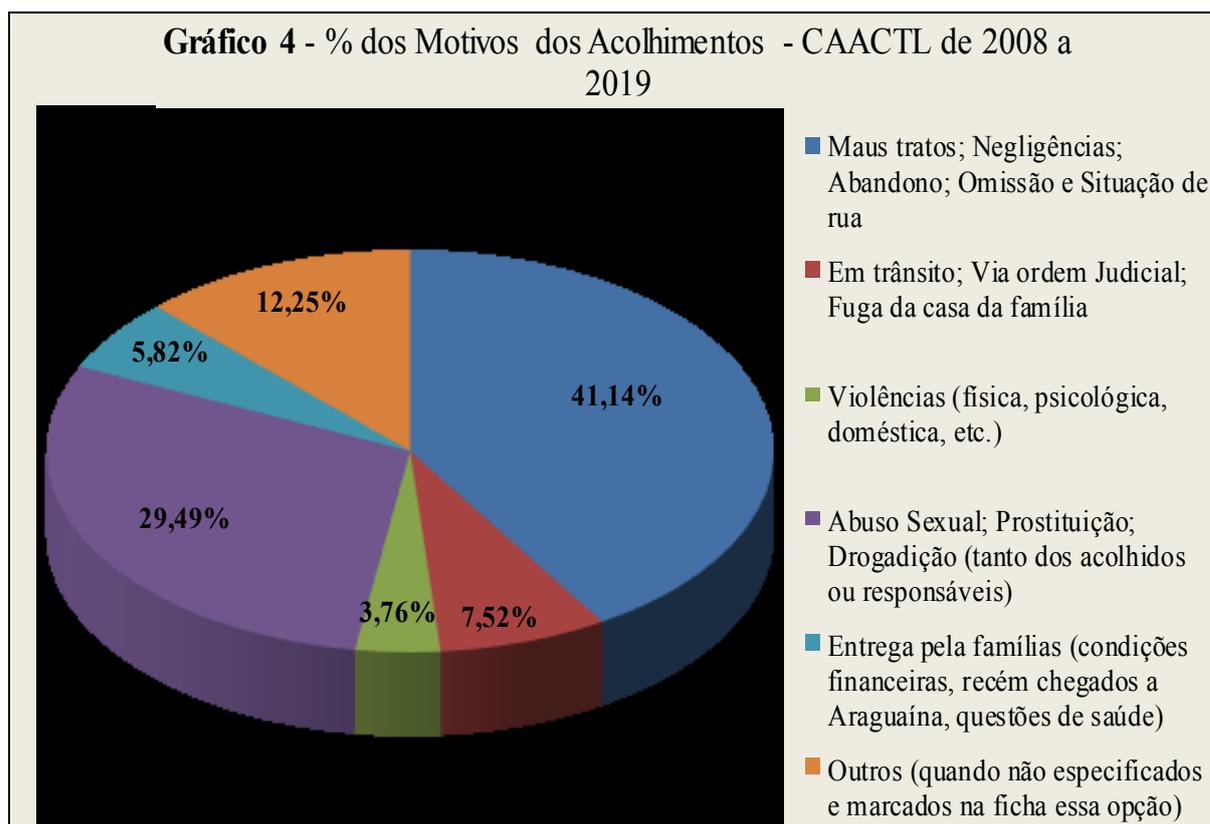
Quadro 13 - Motivos dos Acolhimentos, entre 2008 e 2019, na CAACTL

Categorias	Maus tratos; Negligências; Abandono; Omissão e Situação de rua	Em trânsito; Via ordem Judicial; Fuga da casa da família	Violências (física, psicológica, doméstica, etc.)	Abuso Sexual; Prostituição; Drogadição (tanto dos acolhidos ou responsáveis)	Entrega pela famílias (condições financeiras, recém chegados a Araguaína, questões de saúde)	Outros (quando não especificados e marcados na ficha essa opção)
2008	9	16	-	10	5	3
2009	13	5	4	19	5	12
2010	9	4	-	14	7	2
2011	21	3	2	6	6	1
2012	19	4	-	5	3	20
2013	25	4	4	10	1	22
2014	33	5	1	14	3	7
2015	31	1	5	12	2	1
2016	35	5	2	17	4	7
2017	51	3	2	35	1	5
2018	55	7	8	58	9	18
2019	38	5	3	43	2	3
Total	339	62	31	243	48	101
/ %	41,14	7,52	3,76	29,49	5,82	12,25

Fonte: Autora, 2020.

Segundo Serrano (2008, p. 15), se apresenta como uma das maiores barreiras encontradas pelas famílias que estão com filhos acolhidos, está no pouco ou na falta de conhecimento, não sabendo onde buscar ajuda, nem quais são os seus direitos, e assim ficam a mercê do poder do Estado, que tende a tornar todas as realidades vividas pelas famílias homogêneas, não levando em consideração as singularidades de cada ambiente familiar, e generalizando as questões que envolvem a vulnerabilidade social. O autor ainda explica que os motivos que levam ao acolhimento são vários e de complexas análises, estando relacionados a questões “sociais, econômicas, de moradia, saúde, conflitos familiares, violência doméstica, emocionais e drogadição”.

Nessa perspectiva, para melhor compreensão, no gráfico 4 são apresentados os dados referentes aos motivos dos acolhimentos, em porcentagens, ressaltando que os mesmos coadunam com dados nacionais, apresentados na ilustração 4, que mostram 54,30% das denúncias ao disque 100, são casos de negligências, nos quais estão vinculados maus tratos e abandono.



Fonte: Autora, 2020.

Na tabela 11 é apresentado sobre os acolhimentos que são judicializados, e os que não são, denominados de “passagem rápida”, tendo a Instituição de Acolhimento o prazo de 24 horas, para comunicar ao Juiz da Infância e Juventude, “sob pena de responsabilidade”. Nesses casos os principais motivos da acolhida, é situação de rua, quando a criança se perde da família, ou estar em trânsito desacompanhada de um responsável, são os acolhimentos que normalmente acontecem antes dos contatos e averiguações do ambiente familiar, mas, que após o contato com a família, foi observado que há todas as condições de reintegração e está respeitando o prazo de 24 horas, pode ser feito a reintegração e posterior comunicação às autoridades competentes (BRASIL, ECA, Art. 93).

Ao observar a realidade apresentada nos dados da tabela 11, é possível refletir que muitos dos casos de acolhimentos, seriam evitados, com a aplicação de outras políticas

públicas municipais de assistência social, a exemplo da Casa de Passagem (quadro 2), dentre outras ações.

Tabela 11 - Número de Passagens Rápidas na CAACTL nos 2008 a 2019.

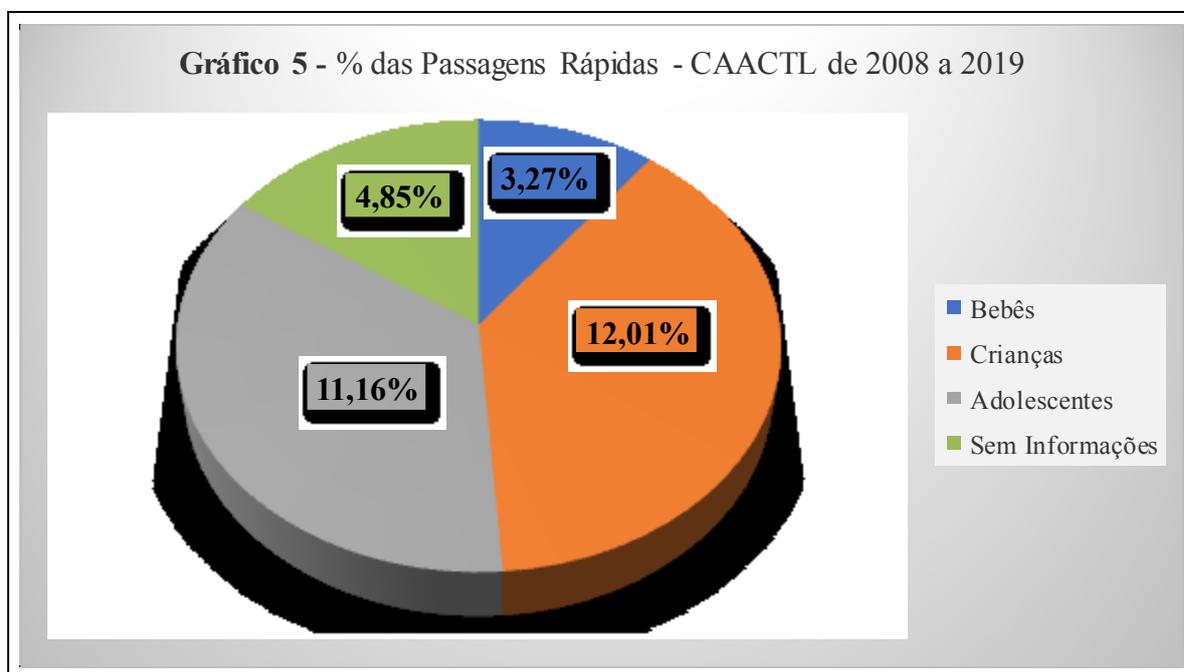
ANO	SEXO / FAIXA ETÁRIA								Total / %	
	Feminino				Masculino				Feminino	Masculino
	B	C	A	SI	B	C	A	SI		
2008	1	1	9	4	1	5	3	7	15	16
2009	-	-	5	5	1	6	4	2	10	13
2010	2	3	-	-	2	3	5	-	5	10
2011	-	-	2	1	-	4	4		3	8
2012	2	4	6	-	-	4	3	-	12	7
2013	2	6	7	6	4	8	3	3	21	18
2014	1	2	7	1	-	5	4	1	11	10
2015	-	2	-	1	-	3	-	1	3	4
2016	-	7	4	5	-	5	1	-	16	6
2017	2	3	4	1	3	6	2	2	10	13
2018	2	8	9	-	2	6	3	-	19	11
2019	-	2	2	-	2	6	5	-	4	13
Total	12 /	38 /	55 /	24	15 /	61 /	37 /	16	129 /	129 /
	1,45	4,61	6,67	2,91	1,82	7,40	4,49	1,94	15,65	15,65

Fonte: Autora, 2020.

Durante os 12 anos de prestação de serviços a Casa Ana Caroline, contabilizaram 258 acolhimentos que se configuraram como passagem rápida, sendo que 129 casos do sexo feminino e 129 do sexo masculino, com um percentual de 15,65% dos acolhidos para cada sexo, o equivalem a 31,31% dos acolhimentos totais. Ao levar em consideração a divisão por sexo e faixa etária, os maiores índices de passagens rápidas são de crianças do sexo masculino com 61 casos, ou 7,40% dos acolhimentos, seguido dos adolescentes do sexo feminino, com 55 casos equivale a 6,67%, seguido dos acolhimentos de crianças do sexo feminino com 38 casos, ou, 4,61% do total dos acolhimentos.

No gráfico 5 é apresentado o número de passagens rápidas durante os doze anos de acolhimentos, sendo que a faixa etária mais representativa foi a de crianças com um total de 99 casos, seguido dos adolescentes com 92 casos, e dos bebês com 27 casos, ou seja, 12,01%; 11,16%, 3,27% respectivamente, ressaltando que 40 casos de passagem rápida não tinham informações sobre a faixa etária nas fichas de acolhimento, o que representa 4,85% dos casos. Ressaltando que as passagens rápidas normalmente são direcionadas os abrigos denominados de Casa de Passagem, em razão de sua característica passageira, considerando-se às 48 horas

após o acolhimento, para reintegração da criança ou adolescente a família de origem ou extensa.



Fonte: Autora, 2020.

Evidenciando mais sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Araguaína, no quadro 14 é ilustrado o tempo médio do acolhimento, apresentando os dados por ano pesquisado e sexo, e tendo como seis categorias de análises, as mesmas adotadas pelo Judiciário na fiscalização e avaliação dos serviços.

Quadro 14 - Tempo médio de acolhimento por ano, sexo e idade, da CAACTL nos anos de 2008 a 2019

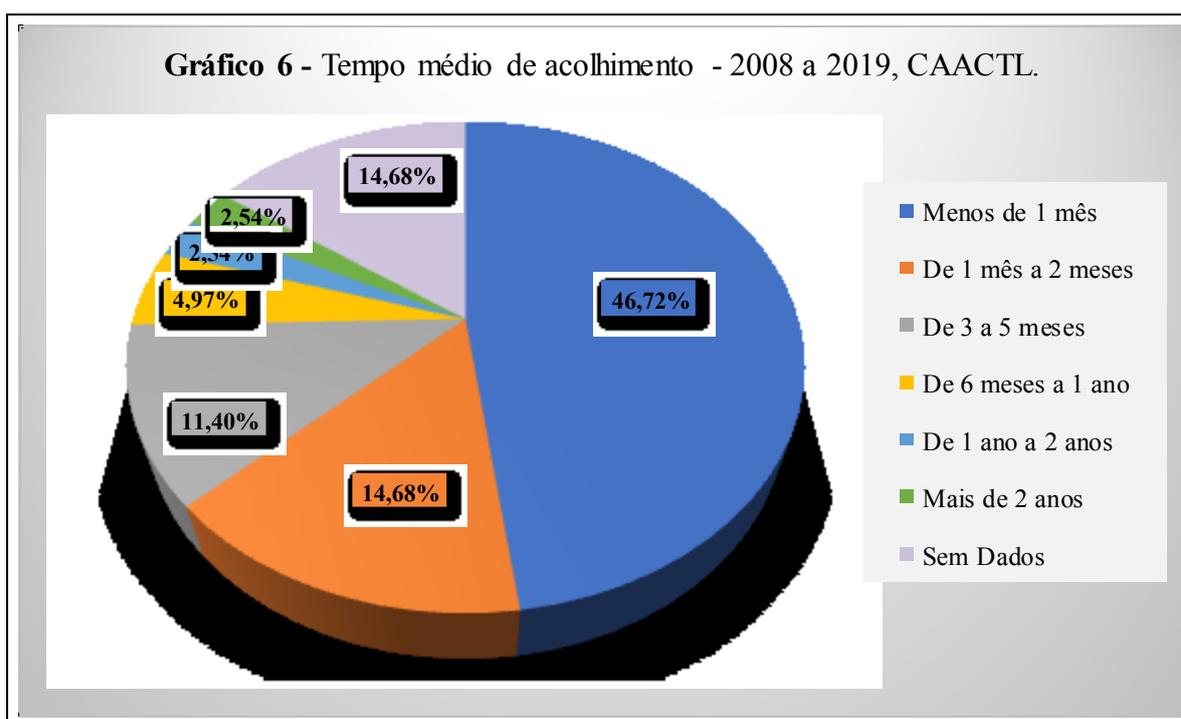
Categorias	Menos de 1 mês		De 1 mês a 2 meses		De 3 a 5 meses		De 6 meses a 1 ano		De 1 a 2 anos		Mais de 2 anos	
	Fem	Mas	Fem	Mas	Fem	Mas	Fem	Mas	Fem	Mas	Fem	Mas
2008	11	9	4	5	-	-	2	1	-	-	-	-
2009	14	10	4	4	4	10	-	2	-	1	-	-
2010	7	8	2	2	4	7	-	1	1	-	1	-
2011	5	8	4	-	4	7	3	3	-	-	-	-
2012	16	11	6	3	1	1	-	2	-	-	1	2
2013	16	22	6	6	-	-	1	-	3	1	1	-
2014	24	11	9	5	1	4	1	-	3	2	-	-
2015	14	7	2	2	6	6	3	1	-	-	1	5
2016	33	16	5	2	3	2	4	-	-	-	-	-
2017	20	18	3	7	10	1	-	1	-	2	-	4
2018	47	36	15	11	3	8	4	1	2	3	-	2
2019	3	19	6	8	7	5	6	5	2	1	3	1

Soma e % por Sexo	210	175	66	55	43	51	24	17	11	10	7	14
Total / %	385 46,72	121 14,68	94 11,40	41 4,97	21 2,54	21 2,54						

Ressalva: ao longo dos 12 anos teve um total de **48 (5,82%)** de acolhimentos que não tinham informações sobre o período do acolhimento, sendo que desses 25 correspondiam a acolhimentos de crianças e adolescentes do sexo feminino e 23 do sexo masculino e **73 (8,85%)** não tinham informações sobre o acolhimento e desligamento. Sendo que foram considerados apenas os acolhidos que houve desligamento, os acolhidos que permanecia na Casa Ana Caroline, no período da coleta de dados, não foram contabilizados, no total de **20 (2,42%)** acolhidos (em 31/12/2019). Um total de **683** acolhidos contabilizados o tempo de acolhimento.

Fonte: Autora, 2020.

Quanto ao tempo médio dos acolhimentos, os números demonstraram que 46,72% dos acolhidos ficam menos de um mês na Casa Ana Caroline Tenório, seguido dos que ficam até dois meses, com 14,68%, e dos que ficam até cinco meses com 11,40%, tendo como base as recomendações das Diretrizes aos serviços de acolhimento, aprovadas pelo Conanda em 2009, que estipula o prazo máximo de 2 anos ao acolhimento. Para melhor demonstração dos resultados, a seguir o gráfico 6, apresenta as porcentagens quanto ao tempo médio de acolhimento, durante os doze anos de serviços da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima.



Fonte: Autora, 2020.

Trans. p/ outra Instituição de Acolhimento	-	2	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	1	1	1	1	-	1	5	2	3	3	-	-	2	-	4	1	-	-	2	-	-	-	-	-		
Adoção	2	-	-	-	-	4	2	-	2	1	-	2	3	-	3	1	-	2	1	-	1	-	-	2	-	-	4	2	-	3	-	-	-	-	1	2		
Sem dados	-	2	-	-	-	5	-	-	-	2	-	-	1	-	-	-	4	-	-	-	-	-	2	-	-	5	-	3	1	6	-	-	-	-	8	-		
Soma por faixa etária e ano	6	8	7	4	8	14	8	-	5	11	2	6	11	10	7	11	15	6	14	16	4	4	5	9	23	16	7	20	26	15	31	22	44	17	14			
Total	21	27	14	18	27	34	36	30	48	53	83	35																										
Fonte: Autora, 2020. * Esse quadro, ilustra as informações juntas, quanto as categorias de: Reintegração, adoção, fuga, falecimento, adoção, transferências para outras instituições de acolhimento e as fichas sem informações; apresentando tudo por ano, sexo e faixa etária. Ressalta que a tabela 12, foi elaborada para complementar o quadro 15 e 16.																																						

Em um universo de 438 (53,15%) acolhimentos do sexo feminino, houve um crescimento constante, e revelam que a maior predominância nos atendimento dos acolhimentos do sexo feminino, foi de crianças, com 188 acolhidas, seguidas pelas adolescentes com 139 e pelos bebês com 86, o que corresponde a um percentual de: 22,81%, 16,86% e 10,43% respectivamente, e 25 acolhimentos não houve informações quanto a algum tipo das informações evidenciadas. Na tabela 12, consta de forma mais clara quanto os números e análises estatísticas dos dados sobre reintegração, adoção, fuga, falecimento e transferências, separadas de acordo com o sexo e faixa etária. Antes da apresentação dos dados da tabela 12, segue o quadro 16 com informações referentes aos acolhimentos do sexo masculino.

Os dados do quadro 16, de um universo de 386 (46,84%), acolhimentos do sexo masculino, observa-se que o número de acolhimento não teve uma constante, apresentando uma variação entre os anos, revelando que o acolhimento do sexo masculino tem maior incidência em as crianças com 183 acolhidos, seguido dos adolescentes com 101, e os bebês com 79, sendo que 23 acolhimentos não houve informações quanto à faixa etária do acolhido. Representados em percentagem corresponde a 22,20%, 12,25%, 9,58% e 2,79%, respectivamente. A seguir apresenta-se o quadro 16:

Quadro 16 - Número de reintegração, transferência para outra instituição de acolhimento, falecimento, fuga e adoção na CAACTL, distribuídos por ano e faixa etária do sexo masculino. *

CAT EGO RIAS	ANO, FAIXA ETÁRIA E SEXO MASCULINO																																			
	2008			2009			2010			2011			2012			2013			2014			2015			2016			2017			2018			2019		
	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A			
Reintegração Familiar	5	1	4	5	1	3	4	9	6	1	9	5	2	1	5	7	1	5	4	1	5	4	9	2	2	1	2	7	1	6	7	3	1	3	2	-
Fuga/Evasão	-	-	1	-	2	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	2	3	-	1	2	-	-	2
Falecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Trans. p/ outra Instituição de Acolhimento	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2	-	-	1
Adoção	-	1	-	3	2	1	2	-	-	3	-	-	1	1	-	5	-	-	2	1	-	-	2	2	3	-	-	2	2	2	1	1	1	-	-	-
Sem dados	-	3	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	5	-	-	3	-	-	2	1	-	-	-	-	2	5	-	1	1	-	-	9
Soma por faixa etária e ano	5	1	5	8	1	7	7	8	7	5	1	5	5	1	6	1	1	5	6	1	6	4	1	5	6	1	3	9	1	1	9	4	2	3	2	1
Total	22			31			22			21			24			32			27			22			22			44			72			39		

Fonte: Autora, 2020. * Esse quadro, ilustra as informações juntas, quanto as categorias de: Reintegração, adoção, fuga, falecimento, adoção, transferências para outras instituições de acolhimento e as fichas sem informações; apresentando tudo por ano, sexo e faixa etária. Ressalta que a tabela 12, foi elaborada para complementar o quadro 15 e 16.

Fonte: Autora, 2019.

Na tabela 12, constam os dados dos acolhimentos da Casa Ana Caroline, relacionado aos processos de reintegração familiar/falecimento, fuga, transferência para outras Instituições, adoção e que não constam dados sobre essas informações, de acordo com o ano e o sexo. As evidências apresentadas na tabela 12 são reflexos de como as políticas públicas para infância e adolescência, foram trabalhadas na e para a região Norte, visto que Araguaína

é uma cidade referência nessa Região, e principalmente como são os movimentos internos em números dessas ações.

Tabela 12 - Número de reintegração familiar/falecimento; fuga; transferência para outra instituição de acolhimento/família acolhedora e adoção, da CAACTL, distribuídos por ano e sexo.

Ano	Reintegração familiar / Falecimento		Fuga		Transf. para outra Instituição/Família Acolhedora		Adoção		Sem dados	
	Fem	Masc.	Fem	Masc.	Fem.	Masc.	Fem	Masc.	Fem	Masc.
2008	14	19	1	1	2	-	2	1	2	3
2009	18	19	1	4	1	2	6	6	5	-
2010	8	19	-	-	-	1	-	2	-	-
2011	12	15	-	1	1	-	3	3	2	2
2012	20	19	-	-	1	3	5	2	1	-
2013	22	22	-	-	3	-	4	5	4	5
2014	27	19	-	1	6	1	3	3	-	3
2015	18	15	1	-	8	-	1	4	2	3
2016	39	18	-	1	2	-	2	3	5	-
2017	21	24	2	5	7	2	6	6	19	7
2018	60	53	3	3	-	2	3	3	-	11
2019	36	21	3	2	-	1	2	-	14	14
	295	263	11	18	30	12	35	38	54	48
Total* / %	558 67,71		29 3,51		42 5,09		73 8,85		102 12,37	

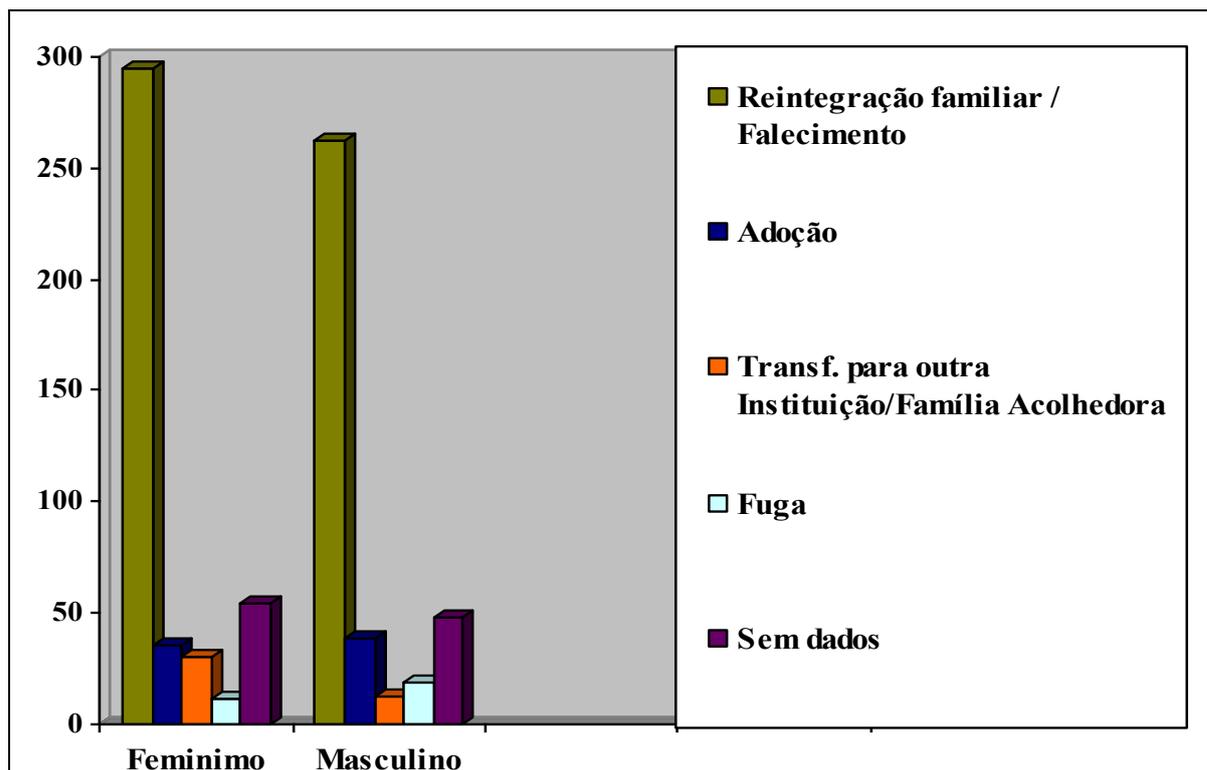
Fonte: Autora, 2020. * Lembrando que o universo amostral foi uma população de 824 pessoas, sendo que dessas 20 (2,42%) permaneciam institucionalizado quando da coleta de dados para a pesquisa.

De uma população de 824 acolhidos, a reintegração familiar, somada com dois casos de falecimentos dos acolhidos, representam 67,71% dos desfechos dos processos de institucionalização de crianças e adolescentes no Município de Araguaína/TO, no período pesquisado, seguido da adoção, que representou 8,85% dos casos, somando a esses dados temos as transferências a outras instituições de acolhimento e as fugas, com 5,09% e 3,51% respectivamente. Ressaltando que a categoria “Sem dados” correspondeu a 12,37%, e indicam um total de 102 casos que não constavam informações referentes ao desligamento, mais os 20 (2,42%) acolhidos que permaneciam na Instituição, no dia 31 de dezembro de 2019.

Os dados mostram que os objetivos das políticas públicas de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em Araguaína têm sido alcançados, quando apresentam 558 acolhidos foram reintegres as famílias, no entanto, também evidenciam que essas ações são necropolíticas (MBEMBE, 2018), pois, trabalham apenas com essa população quando estão institucionalizados, após o desligamento ficam a encargos de outras políticas, como as

trabalhadas pelo CRAS, CREAS, ACESSUAS dentre outras, e caberiam outras pesquisas, que pudesse verificar se essas populações conseguem superar ou não suas vulnerabilidades sociais, após o desligamento da instituição, ou se são mais marginalizados e se tornam apenas números nos sistemas das necropolíticas. No gráfico 7, vemos uma síntese desses dados:

Gráfico 7 – Reintegração familiar/Falecimento; Adoção; Transferências para outra Instituição; Fuga – CAACTL, 2008 a 2019



Fonte: Autora, 2020.

No gráfico 7, são apresentados, que dos desligamento da Casa Ana Caroline Tenório, 425 (51,57%) são representados pelas crianças e adolescentes do sexo feminino, distribuídos em: 295 (35,80%) reintegrações familiares, 35 (4,24%) adoções, 30 (3,64%) transferências, 11 (1,33%) fugas e 54 (6,55%) casos sem dados, enquanto 379 (45,99%) foram meninos distribuídos em: 263 (31,91%) reintegrações familiares, 38 (4,61%) adoções, 12 (1,45%) transferências, 18 (2,18) fugas e 48 (5,82%) casos sem dados. Os dados coadunam com o que explica Certeau (2009) ao chamar a atenção, para as táticas das pessoas em busca de um lugar para si, mesmo quando em situação de vulnerabilidade social:

Ela [tática] opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades

oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (CERTEAU, 2009, p. 95).

Entre esses 558 casos de reintegração familiar/falecimento, houve os que foram motivados pelos problemas de saúde, um deles foi um acolhimento em 2008, de uma adolescente diagnosticada soropositiva, a qual exercia a profissão de garota de programa, e em razão de suas condições de saúde, foi acolhida para fazer o tratamento, e posteriormente reintegrada à família natural.

Todos estes casos mostram o jogar com o sistema, o burlar as regras, para ao invés de ser afetado por ela, se beneficiar dela. A utilização da Casa Abrigo como tática para cuidar de pessoas doentes e/ou acessar serviços de saúde demonstra uma inteligência e astúcia do cidadão comum. O uso das táticas tão bem descritas por Certeau auxilia na compreensão deste tabuleiro cotidiano, cujas peças são movidas dia-a-dia na tentativa de sobreviver a um país que não olha por seu povo, ao contrário, o deixa entregue aos percalços da desfiliação social. De acordo com Certeau (2009):

As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável. Sob este aspecto, a diferença entre umas e outras remete a duas opções históricas em matéria de ação e segurança: as estratégias apontam para a resistência que o *estabelecimento de um lugar* oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil *utilização do tempo*, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder. Ainda que os métodos praticados pela arte da guerra cotidiana jamais se apresentam sob uma forma tão nítida, nem por isso é menos certo que apostas feitas no lugar ou no tempo distinguem as maneiras de agir (CERTEAU, 2009, p. 96).

Sen (2000, p. 322) circunscreve com as análises apresentadas no acolhimento de crianças e adolescentes por motivos de saúde, quando expõe que “as liberdades substantivas que desfrutamos para exercer nossas responsabilidades são extremamente dependentes das circunstâncias pessoais, sociais e ambientais”, ou seja, não basta às famílias terem o desejo de cuidar dos filhos, mesmo com a confirmação de patologias, se suas condições econômicas, relações trabalhistas, sociais, principalmente as de acesso aos atendimentos de saúde, se tudo que lhe envolve não possibilita essa disposição desejada.

Quanto ao desligamento de acolhidos da instituição por completar a maior idade, no período pesquisado, a Casa Ana Caroline Tenório, só registrou 1 caso, sendo um menino, acolhido no ano de 2010, juntamente com mais 5 irmãos, ele o irmão mais velho, na época

com 13 anos, e completou a maior idade no ano de 2015 quando foi desligado, após completar 18 anos.

Referendando sobre as reincidências nos acolhimentos registrados na Instituição pesquisada, constatou-se 91 casos, o que corresponde a 11,04%. Desse total a maior incidência foi registrada no ano de 2018, com 20 equivalentes a 21,97% dos casos, o que se explica pelo maior contingente do número de acolhimentos registrado, bem superior aos demais anos pesquisados. Quanto à faixa etária, teve destaque para as reincidências de crianças, com 61 (67,03%) casos; seguido de 22 (24,17%) adolescentes e 8 (8,79%) casos de bebês. Na variável sexo nota-se que a reincidência no acolhimento é mais do sexo masculino com 49 (53,84%) casos, enquanto do sexo feminino registrou 42 (46,15%) reincidências. Veja os dados distribuídos na tabela 13:

Tabela 13 - Reincidências de no acolhimento de crianças e adolescentes na CAACTL, de 2008 ao ano de 2019

ANO	SEXO						Total por ano / %
	Feminino			Masculino			
	Bebê	Criança	Adolescente	Bebê	Criança	Adolescente	
2008	-	1	-	-	1	1	3 / 3,29
2009	-	4	1	1	10	-	16 / 17,58
2010	-	-	-	1	1	-	2 / 2,19
2011	1	-	-	-	4	-	5 / 5,49
2012	-	4	-	-	4	1	9 / 9,89
2013	1	-	-	-	1	-	2 / 2,19
2014	-	2	1	1	2	-	6 / 6,59
2015	-	3	1	1	2	-	7 / 7,69
2016	-	-	-	-	1	-	1 / 1,09
2017	-	10	-	-	3	4	17 / 18,68
2018	1	6	4	-	2	7	20 / 21,97
2019	1	-	1	-	-	1	3 / 3,29
Total	4	30	8	4	31	14	91* / 11,04%

Fonte: Autora, 2020. *91 casos de reincidências, extraídos de uma população total de 824 acolhidos, o que em porcentagem representa 11,04% dos acolhimentos.

As reincidências apresentaram como principais motivos de acolhimento: fuga de crianças acima de 8 anos e adolescentes da casa de seus responsáveis, normalmente alegando maus tratos e violência doméstica; Provindas de outros Municípios, via carta precatória⁷; Uso

⁷ De acordo com o Código de Processo Civil, capítulo III a Carta Precatória é uma forma de comunicação dos atos judiciais, entre Juizes de comarcas diferentes, sejam elas entre cidades, estados ou Países, como forma de garantir o cumprimento de determinados atos. (CNJ, 2019).

de drogas tanto por parte da família como por parte dos acolhidos; Negligência; Maus tratos; Abandono, rejeição dos parentes em razão da criança e adolescente ser portador de alguma patologia (especial); Situação de rua; Prostituição de acolhidos e da genitora; Prática de furtos por parte do acolhido; Abuso sexual. Para Certeau (2009) as pessoas procuram meios de saírem da situação de vulnerabilidade em que se encontram, nem que para isso precisem buscar nas articulações do acolhimento os meios necessários para isso:

As estratégias são, portanto, ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. Privilegiam, portanto, as relações espaciais (CERTEAU, 2009, p. 96).

Nesse universo que cerca o acolhimento e desligamento de crianças e adolescentes no Brasil, os números sobre as reintegrações familiares, que aconteceram entre 2008 e 2019 na Casa Ana Caroline Tenório Lima, distribuindo-os, levando em consideração para quem aconteceu a reintegração, as famílias foi quem recebe o acolhido após o desligamento. Nesses casos o recomendado é o acompanhamento dessas famílias pelas políticas assistências, tendo como foco a transformação social de seus membros, no entanto a realidade nem sempre é essa, pois no PPP (2018), constam ações para atendimento na Instituição e não após a saída, daí a necessidade de ações articuladas com outras políticas públicas, a exemplo, da capacitação profissional, geração de renda, e principalmente o acesso à saúde e educação públicas de qualidade. Na tabela 14 os dados encontram-se ilustrados:

Tabela 14 - Reintegração para quem?, nos acolhimento da CAACTL, de 2008 a 2019

PARA QUEM FOI REINTEGRE - CAACTL							
ANO	Genitora	Genitor	Genitores	Família Paterna	Família Materna	Irmãos	Outros*
2008	5	1	15	3	5	1	2
2009	15	1	4	2	12	1	3
2010	7	1	1	3	9	-	2
2011	5	8	3	5	4	-	2
2012	6	3	7	7	6	-	9
2013	22	6	2	-	2	-	10
2014	27	6	2	4	4	1	2
2015	18	1	-	-	4	2	8
2016	40	4	5	-	4	-	3
2017	21	10	3	1	8	2	-
2018	39	18	2	13	12	3	25
2019	15	13	7	4	12	4	11
Total	220 /	72 /	51 /	42 /	82 /	14 /	77 /
	39,42	12,90	9,13	7,63	14,69	2,50	13,79

Fonte: Autora, 2020. *Outros, são: vizinhos, amigos, madrasta, primos, fugas e sem especificações.

Das 558 (67,71%), reintegrações familiares registradas nos acolhimentos da Casa Ana Caroline Tenório Lima, a predominância de quem se responsabiliza pelo infante é da genitora, com 220 reintegrações, correspondente a 39,42% dos casos, seguida da família materna (avós, avôs, tios e tias) com 82 (14,69%), em terceiro lugar aparecem às reintegrações a categoria Outros com 77 (13,79%). Esses dados mostram a predominância dos costumes de uma sociedade pautada na criação e cuidados dos filhos como sendo de responsabilidade das mulheres, para Strey, (2004) foram às mulheres quem sempre tiveram a responsabilidade na criação dos filhos, pois, sempre foi quem, aos olhos da sociedade teve “tempo” para ficar em casa e cuidar dos filhos, e essa cultura ainda pode ser observada na sociedade atual. Ao somar as reintegrações para as genitora e familiares maternos, totalizaram-se 302 (54,12%) casos, enquanto ao genitor e familiares paternos foram 114 (20,43%) casos, uma diferença de 188 crianças e adolescentes.

Segundo Sen (2000, p. 222) a sociedade ainda acredita que a responsabilidade pela criação/educação, dos filhos é das mulheres: “Mas também ocorre que o papel limitado da condição de agente ativa das mulheres afeta gravemente a vida de todas as pessoas – homens e mulheres, crianças e adultos”. Prosseguindo, Oliveira (2007) explica que:

O termo reintegração indica um trabalho de integrar de novo, ou seja, juntar o que foi separado. No caso das crianças e adolescentes acolhidos, significa retornar à família de origem (pais, irmãos, avós, tios, primos) ou para outras pessoas próximas à criança, que tenham vínculos de afinidade com ela e que reúnam condições e motivações para assumi-las (OLIVEIRA, 2007, p. 633).

Portanto, quando uma criança é acolhida já deve ser trabalhado os aspectos que envolvem o seu desabrigo, pois o abrigo deve ser visto apenas como a sua moradia provisória, e uma ferramenta estratégica, que possibilitará melhores condições de vida, jamais deve funcionar como meio de “privação de liberdade” (OLIVEIRA, 2007).

No próximo capítulo será abordada a institucionalização da infância e adolescência em cidade média, partindo da abordagem de análise os Índices de Vulnerabilidade Sociais, da Região, Estado e Município, os quais, quando associados com os dados migratórios do acolhimento institucional nos doze anos de funcionamento da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima, se mostram uma fresta para se pensar nas políticas públicas que visam assegurar os direitos do público em foco.

4 ARAGUAÍNA E A INFÂNCIA INSTITUCIONALIZADA NA CIDADE MÉDIA

“São centros regionais importantes, em função de serem os elos entre cidades maiores e menores”.

(Beltrão Sposito, 2004)

Com a epígrafe de Beltrão Sposito sobre cidade média, pretende-se apresentar a cidade de Araguaína, mostrando através de ilustrações gráficas, a localização e caracterização geográfica, discussão sobre o Índice de Vulnerabilidade Social – IVS no País, Região Norte e na microrregião e município de Araguaína. Aguçando as análises, será discutido com os dados do processo migratório do acolhimento de crianças e adolescentes no período pesquisado, anos de 2008 a 2019.

4.1 Localização e fatores geográficos

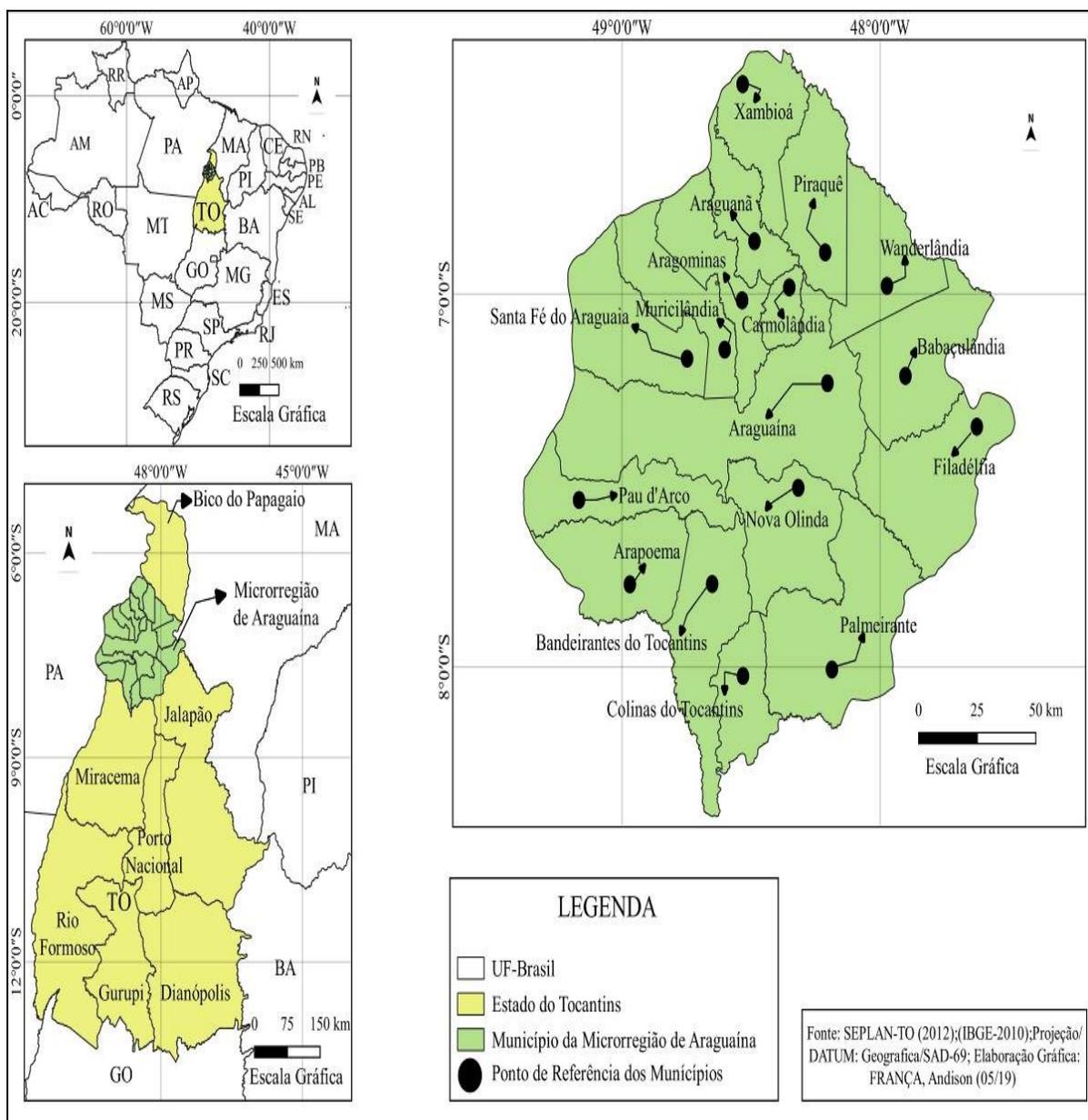
O Município de Araguaína, localizado ao extremo norte do Estado do Tocantins, pertence ao grupo de municípios que compõem a área da Amazônia Legal, com extensão territorial de 4.000,416km², altitude média de 227m, Latitude S -07°11'28" e Longitude O 48°12'26", na área urbana do Município. Tendo como característica vegetativa do bioma Cerrado e Amazônia, faz divisa territorial com: Piraquê, Carmolândia, Aragominas, Muricilândia e Santa Fé do Araguaia, ao Norte, ao Sul com Pau D'Arco e Nova Olinda; a Leste com Babaçulândia, Wanderlândia e Filadélfia e a Oeste com o Estado do Pará (IBGE-Cidades, 2019).

A população de Araguaína, conforme o censo de 2010, é de aproximadamente 150.484 possuindo densidade demográfica de 37,62 hab/km²; mas, população estimada em 2019 é de aproximadamente 180.470 pessoas. Possui uma média de trabalhadores formais de até 2,1 salários mínimos, em 2017, apresentando no mesmo ano uma população ocupada de 34.929 pessoas, representando 19,9% da população. O IDEB de Araguaína nos anos iniciais da rede pública de ensino, no ano de 2017 foi de 6,1, enquanto do ensino fundamental foi de 4,5. Quanto aos dados da economia, Araguaína apresenta PIB per capita em 2016 de 21.981,28 R\$, e um IDHM em 2010 de 0,752, considerado alto. O município apresentou taxa de mortalidade infantil, em 2017, de 11,30 óbitos por mil nascidos vivos (IBGE-Cidades, 2019).

De acordo com os dados do IBGE (2010) o Tocantins encontra-se dividido em regiões, duas mesorregiões (ocidental e oriental) e oito microrregiões, e dentre elas a que leva o nome

do Município, tendo Araguaína como principal cidade de apoio. No mapa 2, é apresentado a microrregião de Araguaína, em razão da pesquisa ter como lócus, o Município:

Mapa 2 - Localização da microrregião de Araguaína, no Estado do Tocantins



Fonte: “Adaptado de” Seplan/TO (2012), IBGE (2010), 2020.

As microrregiões são: Bico do Papagaio com uma área de 15.767,856 km², composta por 15 municípios e população estimada de 198.388 pessoas; Miracema do Tocantins, com área de 34.721,860 km², com 24 município, população de 145.535 pessoas; Jalapão com 53.416,435 km², composta por 15 município e população de 65.705 pessoas; Porto Nacional com 21.197,989 km², tendo 11 município, e população de 304,110 pessoas; Rio Formoso área de 51.405,340 km², população de 112.020 pessoas e composta por 13 municípios; Gurupi com

área de 27.45,192 km², população de 127.816 pessoas, composta por 14 municípios; Dianópolis com 47.172, 643 km², população de 118,377 pessoas e 20 municípios e Araguaína com área de 26.493,499 km², população de 260.498 pessoas, composta por 17 municípios (IBGE, 2010; SEPLAN/TO, 2017).

Segundo Guedes e Brito (2014) trata-se de uma microrregião pertencente à mesorregião Ocidental, que fica localizada ao norte do Estado, sendo a segunda microrregião com maior destaque econômico e populacional do Estado, perdendo apenas para a microrregião que abrange a Capital Palmas. Os autores ainda colocam que:

[...] que a maior população está concentrada no município de Araguaína, além de ser um dos maiores em extensão territorial da microrregião. Ressalta-se, ainda, que este município apresenta certo grau atrativo no que diz respeito às demais atividades, tanto no ramo industrial, transporte e educação, atrelados à sua posição estratégica, ou seja, a localização junto às margens da BR 153. A BR-226 liga a microrregião de Araguaína à cidade de Estreito, no Estado do Maranhão a partir de onde, pela BR-153, chega-se a cidade Imperatriz e pela BR-230 chega-se a Balsas, ambas no mesmo estado. A BR-153, ao sul, possibilita a ligação da microrregião com o estado de Goiás e ao norte do Brasil (GUEDES; BRITO, 2014, p. 10-12).

Nessa vertente de análise, Bessa e Corado (2011) explicam que no Tocantins as cidades do porte de Araguaína, que conjugam uma malha de transporte em expansão, atrativos educacionais, comerciais, e um contingente populacional em crescimento, são consideradas cidades médias. Para os autores (2011, p. 42-43) cabe aos gestores pensar a “preparação do território, para atender as exigências do grande capital”, o que serve de atração às interações espaciais e a satisfatórias dinâmicas urbanas. Com essas características o Estado possui três Municípios sendo eles: Palmas; Gurupi e Araguaína (BESSA; CORADO, 2011).

Associado as características apresentadas, que afirmam Araguaína como cidade média, destaca-se que na Microrregião, há uma centralização econômica no Município, que articula forte atividade comercial, com a oferta de serviços na área de saúde, educação, bancária, agrícola e comercial (SODRÉ; RAMIRES, 2017).

Para Beltrão Sposito (2010, p. 33), as cidades médias são definidas levando em consideração “[...] suas características e como suas relações com outras cidades”, e não apenas o contingente populacional; Araguaína possui bem as características territoriais e relações de influência com os municípios que compõem a microrregião e até mesmo com outros municípios circunvizinhos, de outras microrregiões do Tocantins e Estados. Souza (2003) arremata as explicações:

[...] Uma cidade média em uma região pobre, como o Nordeste brasileiro, tenderá a não apresentar comércio e serviços tão diversificados e sofisticados quanto uma

cidade de mesmo porte em uma região mais próspera, com uma presença bem mais expressiva de estratos de renda médios, como o interior de São Paulo ou o Sul do país (SOUZA, 2003, p. 31).

O município de Araguaína, nas perspectivas evidenciadas pelos autores e informações anteriormente apresentadas, desempenha a função de cidade média, pois, “[...] desempenha papel de ligação, de intermediação entre as pequenas e as maiores cidades, sem desprezar o tamanho populacional [...], pois existe a estreita relação entre quantidade e qualidade das dinâmicas e processos” (SPOSITO, 2010, p. 6).

A localização do Município ficou geograficamente bem favorecida, as margens da BR – 153, e próximo à ferrovia Norte-Sul, facilitando a movimentação de pessoas e mercadorias, e conseqüentemente atrai mais pessoas em busca de oportunidades.

4.2 Índice de Vulnerabilidade Social – IVS

Nas análises relacionadas à pobreza, atualmente o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) tem sido cada vez mais utilizado, pois engloba em seu corpo de dados, informações que caracterizam o ambiente em que a população vive, dando dimensão das suas condições de vida e exclusão social, Abramovay *et al.* (2002, p. 6) diz que “O estado de vulnerabilidade social caracteriza uma situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social são insuficientes e inadequados, para lidar com as oportunidades”. Apresentar estes dados auxilia na construção do panorama social e na compreensão dos elementos envolvidos na sociedade que fragilizam e facilitam rupturas nos laços sociais e conseqüentemente eleva maiores marginalizações da vida. De acordo com Costa e Marguti (2015):

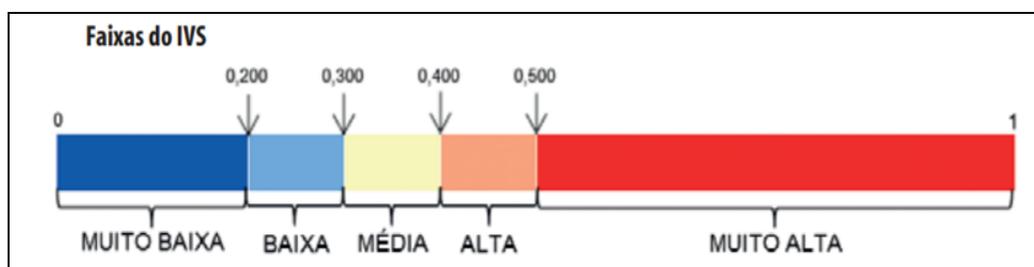
[...] o IVS possui três dimensões: 1) IVS Infraestrutura Urbana - com condições de acesso aos serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana; 2) IVS Capital Humano – determinando as perspectivas de saúde e educação; e 3) IVS Renda e Trabalho – composta não só por indicadores relativos à insuficiência de renda, mas incorporando outros fatores associados que configuram um estado de insegurança de renda: a desocupação de adultos; a ocupação informal de adultos pouco escolarizados; a dependência com relação à renda de pessoas idosas e a presença de trabalho infantil (COSTA; MARGUTI, 2015, p. 5).

Circunscrever as condições humanas de vida medindo através do seu acesso a renda é tarefa complexa, Sen (2001, p. 195) coaduna com as análises apresentadas pelos autores anteriores, e expõe que “esta distinção entre privação de renda e de capacidade para realizar funcionamentos elementares têm relevância também para a política pública – tanto para o desenvolvimento quanto para a erradicação da pobreza e da desigualdade”, cabendo às

políticas públicas sociais a busca por “táticas” capazes de ser transformadoras da condição de vida dessas pessoas.

Os IVS do Brasil são organizados e publicados pelo IPEA, os últimos dados correspondem aos anos de 2000 e 2010, e tem duas publicações de 2015 e 2018, que fazem correlações entre o IVS e os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M. Para melhor análise e visualização das ilustrações gráfica o IPEA classificou por nível sendo: Muito baixa, Baixa, Média, Alta e Muito alta, e para nível possui uma cor que há caracteriza nos mapas, e gráficos. Veja a ilustração 11 a seguir:

Ilustração 11 - Faixas do IVS, de acordo com o IPEA



Fonte: Publicações IPEA, 2015.

Os dados publicados pelo IPEA (2015, 2018), revelam que houve uma queda entre 2000 e 2010 no IVS no Brasil de 26,9%, deixando o País em nível médio na faixa (reduziu de 0,446 para 0,326) que mede o IVS, o que se mostra positivo, porém quando analisado pela ótica das macrorregiões do Brasil as desigualdades sociais continua possuindo um abismo nos índices. Tendo como principais indicadores de melhoras nos índices a renda e o trabalho “com queda de 34% (ou 0,165), correspondendo a 45,8% da evolução total do IVS para o período. Já a dimensão do IVS capital humano experimentou uma retração de 28% (-0,141)” (IPEA, 2015).

Com relação às macrorregiões o IVS ainda mostra profundas “desigualdades regionais no Brasil”, os dados mostram que: “Em 2010, as regiões Norte e Nordeste eram as únicas na faixa de alta vulnerabilidade social, enquanto as regiões Sudeste e Centro-Oeste se encontravam na faixa de média vulnerabilidade social. A região Sul [...] ficando na faixa da baixa vulnerabilidade social” (IPEA, 2018).

O IPEA (2015/2018) explica que houve uma redução nos IVS nas regiões Norte e Nordeste, no período dos 10 anos mostrado pelos dados, o que revela que houve “uma substantiva melhora das condições sociais no país, da ordem de 27%. Para essas duas macrorregiões, as três dimensões do IVS reduzem-se em proporção semelhante ao índice, fato

que não ocorre nas demais macrorregiões”. Na ilustração 12 são apresentados os IVS por macrorregiões do Brasil:

Ilustração 12 - IVS nas macrorregiões brasileiras, evolução por dimensões entre 2000 a 2010

Brasil e macrorregiões: IVS e sua evolução por dimensões (2000 e 2010)												
Macrorregião	IVS renda e trabalho			IVS capital humano			IVS infraestrutura urbana			IVS		
	2000	2010	Variação (%)	2000	2010	Variação (%)	2000	2010	Variação (%)	2000	2010	Variação (%)
Brasil	0,485	0,320	-34,02	0,503	0,362	-28,03	0,351	0,295	-15,95	0,446	0,326	-26,91
Norte	0,563	0,423	-24,87	0,661	0,485	-26,63	0,594	0,419	-29,46	0,606	0,443	-26,90
Nordeste	0,647	0,466	-27,98	0,640	0,470	-26,56	0,403	0,305	-24,32	0,563	0,414	-26,47
Sudeste	0,407	0,248	-39,07	0,403	0,286	-29,03	0,397	0,373	-6,05	0,402	0,302	-24,88
Sul	0,391	0,226	-42,20	0,403	0,288	-28,54	0,213	0,184	-13,62	0,336	0,233	-30,65
Centro-Oeste	0,426	0,264	-38,03	0,475	0,333	-29,89	0,403	0,328	-18,61	0,435	0,308	-29,20

Fonte: Publicações IPEA, 2015.

Tendo como base os dados apresentados pelo IPEA do IVS no Brasil e Regiões, é oportuno apresentar o que Robert Castel (1998) explica:

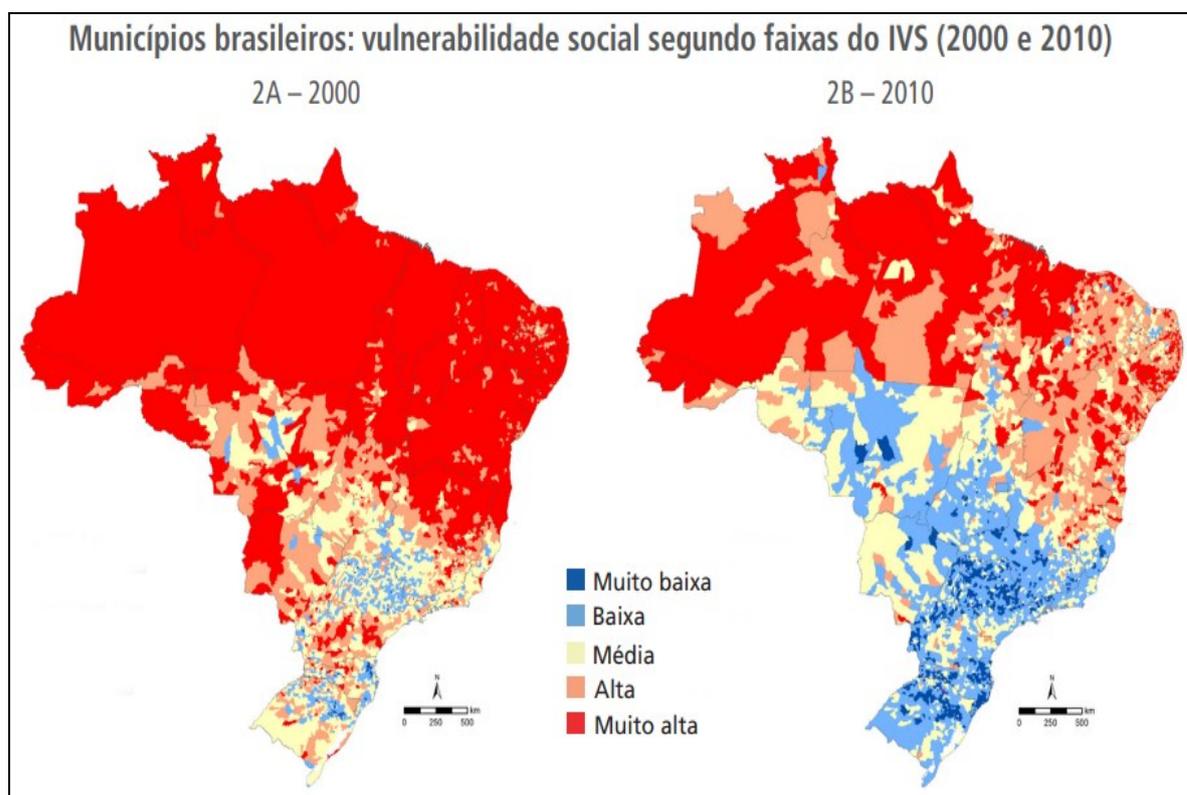
As formas de administração do social são profundamente transformadas e o recurso ao contrato e o tratamento localizado dos problemas voltam maciçamente. Isso não se dá por acaso. A contratualização traduz, e ao mesmo tempo impulsiona uma recomposição da troca social de modo cada vez mais individualista (CASTEL, 1998, p. 605).

Observa-se na citação anterior de Castel, que enquanto mais se investe em educação, capacitação, geração de renda, e infraestrutura, oportunizando ao maior número de pessoas o acesso às políticas públicas, maior será o impulso no IVS, no entanto o autor chama a atenção, para uma sociedade estruturada em zonas, onde cada um se torna cada vez mais individualista e as trocas sociais tornam-se desafio e cada dia mais excludente, dificultando a ascensão entre a segunda zona para a primeira.

No período analisado pelo IPEA foi dada prioridade, no Brasil, as políticas públicas sociais, a exemplo do Programa Bolsa Família, Prouni, dentre outros que possibilitaram maior ascensão da população as zonas sociais, apresentadas por Sen (2000, p. 29) que diz “Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos”, apesar dessas políticas ainda estarem em vigor, ações não se mostraram suficientes para romper com o ciclo

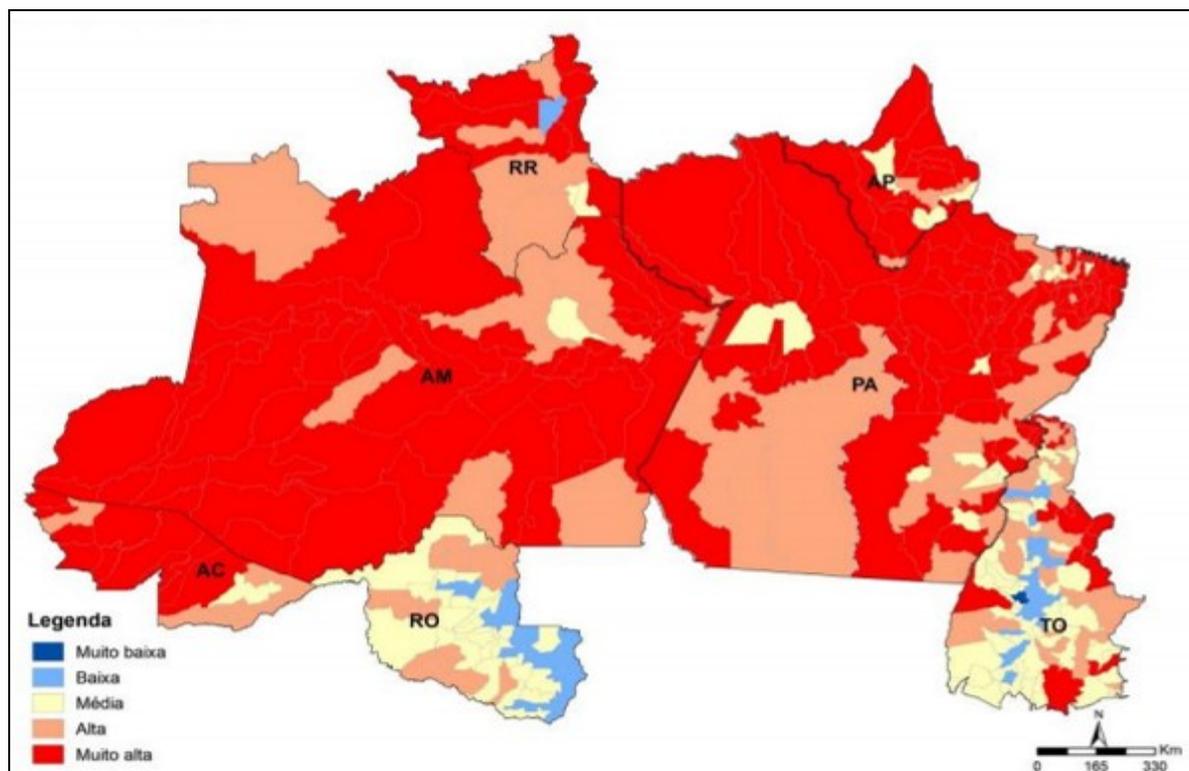
da pobreza e miséria no Brasil, os quais tem se aprofundado, principalmente quando observado os dados dos anos de 2017, 2018 e 2019, a exemplo, dos resultados do acolhimento, em Araguaína, teve um alto significativo nesse período, com maior latência em 2018, expondo que essas políticas estão revestidas de necropolíticas, como explicado por Mbembe (2018). Na ilustração 13 é apresentado o IVS no Brasil, comparando os dados e 2000 e a evolução que ocorreu 10 anos depois, em 2010:

Ilustração 13 - IVS nos Municípios do Brasil



Os dados apresentados nos mapas, da ilustração 13, dimensionam visualmente a distribuição das médias do IVS pelos municípios do Brasil, mostrando que na Região Norte encontra-se o maior número de municípios na faixa de baixa vulnerabilidade social, no ano 2000, e em 2010 apesar das melhoras nos índices, ainda é visualizado que a maioria dos municípios brasileiros com faixa de índice muito alta, se encontra na região Norte do País com maior incidência nos estados do “Acre, Amazonas, Pará, Amapá e Rondônia”, houve também um notório “aumento de municípios na faixa da baixa vulnerabilidade social nos estados do Tocantins e Rondônia” (IPEA, 2015/2018). Na ilustração 14 é apresentado o IVS apenas na Região Norte:

Ilustração 14 - IVS nos Municípios da Região Norte em 2010



Fonte: Publicações IPEA, 2015.

De acordo com o IPEA (2015) os resultados da Região Norte revelam um cenário ainda preocupante quanto aos IVS, apresentando o maior número de Municípios com IVS classificado como Alta e Muito Alta, isso porque as desigualdades sociais entre os municípios ainda são alarmantes, principalmente no que se refere às diferenças encontradas na região, a exemplo das atividades econômicas e aspectos ambientais, toda a dimensão territorial torna a Região Norte mais propícia às desigualdades sociais, pois dificulta a sincronia nos aspectos das políticas públicas sociais, entre a União, Estados e Municípios. Para Sen (2000, p. 261) “ao avaliarmos nossas vidas, temos razões para estarmos interessados não apenas no tipo de vida que conseguimos levar, mas também na liberdade que realmente temos para escolher entre diferentes estilos e modos de vida” daí a importância de uma harmonia entre as políticas públicas sociais e a sociedade socialmente vulnerável.

Correlacionando o que foi exposto, Mbembe (2018, p. 58) discuti que a “gestão de multitudes” ainda não dispõe dos recursos de extração dos recursos naturais ao ser humano, enquanto o Estado cresce a população parece na miséria das relações sociais, e não conseguem se fixar em nenhum lugar do território, e ficam a vagar nas áreas de fronteiras, buscando sobreviver a cada ação política que o força a um êxito terrível, seja territorial ou nas zonas de exceção e exclusão social. Para Sen (2011, p. 267) “propõe um sério deslocamento

desde a concentração nos meios de vida até as oportunidades reais de vida”. Nesse contexto o Estado do Tocantins apresentou IVS em 2000 de 0,551 e em 2010 de 0,336, conforme mostrar a ilustração 15:

Ilustração 15 - Índice de Vulnerabilidade Social das UFs – 2000-2010

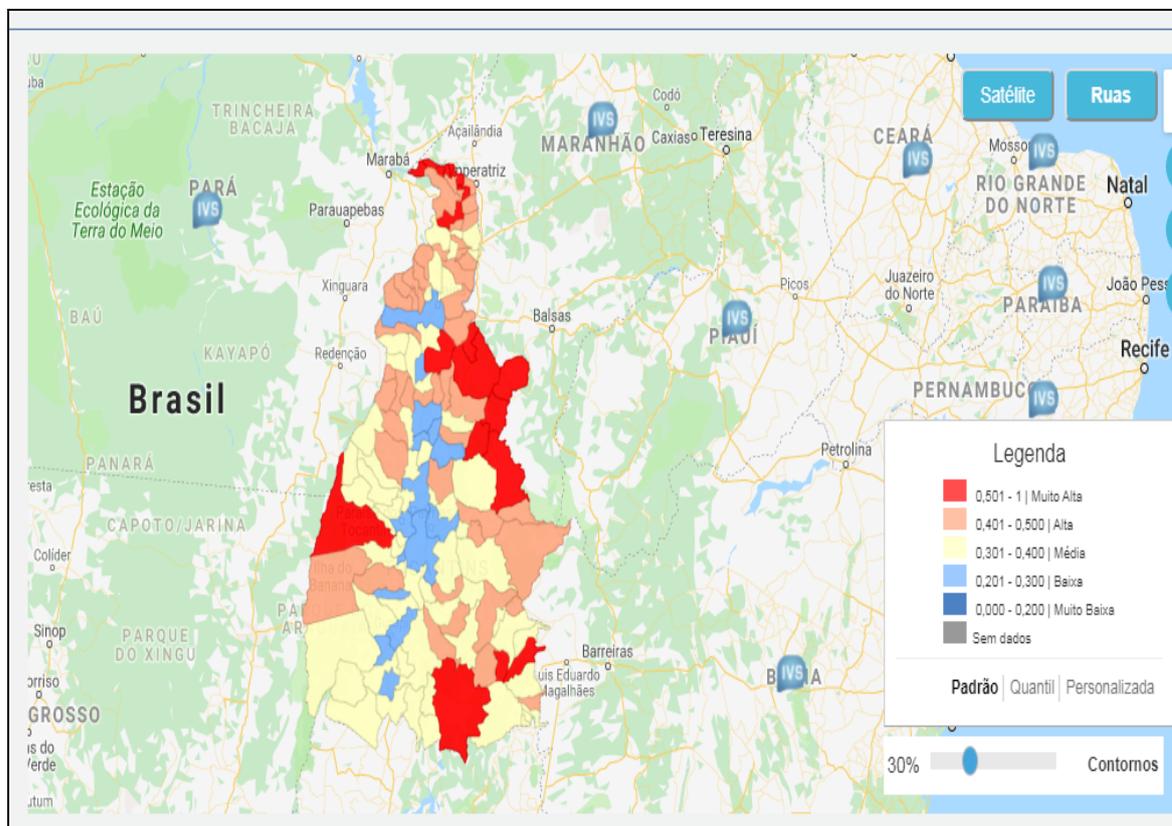
UF	IVS_2000	IVS_2010
Brasil	0,446	0,326
Santa Catarina	0,292	0,192
Rio Grande do Sul	0,327	0,234
Paraná	0,365	0,252
Espírito Santo	0,395	0,274
Mato Grosso	0,427	0,277
Minas Gerais	0,403	0,282
Mato Grosso do Sul	0,420	0,289
Distrito Federal	0,383	0,294
São Paulo	0,388	0,297
Rondônia	0,493	0,319
Rio de Janeiro	0,413	0,323
Goiás	0,457	0,331
Tocantins	0,551	0,336
Rio Grande do Norte	0,509	0,349
Roraima	0,461	0,366
Ceará	0,530	0,378
Paraíba	0,526	0,385
Sergipe	0,531	0,393
Piauí	0,551	0,403
Bahia	0,552	0,403
Amapá	0,540	0,404
Pernambuco	0,564	0,414
Acre	0,606	0,443
Alagoas	0,608	0,461
Pará	0,618	0,469
Amazonas	0,658	0,488
Maranhão	0,684	0,521

Fonte: Publicações IPEA, 2015.

Essa melhora no IVS do Estado do Tocantins contempla o que Sen (2011, p. 268) diz quando “uma pessoa realmente acaba fazendo, mas, também o que ela é de fato capaz de fazer, quer escolha aproveitar essa oportunidade, quer não”, ressalta aqui, para a época em que os dados foram obtidos no cálculo do IVS, isso porque, as estratégias das políticas públicas sociais têm tomado novos direcionamentos, de 2010 aos dias atuais, e o cenário social, pode ter sofrido retrocesso em seus índices. Na ilustração 16, o que chama a atenção, são, os municípios que apresentaram melhores índices de IVS, estão com localização as margens das BR do Estado, a faixa em azul claro, o que aduz pensar que o desenvolvimento social e econômico do Tocantins pode estar diretamente ligado a abertura das Rodovias

Federais, após a década de 60. Na ilustração 16 é possível visualizar o IVS nos Municípios do Estado do Tocantins:

Ilustração 16 - Mapa do IVS nos Municípios do Estado do Tocantins - 2010



Fonte: Extraído do site do IPEA, pesquisa de IVS por Mapa, 09/03/2020

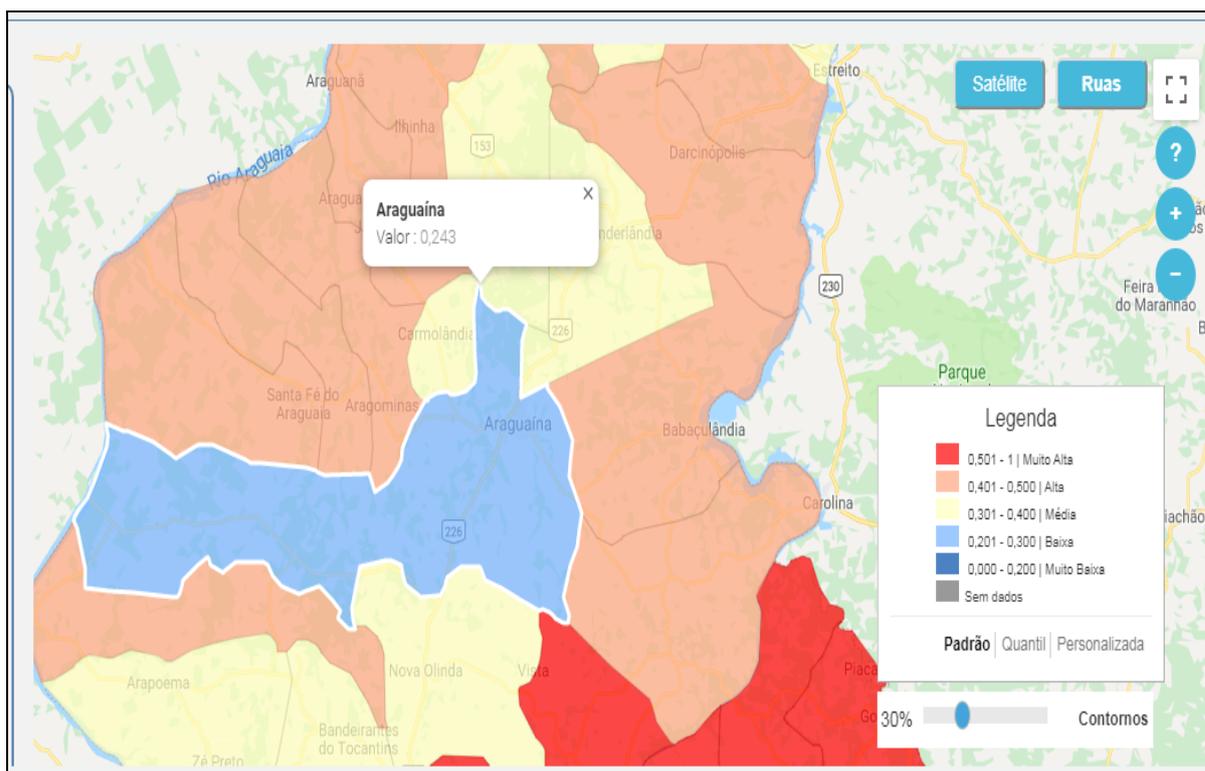
Apesar das melhoras no índice, ainda há muitos municípios que apresentam índices classificados como Muito Alto e Alto, e essas desigualdades devem ser pensadas pelo Estado. Segundo Sen (2011):

Uma pessoa pode ter bons meios, mas tais meios serão epidemias ou se ela tem problemas particulares de algum tipo, como alguma incapacidade; cabe notar que, de acordo com as estatísticas do Banco Mundial, por volta de uma a cada seis pessoas no mundo apresentam incapacidades sérias de um tipo ou de outro. Pode-se dizer, assim, que há grandes obstáculos à transformação de bens primários em uma vida boa e livre. Por conseguinte, a questão deve ser abordada de uma perspectiva mais ampla e, para tanto, é preciso examinar as liberdades efetivas das pessoas, e não apenas os meios que elas têm, como os bens primários ou a renda, mas é preciso focar-se em suas liberdades formais e no modo como tais liberdades podem acentuar a liberdade de fato (SEN, 2011, p. 21).

Especificamente analisando os dados do ano de 2010, fornecidos pelo IPEA (2015/2018), extraído apenas o Município de Araguaína, quando relacionado aos demais

5.565 municípios brasileiros, Araguaína ocupa a 508ª posição. Já quando comparado com os 139 Municípios do Estado do Tocantins, ocupa a 3ª posição, com 0,243, ficando atrás apenas da capital, Palmas com 0,236, e Gurupi com 0,229. Veja na ilustração 17 o mapa com a sinalização do IVS do Município de Araguaína, extraída do site do IPEA em 2019:

Ilustração 17 - IVS do Município de Araguaína – TO, 2010



Fonte: Extraído do site do IPEA, pesquisa de IVS por Mapa, 09/03/2020

Levando em consideração os dados apresentados do IVS, tanto em nível de Brasil, como de Região Norte, Estado do Tocantins e o Município de Araguaína, observa-se que Araguaína caminha na contramão quando comparado à maioria dos Municípios da Região, se destaca no Estado, e nos dados de 2010, ficou classificada na Escala de IVS como Baixa, sendo que um dos critérios de análise está relacionado à infraestrutura territorial do Município, visivelmente melhorada nos últimos anos, com a construção de praças ao ar livre, parques ecológicos urbanos, via de ligação entre setores habitacionais e o centro da cidade, o que tem atraído investidores, e é observado, apesar da crise econômica pela qual passa o País, a abertura de novos empreendimentos, além da melhoria nas estruturas físicas das escolas municipais, e abertura de novas Unidades Escolares e Creches para o atendimento da população, toda essa pujança pode otimizar os resultados do IVS futuramente.

Nesse contexto, tendo o que expõe Castel (1998, p. 28), ao ressaltar que esse tipo de macropolítica, onde o Estado exerce o seu poder e soberania, não há como evitar choque na dinâmica e autonomia no cotidiano das pessoas e das famílias, e Castel explica que “influenciados pelas racionalidades do novo contexto social, marcado pelo advento do legalismo”, a população tende a buscar se incluí na nova realidade e contexto social, então as ações da macropolítica podem ser benéficas ou malélicas, no momento em que pode incluí muitas pessoas através das oportunidades que se abrem a exemplo do número de vagas em creches e escolas, e de empregos, como também pode excluí aqueles que não conseguem acompanhar o crescimento do município.

Ressalta-se, porém, mesmo que Araguaína apresente um IVS considerado baixo, e tenha tido melhoras significativas e visíveis nas políticas da gestão municipal, não se pode negar que as desigualdades sociais ainda são uma realidade latente, e que carecem ser diminuídas. Nessa perspectiva, com a diminuição da vulnerabilidade social e melhorias na infraestrutura urbana de Araguaína, o município torna-se atrativo a investimentos e conseqüentemente alvo para quem busca melhores oportunidades de vida, o que pode ser impulso para migração, sejam de pessoas do entorno, ou mesmo de outros Estados que almejam melhores condições de vida.

4.3 Processos migratórios e o acolhimento de crianças e adolescentes em Araguaína de 2008 a 2019

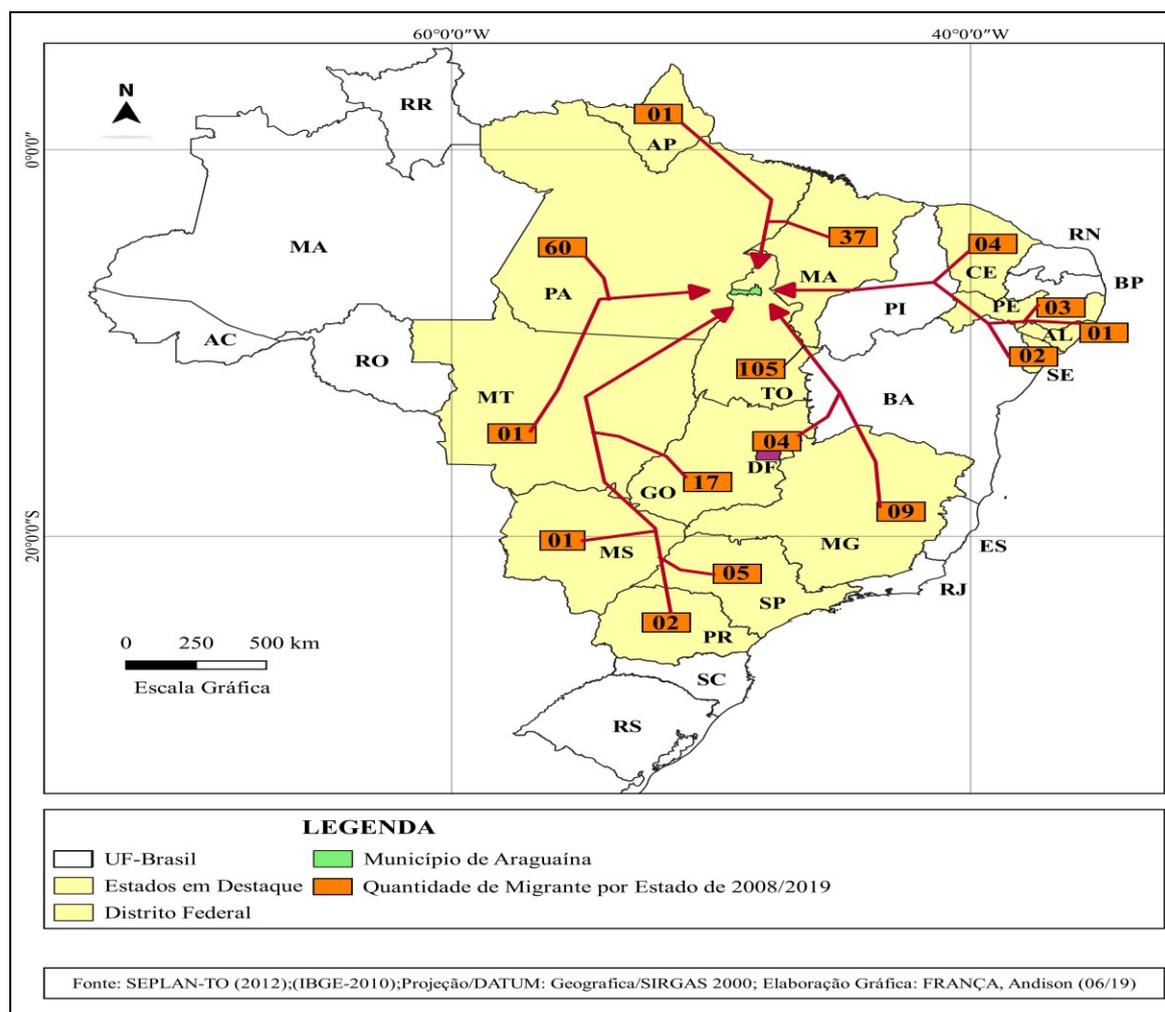
Os processos migratórios fazem parte da realidade brasileira, quanto aos processos de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, na pesquisa realizada na Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima, em Araguaína, os dados revelaram uma realidade ainda pouco explorada. A autora Bertha Becker (2009) ao discutir sobre os processos de urbanização na Região Amazônica, onde esta localizada Araguaína, explica que em todo o processo de urbanização da Amazônia as desigualdades econômicas e urbanas sempre estiveram presentes nos espaços territoriais dos Estados, sejam pelos avanços nas malhas urbanas, sejam pelos atrativos dos projetos integradores ocorridos nessa região.

Para Barbosa (2015) no contexto demográfico brasileiro, é observada desconcentração demográfica no Brasil, nos últimos anos, tendo como foco de ocupação e processo de urbanização, os chamados, “interior do País”, no entanto, esse projeto de ocupação ocasionou um inchaço urbano nas principais cidades da região, a exemplo de Araguaína, considerada e já anteriormente caracterizada como cidade média, em razão dos processos migratórios

ocasionados pelas “possíveis oportunidades” o que pouco alterou as desigualdades sociais. De acordo com Barbosa (2015, p. 76): “[...] possível ponderar que a cidade intermédia ou intermediária se apresenta, praticamente, como uma cidade média dinâmica que encerra fluxos que estruturam redes geográficas, favorecidos pelo terciário moderno que prima pela oferta de serviços”.

Nessa mesma linha de análise Corrêa (2001, p. 105) diz que se toda essa dinâmica demográfica que acontece no País revela aspectos que compõe a rede urbana, que ao mesmo que integra e liga as regiões, também excluem a população, ressaltando que os processos acontecem simultaneamente, ao passo de que há “efetiva integração de parte da população ao sistema social e, simultaneamente, uma menor integração, senão exclusão, de parcela importante da população”. No mapa 3 e 4 é apresentado os dados do processo de chegada e saída de acolhidos da Casa Ana Caroline:

Mapa 3 - Migração de chegada / Acolhidos natural de outras UFs recebidos na CAACTL – 2008 a 2019

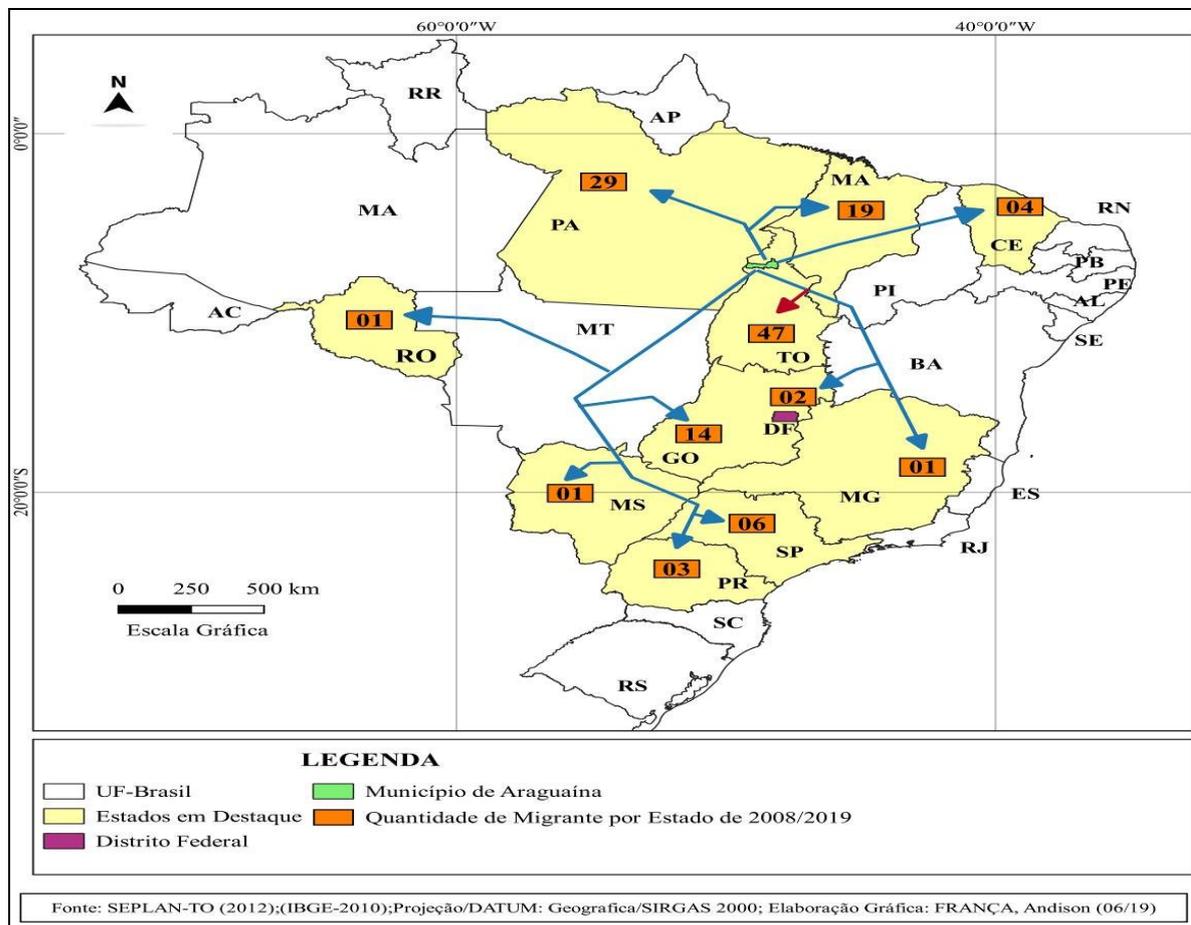


Fonte: “Adaptado de” Seplan/TO (2012), IBGE (2010), 2020.

Os dados mostram um número maior de acolhidos naturais de Municípios do Estado do Pará, totalizando 60 crianças e adolescentes, acompanhado pelo Estado do Maranhão, com 37 acolhidos, o que condiz com os índices sociais e análises anteriormente evidenciadas, as quais associam o fluxo migratório de Regiões mais pobre, como é o caso ainda da Região Norte e Nordeste do Brasil. Se retornar ao mapa (ilustração 13) da vulnerabilidade social da região perceberá que Araguaína se configura como um oásis frente ao demais municípios do Norte Brasileiro e talvez por isso o dado migratório se faça relevante quanto ao universo de abrigados.

Nesse sentido Oliveira (2007, p. 632) relata que “A pobreza extrema é uma condição que submete inúmeras famílias ao enquadramento nas vulnerabilidades sociais, impedindo pais de exercerem suas funções estruturantes, não por comprometimento interno, mas antes por uma situação externa extremamente desfavorável”. No mapa 4 é ilustrado os dados referentes a saída de acolhidos, os quais são reintegres a famílias/pessoas em outros municípios e regiões do Brasil:

Mapa 4 - Migração de saída / Acolhidos natural de outras UFs recebidos na CAACTL – 2008 a 2019



Fonte: “Adaptado de” Seplan/TO (2012), IBGE (2010), 2020.

Os dados revelam que tanto a chegada como a saída de acolhidos na Casa Ana Caroline, tem predominância nos aspectos migratórios dos Estados do Pará e Maranhão, ou seja, de pessoas que circulam entre os Municípios das Regiões Norte e Nordeste do Brasil. Deve-se observar também, que Araguaína mais recebe do que consegue reintegrar aos demais estados, a exemplo ilustrado recebeu 60 crianças/adolescentes do Pará e 37 do Maranhão, mas reintegrou aos estados de origem apenas 29 e 19, respectivamente. Evidenciam-se aqui as distâncias territoriais percorridas entre os locais de origem e Araguaína, pois como apresentado nas ilustrações 12 e 13 quanto o IVS nas macrorregiões e municípios brasileiros, observa-se que as migrações de chegada das famílias e acolhidos são provindos de municípios predominantemente com Índices de Vulnerabilidade Social mais alto, ou seja, esses indivíduos estão à procura de melhores condições de vida.

No ano de 2015, foi acolhido um casal de irmãos, pelo motivo de maus tratos e negligência, e com a institucionalização do caso, descobriu-se que a família era composta pela: genitora, 5 filhos, desses 3 menores de idade, e duas com mais de 20 anos, genitores desconhecidos e 3 netas, sendo que os filhos acolhidos, foi uma menina de 10 anos e um menino de 8 anos, e as 3 netas (ficaram na Casa Ágape), no entanto a maior vulnerabilidade da família estava na falta de documentação, nem a matriarca portava Certidão de Nascimento, a família era natural de Balsas/MA, os relatos são de que o acolhimento durou 8 meses até que a documentação da família foi regularizada. Nesse contexto Certeau (2009) explica que:

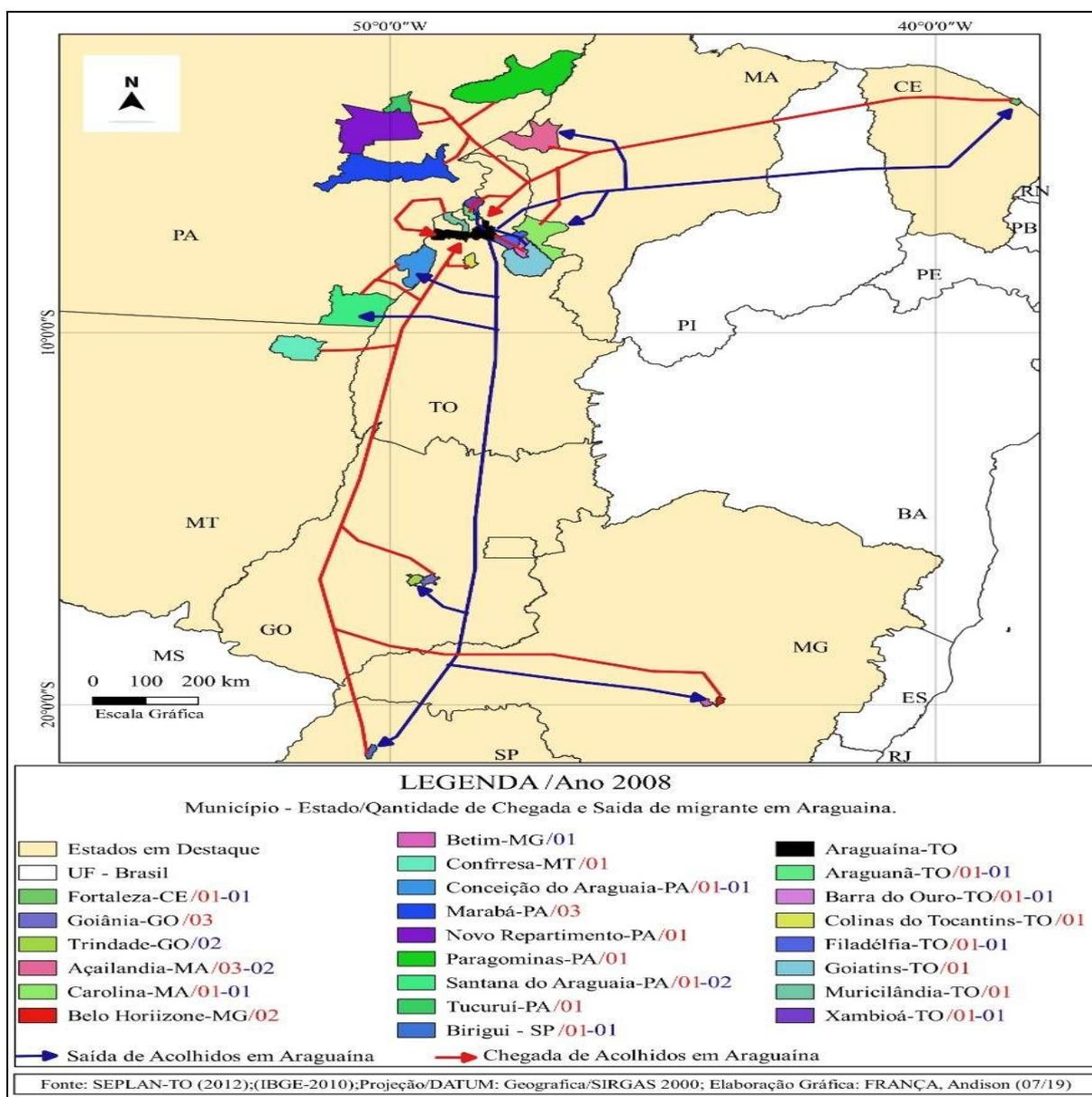
Seja como for, na escala da história contemporânea, parece também que a generalização e a expansão da racionalidade tecnocrática criaram, entre as malhas do sistema, um esfrelamento e um pulular dessas práticas antigamente reguladas por unidades locais estáveis. Cada vez mais as táticas vão saindo de órbita. Desancoradas das comunidades tradicionais que lhes circunscreviam o funcionamento, elas se põem a vagar por toda a parte num espaço que se homogeneiza e amplia. Os consumidores se tornam migrantes. O sistema onde circulam é demasiadamente amplo para fixa-los em alguma parte, mas demasiadamente regulamentado para que possam escapar dele e exilar-se alhures. Sendo assim, o modelo 'estratégico' também muda, como que perdido no seu sucesso: repousava na definição de um 'próprio' distinto do resto; toma-se o todo. (CERTEAU, 2009, p. 98).

O autor apresenta a migração sendo utilizada também como astúcia social, ou seja, como tática de sobrevivência, mas apesar de facilitar a guerra cotidiana produz desenraizamentos de comunidades ou famílias. Assim, deve-se considerar que a luta pela sobrevivência permite se manter, mas, ao mesmo tempo, produz um nível maior de vulnerabilidade social. Nessa mesma perspectiva os mapas a seguir, apresentam a distribuição migratória de chegada e saída de acolhido de acordo com cada ano pesquisado. Os dados migratórios do acolhimento estão diretamente relacionados aos dados apresentados nas

ilustrações anteriores sobre o IVS, pois, observa-se que as pessoas atendidas pela Casa Ana, que são naturais de Araguaína, são provenientes, em sua maioria, de lugares com IVS mais alto.

No mapa 5 é apresentado os processos migratórios de chegada e saída para Araguaína, relacionado ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos na CAACTL no ano de 2008:

Mapa 5 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2008



Fonte: "Adaptado de" Seplan/TO (2012), IBGE (2010), 2020.

Em 2008, ano de abertura da Instituição, Ana Caroline Tenório, relewa que o fluxo migratório de chegada para a cidade ficou de pessoas provindas das cidades de Goiânia/GO,

Açailândia/MA, Marabá/PA, cada uma com 03 acolhidos. Enquanto as saídas de acolhidos para outros Municípios da UF, ficou com Trindade/GO, Açailândia/MA, e Santana do Araguaia/PA com 02 acolhidos cada.

Prosseguindo nessa linha migratória de análise, Silva (2012) afirmar que o Município de Araguaína é centralidade em seu eixo urbano-regional, o que explica as atividades e infraestruturas que dão destaque ao Município, atraindo um fluxo maior de pessoas que circulam pela cidade e fortalece as atividades econômicas e serviços de Araguaína.

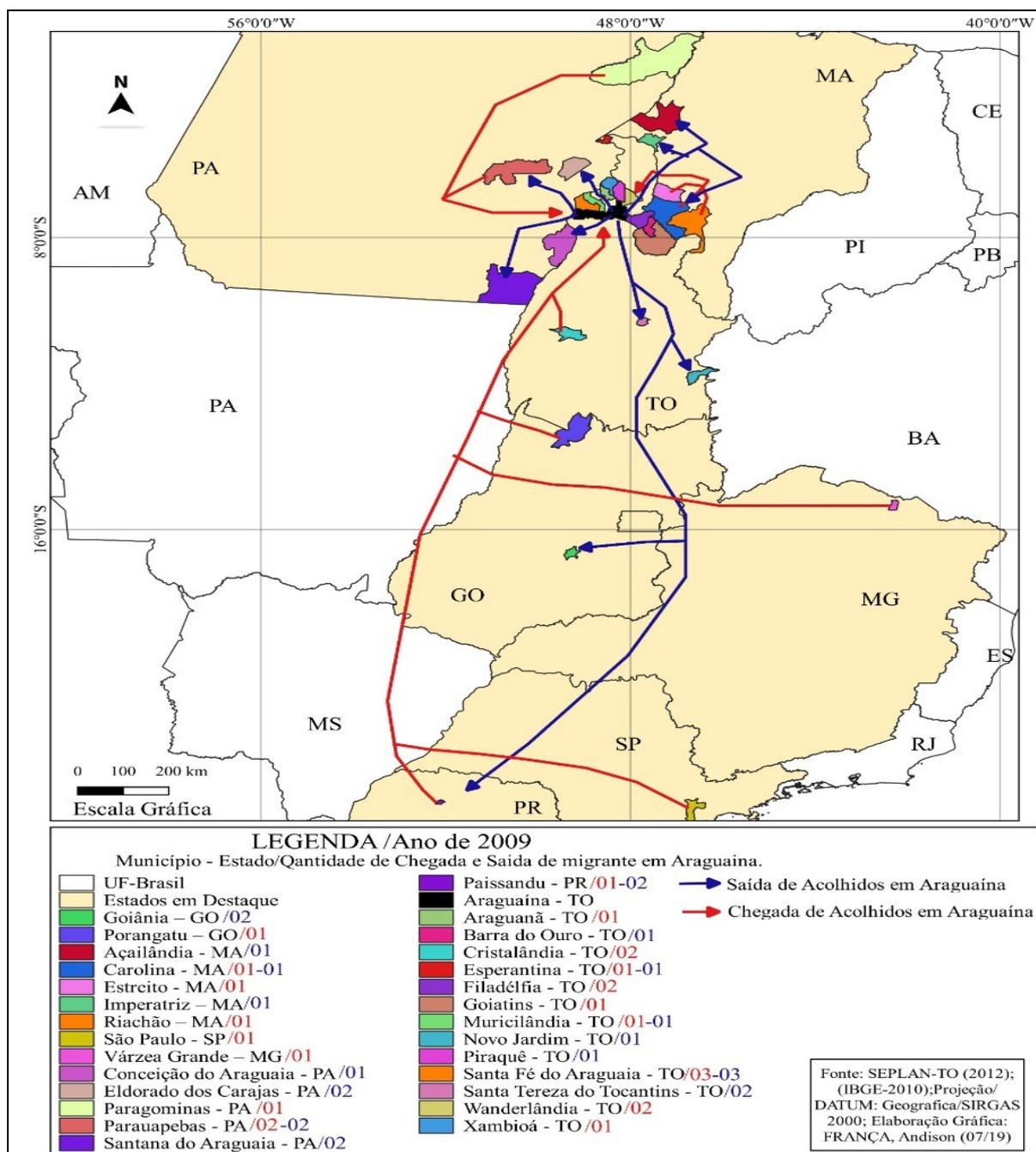
Evidência que os dados dos fluxos migratórios, apresentados pelos dados do acolhimento institucional, são recheados de perdas aos acolhidos, muitas vezes além da distancia de seus locais de origem, ainda se veem rodeados de pessoas desconhecidas, ambiente novo, longe daquelas com quem sempre conviveram, e as relações deles com o ambiente nem sempre acontecem de forma amistosa, confiar na instituição e nos processos que os envolvem torna-se um desafio cotidiano (CERTEAU, 2009).

Nesse contexto, torna-se importante conhecer quem são esses acolhidos, que muitas vezes não passam de codificação para o sistema que “os protege” e lhes “asseguram direitos”, saber como o Poder Público percebe os acolhidos é compreender como o uso das políticas públicas para infância e adolescência vem sendo utilizada, se como instrumento transformador ou apenas mais uma estratégia neutralizadora (MBEMBE, 2018) daqueles que são a força futura do País.

Segundo Santos (2016, p. 128) “De um lado, um direito decorrente da morte, subtração da vida pelo próprio Estado [...]; de outro, um direito a condições dignas de vida, [...]”, o que era para ser uma parceria com possibilidades reais de mudanças na condição de vida, se torna uma guerra, onde o mais forte vence, e nesse caso o mais forte não são os pobres e vulneráveis sociais, é o Estado que exerce o seu poder soberano (MBEMBE, 2018).

As fragilidades do acolhimento são profundas e complexas, perpassam as questões migratórias, mas, podem ter nessa mudança de um lugar para o outro, o início do desenrolar de um novo chamado marginalização de pessoas, cabendo colocar que as políticas públicas devem ser para todos e em todos os lugares, e muitas famílias tem sido obrigadas a saírem de seus locais de origem, por diversos motivos, a fim de buscar novas oportunidades, o Estado tem agido, não como protetor de direitos, mas, como vetor de possibilidades de escolha e disseminação de necropolíticas (CASTEL, 1998; MBEMBE, 2018), fragilidades essas que podem ser visualizadas nas ilustrações 12, 13, 15 e 16. Observe o mapa 6 os dados referentes do ano de 2009:

Mapa 6 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2009

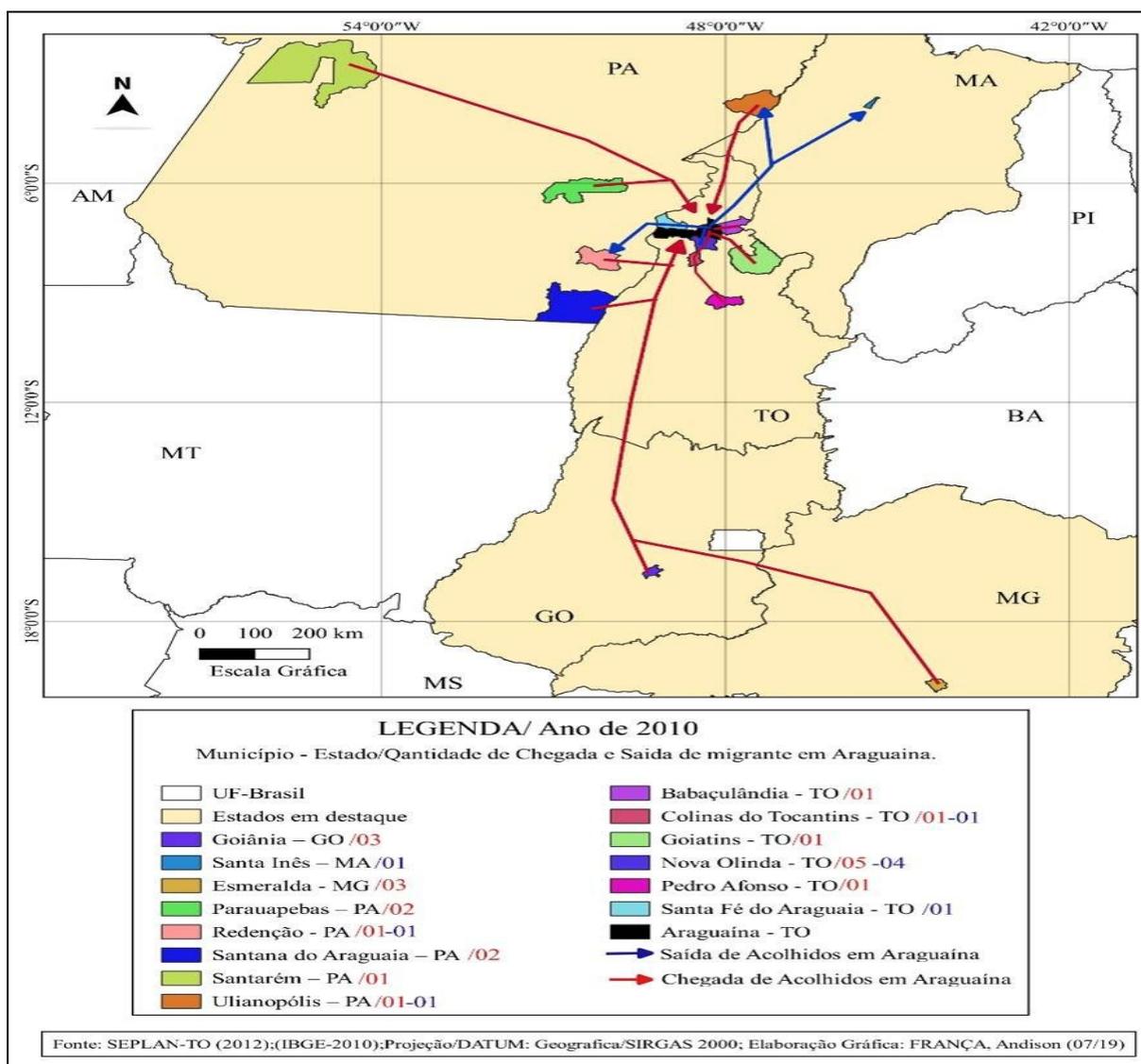


Fonte: "Adaptado de" Seplan/TO (2012), IBGE (2010), 2020.

Em 2009, a pesquisa revela que a chegada de acolhidos foi maior dos provindos dos municípios de Santa Fé do Araguaia/TO, Parauapebas/PA, Filadélfia/TO, Wanderlândia e Cristalândia/TO, sendo que apenas Santa Fé teve 03 acolhidos, os demais municípios tiveram 02 acolhidos. Quanto à saída os Municípios destaque, foram: Santa Fé do Araguaia/TO, Paissandu/PR, Santa Tereza do Tocantins/TO, Santana do Araguaia/PA e Goiânia/GO, apenas Santa Fé com 03 acolhidos, os demais municípios com 02 acolhidos cada.

O acolhimento institucional de criança e adolescente têm sido usado como forma de assegurar os direitos dos infantes, no entanto, o maior problema não são os adolescentes, e sim as famílias que se encontram em situações adversas, e veem seus filhos sendo retirados de seus lares e nada podem fazer para mudar essa realidade, já que vislumbram no acolhimento uma possibilidade aos filhos de terem diariamente alimentos, roupas, acesso à saúde, educação, esporte, lazer entre outros acessos, aos quais não teriam acesso se continuasse com suas famílias (RIZZINI, 2011). Araguaína apresentou melhores índices de desenvolvimento social, e como os maiores números de pessoas que migram para o Município são provindos de lugares com IVS com piores resultados, esses podem ter nessa associação a sua compreensão. Observe o mapa 7 os dados do ano de 2010:

Mapa 7 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2010

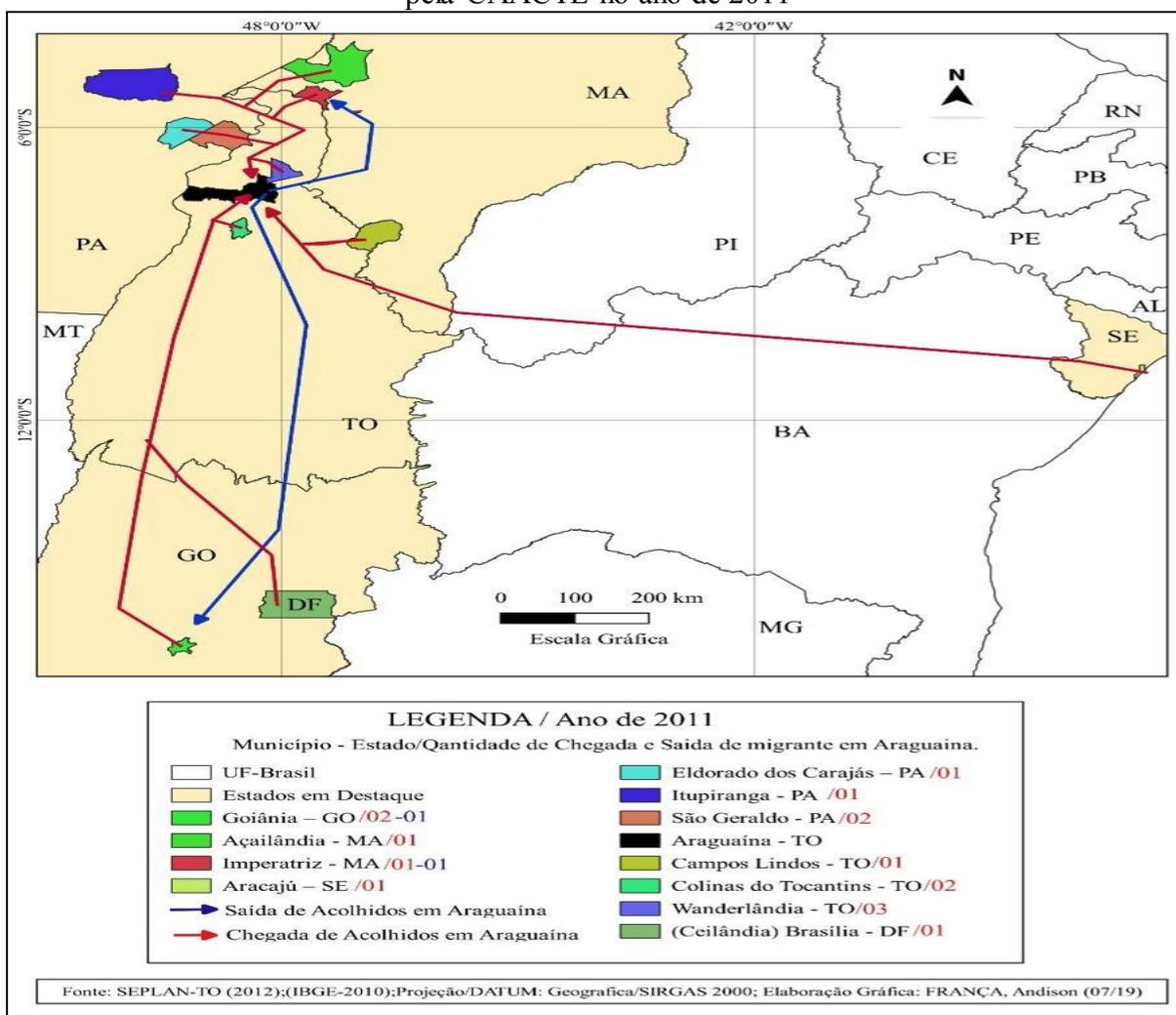


Fonte: “Adaptado de” Seplan/TO (2012), IBGE (2010), 2020.

Em 2010, a maior incidência de chegada de acolhidos foi dos municípios de Nova Olinda/TO, com 05 acolhidos, seguido de Esmeralda/MG e Goiânia/GO, ambos com 03 acolhidos. A saída ficou com os municípios de Nova Olinda/TO, com 04 acolhidos, os demais que receberam acolhidos oriundos da CAACTL, tiveram apenas um acolhido cada, sendo que os Municípios que receberam foram dos Estados do Tocantins, Pará e Maranhão.

De acordo com Santos (2016) há na sociedade a busca por justiça e democracia, e nesse movimento pelo reconhecimento de direitos fundamentais, podendo ser citados: educação, saúde, alimentação, acesso as políticas públicas, dentre outros. As explicações da autora vão de encontro com as colocações de Sen (2011) na obra ideia de justiça, ao explicar que os grupos marginalizados socialmente, acabam sendo marginalizados pelo sistema jurídico, por não saberem como acessar seus direitos. No mapa 8, é apresentado os dados do fluxo migratório do ano de 2011:

Mapa 8 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2011

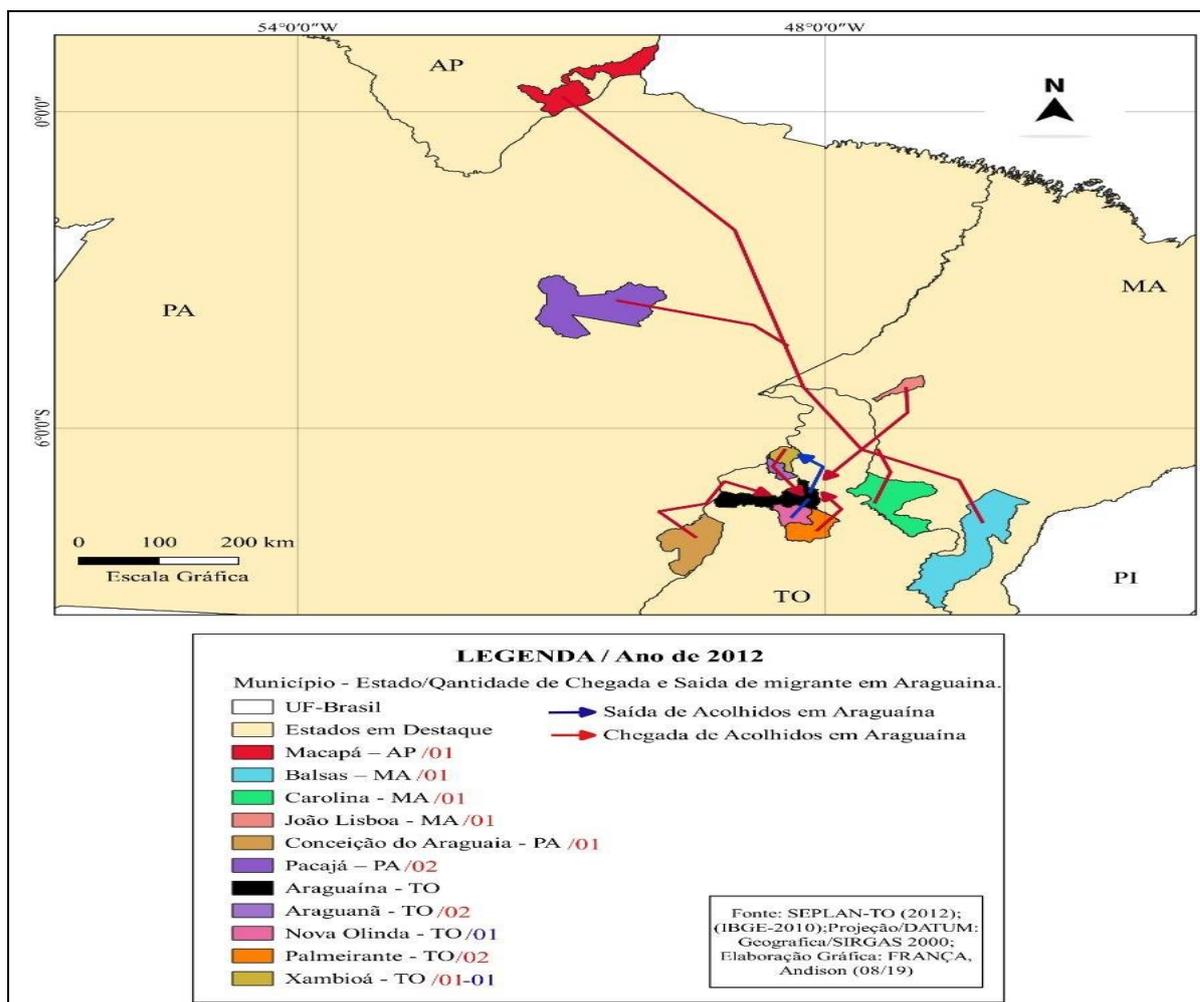


Fonte: "Adaptado de" Seplan/TO (2012), IBGE (2010), 2020.

No ano de 2011, a chegada de acolhidos teve com mais incidência foram: Wanderlândia/TO, Colinas do Tocantins/TO, São Geraldo/PA e Goiânia/GO, apenas o primeiro Município teve 03 acolhidos, todos os demais com 02 acolhidos. A saída de acolhidos no ano foi de apenas acolhidos, sendo que um foi para a cidade de Imperatriz/MA e o outro Goiânia/GO.

Ao associar o poder do Estado na vida dos acolhidos e de suas famílias, Santos (2016, p. 131) citando Mbembe explica que explica que: “[...] a ação soberana do Estado é necropolítica [...], na medida em que distribui de forma excludente e desigual os recursos políticos e econômicos exerce um direito de veto sobre as condições de vida e, conseqüentemente tem um poder de decisão sobre a exposição à morte, dos grupos marginalizados”. Prosseguindo com a apresentação dos dados sobre o fluxo migratório, no mapa 9, é apresentado os dados do fluxo migratório do ano de 2012:

Mapa 9 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2012

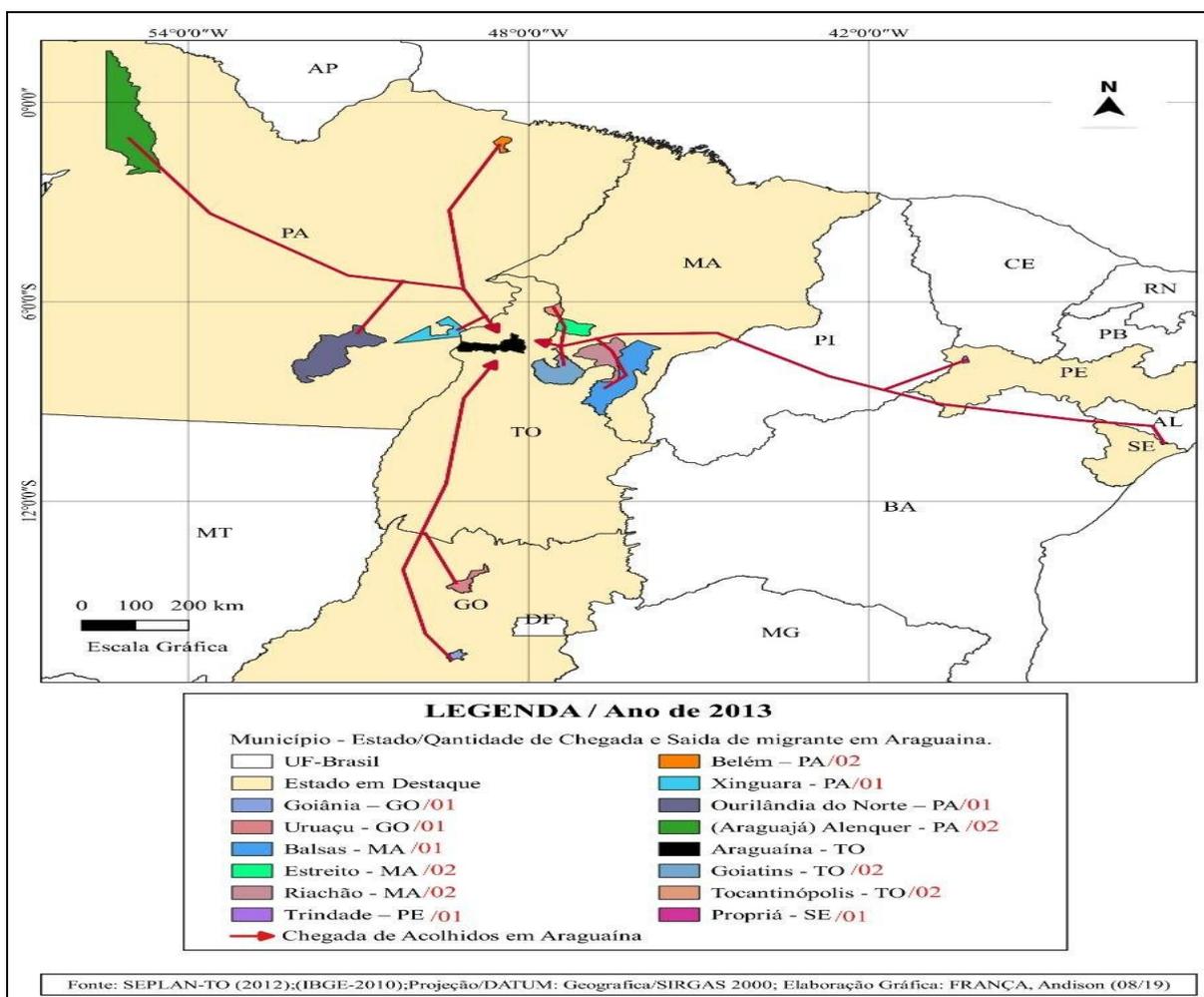


Fonte: “Adaptado de” Seplan/TO (2012), IBGE (2010), 2020.

Os dados de 2012 revelam que as chegadas de acolhidos em Araguaína, naturais de outros municípios foi predominante de: Pacajá/PA, Araguaianã/TO e Palmeirante/TO, com 02 acolhidos cada. As saídas foram apenas duas sendo uma para cidade de Nova Olinda/TO e a outra para a cidade de Xambioá/TO. Esses processos de chegadas e de saídas de acolhidos aprofundam o sofrimento das crianças e adolescentes acolhidos, os quais se veem a todo tempo em lugares diferentes, o que os torna fragilizados e vulneráveis socialmente.

Nesse contexto Rizzini (2011, p. 34) explica que: “O discurso apresenta-se, com frequência, ambíguo, onde a criança deve ser protegida, mas também contida, a fim de que não cause danos à sociedade. Esta ambiguidade na defesa da criança e da sociedade guarda relação [...] - ora em perigo, ora perigosa”, nessa percepção a infância é associada diretamente com as classes sócias populares, corriqueiramente consideradas com potencial de periculosidade. Na sequencia o mapa 10, com o fluxo migratório do ano de 2013:

Mapa 10 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2013

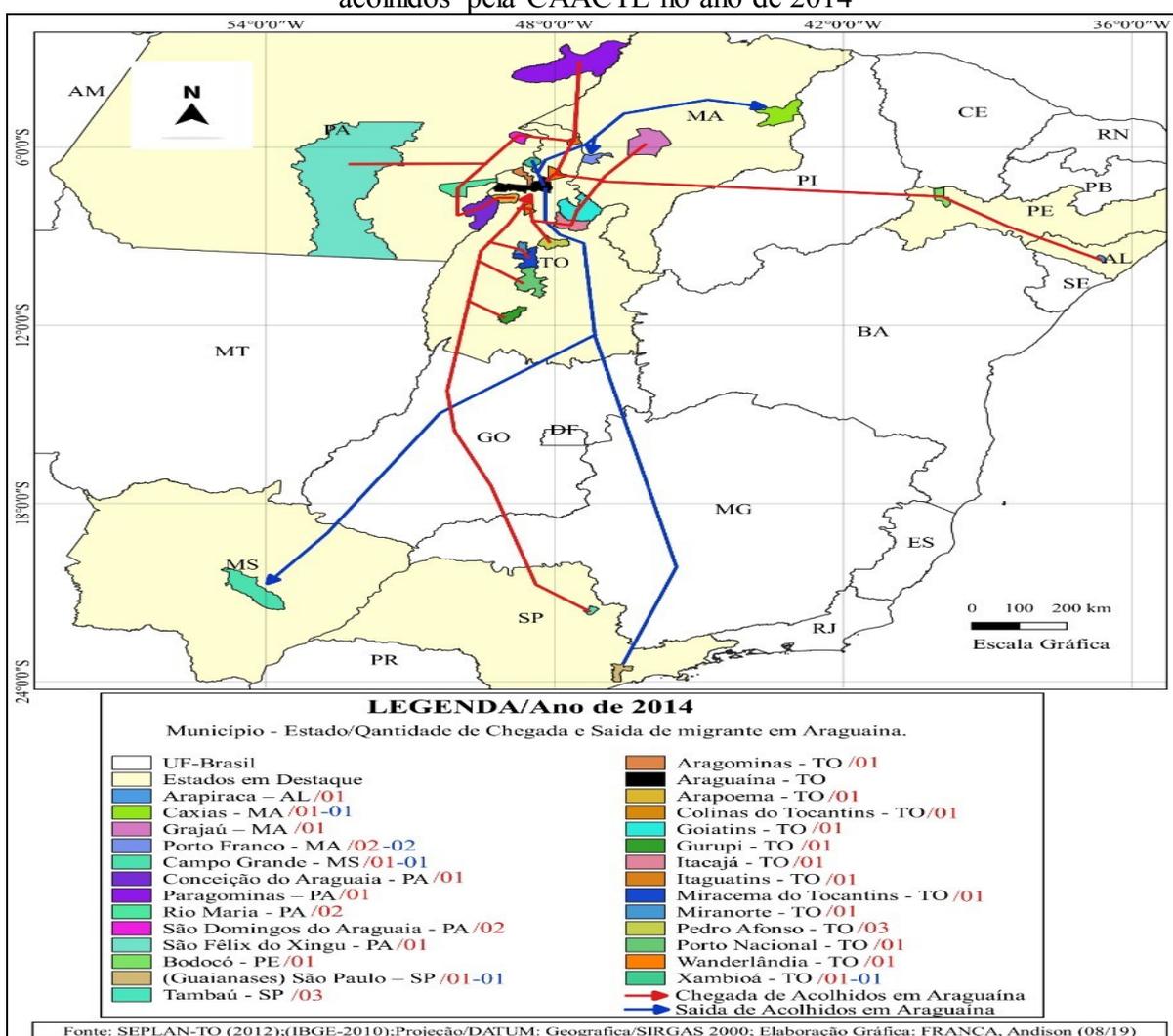


Fonte: “Adaptado de” Seplan/TO (2012), IBGE (2010), 2020.

Os dados do ano de 2013, das chegadas de acolhidos foram mais frequentes, os provindos dos municípios de: Estreito, Riachão, ambos dos Estados do Maranhão, Belém, Alenquer, do Estado do Pará, e Goiatins e Tocantinópolis do Estado do Tocantins, todos com dois acolhidos cada. Em 2013 não houve saída de acolhidos de Araguaína para outros Municípios da Federação.

Coadunando com os dados e para melhor compreensão, Santos (2016, p. 134) trás a reflexão de que: “A própria noção de indivíduo enquanto átomo isolado da liberdade política remete para um exercício de dominação que investe um sujeito atomizado de obediência para libertá-lo como corpo periférico em que transitam diferentes formas de sujeição”, sejam elas necropoder ou não. No mapa 11, segue a apresentação dos dados correspondentes aos processos migratórios de crianças e adolescentes acolhidos pela Instituição Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima, em Araguaína.

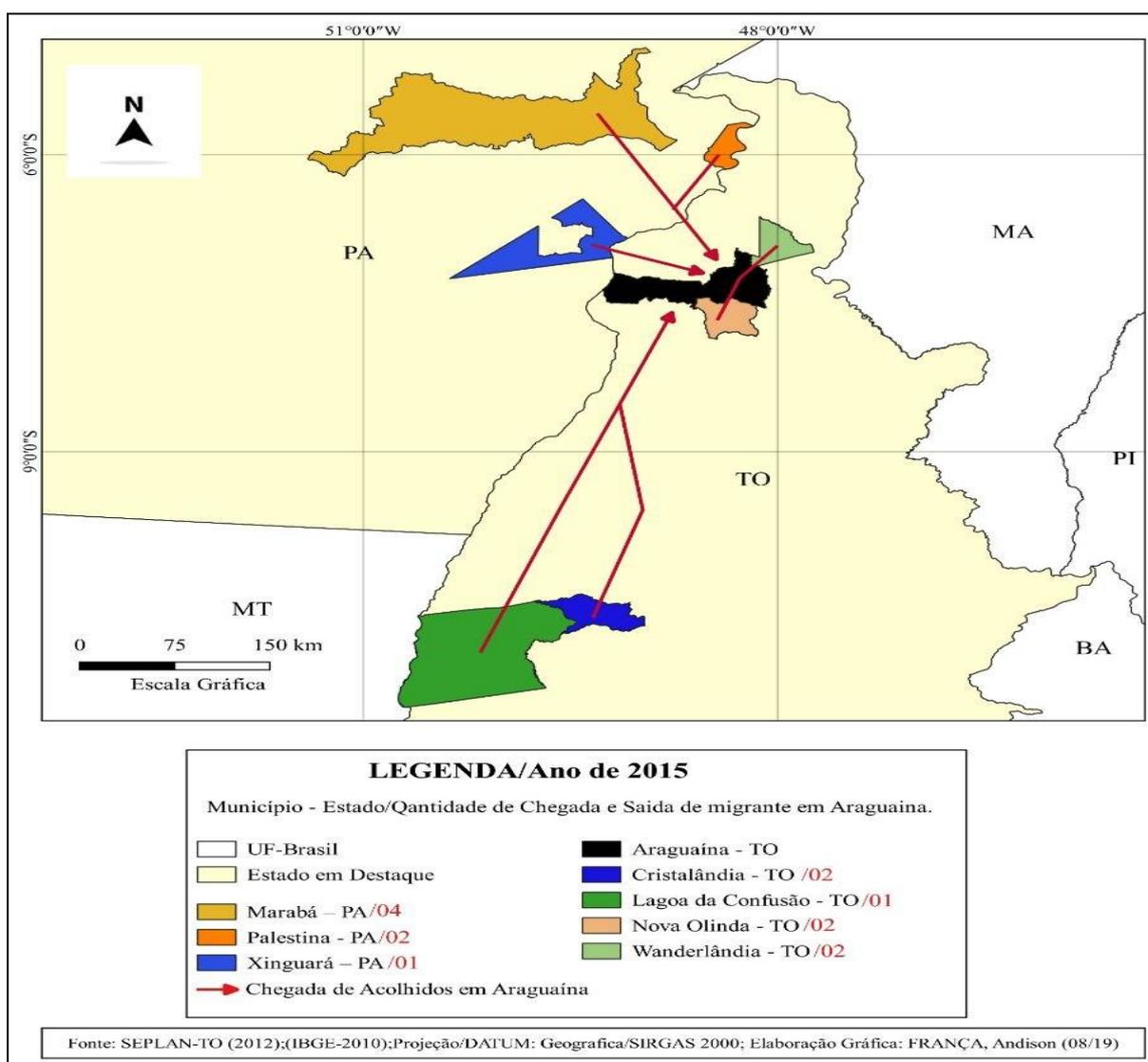
Mapa 11 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2014



Fonte: “Adaptado de” Seplan/TO (2012), IBGE (2010), 2020.

No mapa 11, os dados apresentados são referentes aos acolhimentos realizados no ano de 2014, revelando que a chegada de acolhidos foi mais evidente nos municípios de Tambaú/SP; Pedro Afonso/TO, ambos com 03 acolhidos, seguidos de São Domingos do Araguaia/PA, Rio Maria/PA, ambos com 02 acolhidos e Porto Franco/MA com 02 acolhidos. As saídas foram apenas quatro, para Guaianases/SP, Campo Grande/MS, Porto Franco e Grajaú/MA. Nesse contexto, Santos (2016, p. 144) explica que “[...] a necropolítica define a soberania como o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. O controle sobre a mortalidade e a definição das condições de vida são atos soberanos que determinam, em última instância, o desenvolvimento e a manifestação do poder nas sociedades”. No mapa 12 é apresentado os dados de 2015:

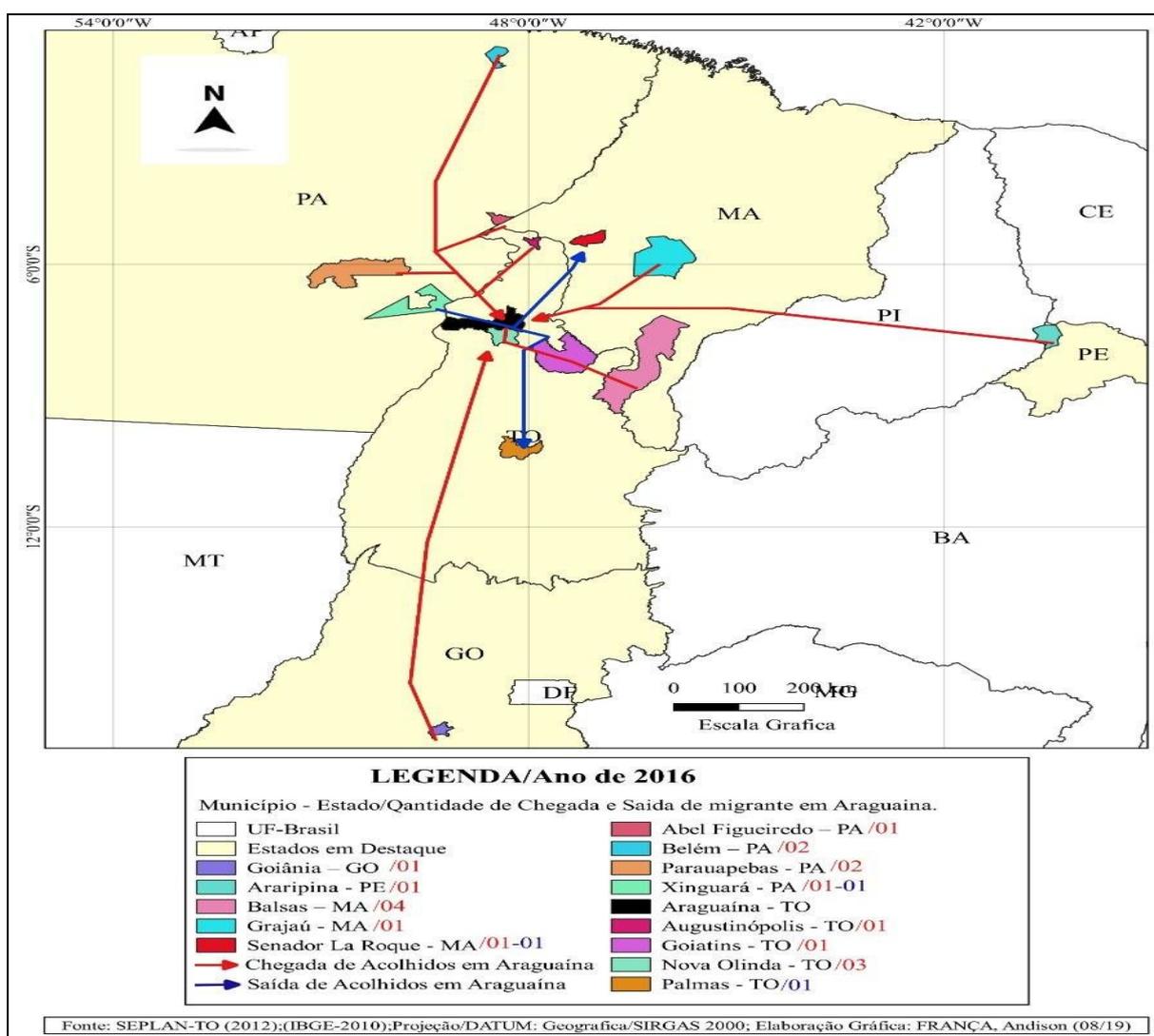
Mapa 12 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2015



Fonte: “Adaptado de” Seplan/TO (2012), IBGE (2010), 2020.

Em 2015 os dados mostram que os Municípios com destaque nas chegadas de acolhidos na Casa Ana Caroline em Araguaína, foram: Marabá, com 04 acolhidos e Palestina com 02 acolhidos, ambos do Estado do Pará, seguidos por Cristalândia, Nova Olinda e Wanderlândia com 02 acolhidos cada, e pertencentes ao estado do Tocantins. No referido ano, não houve registros de saída de acolhidos de Araguaína para outros municípios da federação. No mapa 13 é apresentado os dados referentes ao ano de 2016:

Mapa 13 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2016



Fonte: "Adaptado de" Seplan/TO (2012), IBGE (2010), 2020.

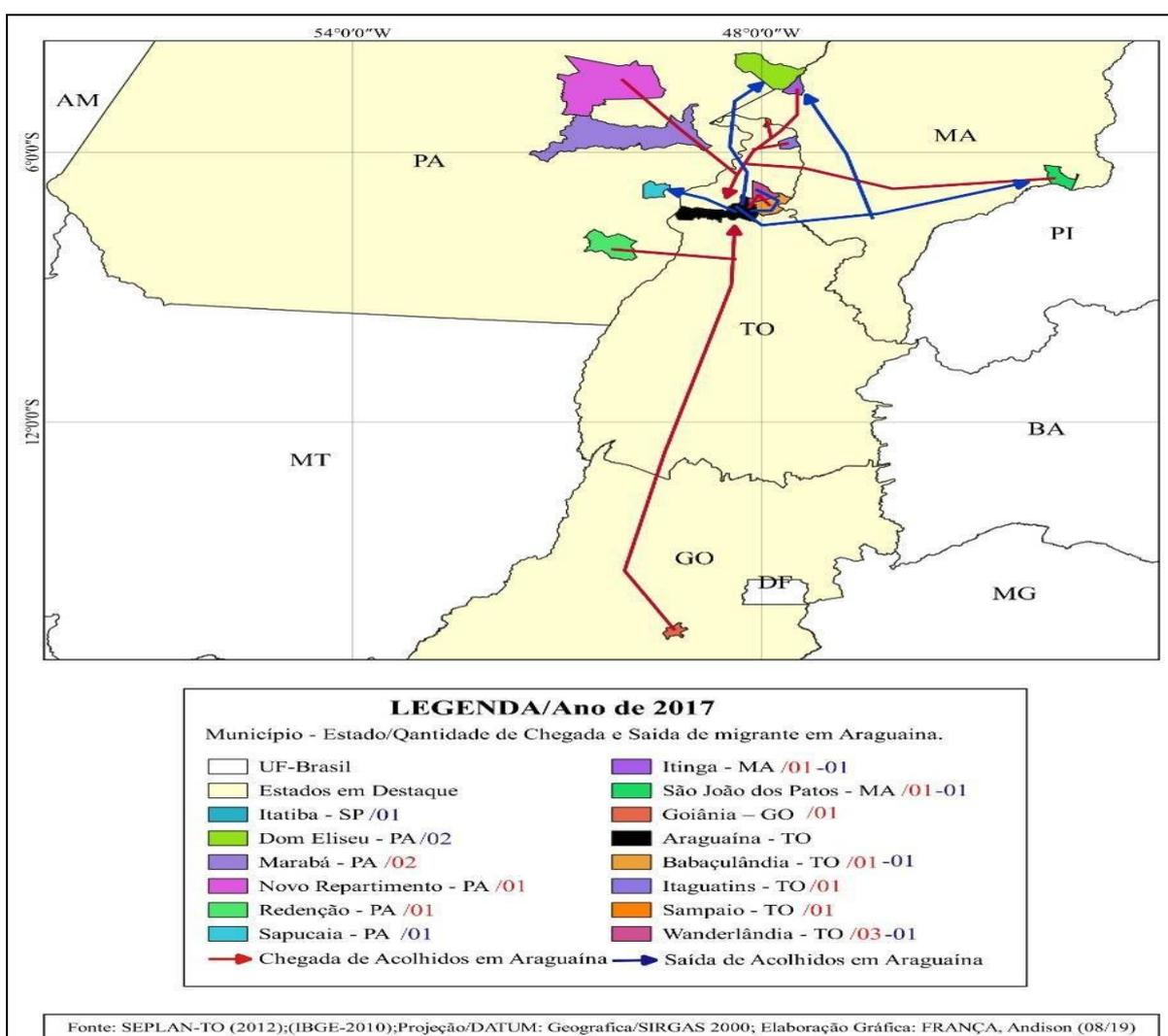
Em 2016, os Municípios de onde chegaram acolhidos para a CAACTL, com maior destaque foram: Balsas/MA com 04 acolhidos, seguido de Nova Olinda/TO com 03 acolhidos e de Belém e Parauapebas/PA ambos com 02 acolhidos. Quanto à saída de acolhidos

aconteceram apenas 03, sendo uma para o Município de Senador La Roque/MA, outra para Xinguara/PA, e um para Palmas/TO.

Para Santos (2016, 144-145) esses processos que envolvem o poder público e a justiça, são necropolíticas e formas controle social: “Enquanto política de acesso aos direitos, o necropoder constitui-se num fascismo de apartheid social, remetendo tanto à preservação de campos civilizados, onde impera o Estado de direito”.

No mapa 14 são apresentados os dados do ano 2017, os quais evidenciam que a chegada de acolhidos nos Municípios de Wanderlândia/TO, com 03 acolhidos, seguido de Marabá/PA com 02 acolhidos, e os demais municípios teve apenas 01 acolhido cada. Quanto à saída de acolhido foram apenas oito, tendo maior destaque o Município de Dom Eliseu/PA com 02 acolhidos, os outros cinco Municípios tiveram 01 reintegração de acolhido cada.

Mapa 14 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2017

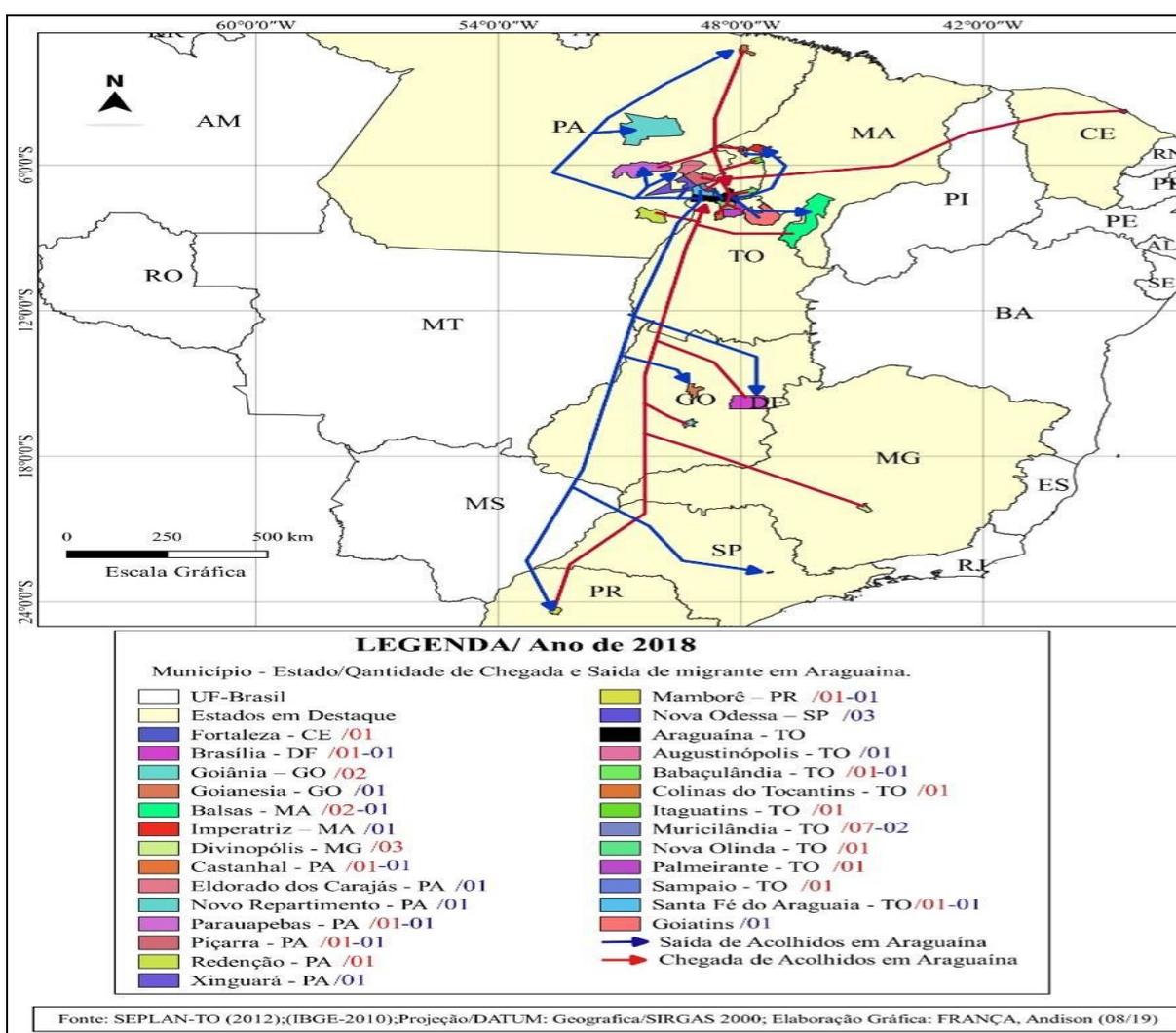


Fonte: “Adaptado de” Seplan/TO (2012), IBGE (2010), 2020.

Um exemplo de migração, a fim de acesso a serviços, aconteceu em 2017, o caso em questão foi o acolhimento de um adolescente com 16 anos, portador de transtornos psicológico, devido o uso excessivo de drogas, estava internado em clínica, a qual foi fechada pela Polícia Federal, e o adolescente acabou acolhido na instituição até os tramites judiciais para a família levar. Outro caso foi de uma adolescente com retardo psicológico, órfã de pai e mãe, a qual é natural do Maranhão e foi acolhido por falta de família extensa em Araguaína.

No mapa 15 são apresentados os dados referentes ao ano de 2018, os quais revelam que os Municípios com maior incidência na chegada de acolhidos foram: Muricilândia/TO com 07 acolhidos, Divinópolis/MG, com 03 acolhidos e de Balsas/MA e Goiânia/GO com 02 acolhidos cada. Quanto à saída de acolhidos ficou em evidência os Municípios de Nova Odessa/SP, com 03 acolhidos e Muricilândia/TO com 02 acolhidos.

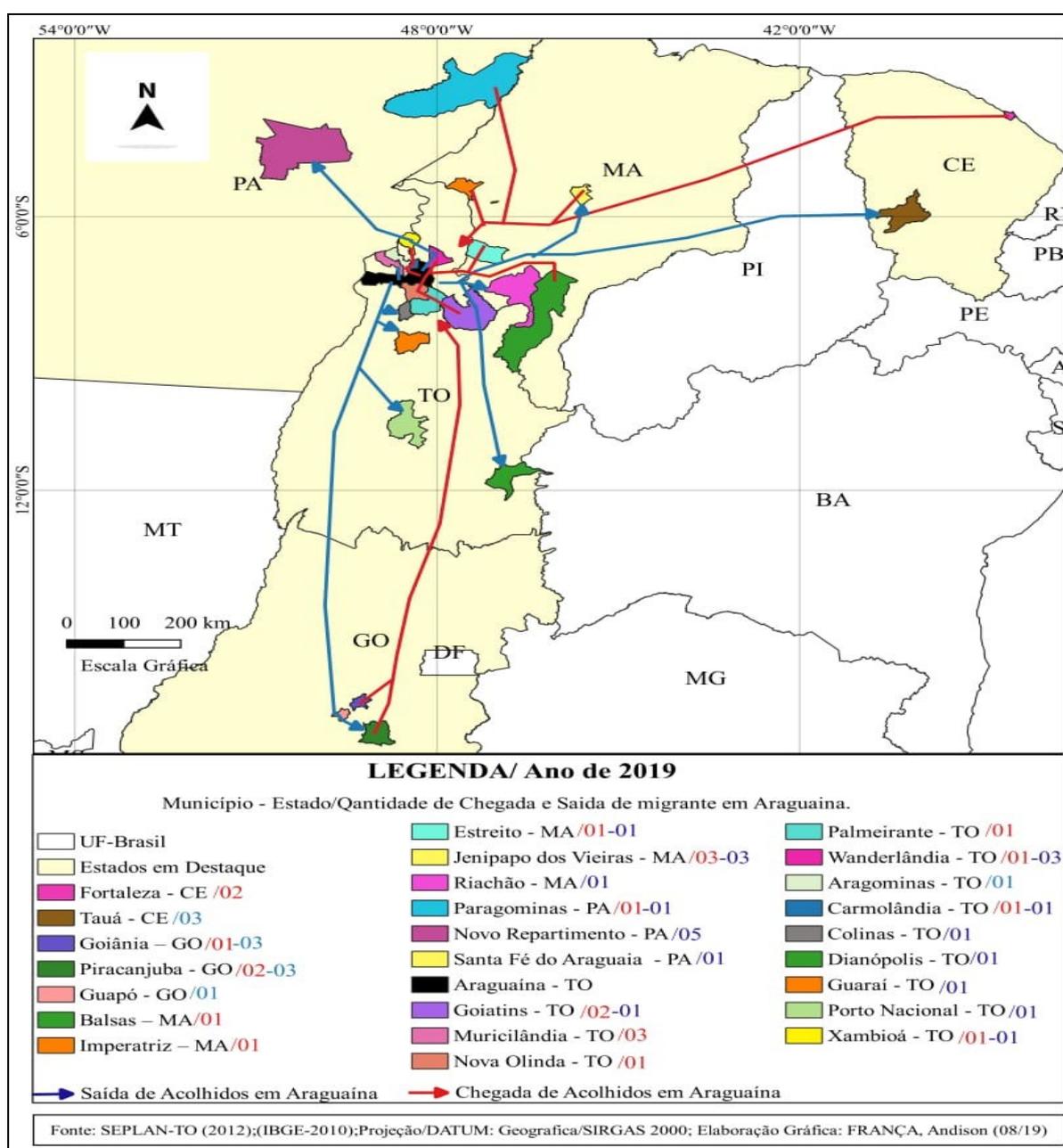
Mapa 15 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2018



Fonte: "Adaptado de" Seplan/TO (2012), IBGE (2010), 2020.

Castel (1998) explica que quanto mais excluídas são as pessoas, mais vulneráveis socialmente ficam, e em busca de melhores condições de vida, se dispõem a fazer o que for preciso, e nesse caso usam as táticas apresentadas por Certeau (2009, 2018), como mecanismos estratégicos na tentativa de romper os ciclos de exclusões e vulnerabilidades que estão inseridos, evidenciado pelos dados dos processos migratórios dos acolhidos e suas famílias. Sen (2011) os estudos de sem complementam a ideia de justiça é muita injusta na composição da estrutura social atual. Observe o mapa 16:

Mapa 16 - Fluxo migratório do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, acolhidos pela CAACTL no ano de 2019



Fonte: "Adaptado de" Seplan/TO (2012), IBGE (2010), 2020.

No mapa 16 os dados são referentes ao ano de 2019, os quais evidenciam os Municípios, no que tange a chegada de acolhidos: Muricilândia/TO e Jenipapo dos Vieiras/MA, Goiatins/TO, Piracanjuba/GO e Fortaleza/CE com 02 acolhidos, os demais Municípios apresentaram apenas um acolhido cada. Quanto à migração de saída as maiores incidências foram: Novo Repartimento/PA com 5 acolhidos, seguido Piracanjuba/GO, Goiânia/GO, Tauá/CE, Jenipapo dos Vieiras/MA, e Wanderlândia com 3 acolhidos cada, os demais Municípios receberam apenas 1 acolhido.

É mórbido que “Sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz como se fica no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo, a tática é determinada pela ausência de poder, assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (CERTEAU, 2009, p. 95), ou seja, não saudável para a população em vulnerabilidade social que as políticas públicas em prol do Estado e da manutenção de sua soberania, e não sejam utilizadas como instrumentos transformadores da condição de vida dessas pessoas. As diversas mudanças na vida de uma criança, de cidade, distanciamento da família, de escolas, de casa e do lar, provocam marcas afetivas imensuráveis. A migração como tática de sobrevivência é também uma situação de constituição de cicatrizes emocionais, de desenlaces sociais e conseqüentemente de produção de vulnerabilidades causadas pelas necropolíticas (MBEMBE, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência tiveram suas nuances em cada período da história, os avanços começaram com as discussões dos direitos humanos, no Brasil se remonta a década de 80, principalmente com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, que após sua vigência, deu base às deliberações encontradas no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), trazendo um cenário mais animador e positivo a essa população em todo o País.

Apesar do ECA ser datado do ano de 1990, o que já corresponde a 30 anos de vigência, no Estado do Tocantins, a primeira Casa de Acolhimento Institucional se remete ao ano de 2004, 15 anos após a aprovação do ECA, e ainda não era de natureza pública, mas, pertencente a Igreja Católica, localizada na cidade de Palmas, com capacidade para atender 20 acolhidos. Essa informação faz lembrar o período do Brasil Colônia, no qual os orfanatos e/ou casa de caridade, destinados a essa finalidade ficavam sob a regência da Igreja, e aduz dizer que os cuidados da Igreja com as crianças e adolescentes nos dias de hoje ainda continuam tendo seus espaços, principalmente quando o Estado é omissivo e não desempenha o seu papel.

Quanto ao acolhimento no Município de Araguaína, as Instituições de Acolhimento demoraram mais para serem abertas, tendo iniciado suas atividades no dia 26 de maio do ano de 2008, com a abertura da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima, na época com capacidade para atender 20 acolhidos de ambos os sexos, de 0 a 18 anos. Somente em 2012, foi aberta a segunda unidade de atendimento, pertencente a uma ONG e tinha capacidade para atender apenas 10 acolhidos, sendo exclusivamente do sexo feminino de 0 a 18 anos. Após o fechamento da Casa sob responsabilidade da ONG, a gestão municipal aderiu à abertura da segunda Unidade da Casa Ana Caroline, passando assim a contar com duas estruturas, uma com capacidade para 20 acolhidos e outra com capacidade para atender 10 meninos de 6 a 18 anos.

Ao longo dos debates dos dados apresentados, tanto em nível de Brasil como de Região Norte, Estado do Tocantins, Microrregião e Araguaína, é notável que as táticas de enfrentamento das camadas populares são uma constante, que a classe pobre é cada dia mais empurrada para a “zona de desfiliação”, e que buscam meios para continuar sobrevivendo à vulnerabilidade social a qual estão submetidos. Nessa luta cotidiana, as camadas populares se aliam umas as outras, sejam por meio da solidariedade, dos relacionamentos intrafamiliares, dos vínculos sócios afetivos que buscam cultivar com os membros da família, mas, no caso do acolhimento, foi perceptível a busca pelo uso dessa política como forma de

acesso aos demais direitos sociais, a exemplo: da saúde, educação, segurança, e mercado de trabalho, não foi possível visualizar que mesmo acessando mais políticas públicas essas pessoas possam sair da zona em que se encontram antes do acolhimento, pois, as políticas que visam assegurar os direitos de crianças e adolescentes se mostram como estratégias de necropolíticas voltadas mais para controle social do que para a transformação e para a superação das condições de vulnerável social.

Quando as políticas públicas, como o acolhimento, passam a ser utilizadas como estratégia pelas famílias, ou mesmo pelos adolescentes, que veem no acolhimento uma “tática”, como expõe Certeau, da qual ele poderá se favorecer ou quando o acolhimento ocorre como forma de punição, ou mesmo caracterização das famílias em razão de sua vulnerabilidade social, e assim acaba sendo utilizado como forma de dizer a essas pessoas, que elas são incapazes de assegurar os direitos dos filhos, se torna uma política hostil, que leva as pessoas a se tornarem “mortas-vivas”, se sentirem incapazes, típico de ações da “necropolítica” como discutida por Mbembe. Necessitar da utilização dos meios segregatórios e de rompimento de laços familiares (como é o caso dos abrigos) para acessar políticas de saúde, habitação e educação, é uma atitude de grande astúcia na arte da guerra cotidiana, mas, é também resultado de um necropoder utilizado para o extermínio daqueles que perderam a função social.

Pensar políticas públicas é pensar nas transformações sociais que as ações dessas políticas podem trazer a população, principalmente para aqueles que não dispõem de condições econômicas, relacional, e não conseguem por si mesmos acessar os seus direitos, os quais lhes possibilitam almejar melhores condições de vida e assim poder subir de zona, conforme a classificação social de Castel. Tal definição de políticas públicas parece cada vez mais ilusória, configurando-se como expectativa ideológica de um país democrático e participativo.

Quanto às discussões giram entorno das características de uma cidade média, Araguaína, trás junto com toda sua pujança, os mesmos problemas sociais, visualizados em outras cidades do País, tais como: problemas com a segurança pública, aumento da criminalidade, crescimento na malha urbana, sem um prévio planejamento, um crescimento populacional constante, seja através dos nascituros naturais de Araguaína, ou pela chegada de famílias em busca de melhores condições de vida. Com todos esses problemas, não se pode negar que a implementação das políticas públicas para infância e adolescência ainda está em seus estágios iniciais, aprendendo com as prestações de serviços, a exemplo do acolhimento. Mas, é um Município que tem buscado atender a essa população, quando comparado ao

restante do Estado, que dos 139 municípios apenas 09 possuíam Instituições de acolhimento, até janeiro de 2020.

A maior fragilidade na prestação dos serviços de atendimento a infância e adolescência está na falta de um serviço em rede, como é almejado pelo CONANDA, unindo esforços, em todas as áreas da gestão pública: Educação, Saúde, Atenção básica, média e de alta complexidade, além do trabalho conjunto com o Judiciário. Buscando estratégias que possam trabalhar o problema em si, ou seja, a vulnerabilidade social instalada na família, e não apenas mitigar o problema com o acolhimento da criança e adolescente. A infância e a adolescência apenas refletem as mazelas de uma sociedade caçada nas fragilidades dos relacionamentos, com estrutura social cheia de rupturas, onde o sujeito, para sobreviver, “tem que matar ou morrer” (MBEMBE, 2018, p. 62), buscando no devaneio do outro os degraus que precisa para subir na escada social ou na simples sobrevivência cotidiana.

Essa pesquisa evidenciou uma realidade ainda pouco conhecida e mostrou que no extremo norte do Brasil, em uma cidade de interior, mas, com seu charme e frescor de crescimento, tem um universo até então desconhecido, cheio de informações que levam a reflexões sobre as políticas públicas que envolvem os municípios. A pesquisa ainda traz contribuições às famílias ao apresentar que nem sempre as mesmas são culpadas por estarem na zona de desfiliação e que estão buscando, diariamente, estratégias para sobreviver; que os acolhidos também buscam se reinventar cotidianamente para tentar manter a sua liberdade; e principalmente trouxe ao Estado uma visão geral das Políticas Públicas para Infância e Adolescência, e assim elementos para que possam repensar suas estratégias em busca da transformação social dessa população, mesmo que essas políticas venham infelizmente, revestidas de necropolíticas.

Ao longo da dissertação procurou discutir políticas públicas que assegurem os direitos de crianças e adolescentes em situação de risco, e que lhes oportunizem mudanças em suas condições de vulnerabilidade social, os quais, deveriam pensar em mudanças reais, que permitisse a esse público tão vulnerável ascensão social, mas, ao contrário se mostraram como necropolíticas, e mesmo que assegurem provisoriamente os direitos das crianças e adolescentes, não se mostraram capazes, pelas vias sociais atuais de fazerem com que esses garotos e garotas rompam com os ciclos de abandono, pobreza e demais vulnerabilidades sociais cotidianas. No decorrer do texto há evidências de que essas políticas de proteção à infância e adolescência, na verdade tem servido como ações que matam sem tirar a vida, e principalmente que selam os destinos de quem passam pelas instituições de acolhimento.

Os dados mostram que ao longo de 12 anos de serviços da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima em Araguaína, as políticas públicas de institucionalização da infância e adolescência, foram implantadas e trabalhadas, mas, produzindo vulnerabilidade, pois, com 824 acolhidos no ciclo de 12 anos, são muitas vidas afetadas, e um reflexo das vias sociais atuais, e de como as políticas públicas sociais tem sido falha, pois é dividida em três níveis: básica, média complexidade e alta complexidade, e sendo o a instituição em questão, uma ação do nível de alta complexidade, a hipótese que se tira é que quanto maior o número de acolhido, menos eficaz tem sido os outros dois níveis da política, ou seja, significa que mais vulnerável socialmente a população pesquisada tem sido submetida.

Ao analisar a vulnerabilidade social no capítulo 3 e 4 pelo IVS, foi apresentada uma realidade vivida pelo Município de Araguaína, para maior aprofundamento e compreensão da realidade, outros fatores presente, precisam ser associados às discursões apresentadas, tais como: desenvolvimento econômico, infraestrutura, comércio de serviços, dentre outros fatores, os quais não foram objetos desse estudo no momento.

A vulnerabilidade aqui discutida foi de uma população ocultada pelas mazelas sociais, rotulada por Castel com diversos adjetivos, dentre eles como os “desfilados”, e por representarem uma parcela de pessoas oriundas de diversos Municípios, principalmente os da microrregião de Araguaína, as discursões foram sobre, para e da Região, nesse caso a Norte, pois, evidenciam uma realidade compartilhada, pelas famílias e acolhidos, independente do Município da Região da naturalidade ou local que residiam no momento do acolhimento.

Em razão do montante de dados coletados durante a pesquisa, e da impossibilidade de analisar todas as vertentes em um único trabalho de dissertação, fica as possibilidades de trabalhos futuros na mesma vertente, os quais podem buscar: melhor investigar a associação dos processos migratórios com o acolhimento institucional de crianças e adolescentes; as relações de vulnerabilidade social com os acolhidos desligados por completarem a maior idade; a preparação para o desligamento e a assistência social pós-desligamento; a vulnerabilidade psicológica presente nas Instituições de Acolhimentos; do local de residência no momento do acolhimento, entre outras lacunas, observadas ao longo dessa dissertação que não foram possíveis investigar.

Considera-se assim, que as políticas públicas direcionadas a trabalhar a vulnerabilidade social da infância e adolescência tiveram muitos avanços ao longo da história, mas, ainda mostraram-se incapazes de transformar a condição de vida da população atendida. Como circunscreve Certeau (2018) à liberdade é o bem mais precioso do ser humano, e memorável é que se possa sonhar de algum lugar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; *et.al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO, 2002.

ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2018.** Fundação Abrinq, São Paulo/SP, 2018. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/wp-content/uploads/2018/04/cenario_da_infancia_2018_internet.pdf>. Acesso: 20/08/2019.

ALMEIDA, A. M. **Pensando a família no Brasil: Da colônia à Modernidade.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

ARAGUAÍNA – TO/CAACTL. **Placa da Casa Ana Caroline Tenório Lima**, Casa das meninas. Araguaína – TO, junho de 2019.

_____. **PPP – Plano Político Pedagógico da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima.** Prefeitura Municipal de Araguaína – TO, Araguaína - TO, Atos internos de 2018.

_____. **Regimento Interno da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima.** Prefeitura Municipal de Araguaína – TO, Araguaína - TO, março de 2010.

_____. **Relatório de Gestão referente ao ano de 2018.** Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima. Disponível no ano de 2019.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: LTC Ed., 1981.

BARBOSA, A.M. *et al.* **Cidades médias e atração de migrantes qualificados.** Geosul, v.30, n.60, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. **Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização.** Revista Geografia, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/>>. Acessado em março de 2019.

_____. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades.** Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2004 [Tese de livre docência].

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. **Cadernos Pagu**, Versão impressa, *versão On-line* ISSN: 1809-4449. Cad. Pagu nº. 53, Campinas, Epub 11-Jun-2018, <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530005>, Recebido em 07 de fevereiro de 2018, aceito em 22 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=pt&tlng=pt>. Acessado em 15 agosto de 2019.

BESSA, Kelly; CORADO, Vaneça Ribeiro. A dinâmica recente do segmento de rede urbana no Tocantins: as implicações da construção de Palmas para Porto Nacional. **GeoTextos**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 31-57, 2011.

BRASIL. **CENSO SUAS 2018** - Acolhimento Municipal. Prefeitura Municipal de Araguaína – TO, Araguaína - TO, publicações de 2018. Disponível no site: <<http://www.mds.gov.br/sagi/censosuas>>. Acessado em Abril de 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em 27 de Abril de 2018.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – ECA: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília - DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acessado em 17 de maio de 2018.

_____. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CONANDA, Brasília, 2009.

CASTEL, Robert. **A dinâmica dos processos de marginalização**: da vulnerabilidade a “desfiliação”. CADERNO CRH, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=193>>. Acessado em agosto de 2019.

_____. **A insegurança social**: o que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CEDECA. **Mapa da Violência Crianças e Adolescentes Estado do Tocantins 2016-2017**. Observatório do – Cedeca Glória de Ivone / Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)/Pró-Reitoria de Extensão por meio da Escola de Conselhos e Observatório Universitário Estadual da Criança e do Adolescente (OECA) / Centro de Apoio Operacional as Promotorias da Infância e Juventude (CAOPIJI/MP-TO). Palmas – TO, 2018. Disponível em: <http://www.cedecato.org.br/site/images/pdf/mapa_da_violencia_crianças_adolescentes_tocantins_2016_2017.pdf>. Acessado em janeiro de 2020.

CERTEAU, Michel De. **A Invenção do cotidiano I: artes de fazer**. 21ª ed., Editora Vozes, São Paulo, 2018.

_____. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. **Dados Gerais do Acolhimento no Brasil**: Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas. Disponível no site: <<https://www.cnj.jus.br/cadastro-nacional-de-crianças-acolhidas-cnca/>>. Acessado em novembro de 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In: **Anais do IX Encontro Nacional da Anpur**. Rio de Janeiro, v. 2, 2001.

COSTA, Liana Fortunato; PENSO, Maria Aparecida; CONCEIÇÃO, Maria Inês G. (orgs.) **Abordagem à família no contexto do conselho tutelar**. São Paulo: Ágora, 2014.

COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara Oliveira Editora. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Publicações do Repositório IPEA, 2015.

DYE, Thomas D. **Entendendo Políticas Públicas**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1984.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FÁVERO; Eunice Teresinha; VITALE, Maria Amália Faller; BAPTISTA, Myrian Veras (orgs.). **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam**. São Paulo: Paulus, 2008. In: _____. Imaginar para encontrar a realidade: reflexões e propostas para trabalho com jovens nos abrigos / coordenação da publicação Maria Lucia Carr Ribeiro Gulassa. 1. ed., São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. -- (Coleção abrigos em movimento) Vários ilustradores. Bibliografia. ISBN 978-85-63512-03-1.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M.A. **Filhos de ninguém?** Um estudo das representações sociais sobre família de adolescentes em situação de rua. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.

GOMES, R. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa**. In.3x : DESLANDES, S. F; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.(org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GUEDES, Luciano da Silva; BRITO, Jorge Luis Silva. Caracterização socioeconômica da microrregião geográfica de Araguaína (TO). **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v.6, n.17, p. 91-103, out. 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/censo2010>. Acessado em julho de 2019.

_____. **Panorama da população por Cidades**. Disponível no site: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>>. Acessado em agosto de 2019.

_____. **População Brasileira**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/ia-75-4-dos-beneficiarios-estao-trabalhando>>. Acessado em 20 de junho de 2018.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016, ISBN 978-85-240-

4398-7. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acessado em julho de 2019.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2019**. Catálogo, nº 101678, ISBN: 9788524045110, Rio de Janeiro, Editora do IBGE, 2019. Disponível no site: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101678>>. Acessado em 09 de janeiro de 2020.

_____. **Perfil das crianças do Brasil**. Disponível no site: <<https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/20786-perfil-das-criancas-brasileiras.html>>. Acessado em 09 de janeiro de 2020.

JORNAL FOLHA DO BICO. **Prefeitura de Augustinópolis inaugura Casa de Acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco**. Publicado terça-feira, 24 de setembro de 2019 às 09:01. Disponível em: <<https://www.vozdobico.com.br/bico/prefeitura-de-augustinopolis-inaugura-casa-de-acolhimento-para-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-risco/>>. Acesso em 05 de janeiro de 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. Brasília: IPEA, 2015. ISBN: 978-85-7811-255-4. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf>. Acessado em junho de 2019.

_____. **Texto para discussão: 2364. Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2018, ISSN 1415-4765. Disponível em: <https://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/180201_td_2364_sumex.pdf>. Acessado em julho de 2019.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Traduzido por Renato Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011.

MP/TO. **Instituições de acolhimento para crianças e adolescentes no Tocantins e instituições de atendimento sócio educativo no Tocantins**. Disponível no site: <<https://mpto.mp.br/web/caop-da-infancia-e-juventude/2018/02/07/instituicoes-acolhimento->

para-criancas-e-adolescente-no-tocantins-e-instituicoes-de-atendimento-socioeducativo-no-tocantins>. Acessado em dezembro de 2019.

OLIVEIRA, Ana Paula Granzotto de. **Políticas Públicas para Adolescentes em Vulnerabilidade Social: Abrigo e Provisoriade**. Núcleo CONVIVA, PPG-UFRG, Teresópolis, Porto Alegre – RS, Psicologia Ciência e Profissão, 2007.

PETERS, B. G. **Política Pública Americana**. Chatham, N.J.: Chatham House, 1986.

PETRINI, J.C. **Pós-modernidade e família**. Ed. Edusc, Bauru, 2003.

Regimento Interno da Casa-Lar Meninas Ágape de Araguaína – TO. ONG ABA - Associação Beneficente Ágape – ABA. Ato normativo / Araguaína - TO, 15 de setembro de 2014.

RIZZINI, I. RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene, *et al.* **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, J. P. *et al.* **Documento de visão geral do Módulo de Apoio Estatístico a Projetos**. Universidade do Porto. Faculdade de Engenharia FEUP, 2003.

RONDÔNIA. **Orientações sobre o acolhimento**: Institucional. Cartilha de Orientações sobre o Acolhimento, Ministério Público Estadual do Estado de Rondônia / Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação, Rondônia, 2009. Disponível em: <http://www.mpg.go.mp.br/portal/arquivos/2013/07/15/13_24_37_815_Orienta%C3%A7%C3%B5es_sobre_Acolhimento_Institucional.pdf>. Acessado em agosto de 2019.

SANTOS, Ana Maria dos. **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: mudanças na História brasileira**. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: Expressões Socioculturais da Crise do Capital e as Implicações para garantia dos Direitos Sociais e para o Serviço Social, BH 7 até 9 de junho de 2016. Disponível no site: <<http://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/Acolhimento%20institucional%20de%20criancas%20e%20adolescentes%20mudancas%20na%20historia%20brasileira.pdf>>. Acessado em 27 de abril de 2018.

SANTOS, Élide de Oliveira Lauris dos. **Uma questão de vida ou morte: A necropolítica do acesso à justiça**. Revista UNIFESO: Humanas e Sociais, Teresópolis/RJ, Vol. 2, N° 3, 2016, pp. 123, 167. Disponível em: <<http://www.revista.unifeso.edu.br/index.php/revistaunifesohumanasesociais/issue/viewFile/17/4>>. Acessado em 10 de janeiro de 2020.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SASS, Odair. **Sobre os conceitos de censo e amostragem em educação, no Brasil**. Este artigo foi apresentado originalmente no 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, Simpósio Temático: Repensando a atividade estatística brasileira, realizado em setembro de 2012, na Universidade de São Paulo, São Paulo. Estatística e Sociedade, Porto

Alegre, p.128-141, n.2 nov. 2012. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/estatisticaesociedade>. Acessado em maio de 2019.

SARTRE, Jean Paul. **O Ser e o Nada**. 1943.

SEN, Amartya. **A Ideia de Justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008.

SEPLAN/TO. **Perfil socioeconômico dos municípios**: Araguaína. Governo do Estado do Tocantins, Secretaria do Planejamento e Orçamento Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas Palmas – TO, Março de 2017. Disponível em: <<https://centra3.to.gov.br/arquivo/348465/>>. Acessado em julho de 2019.

_____. Secretária do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública. **Base de Dados Demográficos dos Municípios do Tocantins** - atualização 2015. Palmas – TO, 2015. Disponível em: <<http://www.sefaz.to.gov.br/estatistica/tocantins-em-numeros/demografia/>>. Acessado em novembro de 2018.

_____. **Base de Dados Demográficos dos Municípios do Tocantins** - atualização 2019. Palmas – TO, 2019. Disponível em: <<http://www.sefaz.to.gov.br/estatistica/tocantins-em-numeros/demografia/>>. Acessado em julho de 2019.

SERRANO, S. A. **O abrigo de crianças de 0 a 6 anos de idade em Ribeirão Preto: caracterizando esse contexto**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP – USP), Ribeirão Preto, SP, Brasil, 2008.

SETAS/TO. **Dados da Políticas Públicas Estaduais para Crianças e Adolescentes**. Disponível em: <<https://setas.to.gov.br/assistencia-social/protacao-social-especial/>>. Acessado em fevereiro de 2019.

SILVA, E.R.A. **O direito a convivência familiar e comunitária**: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília IPEA, 2004.

SILVA, Roberto Antero da. **Centralidades urbano-regionais de Araguaína**: o comércio e seus corredores especializados para agropecuária. O artigo contempla reflexões realizadas pelo autor em sua dissertação de Mestrado intitulada “Agropecuária de Araguaína e novas centralidades”, defendida em fevereiro de 2012 junto a Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE); e contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). VII CONNEPI: Palmas – TO, ISBN 978-85-62830-10-5, 2012.

SILVA, Roberto Antero da. **Desigualdades socioespaciais na cidade média de Araguaína – TO**. Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza – CE, 2016.

SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SODRÉ, Régis; RAMIRES, Júlio Cesar de Lima. Contribuições ao estudo de cidades médias: Araguaína, Gurupi e Palmas, no Tocantins. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20 n. 1, p. 169-188, jan-abr 2017, ISSN 1516-6481 / 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2301/4325>>. Acessado em agosto de 2019.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães, em dezembro de 2002. Disponível no site: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>>. Acessado em junho de 2019.

_____. **Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa**. Caderno CRH, 39: 11-24, 2003.

_____. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003>. Acessado em abril de 2019.

SPOSITO, M. P.; C. P. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Políticas Públicas de Juventud en América Latina, Viña Del Mar, Chile, 2003.

STREY, Marlene. **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TREVISAN; Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael Van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. Artigo recebido em ago. 2007 e aceito em mar. 2008. **RAP - Revista de Administração Pública**, FGV. rap – Rio de Janeiro 42(3):529-50, maio/jun. 2008. Disponível no site: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>>. Acessado em maio de 2019.

UNICEF - **A Convenção sobre os Direitos da Criança**. A adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>. Acessado em 06 de agosto de 2019.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Artes Médicas, Porto Alegre 1983.

APENSO

Em 10 de janeiro de 2020, por volta das 18hs, foi marcado um retorno dos resultados prévios da pesquisa com os acolhidos da Casa Ana Caroline, objetivando verificar a reação dos garotos e garotas institucionalizadas em relação às informações a respeito de suas vidas e cotidianos provisórios. Utilizamos de dois momentos, os quais tiveram duração de aproximadamente 1h30min, com metodologia interativa nos repasses dos resultados.

No primeiro momento, foi realizada uma dinâmica de balões, os quais continham palavras-chave dos conceitos abordados na dissertação, com o intuito de verificar o que eles entendiam sobre o universo que estão inseridos, mesmo que momentaneamente e após, a fala foi feita uma breve explicação sobre as palavras. As palavras colocadas dentro dos balões foram: acolhimento, acolhidos, vulnerabilidade social, políticas públicas, migração, Casa Ana Caroline, táticas, crianças e adolescentes, institucionalização, Araguaína, além de seis frases “vale brinde”, e das motivacionais; “seja feliz”, “super star”, “sonhar é bom”, “sou um sucesso”, “você é especial”.

A dinâmica dos balões foi desenvolvida, com todos os participantes sentados em círculo, com o auxílio de um coração de pelúcia, que era passado por cada participante, no momento em que outra pessoa (que não estava participando), que não estava vendo a movimentação do coração, falava “para”, o participante que estava com o objeto enchia o bolão, estourava e logo em seguida lia o que estava escrito, assim era compartilhado com os demais participantes, o conhecimento prévio sobre as palavras.

Observou-se durante essa dinâmica, que tanto os acolhidos, como colaboradores presentes, sabiam pouco sobre as palavras-chave; apenas no aparecimento das palavras “táticas e Araguaína”, houve compartilhamento por parte dos participantes. Sobre as demais, em especial: políticas públicas, institucionalização, acolhimento, e o próprio nome Casa Ana Caroline, ninguém soube falar, mas, todos tiveram curiosidade em saber do que se tratava, e principalmente em saber sobre a fundação da Instituição Casa Ana. Outra situação que vale ser ressaltada foi quando saiu o primeiro “vale brinde”, sendo perceptível a empolgação (gás motivacional) e todos passaram a querer o coração, e não o teme-lo mais, como estavam anteriormente.

A primeira dinâmica trouxe o sentimento de dever cumprido com a pesquisa, visto que, não vejo outra forma de rever, pensar, planejar, e fazer políticas públicas, quando não há conhecimento dos envolvidos, pois, a institucionalização é para assegurar os direitos das crianças e adolescentes, então temos que conhecer quem eles são, o que pensam, como se

veem, até mesmo como se sentem quando usam e são institucionalizados, para então pesar políticas públicas, levando em consideração para quem são destinadas. Foi evidenciado na reação de cada participante, que apesar da curiosidade sobre o tema, momento de retorno prévio dos dados, nem os acolhidos, mesmos aqueles com mais de dois anos na instituição, ou colaboradores presentes, conheciam o universo em que estão inseridos cotidianamente, e essa realidade confirma que as políticas públicas sociais destinadas a assegurar os direitos na infância e adolescência, são revestidas de necropolíticas e se escondem na falta de conhecimento, mesmo daqueles que convivem com ela cotidianamente.

No segundo momento, usou-se a dinâmica intitulada como “bola de problemas”, onde foi colados cartões na bola com os principais resultados da pesquisa, sendo eles: total de acolhimento; acolhidos; famílias; grupos de irmãos; meninas e meninos separados por faixa etária; motivos do acolhimento; reintegração para onde? e para quem?; composição familiar; passagem rápida versus número de processos; reincidências; naturalidade (migração).

Na segunda dinâmica, assim como na primeira, todos estavam sentados em círculo e fomos passando a bola aleatoriamente, quando era dito a palavra “para”, quem estava com bola, pegava um cartão e apresentava o resultado, sendo assim comentado pela pesquisadora. Cada resultado foi uma surpresa aos participantes, pois, não tinham a dimensão de quantas crianças e adolescentes já passaram pela instituição e como todos acabam sendo levados pelas mesmas forças, um comentário durante a apresentação dos motivos dos acolhimentos, provindos de uma acolhida e de um acolhido foi que “tudo é considerado negligência tia pelo Conselho Tutelar, e acabamos aqui” (acolhida) e “o pior para mim no acolhimento é quando somos acolhidos, todos nós nos tornamos, coitadinhos, bandidos, preguiçosos, e tachados como incapazes” (acolhido). Outro comentário que chamou a atenção foi o da coordenadora da instituição, a qual verbalizou que “esses resultados são muito bem vindos, pois até agora ninguém sabia na verdade nem mesmo quantos acolhidos haviam passado por aqui, a todos que perguntei sempre ouvi eu acho, nada era certo, esses números nos abrir muitas possibilidades”.

Esses relatos evidenciam a fragilidade dos acolhidos e a vulnerabilidade social que suas famílias vivem, que culminam no acolhimento. Foi observado nas falas dos dois acolhidos, que ao invés de assegurar direitos, acaba por revitalizá-los novamente, além da vulnerabilidade social, os coloca em situação de vulnerabilidade psicológica, pois, passam a serem visto por rótulos. Quanto à instituição, observou-se que a falta de dados reais, mascarava a realidade, sendo um dificultador no repensar ações de políticas públicas sociais, não indo de encontro as necessidades daqueles que de fato precisam acessá-la.

APÊNDICES

Declaração de Compromisso do Pesquisador

Eu, **Giliana Zeferino Leal Mendes**, portador do RG: **0466115220125 SSP/MA** e CPF: **001.331.521-89**, pesquisador responsável do projeto de pesquisa intitulado **Políticas Públicas e à Vulnerabilidade de Crianças e Adolescentes Acolhidos em Araguaína – TO**, comprometo-me a utilizar todos os dados coletados, unicamente, para o projeto acima mencionado, bem como:

- Garantir que a pesquisa somente será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital de Doenças Tropicais (HDT) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), respeitando assim, os preceitos éticos e legais exigidos pelas Resoluções vigentes, em especial a 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde;
- Desenvolver o projeto de pesquisa conforme delineado;
- Apresentar dados solicitados pelo CEP/HDT-UFT ou pela CONEP a qualquer momento;
- Preservar o sigilo e a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados e estudados;
- Assegurar que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para a execução do projeto de pesquisa em questão;
- Assegurar que os resultados da pesquisa somente serão divulgados de forma anônima;
- Encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;
- Justificar fundamentadamente, perante o CEP/HDT-UFT ou a CONEP, a interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.
- Elaborar e apresentar os relatórios parciais e final ao CEP do HDT-UFT;
- Manter os dados da pesquisa em arquivo, físico e digital, sob minha guarda e responsabilidade, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

Araguaína, 06 de fevereiro de 2019.

Giliana Zeferino Leal Mendes
ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

ANEXOS

Ofício de Liberação Judicial



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
Rua 25 de Dezembro, Nº 307 - Setor Central - CEP 77804-030 - Araguaína - TO - <http://www.tjto.jus.br>

PROCESSO 18.0.000010497-0
INTERESSADO
ASSUNTO

Despacho Nº 40107 / 2018 - PRESIDÊNCIA/JEINF ARAGUAÍNA

MANIFESTAÇÃO

Este Magistrado não se opõe ao requerimento formulado, desde que os dados colhidos façam parte apenas do trabalho a ser apresentado como resultado de pesquisa. Deverá ainda ficar ciente de que, no corpo do trabalho, não poderá haver identificação das crianças e adolescentes acolhidos.

É a manifestação.

S.M.J.

A-TO, 06/07/2018

HERISBERTO E SILVA FURTADO CALDAS

JUIZ DE DIREITO



Documento assinado eletronicamente por **Herisberto e Silva Furtado Caldas, Juíza de Direito**, em 06/07/2018, às 11:37, conforme art 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador 2087345 e o código CRC FE0F6BDF

Ofício de Liberação SEMASTH



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

OFÍCIO Nº 451/2018/SEMASTH.

Araguaína - TO, 12 de novembro de 2018.

A Sua Senhoria o Senhor
MIGUEL PACÍFICO FILHO
Coordenador
Curso de Pós Graduação Demandas Populares e Dinâmicas Regionais
Universidade Federal do Tocantins – Campus de Araguaína - CIMBA
Araguaína - TO.

Assunto: Resposta ao Ofício nº 04/2018 – Solicitação de Permissão para Realizar Projeto de Pesquisa.

Senhor Coordenador,

Considerando o Ofício nº 04/2018 encaminhado a Secretaria Municipal da Assistência Social, Trabalho e Habitação, referente à solicitação de Permissão para realizar projeto de pesquisa na Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório, a fim de estudar as representações subjetivas das crianças e adolescentes do referido local.

Informamos a Vossa Senhoria, que Autorizo a discente **Giliana Zeferino Leal Mendes**, realizar visita a Casa de Acolhimento para desenvolver sua pesquisa, mediante observação da Legislação e posturas elencadas pelas normas de acolhimento, que abrangem a preservação da imagem, da identidade, da dignidade e integridade moral e psíquica das crianças e adolescentes do local.

Na oportunidade, indico a **Servidora Elizabeth Milhomem**, Coordenadora da Casa de Acolhimento para prestar o devido acompanhamento a discente supracitada.

Sendo o que tínhamos a informar, desde já agradecemos e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,


Fernanda Ribeiro Barbosa
Secretária Municipal da Assistência Social, Trabalho e Habitação
Portaria 361, de 24/04/2017



Rua Humberto de Campos - 915 | Bairro São João | 77.307-000
+55 (053) 3475-2268 | trabalho@assistencia.araguaina.to.gov.br
www.araguaina.to.gov.br



Ofício de Liberação Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima



ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

CASA DE ACOLHIMENTO ANA CAROLINE TENÓRIO

Ofício CAACT nº 37/2018

Araguaína – TO, 30 de Novembro de 2018

A Sua Senhoria o Senhor
MIGUEL PACÍFICO FILHO
Coordenador
Curso de Pós-Graduação Demandas Populares e Dinâmicas Regionais
Universidade Federal do Tocantins – Campus de Araguaína – CIMBA
Araguaína - TO

Assunto: Resposta ao Ofício nº 05/2018 – Solicitação de Permissão para Realizar Projeto de Pesquisa.

Senhor Coordenador,

Considerando o Ofício nº 05/2018, encaminhado a Coordenação da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Silva de Lima, referente à solicitação de Permissão para realizar projeto de pesquisa na Casa de Acolhimento, a fim de estudar as representações subjetivas das crianças e adolescentes desta Instituição.

Informamos a Vossa Senhoria, que a pesquisa na Casa de Acolhimento está autorizada, visto que a Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, já autorizou a Discente **Giliana Zeferino Leal Mendes**, a realizar a pesquisa solicitada, conforme consta no Ofício nº 451/2018/SEMASTH, encaminhada a essa coordenação. Ressaltamos a necessidade de ser seguida a legislação para pesquisa com seres humanos, e no caso dos adolescentes elencadas pelas normas de acolhimento institucional, que abrangem a preservação da imagem, identidade, dignidade e integridade moral dos acolhidos.

Aguardamos o contato para agendamentos e realização da pesquisa. Sendo o tínhamos a informar, desde já agradecemos e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos e repasses de informações para contribuição com a pesquisa.

Atenciosamente;

Coordenadora da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório
 Araguaína - TO, 30 de Novembro de 2018
 Matrícula nº 34403

Coordenadora da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Silva de Lima



Rua Maranhão do Carmo, 909, Bairro São João | 77.007-000
 Fone: (68) 3415-2000 | Email: @municipio.araguaina.to.gov.br
 www.araguaina.to.gov.br



Aprovação do CEP

HOSPITAL DE DOENÇAS
TROPICAIS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE TOCANTINS

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Teorias das Instituições, Subjetividade e Infância no Tocantins: Percepção de Adolescentes Abridados

Pesquisador: GILIANA ZEFERINO LEAL MENDES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 09343418.6.0000.8102

Instituição Proponente: Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.282.348

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARAGUAINA, 24 de Abril de 2019

Assinado por:
DIOGENES DE SOUSA NETO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. José de Brito Soares, nº 1015

Bairro: Setor Anhanguera

UF: TO

Município: ARAGUAINA

Telefone: (63)3411-6001

CEP: 77.818-530

E-mail: gep.hdt@ebserh.gov.br